COMUNICAÇÃO RURAL

DISCURSO E PRÁTICA

Geraldo Magela Braga
Margarida M. Krohling Kunsch
(organizadores)

Comunicação Rural
Discurso e Prática

Trabalhos apresentados no XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação — INTERCOM
2 a 7 de setembro de 1988
Viçosa, MG

Geraldo Magela Braga
Margarida Maria Krohling Kunsch
(organizadores)

INTERCOM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

Universidade Federal de Viçosa
Imprensa Universitária
Viçosa — Minas Gerais
1993

INTERCOM
* NÃO CIRCULA *

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
Caixa Postal 20793
Cep 01498-970
São Paulo - SP - Brasil

INTERCOM

1ª Edição: 1993

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e Classificação da Biblioteca Central da UFV

C749c
1993

CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (11.: 1991 : Viçosa, MG)
Comunicação rural; discurso e prática / [organizado por] Geraldo Magela Braga e Margarida Maria Krohling Kunsch. – Viçosa : UFV, 1993.
173p. : il.

ISBN 85-7269-003-4

1. Comunicação rural –Congressos. I. Braga, Geraldo Magela. *org*. II. Kunsch, Margarida Maria Krohling. *org*. III. Universidade Federal de Viçosa. IV. Título.

CDD. 18.ed. 301.3506
CDD. 19.ed. 302.206

Capa: Lúcio Goldfarb
Pedro Giudice de Menezes
Rose Meire Maciel

INTERCOM
NÃO CIRCULA

Reservados os direitos de propriedade pela
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
36570-000 Viçosa – Minas Gerais – Brasil

SUMÁRIO

Apresentação. *Margarida Maria Krohling Kunsch* 5
Introdução. *Geraldo Magela Braga* 9
Comunicação Rural: Discurso e Prática. *Juan Diaz Bordenave* 11

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO RURAL

Modelos de Desenvolvimento Econômico e Social. *José Nilo Tavares* 25
Modelos de Desenvolvimento e Políticas de Comunicação Rural ou o Modo de Produção e Política Cultural? *Maria Teresa Lousa da Fonseca* 33

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO RURAL

Pesquisa em Comunicação para o Desenvolvimento Rural. *John H. Fett* 43
A Pesquisa em Comunicação Rural. *Walmir de Albuquerque Barbosa*.. 54
Metodologia de Análise dos Debates sobre a Tecnologia Rural. *Michel Thiollent* 60

ENSINO DE COMUNICAÇÃO RURAL: FORMAÇÃO OU CAPACITAÇÃO?

O Espaço da Comunicação Rural nas Escolas de Comunicação Social. *José Marques de Melo* 73
Idéias para uma Discussão sobre o Ensino da Comunicação Rural nos Cursos Universitários. *Eduardo G. Castro* 78
Comunicação Rural: Formação ou Capacitação? *Roberto Emerson Câmara Benjamin* 82

DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NO MEIO RURAL

Estado, Difusão de Tecnologia e Pobreza Rural na Zona da Mata de Minas Gerais. *Antônio Luiz de Lima*..... 87
Descrição Crítica de Sistemas e Serviços de Transferência de Informações em Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural. *Geraldo A. Lobato Franco*..... 91
Três Leizinhas da Comunicação Caipira. *José Hamilton Ribeiro*..... 109

ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO RURAL E COMUNICAÇÃO POPULAR

A Experiência de Assentamento de Famílias de Agricultores em Área da UFPel. *Laércio Nunes e Nunes, Fioravante J. dos Santos e Estefania Damboariarena*..... 117
Alternativas de Comunicação Rural e Participação Popular: Uma Experiência em Assentamento de Reforma Agrária. *Maria Salett Tauk Santos e Angelo Brás Fernandes Callou*..... 128
Alternativas de Comunicação Rural e Participação Popular: Um Caso na Guiné-Bissau. *Dilma de Melo Silva*..... 137
"Privatizacion o Estatismo": Coyuntura actual y crisis en la extensión rural. *Gustavo R. Cimadevilla e Emilio V. Severina*..... 141
A Importância de uma Teoria Interpretativa da Cultura na Extensão e Educação Rural. *Maria do Carmo Tafuri Paniago*..... 151
A Extensão Rural como Processo Educativo – "Escolha de uma Metodologia Adequada ao Desenvolvimento do Tema. *Maria do Carmo Tafuri Paniago*..... 155
Rumos da Pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite (CNPGL). *José Geraldo Fernandes de Araújo, Augusto César de Queiroz e Marina Biava*..... 162

APRESENTAÇÃO

Desde 1978, a INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – realiza, ininterruptamente, um congresso anual, que reúne seus associados e pessoas interessadas, para debater temas emergentes da comunicação, enfocando a realidade científica e cultural.

Cada congresso aborda um tema central, por meio de ciclo de estudos interdisciplinares da comunicação. Simultaneamente são realizados outros eventos sob a forma de seminários e contribuições livres, que permitem aos pesquisadores vinculados ao campo da Comunicação Social apresentarem resultados de seus estudos, projetos em realização, ou propostas em configuração. Possibilita-se, igualmente, que determinados problemas, de interesse das comunidades acadêmicas e profissionais, mereçam análise e suscitem recomendações aos poderes públicos ou às próprias universidades e aos centros de pesquisa.

A INTERCOM já realizou onze ciclos de estudos interdisciplinares da comunicação. Em 1978, estudou as relações entre ideologia e poder no ensino de comunicação, questionando as injunções do Estado na estrutura curricular e descobrindo possíveis caminhos alternativos para o conteúdo das disciplinas básicas e a prática pedagógica nas escolas de comunicação. Em 1979, abordou a comunicação em relação às classes subalternas, diagnosticando a marginalização do País e abrindo espaço para uma manifestação ampla sobre o modo de comunicação de diversos grupos menos favorecidos (operariado, campesinato, segmento religioso, minorias éticas e raciais, homossexuais etc.). Em 1980, analisou as convergências entre Estado, populismo e comunicação, investigando a manipulação das classes subalternas feita pelos meios de comunicação e por lideranças vinculadas às classes dominantes . Em 1981, discutiu a problemática da comunicação no progresso da hegemonia burguesa, estudando os trâmites de resistência dos movimentos populares, em face da supremacia das redes de comunicação mantidas pelo Estado autoritário e pelo grupos dominantes. Em 1982, tratou do papel reservado aos comunicadores, enquanto transmissores de conhecimento na sociedade em que se encontram, analisando o espaço ocupado pela pesquisa da comunicação no contexto da ciência e da tecnologia. Em 1983, debateu as novas tecnologias da comunicação brasileira, ressaltando o seu impacto sobre a sociedade, numa tentativa de delinear uma política democrática para o setor, resgatando a reserva de mercado da informática para a indústria nacional. Em 1984, diante da efervescente campanha das "diretas-já", considerou a questão da comunicação no processo da transição democrática brasileira, avaliando o papel do Estado como mediador dos interesses do capital e da sociedade civil. Em 1985, tratou das relações entre a comunicação e a educação, mostrando que toda ação comunicativa deve ser educativa e vice-versa. Em 1986, redimensionou o papel que cabe à comunicação no processo de

desenvolvimento, considerando a conjuntura de construção democrática vivida pelo Brasil e por outros países latino-americanos. Em 1987, associou-se ao espírito de intensa participação social em torno dos trabalhos de elaboração da nova Constituição do País, contemplando o tema comunicação e cultura, em função da democracia. A reflexão desse congresso permitiu analisar o processo de democratização em curso nas sociedades brasileira e latino-americana, buscando compreender o papel desempenhado pelos processos sociais de comunicação e cultura no fortalecimento da cidadania.

Em 1988, por estar atenta aos problemas emergentes da comunicação e por considerar da mais alta relevância as preocupações que orientam as práticas de comunicação rural no Brasil, resolveu abrir espaço para debater o tema "Comunicação Rural", mediante um estudo crítico que se desdobrou nos mais diversos campos, como se percebe pelo conteúdo da presente coletânea.

"Comunicação Rural: Discurso e Prática" é a resultante do XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, realizado de 2 a 7 de setembro de 1988, na Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, que contou com o significativo apoio do seu Centro de Ensino de Extensão, do Departamento de Economia Rural, da Imprensa Universitária e de outras unidades.

Esse congresso, além de permitir avaliar o desenvolvimento da comunicação rural no País, na tentativa de analisar um conjunto abrangente no meio rural, é um marco na história da INTERCOM. Após 10 anos, a entidade realiza seu XI Congresso fora de São Paulo. Em Minas Gerais, a Universidade Federal de Viçosa é escolhida para sediá-lo, não só pela sua tradição mundial pelo trabalho que vem desenvolvendo, ao longo dos anos na área das Ciências Agrárias, mas como um coroamento pelo interesse que muitos pesquisadores e profissionais da área rural vinham demonstrando nos últimos encontros da INTERCOM. Suas presenças marcantes nos debates dos ciclos de estudos e dos eventos paralelos, sempre procuram desvendar as razões do discurso dos agentes e das suas práticas em busca de melhores meios para uma autêntica comunicação com o homem do campo.

Cabe aos comunicadores repensar, seriamente, seu papel na sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito às questões da reforma agrária, em face das limitadas conquistas alcançadas na nova constituição. Tamanho foi o retrocesso em relação ao que já existia no Estatuto da Terra, que o Senador Fernando Henrique Cardoso, em pronunciamento pela televisão, na época da aprovação do capítulo que trata do assunto, se dizia envergonhado com os resultados obtidos. E como foram utilizados os meios de Comunicação na Assembléia Nacional Constituinte para que se chegasse a essas resoluções?

A comunicação rural é muito mais complexa do que se pensa. Infelizmente, no decorrer dos últimos anos não mereceu, por parte das Escolas de Comunicação Social, a atenção devida, tanto no que se refere ao ensino, quanto a uma melhor definição das linhas de pesquisa, ficando muito impregnada do extensionismo, do funcionalismo e do difusionismo de inovações, sob forte influência dos paradigmas importados, distanciados, portanto, da realidade brasileira.

Sair do discurso da comunicação participativa e dirigida ao pequeno produtor para a sua prática efetiva não é tarefa fácil. Muitas mudanças terão que ocorrer, tanto em nível institucional quanto em níveis acadêmico e pro-

fissional.

Para melhor equacionar todas essas questões, a presente obra é dividida em cinco partes: modelos de desenvolvimento e política de comunicação rural; pesquisa de comunicação rural; ensino de comunicação rural; formação ou capacitação; difusão de tecnologia no meio rural; e alternativas de comunicação rural e participação popular, sob o preâmbulo da significativa contribuição de Juan Diaz Bordenave, sobre comunicação rural: discurso e prática.

Os organizadores consideram tal conteúdo temático como essencial para uma reflexão mais profunda sobre as preocupações levantadas. Assim, não só os congressistas que estiveram presentes ao evento, mas também muitas outras pessoas interessadas, poderão ter acesso às colaborações apresentadas pelos expositores durante o referido evento.

É por isso que traz muita satisfação entregar ao público mais uma obra gerada por um Congresso da INTERCOM, "Comunicação Rural: Discurso e Prática".

A Universidade Federal de Viçosa - UFV, ao aceitar e patrocinar a coedição da coletânea com a INTERCOM, vem comprovar seu interesse pelas causas da comunicação rural.

São merecedores de agradecimentos o sócio Raul Colvara Rosinha e todos que contribuíram para que o XI Congresso e este livro se tornassem uma realidade.

Margarida Maria Krohling Kunsch
Presidente da INTERCOM e do XI Congresso
Brasileiro de Estudos Interdisciplinares
de Comunicação

INTRODUÇÃO

A discussão da comunicação rural é um tópico que apaixona a muitos, em face da grandeza e da profundidade de sua abrangência. Grandeza, pela importância que o assunto tem num país com a vastidão do Brasil e a sua, ainda grande, dependência do setor primário, seja na produção de alimentos ou na de fibras. Profundidade pela repercussão que vem tendo constante fluxo migratório campo-cidade. Num foro privilegiado, como o XI Congresso Brasileiro da INTERCOM, é mister encontrarem-se representantes das diferentes tendências do pensamento, no amplo espectro entre esquerda e direita.

O tema central do Congresso – Comunicação Rural: discurso e prática – permitiu o debate de questões emergentes no meio rural, sua ideologia e sua prática, com o objetivo de avaliar as diferenças existentes entre o que se prega e o que se faz, através das diversas agências que atuam neste ambiente.

Abordando o tema do Congresso, Juan Diaz Bordenave focaliza as contradições entre o discurso – em que comunicação rural tem sua importância reconhecida por políticos e técnicos – e a prática – com poucas instituições, nos países em desenvolvimento, que garantam suas funções e os meios necessários à sua atuação. Bordenave aborda ainda dois aspectos: a conceituação de comunicação rural como conjunto de fluxos e sua valorização como fator decisivo do desenvolvimento rural. Finaliza apontando para a concentração excessiva de transferência de tecnologia aos agricultores e para a necessidade de conscientizar dirigentes e povo em geral da urgência na adoção de políticas de reativação da agricultura e de valorização integral do espaço rural.

Modelos de Desenvolvimento Econômico e Social foram discutidos por José Nilo Tavares, a partir da Segunda Guerra Mundial, abordando, especialmente, os modelos capitalista e socialista. Mostra as etapas históricas do próprio desenvolvimento capitalista, com base em cinco versões associadas às categorias de riqueza, evolução, progresso, crescimento e modernização. Situa, na perspectiva crítica dos modelos, uma espécie de alternativa transitória entre o capitalismo e o socialismo, expressa, de maneira exemplar, no enfoque histórico-estrutural assumido pela escola da CEPAL. Finaliza levantando questões em torno de situações concretas sobre capital nacional e estrangeiro, privatização e estatização, contratos de risco, reserva de mercado, domínio nacional das riquezas do subsolo, condições de trabalho dos assalariados nos meios urbano e rural, soberania nacional e limitação de privilégios ao capital.

Já Maria Teresa Lousa da Fonseca aborda a produção e a política cultural, relacionando-as com a educação e a comunicação. Trata da subordinação dos interesses rurais aos industriais, por meio de uma série de instrumentos institucionais, jurídicos, pedagógicos, morais etc.

John H. Fett, representado por Raul C. Rosinha, analisa a pesquisa em comunicação rural de forma mais ampla. Traça um histórico sobre os modelos de comunicação para o desenvolvimento rural e os principais eventos correlatos da década de 60. Aborda resultados de 50 pesquisas em comunicação para o desenvolvimento rural, especialmente aquelas relacionadas com as atividades de extensão agrícola, alertando para a necessidade de maior divulgação dos resultados de trabalhos de pesquisadores latino-americanos para estudos sobre comunicação dentro de agências de desenvolvimento rural e entre estas.

Walmir de Albuquerque Barbosa considera que as pesquisas em comunicação – no Brasil e em países subdesenvolvidos – são direcionadas política e economicamente, não provocando mudanças sociais e não atendendo às necessidades do povo rural. Analisa as transformações no meio rural brasileiro como marcadas pela tendência de exploração de todos os recursos, com base nas relações capitalistas de produção. Descreve os compromissos mais imediatos da pesquisa em comunicação rural, diante do novo quadro conjuntural, como sendo: desmistificar a visão de homogeneidade para caracterizar a realidade do mundo rural, atentar para as novas relações de produção entre indivíduos e classes sociais, a proletarização de largas camadas da população rural e a divisão do trabalho intelectual e manual.

Michel Thiollent discute subsídios para a metodologia de pesquisa voltada para as áreas de comunicação e difusão de tecnologia rural. Ele pretende que a pesquisa em comunicação não se limite apenas à imagem de produtos e tópicos de marketing e propaganda, mas sim que ela mostre a estrutura normativa na qual se inserem produção e uso de produtos. A informação gerada pela investigação é útil para formular critérios de concepção e qualidade dos produtos, bem como suas condições de aceitação-rejeição.

O ensino de comunicação rural é debatido por José Marques de Melo, Eduardo G. Castro e Roberto Emerson Câmara Benjamim. Eles consideram os aspectos de formação ou capacitação e tecem considerações sobre o desconhecimento da realidade rural e sua abordagem em diversas instituições de ensino que tratam do assunto.

A difusão de tecnologia no meio rural é assunto de Antonio Luiz de Lima, Geraldo A. Lobato Franco, José Geraldo Fernandes de Araújo e José Hamilton Ribeiro. Aspectos desde infra-estrutura e tecnologia apropriadas são tratados, com uma passagem bem humorada sobre comunicação caipira.

Já as alternativas de comunicação rural e participação popular são abordadas por Laércio Nunes e Nunes, Fioravante J. dos Santos, Estefania Damboriarena, Maria Salett Tauk Santos, Angelo Brás Fernandes Callou, Dilma de Melo Silva, Gustavo R. Cimadevilla, Emilio V. Sererina e Maria do Carmo Tafuri Paniago. São discutidas as opções de ocupação de áreas rurais, de desenvolvimento de pescado, de privatização ou estatização da extensão rural e da visão antropológica como potencial para a transformação social objetivada pela extensão rural.

Gerado Magela Braga
Coordenador-Geral do XI Congresso Brasileiro
de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

COMUNICAÇÃO RURAL: DISCURSO E PRÁTICA

Juan E. Diaz Bordenave
Consultor Internacional em
Comunicação e Educação

Em 1982, o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC), da UNESCO, resolveu outorgar, a cada dois anos, um Prêmio Mundial em Comunicação Rural,

> "para chamar a atenção para atividades particularmente meritórias e inovadoras, realizadas por pessoas ou grupos de pessoas que trabalham no melhoramento da comunicação em todas as suas formas – especialmente em jornais, programas de rádio e televisão, equipamentos de impressão e filmes, de caráter local, em comunidades rurais, preferivelmente nos países em desenvolvimento".

O prêmio já foi entregue duas vezes, a primeira beneficiando uma experiência de comunicação educativa rural com uso da satélites, feita na Índia, e a segunda foi uma rádio rural no Congo. Este ano o prêmio será outorgado pela terceira vez e esperamos que o receba uma pessoa ou instituição de nosso continente.

O prêmio PIDC-UNESCO representa a contradição entre o discurso e a prática na Comunicação Rural. Com efeito, por um lado, o estabelecimento do premio constitui o reconhecimento, por parte de um prestigioso órgão das Nações Unidas, da enorme importância da Comunicação Rural para o desenvolvimento dos países. Mas, por outro lado, significa que a Comunicação está necessitando de um estímulo tão inusitado como a recompensa de 20.000 dólares que acompanha o prêmio.

Aí está, precisamente, a principal contradição entre o discurso e a prática. Todo o mundo reconhece a importância da Comunicação Rural, começando pelos políticos e os técnicos, mas são poucas as instituições nos países em desenvolvimento que lhe garantem as funções, o *status*, o pessoal, os equipamentos e os orçamentos indispensáveis para seu adequado funcionamento.

Não sendo um campo profissional firmemente estabelecido, a Comunicação Rural apresenta diversas questões não-resolvidas. Algumas delas:

- Se o Brasil é ainda um país basicamente agrícola e grande parte de sua população mora no setor rural, porque a Comunicação Rural é uma atividade tão esquecida no mundo acadêmico (parece um sonho que a INTERCOM tenha resolvido colocá-la como tema central de seu Congresso de 1988)?

– A Comunicação Rural é basicamente uma atividade do Estado ou da Sociedade?
– Constitui sua finalidade principal a transferência de tecnologia ou tem outras funções importantes ?
– O melhor comunicador rural profissional é um agrônomo ou veterinário que aprende a comunicar ou um comunicador social que aprende agricultura e pecuária?
– É mais urgente capacitar técnicos em comunicação para que saibam ensinar os agricultores ou capacitar agricultores para que reivindiquem melhores serviços?
– A publicidade que fazem as empresas vendedoras de insumos para a agricultura pode ser considerada atividade de comunicação rural?
– Se a maioria dos agricultores e suas famílias têm hábitos de pouca ou nenhuma leitura, porque é que vários jornais publicam suplementos agrícolas e os serviços de extensão rural publicam tantos folhetos e boletins?
– Se o rádio tem tanta penetração no meio rural, porque o Brasil é o país mais atrasado no uso do rádio para comunicação e educação popular nas áreas rurais?

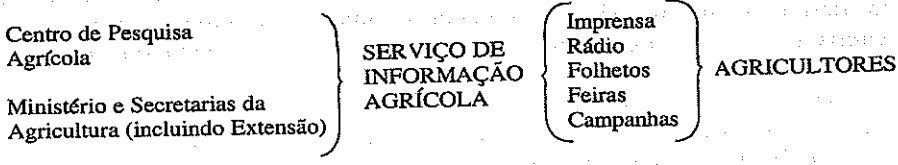
Estou seguro de que estas e outras questões igualmente importantes serão abordadas pelos participantes desta reunião, com a seriedade e competência que caracterizam os encontros da INTERCOM.

De minha parte, somente abordarei dois aspectos da Comunicação Rural: a sua conceitualização como conjunto de fluxos e sua valorização como fator do desenvolvimento rural.

COMUNICAÇÃO RURAL COMO CONJUNTO DE FLUXOS

Quando estava escrevendo meu pequeno livro "O que é Comunicação Rural", para a coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, resolvi começá-lo apresentando uma definição que, naquele momento, representava toda uma inovação conceitual:
"Comunicação – escrevi – é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existente entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural".

Esta definição era inovadora, pois o conceito que se tinha em geral sobre a Comunicação Rural era o mesmo que definia a tradicional INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, a qual consistia na difusão unilateral de informações, normas e recomendações técnicas do Governo para os agricultores.



Tenho comprovado com satisfação que a nova definição já ganhou aceitação, inclusive fora do Brasil, pois no relatório da Reunião-Oficina "A Comunicação como Fator de Desenvolvimento Rural", realizada pela FAO

em Santiago do Chile, em julho de 1986, a Comunicação Rural é conceitualizada nos seguintes termos:

> "O Desenvolvimento Rural é um complexo e harmônico processo de mudança que requer a intervenção coerente de um amplo número de fatores. Um destes fatores é a Comunicação, entendendo-se esta como parte de um processo educativo e como um fluxo programado e sistemático de informação entre os diversos interlocutores ou setores sociais envolvidos no desenvolvimento, com a finalidade de fazer mais consciente, plena e efetiva sua participação".

Mais adiante, o relatório enriquece este conceito básico, dizendo: "A Comunicação Rural é considerada hoje um importante fator de desenvolvimento. Ela é concebida como um fluxo de dupla via, programado e sistemático, de mensagens informativas, motivacionais e, ou, cognoscitivas, intercambiadas pelos diversos setores sociais envolvidos, com o fim de facilitar sua ação recíproca e fazer mais consciente, organizada e efetiva sua participação no desenvolvimento rural".

Em seu idealismo e sua normatividade, e em sua suposta racionalidade, estas definições, como o prêmio da UNESCO, expressam as contradições entre o discurso e a prática na Comunicação Rural.

O idealismo começa quando o relatório da FAO diz que o Desenvolvimento Rural é um complexo e harmônico processo de mudança. Complexo, todos sabemos que ele é, mas de harmônico não costuma oferecer muitos exemplos. Diz-se ainda que a Comunicação Rural é parte de um processo educativo e que consiste em fluxos programados e sistemáticos. Evidentemente, está se mantendo em mente o antigo modelo de Informação Agrícola oficial pois, dentro do novo conceito de Comunicação Rural, o processo nem sempre é educativo, programado e sistemático. Por exemplo, quando os agricultores do Paraná e Rio Grande do Sul colocaram suas máquinas agrícolas nas estradas como protesto contra os preços agrícolas, eles estavam, sem dúvida alguma, fazendo Comunicação Rural para valer, e sua mensagem certamente não tinha uma finalidade educativa, mas reivindicativa.

O idealismo e a normatividade continuam quando o discurso da FAO diz que as mensagens da Comunicação Rural são difundidas pelos diversos setores, com a finalidade de facilitar sua ação recíproca e fazer mais consciente, organizada e efetiva sua participação no desenvolvimento rural. Todavia, se lembramos que um destes interlocutores são as firmas que vendem maquinaria e insumos aos agricultores ou aquelas que compram deles seus produtos, notaremos que nem sempre suas intenções são tão altruístas e desenvolvimentistas. Se assim fosse, algumas firmas não levariam os agricultores a comprarem equipamentos ou produtos que não necessitam e que, em certos casos, podem causar acidentes fatais.

O que pretendo com esta análise crítica é desmistificar *o discurso,* para que possamos observar *a prática* de modo realista e dialético, como uma arena de luta onde interesses e necessidades, às vezes antagônicos, às vezes complementares, procuram a sua satisfação. Dentro desta luta, a comunicação rural oficial é apenas uma das vertentes, um dos protagonistas.

Neste sentido, acho que seria interessante dar uma olhada em alguns dos fluxos mais típicos que compõem o amplo processo da Comunicação Rural.

Fluxo 1 – *Articulação de necessidades e problemas entre os agricultores e apresentação dos mesmos para as instituições que possam ajudá-los na solução.*

Este é o fluxo fundamental – embora muito pouco estudado –, visto que a agricultura é, antes de tudo, o que os agricultores fazem e não o que o governo ou os consumidores desejam que eles façam. Na América Latina não é freqüente que os agricultores se organizem para diagnosticar e articular seus problemas. Os grandes proprietários se organizam com maior facilidade, tal como ocorre com a União Democrática Ruralista – UDR, no Brasil. A atomização dos pequenos agricultores costuma ser tal que, na Colômbia, o Ministro da Agricultura, Armando Samper, promoveu a organização dos mesmos com o título de *Uniões de Usuários dos Serviços Agrícolas Oficiais.* As uniões são locais mas eles estão organizados em Federações em nível departamental e possuem sua coordenação em nível nacional. A União coloca representantes seus nos serviços agrícolas oficiais, encarregando-os de velar pelo atendimento dos interesses dos usuários. O movimento dos usuários colombianos tem adquirido força equivalente à de um partido político.

Fluxo 2 – Isto nos leva ao segundo fluxo importante, que é *aquele que ocorre entre os agricultores e os serviços de apoio, tais como os de pesquisa agropecuária, extensão rural, crédito agrícola, reforma agrária etc.*

Dentro deste fluxo desenvolvem-se processos essenciais, tais como:

– a sinalização de necessidades de tecnologia pelos agricultores;
– a transferência de tecnologia;
– a obtenção de insumos;
– a demanda de terras etc.

É importante perceber que os serviços de apoio não são os que formulam a política agrária do País, sendo até freqüente uma defasagem entre o que os serviços gostariam de fazer em favor do agricultor e o que os políticos e tecnocratas lhes permitem fazer, por meio da política agrária.

A incomunicação e a defasagem entre o que os agricultores precisam e o que a política agrária lhes concede é às vezes tão grande que se produzem situações de conflito. Aquelas passeatas de máquinas agrícolas nas estradas, que antes mencionamos, indicam que os canais de diálogo entre agricultores e governo muitas vezes se fecham. Aliás, fazem falta mecanismos para medir os efeitos das diversas medidas da política agrária, de modo a realimentar o governo para que faça os ajustes necessários. Soube que, na Inglaterra, esta função é contratada pelo Ministério da Agricultura em faculdades de ciências agrárias. Creio que esta idéia seria útil nos países da América Latina. Seria mais um canal dentro do complexo da Comunicação Rural.

É preciso lembrar, ainda, que a Comunicação Rural não compreende somente diálogo técnico-administrativo referente à agricultura, mas também diálogos políticos. Um bom exemplo é o vivido pela ACARPA ou EMATER do Paraná em relação ao uso do vídeo na forma de cursos empacotados sobre temas técnicos, tais como acidez do solo, alimentação de suínos, armazenamento, manejo das pragas do algodão etc. Quando o Brasil se democratizou, uma equipe de técnicos com visão democrática assumiu a direção da ACARPA e os cursos em vídeo foram substituídos parcialmente pelo uso de vídeos

curtos, chamados "relatórios", que informavam sobre algum acontecimento real que pudesse provocar a reflexão das comunidades sobre a situação da vida rural paranaense e sobre a política agrária vigente.

Assim, foram utilizados vídeos sobre Dias Comunitários, Assentamento de Bóias-Frias, Organização de Produtores e Mercados Comunitários.

O caso da modificação do uso do vídeo para adequar-se à situação e necessidade dos agricultores é um exemplo positivo de coerência – certamente raro – entre o discurso e a prática na Comunicação Rural.

A tecnologia moderna da comunicação, seja dito de passagem, é uma grande ajuda para este fluxo que estamos comentando, entre os agricultores e os serviços de apoio. Há casos em que os meios de comunicação são empregados como ferramentas de diagnóstico de situações e também como relatórios vívidos e dramáticos das mesmas. É oportuno mencionar aqui o vídeo que me foi mostrado em Lima, Peru, por Manuel Calvelo Rios, por meio do qual se diagnosticava dramaticamente a exploração de que eram objeto os agricultores de uma cooperativa pelos intermediários. Estes lhes pagavam pouco pelo sorgo produzido e lhes cobravam muito pelos insumos que lhes vendiam, a tal ponto que os agricultores perdiam 2.000 soles por hectare de sorgo na transação. O vídeo foi apresentado ao Ministro da Agricultura peruano, que, impressionado com o relatório visual tão eloqüente, mandou tomar imediatas medidas para acabar com a exploração ... e mandou também que o vídeo **não** fosse mostrado na televisão peruana, o que evidencia que na Comunicação Rural também existem a censura e a autocensura.

Outro exemplo do uso de um meio de comunicação para facilitar o diálogo entre a população rural e os serviços de apoio é o do vídeo produzido na Jamaica, mostrando o trabalho de várias mulheres agricultoras, desde uma trabalhadora braçal, empregada numa fazenda, até uma empresária agrícola comercial, passando por pequenas agricultoras. O vídeo permitia aos técnicos machistas dos serviços agrícolas e a seus superiores apreciarem as valiosas contribuições das mulheres para a produção agrícola, bem como conhecerem seus problemas e necessidades.

Fluxo 3 – Outro fluxo esquecido nos estudos sobre Comunicação Rural, mas cujo efeito é extremamente eficaz, é aquele que tem lugar *entre os serviços de apoio à agricultura*.

Devemos começar dizendo que este fluxo é muito menos intenso e franco do que deveria ser se se aspira que os serviços atuem de maneira coordenada e entreguem aos agricultores mensagens não-contraditórias.

Ciente desta tendência de cada serviço agir por conta própria e descoordenar-se dos demais, o então Secretário da Agricultura do Paraná, Dr. Paulo Ribeiro, solicitou minha cooperação para montar um **Sistema Integrado de Comunicação Rural** entre as 10 empresas públicas que formavam o setor agrícola oficial, incluindo pesquisa, extensão, sementes, assistência técnica, reforma agrária etc. Os comunicadores destas empresas se ajudavam uns aos outros, possuíam certos meios de comunicação em comum e desenvolveram o diálogo informativo da capital com o interior. A experiência durou pouco pois o Secretário da Agricultura, que substituiu Ribeiro, politizou o sistema integrado em proveito de sua candidatura e o sistema entrou em colapso.

No campo da pesquisa agropecuária, o fluxo de comunicação entre pesquisadores é bastante intenso, dentro e fora dos países. Enquanto há alguns

anos existia um diálogo tecnológico Norte-Sul, pelo qual pesquisadores latino-americanos treinados nos Estados Unidos continuavam em contato com seus antigos mestres; na atualidade está se intensificando o diálogo Sul-Sul, por meio do qual os pesquisadores latino-americanos trocam idéias, experiências e materiais. Como exemplo, em recente visita a Quito, Equador, ofereceram-me a seguinte consultoria: viajar aos cinco países que formam parte do **Programa de Cooperação em Investigação Agrícola entre os Países Andinos (PRODIANDINO)** e levantar, em cada um deles, um inventário das tecnologias novas correspondentes às culturas agrícolas que os países têm em comum, como batata, quínoa, milho etc., que possam ser difundidas entre os demais países andinos. Também deveria fazer um inventário dos MÉTODOS DE TRANSFERÊNCIA de tecnologia utilizados em cada país com sucesso demonstrado. Um caso de método bem-sucedido em um país é o de Grupos de Amizade que o Instituto Colombiano Agropecuário (ICA) vem empregando.

Aqui também a tecnologia moderna da comunicação pode ajudar o fluxo entre os serviços de apoio e dentro deles. Comunicadores da EMBRAPA me informaram que eles vêm usando o vídeo para divulgar pesquisas, bem-sucedidas, entre seus especialistas, lotados nos 13 centros regionais da empresa. Estes vídeos são apresentados geralmente em reuniões regionais ou nacionais. Tenho entendido que a EMBRATER está fazendo a mesma coisa para que os extensionistas conheçam as experiências positivas dos seus colegas distantes.

A comunicação entre serviços de apoio à agricultura dos diversos países latino-americanos tem sido sistematizada pela FAO por meio das chamadas **Redes de Cooperação Técnica Regional.** Existem redes formadas para umas 20 especialidades, tais como Perdas Pós-Colheita, Desenvolvimento de Bacias Hidrográficas e outras; a Reunião Oficina realizada pela FAO em Santigo recomendou que se formasse uma Rede também para Comunicação Rural.

Fluxo 4 – Para não cansar meus ouvintes, vou terminar minha exposição referindo-me a um último fluxo de comunicação, que está se desenvolvendo espetacularmente na América Latina e que leva o nome de **Educação Radiofônica.** Por razões peculiares, o Brasil é, junto com o Paraguai, o país mais atrasado nesta modalidade de educação à distância não-formal, de caráter popular.

A educação radiofônica teve seus inícios numa aldeia colombiana, Sutatenza, onde seu pároco, Monsenhor Joaquim Salcedo, começou a difundir ensinamentos, primeiramente religiosos, por meio de uma emissora de baixíssima potência para receptores de freqüência única nas casas de seus paroquianos, A Rádio Sutatenza transformou-se numa enorme instituição, a **Ação Cultural Popular (ACPO),** que chegou a possuir a metade da potência radial da Colômbia, no conjunto de suas emissoras. O modelo ACPO foi imitado por mais de 47 instituições em 22 países latino-americanos, hoje agrupadas na **Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER).** As ondas das filiadas da ALER levam mensagens educativas a milhões de camponeses e indígenas, em línguas tão variadas como espanhol, quéchua, aymara, guarani, shuar etc. Os conteúdos vão desde o ensino formal supletivo de primeiro e segundo graus até noções de saúde, al-

fabetização, agricultura, educação de filhos, história e cultura. Somente na Bolívia, uma entidade coordenadora chamada **ERBOL – Educação Radiofônica Boliviana** agrupa 13 instituições de comunicação, que, em conjunto, cobrem quase todo o território do país. Usando recursos tecnológicos modernos, a ERBOL consegue que a voz de um camponês, registrada por uma das instituições, possa ser transmitida pelas demais em todo o país.

Esses sistemas de educação popular radiofônica, que eu considero a vanguarda da Comunicação Rural, estão adotando mais e mais as novas pedagogias participativas, problematizadoras, críticas e transformadoras que na América Latina têm se desenvolvido graças à luta do povo e aos trabalhos de homens e mulheres como Paulo Freire, Regina Festa e Carlos Rodrigues Brandão, do Brasil, Mário Kaplun, do Uruguai, Carlos Nuñez, do México, e muitos outros.

Nesta pedagogia, o fluxo de Comunicação Rural se torna multidirecional e os programas de rádio rural, por exemplo, antes carregados de palestras e recomendações dos técnicos, hoje veiculam a voz dos homens e mulheres do campo, dos repórteres populares, dos educadores populares, enfim, do povo em geral que agora tem acesso aos meios massivos.

Ilustra a inovabilidade destas novas formas de comunicação rural a seguinte experiência realizada no Equador pelo convênio CIESPAL/DEA e que chamaremos de **Cabines de Gravação.**

A experiência emergiu através das seguintes etapas:

1. Em 1980, o **CIESPAL – Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina**, entidade do governo equatoriano, promoveu o estabelecimento, em cinco áreas rurais selecionadas, de OFICINAS COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO, constituídas por equipes de trabalho previamente capacitadas no uso de pequenos meios de comunicação (jornais murais, jornais comunitários, audiovisuais, fotomontagens, cartazes etc.), bem como em técnicas de autodiagnóstico e planejamento comunitário e processos pesquisa-comunicação-ação. Estas oficinas estimularam o trabalho organizado das comunidades em áreas tais como saúde, alfabetização, associativismo etc. Converteram-se em instrumento de dinamização e organização comunitárias. Como tais, chamaram a atenção das instituições locais e até nacionais, as quais começaram a apoiá-las e a utilizarem-se de seus serviços.

2. Em 1983, a **Rádio Latacunga**, operada pela Congregação Salesiana a serviço dos camponeses da Província de Cotopaxi, resolveu capitalizar na experiência das Oficinas Comunitárias de Comunicação e ofereceu suas ondas para difundir os trabalhos educativos na Província, localizada na serra equatoriana e composta por populações fundamentalmente indígenas, quéchua-falantes e mestiças.

3. Para operacionalizar o casamento da rádio com o trabalho comunicacional de base, assinou-se um convênio entre a **Rádio Latacunga**, o **Instituto Nacional de Capacitação Campesiana (INCCA)** e o CIESPAL, que permitia o estabelecimento de pequenas CABINES DE GRAVAÇÃO em diversas organizações de Cotopaxi que tinham solicitado apoio comunicacional para estimular a participação nos seus projetos de desenvolvimento.

As cabines de gravação estão formadas pelo equipamento mínimo indispensável (um gravador, um toca-disco, um deck, altofalantes, amplificadores e microfone) para que as organizações, desde suas respectivas sedes, possam

elaborar programas informativos e educativos. Estes programas são retransmitidos pela Rádio Latacunga em espaços fixos de manhã e de tarde. Como eles estão elaborados em castelhano e em quéchua, o uso da língua nativa tem produzido uma revalorização da cultura autóctona, a qual anteriormente estava se perdendo e totalmente desprestigiada.

4. O CIESPAL, por sua parte, acompanha o sistema com capacitação contínua dos integrantes das cabines e outros grupos comunitários, tanto por meio de cursos como de cartilhas e manuais educativos. Além disto, o CIESPAL fornece promotores especialmente contratados que visitam as comunidades, ajudam a estruturar as equipes de base e assessoram na produção local de materiais de comunicação.

Os resultados desta experiência de Comunicação Rural são muito positivos:

a) durante o período de 1984-86 realizaram-se 14 eventos de capacitação, dirigidos a 236 camponeses membros das sete organizações que possuíam Cabines de Gravação;

b) até dezembro de 1985, nas quatro organizações acompanhadas pelo CIESPAL produziram-se mais de 500 rádio-revistas em quéchua e castelhano, além de 20 palestras educativas e quatro documentários radiofônicos, assim como um audiovisual sobre a história das organizações;

c) as organizações de segundo grau (federações de associações comunitárias), que antes encontravam grandes dificuldades de convocatória, pela dispersão das comunidades e falta de caminhos, graças à rádio mantêm um processo permanente de intercâmbio de informação em nível intra e intercomunitário, pois os presidentes das comunicações e das organizações transmitem seus convites e comunicados;

d) as Cabines de Gravação constituem um veículo útil para os serviços de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural, pois, por meio dos programas, eles difundem e explicam seus projetos. Além disto, os programas das Cabines são espaços que permitem a interlocução entre técnicos e agentes de desenvolvimento das instituições oficiais e particulares, logrando-se uma melhor coordenação dos trabalhos no campo.

Encerro, assim, esta breve análise de alguns dos fluxos que compõem a Comunicação Rural, esperando que a mesma tenha mostrado a decisiva importância da Comunicação Rural para o desenvolvimento econômico e humano das áreas rurais, e também as contradições existentes entre o discurso e a prática de nossos países com relação à Comunicação Rural, pois nota-se a defasagem existente entre as suas necessidades e os recursos que em geral lhe são concedidos para realizar sua tarefa.

Essa desvalorização de uma função social tão necessária em países ainda rurais é o ponto que desejo abordar agora.

A CINDERELA DA ADMINISTRAÇÃO

No curso para comunicadores agrícolas do Caribe que dirigi em San José, Costa Rica, durante o mês de maio, perguntei aos participantes – todos eles funcionários de Ministérios de Agricultura ou Serviços de Apoio à Agricultura – quais eram seus principais problemas. A resposta, consensual, foi:

a falta de percepção da importância e das reais funções da Comunicação Rural por parte dos dirigentes das instituições, e a conseqüente carência de recursos humanos, técnicos e financeiros para a adequada operação dos serviços de comunicação rural.

As conseqüências desta desvalorização são diversas e todas elas graves:

1. Pouco pessoal para muitas funções, dentre as quais as mais favorecidas pelos dirigentes costumam ser a publicidade institucional e as relações públicas, em detrimento da comunicação técnica educativa.
2. Produção inadequada de materiais de comunicação em quantidade e qualidade, o que leva a uma baixa cobertura do público que se precisa atingir e a um baixo impacto sobre ele.
3. Falta de tempo para os comunicadores fazerem pesquisas e diagnósticos que lhes permitiriam conhecer melhor a situação e os problemas de sua clientela, assim como para os mesmos planejarem boas estratégias, capacitarem-se profissionalmente, trocar experiências com colegas etc.
4. Perda de pessoal treinado para a empresa privada e necessidade de treinamento de pessoal novo.
5. Finalmente, um prejuízo relacionado aos comunicadores rurais que, ao se sentirem desvalorizados por seus superiores, tendem também à autodesvalorização e à aceitação da rotina de seu trabalho, sem maiores aspirações de aperfeiçoamento em sua pedagogia e em suas técnicas. Estabelece-se assim o **círculo vicioso da estagnação**: não se é produtivo porque não há estímulos nem condições, e não são dados estímulos e condições porque se é pouco produtivo. Aqueles dirigentes, entretanto, que romperam este círculo vicioso em suas instituições, têm colhido excelentes resultados de seus investimentos em Comunicação Rural.

O EXEMPLO DOS ESTADOS UNIDOS

Um país que tem investido em Comunicação Rural e colhido frutos abundantes – literalmente – de seu investimento são os Estados Unidos. A agricultura norte-americana é a mais produtiva do mundo, mas quem achar que todo o mérito está na inteligência e no entusiasmo dos "farmers" esquece que grande parte do suceso deve-se à incorporação de fortes doses de ciência e tecnologia e que tal ciência e tal tecnologia não chegam aos "farmers" enquanto dormem, mas, sim, por meio de um poderoso sistema de informação e comunicação rural.

Perguntei uma vez a meu amigo Mason Miller, então Diretor da Divisão de Difusão Científica Agrícola, no U.S. Department of Agriculture (USDA), quantas pessoas, e com que qualificações, trabalhavam com ele. Mason me respondeu: "Aqui em Washington DC tenho 125 especialistas, quase todos com Ph.D (Doutorado). No resto do país, nas Estações Experimentais do USDA, temos outros 900, com igual qualificação".

Note-se bem, esta massa de comunicadores só difunde ciências agrícolas, pois seu objetivo é desenvolver a consciência da importância da ciência e da pesquisa na população do país. Para difundir TECNOLOGIA AGRÍCOLA estão os chamados "Extension Editors", que trabalham nos colégios de agricultura estaduais (os Land Grant Colleges), e são encarregados dos serviços de extensão rural em cada Estado. Estes comunicadores rurais pro-

fissionais, que apóiam os extensionistas com a comunicação, ultrapassam os 2.000 e quase todos eles possuem Mestrado ou Doutorado.

Compare-se este contingente com os que no Brasil ou Argentina trabalham em Comunicação Rural, em quantidade e, sobretudo, em nível de formação. Comparem-se os recursos financeiros investidos no trabalho destes profissionais. Pergunte-se se alguma universidade brasileira oferece algum treinamento equivalente em **Jornalismo Agrícola**, pelo menos no curso de Mestrado, ao que eu recebi na Universidade de Wisconsin lá pelos idos de 1954.

Será que nossas autoridades não conhecem as funções que a Comunicação Rural pode desempenhar em favor do desenvolvimento agrícola e rural? Caso não as conheça e desejem um testemunho autorizado, eis a lista das "significativas aportações" que, segundo a FAO, as experiências indicam que a comunicação pode oferecer para o desenvolvimento:

- en estabelecimento de vínculos más eficientes y orgánicos entre los centros y proyectos de investigación y desarrollo tecnológico y los servicios de asistencia técnica, así como entre éstos y los productores rurales;
- en diagnósticos y análisis de situación con participación de los interesados y en la identificación de necesidade, tanto para la investigación como para los servicios de asistencia técnica, en función de la formulación e implementación de programas y proyectos de desarrollo.
- en el incremento de la capacidad para lograr efectivos en el proceso de desarrollo, así como en la expansión de la capacidad de cobertura de los servicios a la población rural, todo lo cual tiende a disminuir los riesgos de fracaso y los períodos de maduración de programas y proyectos;
- en el mejoramiento de la eficacia de los processos pedagógicos de enseñanza-aprendizaje mediante el uso de metodologías e instrumentos de comunicación. çen este sentido, la comunicación se considera parte integrante de un processo, en cuyo transcurso las comunidades rurales recrean su conocimiento tradicional y lo transforman para interactuar más provechosamente en un ambiente cambiante.
- en el estímulo y el fortalecimiento de las organizaciones campesinas. En este sentido, auspicia el debate acerca de las formas organizativas más convenientes y fomenta la capacidad de las organizaciones para utilizar la comunicación como um instrumento interno.
- en la creación de um común sentido crítico y de nuevas opciones a futuro en las comunidades rurales, en la promoción de confianza y autoestima y en la afirmación de una identidad de propósitos;
- en la difusión de los conceptos de desarrollo rural y en la sensibilización a nivel de todos los sectores y niveles directa o indirectamente involucrados en el desarrollo rural acerca de las deficiencias y limitaciones existentes y, sobre todo, acerca de la necesidad de políticas y acciones capaces de dar una mejor y más rápida respuesta a los problemas;
- en el incremento de la calidad de los recursos humanos de los organismos ocupados del desarrollo, mediante la transferencia interna de conocimientos para la capacitación en servicio y la circulación horizontal de experiencias formativas.

A VALORIZAÇÃO INTEGRAL DO ESPAÇO RURAL

A lista das contribuições potenciais da Comunicação Rural para o desenvolvimento é impressionante, mas é ainda suscetível de disfarçar o atual divórcio entre o discurso e a prática. Cada dia mais, creio que ela somente cumprirá seu enorme potencial quando nossos países adotarem uma política global de desenvolvimento que conceda à agricultura e ao desenvolvimento rural uma prioridade superior à atualmente concedida à indústria.

Isso não é uma crença utópica. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) acredita firmemente que "a agricultura pode e deve constituir um pólo central de crescimento e acumulação de capital, no contexto atual e previsível dos países da América Latina e do Caribe", e que "as estratégias econômicas globais que se implementem deverão priorizar adequadamente a agricultura e suas vinculações intersetoriais" (IICA – REACTIVACIÓN AGROPECUARIA, UNA ESTRATEGIA PARA EL DESARROLLO, XI Conferência Interamericana de Ministros de Agricultura, Ottawa, Canadá, Set., 1987).

Todavia, não é suficiente a colocação da agricultura como prioridade. Também seria necessário realizar uma estratégia de desenvolvimento que Jacques Chonchol, ex-Ministro da Agricultura do Presidente Allende, do Chile, chama de VALORIZAÇÃO INTEGRAL DO ESPAÇO RURAL. A estratégia consiste em reduzir a enorme diferença que existe na atualidade entre o setor urbano e o setor rural de nossos países, no que tange à renda média recebida pelos respectivos habitantes, bem como à quantidade e qualidade dos serviços sociais que ambos os setores usufruem.

Todos sabemos, de fato, que nas áreas rurais os serviços de educação, saúde, recreação, comunicação etc. são, de longe, inferiores aos das cidades. Nem todos sabemos, porém, que a renda média do setor rural é um quinto da renda média urbana. A conseqüência destas flagrantes diferenças é, evidentemente, o intenso êxodo rural.

A estratégia consistiria, então, em descentralizar a indústria e os serviços, de modo que a população rural não somente tenha emprego bem remunerado sem sair do campo mas consiga educar seus filhos e defender sua saúde no mesmo nível de qualidade que os habitantes das cidades.

Se isso não for feito, afirma Jacques Chonchol, quando chegar o ano 2000, muitas das cidades latino-americanas serão megalópoles inadministráveis e não-vivíveis, e os governos terão que forçar a volta ao campo de maneira desordenada e coercitiva.

Acho que a Comunicação Rural, ultrapassando e superando a sua tradicional concentração excessiva na transferência de tecnologia aos agricultores, se destina também **a demonstrar aos dirigentes e a toda a população que é urgente adotar políticas de reativação da agricultura e de valorização integral do espaço rural,** o que implicaria **a drástica revisão do modelo de desenvolvimento vigente, que faz da agricultura e da vida rural os servidores explorados e mal pagos da indústria e da vida urbana.**

Somente fazendo as pazes com a terra e com os homens e mulheres que a fazem produzir é que o discurso e a prática da Comunicação Rural serão uma coisa só, pois ambos estarão a serviço de um desenvolvimento mais justo e mais humano.

PARTE I

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO RURAL

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DE COMUNICAÇAO RURAL

*José Nilo Tavares

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

I

O convite que me foi feito pela INTERCOM para participar deste importante conclave propicia-me a oportunidade de dois reencontros. O primeiro, com a Universidade de Viçosa, pois aqui estive há exatamente 25 anos, para falar sobre "Nacionalismo e Desenvolvimento". Desde então, muitas águas rolaram, inclusive o meu afastamento da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1964, ocasionado pelos autores do golpe de estado que mergulhou o País no obscurantismo, por mais de duas décadas.

As idéias que expendemos naquela conferência não as abandonamos hoje, ainda que as abracemos com maior maturidade. A problemática do desenvolvimento econômico, político e social brasileiro e a sorte do nosso povo continuam a ser o motivo maior das nossas atividades. Com certa tristeza, verificamos hoje que muito pouco se fez, nos últimos 25 anos, no sentido de extirpar a miséria em que vive a maioria do nosso povo, de acabar com o analfabetismo que grassa em nossa população, de reduzir a doença que atinge parcelas consideráveis da nossa gente, de propiciar empregos condignos para os nossos jovens e para os marginalizados em geral. Muito menos conseguimos consolidar uma ordem econômica autônoma, liberta da exploração do capitalismo internacional.

O segundo reencontro é com os companheiros da INTERCOM, abrindo a possibilidade de, após dois anos, procedermos à avaliação da nossa experiência de Governo, é verdade que em posição modesta, exercida na direção do CNPq, em Brasília, por indicação do Ministro Renato Archer. As esperanças que mantínhamos então, em relação à Nova República, não mais subsistem; o Governo, não obstante a retórica do seu discurso progressista, enveredou pelos caminhos do conservadorismo e do fisiologismo. De qualquer forma, a nova Carta Constitucional que acaba de ser aprovada, de caráter avançado, abre perspectivas otimistas para os dias futuros, estimulando-nos a novos esforços e a novas lutas.

---

* O autor, Livre-Docente em Ciência Política, leciona na PUC-Rio e na Universidade Federal Fluminense e foi Diretor de Ciências Humanas e Sociais do CNPq, em Brasília, na gestão 1986-1987. Dentre outros livros, tem publicados: "Conciliação e Radicalização Política no Brasil" (Vozes, 1982) e "O Modelo Econômico e Político Brasileiro: Crise e alternativas" (Achiamé, 1983).

II

A questão do desenvolvimento econômico e social, como tem sido observado, projeta-se como questão pública depois da Segunda Guerra Mundial, em fase de renovação do imperialismo que, graças aos avanços tecnológicos e às modificações ocasionadas pela quase destruição da economia européia, assume nova configuração. Por outro lado, é contemporâneo o efeito dos avanços do socialismo e da emergência de países independentes, particularmente na África e na Ásia, os quais, para se afirmarem, tiveram de desfechar árdua batalha contra as potências colonialistas, particularmente Inglaterra e França, sob o aval dos Estados Unidos.

A partir de campos metodológicos e teóricos distintos, embasados em realidades históricas diferentes e em interesses econômicos e políticos antagônicos, a que correspondem enfoques ideológicos diversos, propõem-se, no contexto da guerra fria, dois modelos de desenvolvimento de largo alcance: o capitalista e o socialista. Evidentemente, tais modelos polares não excluem modalidades complementares, estilos e combinações peculiares, persistentes tanto na perspectiva capitalista quanto na socialista.

Tendo em vista o prazo limitado de que dispomos, e o fato de estarmos inseridos no complexo capitalista, não obstante as alternativas do socialismo hoje presentes nos programas de vários partidos políticos brasileiros, abordaremos apenas as questões relacionadas com o modelo capitalista, inclusive a sua crítica.

O modelo de desenvolvimento capitalista, de tradição muito mais longa que o socialista, radica-se na Economia Política inglesa e é formulado, inicialmente, pelos economistas clássicos, com os quais se defronta, em posição crítica, Karl Marx. Cinco versões, pelo menos, podem ser arroladas deste modelo de desenvolvimento, cada uma delas enfatizando certas categorias básicas, correspondentes a etapas históricas sucessivas do próprio desenvolvimento capitalista, em níveis internacional e nacional. Tais versões, como brilhantemente as sintetizaram Oswaldo Sunkel e Pedro Paz, estão associadas às categorias de **riqueza, evolução, progresso, crescimento** e **modernização.**

O traço comum dessas versões está na concepção do indivíduo como portador de qualidades naturais e sociais permanentes e, em grande medida, inalteráveis. Dentre essas qualidades e seus conseqüentes condicionamentos destaca-se a identificação do homem com a propriedade e o consumo; em outras palavras, o individualismo possessivo. A partir desta matriz, presente no pensamento jusnaturalista e contratualista, bem como no utilitarista e liberal, encontra-se na propriedade privada a base da existência social e, em sua defesa, o fundamento da atividade política. Decorre daí o nascimento de uma "consciência" centrada na concepção "mecânica-orgânica-positiva" da sociedade e na descoberta e descrição das leis eternas e objetivas que regularizam o comportamento social.

Na América Latina e, particularmente, no Brasil, já tiveram vigência todas essas versões, implementadas com o objetivo de explicar o nosso atraso e propor soluções para o nosso desenvolvimento. A idéia de assimilar desenvolvimento com riqueza predominou nas concepções teóricas e no comportamento prático dos primeiros estadistas do Brasil independente, como Cairu, Alves Branco, Visconde do Rio Branco, Nabuco de Araújo ou Ouro Preto.

Substancialmente pressupunha-se, em fórmulas de raciocínio mecânico-natural, que a sociedade realizaria o seu máximo potencial na medida em que se organizasse de acordo com uma pretensa ordem natural individualista, possessiva e consumista, de natureza liberal.

O modelo evolucionista irradiou-se entre nós sob a influência da obra de Spencer, principalmente, e do darwinismo social, muito embora jamais tenha se constituído em traço marcante da ideologia dominante e da orientação governamental. Influenciou, no entanto, importantes publicistas e políticos, a partir da segunda metade do século XIX, persistindo, como ideologia "marginal" de certos grupos sociais, até os nossos dias. Implicava, em última instância, a concepção da existência de um processo de mutação, igualmente orgânico e natural, espontâneo e contínuo.

A idéia do progresso, inscrita na bandeira nacional, foi largamente difundida pelos positivistas, que constituíram, na história das idéias no Brasil, em todos os tempos, o grupo ideológico-doutrinário mais compacto e influente, não obstante as divisões internas ocasionais. Ao grupo positivista seria apenas comparável o círculo que gravitou em torno da Igreja Católica. O positivismo associa desenvolvimento com ciência e os resultados dela obtidos, nos campos material e espiritual, como a inovação tecnológica e o enaltecimento e a libertação do espírito humano das crendices e dos mitos. Trazia em si a preocupação com o social e a idéia da necessidade da incorporação do proletariado à sociedade industrial. Identificava, em última instância, o progresso como fruto da mecânica de um sistema natural.

Nas últimas décadas, sob a influência das teorias econômicas que se forjaram nos centros metropolitanos do capitalismo internacional, particularmente nos Estados Unidos, os pensadores brasileiros, agora profissionalizados e transformados em economistas e sociólogos, tenderam a assumir posições definidoras do desenvolvimento de caráter neo-clássico ou keynesiano. Os conceitos de crescimento e modernização, nesta perspectiva, transformaram-se no elemento-chave presente nos programas inovadores de desenvolvimento econômico.

O modelo keynesiano de crescimento, formulado para enfrentar, a curto prazo, o problema gerado pela crise do capitalismo nos entornos de 1930, tem como eixo central o papel que os investimentos poderiam exercer no crescimento da renda, no equilíbrio do sistema, na manutenção da taxa de emprego e na plena ocupação dos fatores produtivos. Destaca ao mesmo tempo, contrariando a tradição liberalista, as funções do Estado e do setor público, em geral, no desempenho das atividades econômicas. A linguagem utilizada pelos economistas keynesianos e neo-clássicos tornou-se, hoje, familiar aos brasileiros: taxa de investimentos, financiamento externo, poupança interna, dívida interna, prioridades para aplicação de recursos etc.

Neste modelo, por outro lado, relegam-se a plano secundário as questões relacionadas com as condições institucionais, culturais, políticas e sociais da utilização da capacidade dos recursos humanos e naturais. Relegam-se igualmente as conseqüências dos investimentos sobre as condições de vida da população, bem como assuntos relacionados com a distribuição da renda, a concentração geográfica das riquezas e atividades econômicas. Aqui se reduz, freqüentemente, a problemática do desenvolvimento à capacidade de acumulação e ao crescimento assegurados pela elevação das taxas de poupança e inversão.

Os freqüentes fracassos – e vivenciamos alguns no Brasil dos últimos anos – das políticas desenvolvidas sob este enfoque são atribuídos a "anormalidades" ou "vícios" de todo o sistema social, partindo-se, evidentemente, da suposição da existência de uma **normalidade natural** intrínseca à realidade, quando não a fatores aleatórios, arbitrariamente construídos, tais como a "falta de autoridade e liderança dos governantes" e a persistência de comportamentos coletivos atávicos e perversos. Em síntese, quanto aos seus fundamentos, o modelo de crescimento pouco difere da orientação clássica e neo-clássica tradicionais, muito embora seja gerido por "managers", "executivos", economistas bem-trajados procedentes de Harvard e quejandos e não mais por circunspetos homens públicos de fraque e pincenê. Os mesmos ingredientes naturalistas e mecânicos, a mesma visão do desenvolvimento como processo de aperfeiçoamento, que vai do primitivo, imperfeito e atrasado ao moderno, perfeito e avançado, como percurso a ser cumprido das colônias até as metrópoles. Trata-se, portanto, de erigir o capitalismo maduro como modelo ideal de desenvolvimento, acriticamente, sem a análise real das situações concretas criadas pelo capitalismo ou da sua viabilidade, independentemente do tempo e do espaço, isto é, histórica.

No modelo de modernização ou desenvolvimento por etapas, além da metodologia indutiva adotada, que vai do particular ao geral, e da conseqüente incorporação à análise ou descrição, de categorias depreendidas da realidade estudada, não se percebe alteração mais significativa com relação ao modelo anterior. Aqui, geralmente, toma-se um fator isolado, depreendido da realidade concreta, empiricamente, e faz-se dele o núcleo da teoria e o eixo das políticas sugeridas. Superestima-se à quintessência, por exemplo, fatores como excedente de mão-de-obra, estrutura produtiva pouco diferenciada, populações apáticas e acomodadas, falta de capacidade decisória e altas taxas de crescimento demográfico, tornando-os causas quase exclusivas do atraso.

Se incorpora à sua visão o papel dos valores e atitudes psicossociais, ao contrário do modelo anterior, não os insere no conjunto da prática das classes sociais. Se se mostra atento ao papel exercido pelas instituições e organizações políticas e sociais, no processo de desenvolvimento, vê a modernização como solução panacéica, reduzindo-a a ingrediente de um formulário, de natureza química: racionalização da administração pública, incremento da produtividade empresarial, necessidade de inovações tecnológicas, formação de recursos humanos etc. Esses elementos significativos são tomados de forma isolada e perde-se a visão da articulação em virtude da pressa, talvez, que leva os modernistas a confrontarem o conceito de modernização ou modernidade no espelho do modo de produção capitalista.

III

Na perspectiva crítica dos modelos anteriores situa-se, ao nosso ver, uma espécie de alternativa transitória entre o capitalismo e o socialismo, expressa de maneira exemplar no enfoque histórico-estrutural, assumido, na América Latina e no Brasil, pela escola cepalina (da CEPAL). Esta visão tem o grande mérito de oferecer alternativas aos modelos clássicos abordados sem, no entanto, romper com eles. Volta-se para o enfrentamento da questão do desenvolvimento despido dos preconceitos "naturalistas" e "individualistas",

sem aprofundar, entretanto, a questão fundamental da propriedade privada. Assume as aspirações das classes sociais e dos grupos marginalizados, fazendo das realidades concretas o seu ponto de partida, mas em nível ainda de distanciada abstração teórica e acadêmica. Incorpora ao seu cabedal as grandes descobertas científicas do marxismo, distanciando-se, no entanto, cautelosamente, da sua prática. Constitui, sem dúvidas, um considerável avanço no sentido da compreensão do fenômeno do desenvolvimento econômico e social e acena com reais possibilidades do seu solucionamento.

A crítica estrutural-histórica acentua o caráter descritivo dos modelos anteriores, bem como a sua metodologia e a ideologia implícita em suas orientações, de defesa e justificação de interesses dominantes e situações injustas que se perpetuam em nível da realidade econômica e social nos países do chamado Terceiro Mundo.

Partindo do ponto de vista estrutural, histórico e totalizante – vendo, portanto, a realidade em sua essência estrutural-social, histórica e articulada num todo –, utiliza, em suas análises, conceitos heurísticos do tipo de **processo, estrutura** e **sistema**, deixando de conceber o desenvolvimento independentemente do subdesenvolvimento. Passemos a palavra a dois intérpretes insignes desta versão crítica: "O subdesenvolvimento é parte do processo histórico global de desenvolvimento... Ambos são parte do mesmo processo... histórico-universal. Ambos são historicamente simultâneos, vinculados funcionalmente... interagindo e condicionando-se mutuamente, observando-se a sua expressão concreta em dois grandes dualismos: de um lado a divisão do mundo **entre** os estados nacionais industriais avançados, desenvolvidos, "centros", e os estados nacionais subdesenvolvidos, atrasados, pobres, periféricos, dependentes; e do outro, a divisão dentro dos estados nacionais em áreas, grupos sociais e atividades avançadas e modernas e em áreas, grupos e atividades atrasadas, primitivas e dependentes" (Oswaldo Sunkel e Carlos Paz, pág. 37).

A proposta a que leva tal diagnóstico, no sentido da superação do subdesenvolvimento, é a da necessidade de superação do seu estado de dependência, da transformação da sua estrutura, de modo a obter maior capacidade autônoma de crescimento e reorientação do sistema econômico, visando atender os interesses da respectiva sociedade, como um todo. Daí a necessidade da participação na práxis desenvolvimentista, ativa, de novos grupos sociais antes excluídos e marginalizados.

Como os países que devem se desenvolver têm as suas possibilidades de ação social condicionadas pela natureza das vinculações externas, o grau de participação dos novos grupos sociais acima referidos relaciona-se diretamente com a dependência, supondo-se que a um maior grau de participação política e social corresponda, também, um maior grau de autonomia nacional. A perspectiva crítica passa a ter como seu corolário, conseqüentemente, a ênfase às estruturas do poder e à luta política.

IV

Passamos agora a fazer algumas reflexões em voz alta, com o objetivo de suscitar questões para debates em torno de situações concretas, diretamente relacionadas com os dias em que vivemos. Está implícito que tudo

aquilo que acabamos de dizer assume a função de referencial teórico para a discussão de questões práticas. Longe de pretendermos enquadrar a nossa prática atual em esquemas conceituais previamente fixados, queremos, sim, testar, na prática, tais conceitos, refazendo-os, se necessário, com o objetivo de acertar, isto é, de transformar a realidade no sentido da superação do atraso, da miséria, da ignorância e das desigualdades sociais.

Em parte, provavelmente em virtude do monopólio dos meios de comunicação pelas classes dominantes, que a eles imprime, no Brasil, a sua orientação, calcada em interesses particularistas, ocorre hoje a difusão de certas temáticas relacionadas com o desenvolvimento econômico e social, que durante muito tempo estiveram submersas. Quando nos referimos a classes dominantes, queremos aludir particularmente a certas facções delas, vinculadas aos desígnios do grande capital internacional, em torno de cujos interesses movimenta-se o "centro" em relação à "periferia".

A abertura do debate é, sem dúvida, sintoma da existência de um diálogo decorrente da redemocratização do país, embora a sua explicação não se restrinja a este aspecto. Onde se encontram as raízes de questões relacionadas com os temas da privatização x estatização da economia, capital nacional x capital estrangeiro, contratos de risco, reserva de mercado, domínio nacional das riquezas do subsolo, por um lado, e, por outro, as relacionadas com a melhoria das condições de trabalho do assalariado urbano e, principalmente, do rural, com a limitação dos privilégios do capital, das castas burocráticas civis e militares, bem como a questão da ampliação da soberania nacional?

Poderia ter ocorrido que, dentro da camisa de força do regime militar, essas questões não tivessem condições para emergir, ou, quem sabe, não se mostrassem relevantes pelo Estado militarista? As duas hipóteses parecem procedentes.

Enquanto os interesses maiores das classes dominantes – os da propriedade e do lucro – foram preservados pelo regime militar, imposto com seu apoio, as contradições menores acomodaram-se, tolerantes. No momento em que, por diversas causas, evidenciou-se a incompatibilidade entre Estado autocrático e sociedade civil, rompeu-se o acordo, sendo criadas as condições para o processo da abertura democrática e para o evento da Nova República.

Não obstante as medidas preventivas assumidas pelo governo militar com o pacote de abril, no sentido da manutenção do "stablishement", a recuperação democrática extrapolou os limites previstos, ainda que não abalando os alicerces do modelo de desenvolvimento capitalista, sustentado por um Estado liberal-burguês, cuja estrutura **não foi atingida** pela nova Constituição. Vendo-se desprovido de condições para conter as reivindicações da esmagadora maioria do povo brasileiro, que feriam os seus interesses imediatos, o bloco hegemônico das classes dominantes recuou, aceitando a democratização, mas reagiu, procurando limitar os seus efeitos. E reagiu utilizando os meios de comunicação de que eram possuidores, no sentido de impor a sua ideologia, recorrendo aos seus representantes no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, isto é, no Governo e no Estado, para conter ou sabotar iniciativas reformistas e inovadoras.

V

A privatização da parte estatizada da economia é uma das principais

bandeiras levantadas por um dos punhos do bloco hegemônico, enquanto o outro agita a idéia da inadequação e da ineficiência da gestão pública no mundo dos negócios. Se toda questão tem uma história sem cujo conhecimento não poderemos entendê-la e muito menos resolvê-la, qual a história da estatização de parte da economia brasileira?

Desde a consolidação do Estado Nacional independente brasileiro, optou-se, decididamente, pelo regime liberalista, do "laissez-faire". As classes dominantes, por meio de suas classes dirigentes integradas por liberais e conservadores, assumiram a perspectiva da livre iniciativa, reservando ao Estado função complementar, subsidiária, no campo da economia. Tratava-se, inclusive, de desmontar um Estado colonial, sediado em Portugal, que dispunha, a seu bel-prazer, do excedente econômico e das principais iniciativas no campo produtivo.

A paulatina e subseqüente intervenção do Estado na economia, no século XX, dá-se objetivamente a chamado, e para fortalecer a iniciativa privada. O capitalismo de Estado e o capitalismo monopolista de Estado, universalmente, e vestidos com novas roupas nos países subdesenvolvidos, têm como substrato básico esta característica: possibilitar a reprodução do modo de produção capitalista, o fortalecimento político da burguesia e a solidez da iniciativa privada. É verdade que, freqüentemente, a burguesia não compreendeu o aparentemente "duplo" papel do Estado e insurgiu-se contra ele, contra o seu benfeitor, como ocorreu, por exemplo, com a política de arrocho fiscal e tributário ou com a implementação da legislação trabalhista.

O chamado acordo de Taubaté, que fixou as medidas de proteção à economia cafeeira, isto é, à iniciativa privada no ramo do café, em princípios do século, constitui o momento inicial da intervenção estatal no Brasil independente, diretamente. Uma intervenção que encontrou, inclusive, forte oposição por parte de setores das classes dominantes, tamanhos os privilégios que concedia aos produtores. Tratava-se da revolta da "alma boa" da burguesia contra a sua "alma má". Desde aí verifica-se o caráter essencial que a intervenção estatal terá na história econômica do País, expressa por um economista em fórmula célebre: privatização dos lucros, socialização das perdas.

É o que até hoje continuamos a fazer, no caso do perdão das dívidas dos pequenos e médios empresários, contraídas durante o Plano Cruzado. Como se o Governo paternalista fosse responsável pelos erros do filho menor e ingênuo. E os outros "milhões de filhos", proprietários de nada, mais cruelmente atingidos pela derrota inflingida pelas classes dominantes a um plano que as favorecia, expresso na fiscalização e controle do poder abusivo do lucro? É verdade que a vitória da "iniciativa privada" deu-se em virtude da debilidade do público, isto é, do povo, desamparado por um Governo ambíguo em fase de transição.

Na etapa da economia industrial, o procedimento adotado em defesa da iniciativa privada agropecuária não se alterou. Pelo contrário, intervindo para favorecer a iniciativa privada dos industriais, o Estado continuou a manter as benesses concedidas aos fazendeiros, deixando de atender, apenas, de forma absoluta, os camponeses e assalariados rurais. Implantação de indústria de base, às expensas dos recursos públicos; extensão custosa do sistema de transportes e vias de comunicação; empréstimos subsidiados e avais nem sempre honrados; isenções de taxas e impostos; garantias de compras por

meio de contratos clientelísticos e, freqüentemente, envolvendo a corrupção, eis aí facetas desta nova fase que até hoje perdura.

Na campanha pela privatização e na luta contra a estatização – que constituem casos exemplares cujo estudo permite desvendar os mistérios da ideologia dominante e militante –, vários ângulos deveriam ser iluminados. Sem dúvida, muitas das intervenções estatais, geralmente requeridas pela iniciativa privada, foram catastróficas, sujeitando-se a injunções menores dos representantes políticos das classes dominantes, gerando o empreguismo, vivendo de regalias, perpetuando a ineficiência e a irresponsabilidade. Muitas intervenções, ocorrendo em setores improdutivos ou enfrentando mercados desconhecidos, constituindo-se em arapucas antes que em empreendimentos sérios, praticamente estavam destinadas à falência. Não podendo falir, para não prejudicar a iniciativa privada, mantêm-se até hoje, desfalcando os cofres públicos.

A simples transferência dessas empresas falidas à iniciativa privada, eliminando qualquer possibilidade de intervenção pública no futuro, representaria perspectiva de segurança e recuperação? Possuiria a iniciativa privada um condão mágico que, ao simples toque, transformaria a pedra em ouro? Não é esta a realidade que se depreende com a leitura das folhas diárias que registram o movimento de concordatas e falências das empresas privadas, inclusive as grandes como a Matarazzo. A experiência mostra que pouquíssimos conglomerados econômicos têm sido capazes de sobreviver, dispensando a intervenção do Estado e dos seus bancos, por mais de uma geração.

As empresas estatais, o capitalismo de Estado, por definição, seriam ineficientes e insubsistentes, numa **perspectiva capitalista**? Apesar do protecionismo e do monopolismo – que não seriam eliminados com a privatização –, muitas empresas estatais brasileiras vêm demonstrando um nível de eficiência e competitividade bem superior ao da maioria das empresas privadas, como, por exemplo: Petrobrás, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil, Correios e Telégrafos.

A quem interessaria a privatização, particularmente como o desejam alguns setores, de empresas que apresentam lucros e produtividade? A que modelo corresponderia a privatização, no estágio atual? Como encarar a questão, levando-se em conta que as possibilidades de desenvolvimento econômico e social são condicionadas pela natureza das vinculações externas e pelo grau de participação dos novos grupos sociais?

Não seria legítimo afirmar que as empresas estatais deficitárias, por se situarem em áreas-chave, poderiam interessar a grupos multinacionais monopolistas que, graças à articulação internacional e às condições, em geral, de que dispõem, poderiam relegar a expectativa de lucro imediato para o futuro, mediante as compensações da posição estratégica que ganham? Se o lucro é o objetivo, posterga-se o lucro, mas não se o abandona. E não se poderia supor que, não obstante girarem pelo over, *diariamente, em passeios especulativos, cerca de 80 milhões de dólares, a iniciativa privada de caráter nacional ainda não adquiriu – adquirirá algum dia? – a sua maioridade?*

X

Sugestões para leituras complementares:

1. SUNKEL, Oswaldo, PAZ,Pedro. El subdesarrollo latinoamericano y la

teoria del desarrollo. Editora Siglo XXI: México, 1970.

O autor fundamentou-se particularmente nesse estudo na exposição das partes II e III da presente comunicação.

2. PREBISCH, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1964.

3. O *modelo econômico e político brasileiro. Crise e alternativas*. Organizado por José Nilo Tavares. Achiamé Editores: Rio de Janeiro, 1983.

4. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Polis-Vozes: Rio de Janeiro, 1984.

5. CASTRO, A.B. de, SOUZA, F. F. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1985.

6. *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Organizado por Ricardo Tolipan e Artur Carlos Tivell. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1987.

"MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO RURAL" OU " MODO DE PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL"?

Maria Teresa Lousa da Fonseca*

Acredito que minha participação nesta mesa que se propõe discutir "Modelos de desenvolvimento e políticas de comunicação rural" no contexto desse encontro interdisciplinar, cujo tema central é a Comunicação Rural, deve-se ao fato de que, ultimamente, minhas reflexões têm se pautado em pensar a problemática educacional da classe trabalhadora rural como uma questão política não desvinculada das questões educacionais e culturais mais amplas, que são gestadas no interior do tipo de formação social que vivemos.

Neste sentido, aqui venho para partilhar e discutir dúvidas, anseios e preocupações teórico-políticas. Assim, parto do pressuposto de que tanto a prática da educação como a da comunicação são práticas pedagógico-políticas, necessariamente culturais, que "não podem ser tomadas como conceitos ou como fenômenos sociais isolados em si mesmos e independentes da realidade que as encerra. Devem ser tomadas como resultados sociais que só podem ser entendidos, de modo concreto, se relacionados com as condições sociais globais, isto é, com os fatos sociais que permitiram o seu surgimento e impulsionaram o seu desenvolvimento"[1].

Acredito que somente sob a ótica das forças sociais e das tendências antagônicas, que caracterizam a sociedade burguesa, é possível entender a gênese, o desenvolvimento, a reprodução e as transformações das práticas pe-

* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

dagógicas e culturais aí realizadas; em outras palavras, sua historicidade. Com isso quero dizer que, fruto de uma disputa social, a educação e a comunicação se estruturam, se instituem e se desenvolvem fundadas na contradição.

Historicamente, no que tange às questões tomadas como específicas da educação e da comunicação no meio rural, a política cultural hegenômica no Brasil tem se mantido, na forma e no conteúdo, tradicional e conservadora, melhor dizendo, desigual e excludente. Senão, vejamos:

"A preocupação das elites brasileiras para com a educação rural data da passagem da primeira para a segunda década deste século, quando a migração rural para as zonas urbanas passou a ser vista como uma ameaça à harmonia e ordem das grandes cidades e uma possível baixa na produtividade do campo.

A necessidade de conter esta migração e a idéia de que a educação seria o mecanismo mais eficaz para realizar essa contenção se converteram em justificativas para todas as iniciativas a favor da educação rural, unindo até mesmo grupos dominantes rivais, agrários e industriais.

Neste sentido, sem dúvida, o Movimento Ruralista na História da Educação Rural daí por diante. Para as elites era fundamental a manutenção do *status quo* (principalmente da estrutura agrária), desde que também não faltassem braços para a lavoura e nem se reduzisse a produtividade dos campos.

A perspectiva "ruralista" no tratamento da educação permaneceria inalterada até a década de 40, quando outras propostas passaram a ser implementadas. Estas, entretanto, nada traziam de novo em relação à postura conservadora do movimento anterior, mudavam-se apenas seus promotores (o Governo brasileiro passa a receber ajuda do Governo americano e da ONU) e as direções e estratégias de ação, cujas metas eram atingir não apenas a escola rural, mas também o homem do campo adulto, através de campanhas comunitárias.

Em 1945, várias medidas foram tomadas. Criou-se a "Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais" (CBAR) e, com o apoio da UNESCO, estabeleceram-se as condições para a Campanha Nacional de Educação Rural, que tinha na experiência de Itaperuna o seu modelo. Esta experiência tinha como suporte básico a idéia de que o atraso das zonas rurais decorria da escassa preparação do homem do campo. Assim sendo, o importante seria preparar melhor esse homem, ou seja, levá-lo a uma vida mais digna, através da difusão da idéia e do valor da auto-ajuda; e isso só seria alcançado mediante o aperfeiçoamento de métodos e técnicas, de uma prática pedagógica não-escolar, ou seja, a "educação comunitária"[2].

Como afirma Ely Evangelista em seu trabalho "A educação do *mundo livre*: As ações dos organismos internacionais, então criados, se propunham a intermediar a solução dos problemas econômicos e sociais do pós-guerra e a promoção, em sentido amplo, da cooperação internacional nos campos econômicos e das políticas sociais, que ensejasse a difusão do Estado do Bem-Estar a todos os povos"[3]. Este era o modelo de desenvolvimento daquela política de educação rural. É neste contexto que os programas de Extensão Rural e similares chegam ao Brasil e, nestes programas, tanto a educação como a comunicação rural aparecem como conceitos de estruturas

próprias, e contrários aos processos culturais já em curso no seio da sociedade.

Para a classe trabalhadora rural, os anos 40 representam, pois, o enraizamento de dois problemas contra os quais ela luta até hoje: a negação da escola para si e seus filhos, ou seja, a impossibilidade real e concreta de acesso ao saber universal sistematizado que está na base da lógica e das leis que regem a sociedade onde vive e a compulsividade dos projetos especiais, educativos mas não-escolares, exigidos pela reprodução ampliada do capital.

Esta constatação permite então inferir que a negação da escola traz embutida em si a negação da cidadania, isto é, da participação social e política, enquanto os projetos especiais trazem a compulsividade de uma ação político-pedagógica que acomode e adestre essa mão-de-obra de acordo com as necessidades da divisão social do trabalho e dentro dos estreitos limites de sua utilidade econômica.

A meu ver, tem sido sob esta trama histórica, que explica alguns dos aspectos de como a exclusão política, cultural e econômica da classe trabalhadora rural vem sendo construída, que a política cultural hegemônica direcionada a esta classe tem se mantido como uma política de repressão a qualquer projeto de emancipação político-cultural do homem do campo.

O pressuposto que alimenta teórica e politicamente esta postura, no que tange à prática pedagógica – de educação e de comunicação, tomadas como específicas –, é a idéia de que "A educação é, no seu reverso, um caso particular de comunicação; atende a uma relação humana especial: aquela que se exerce para provocar uma mudança para certa direção. A educação é doutrina, e a comunicação é seu instrumento. Materiais de comunicação são todos os que servem para difundir idéias. Materiais educativos são aqueles materiais de comunicação que usamos para difundir idéias com o propósito de modificar a conduta do sujeito"[4].

Esta é uma lição que todos sabemos na ponta da língua, pois quase tudo o que nos foi ensinado no curso de graduação, seja na sala de aula, seja nos manuais que tínhamos à mão, partia desses conceitos que ainda hoje sustentam a postura teórica hegemônica no interior dos cursos de formação e treinamento de agentes rurais.

Diante disso, e tentando trabalhar sob outra ótica, faço meu um questionamento colocado por Miguel Arroyo, quando analisa a questão escolar no campo, adaptando-a ao contexto de nossa discussão. As propostas que defendem a especificidade da educação e da comunicação rural e sua adequação cultural na verdade encobrem, "sob fórmulas culturalistas atraentes e aparentemente inovadoras, problemas estruturais reais entre cidade e campo e as próprias relações estruturais de exclusão no campo. Não seria nestes problemas estruturais que se deveria buscar a explicação para o fracasso ou, mais precisamente, para a negação da cidadania, ou seja, da emancipação política e cultural para o homem do campo"[5].

Para responder a esta questão, admito como pressuposto básico o entendimento de que as questões a serem aqui debatidas não são exclusivas da população rural e de seus problemas culturais, mas inerentes a toda a sociedade brasileira, à correlação das forças existentes no interior do Estado e da sociedade, ou seja, aos divergentes interesses da burguesia e dos trabalhadores do campo e da cidade.

Na dinâmica de suas relações, o capital exige a subordinação do capital

agrícola ao industrial e, ao mesmo tempo, engendra neste processo, além das contradições econômicas (capital x trabalho, terra x capital), contradições sociopolítico-culturais que redimensionam a luta entre as classes (burguesia x proletariado), as relações cidade/campo/Estado e, por conseguinte, as condições e as formas de trabalho no campo e nas periferias das cidades, como também o modo de vida e a organização da cultura destas populações marginais. Como nos ensina José de Sousa Martins: "a base do conhecimento deve estar no processo do capital, que engendra condições múltiplas a partir de diferentes situações sociais como as que são encontradas nas diferentes regiões brasileiras. (...) não é possível separar aquilo que o capital já unificou – o rural e o urbano". É preciso superar o entrave teórico-político de se "discutir a classe operária urbana como se não houvesse nenhum elo entre a sua situação e a dos lavradores pobres do Nordeste ou de outras regiões"[6].

Logo, falar na relação cidade/campo hoje no Brasil e do papel que a educação e a comunicação ocupam nesta relação é falar de um problema político que é de todos os segmentos da sociedade, não apenas de latifundiários, de trabalhadores e de agentes rurais. E, neste sentido, este é um problema crucial para nós educadores e comunicadores, cuja postura teórico-política depende de admitirmos que o equacionamento destas questões não poderá ser meramente técnico nem parcial, mas necessariamente político, nacional.

Neste sentido, penso que a problemática que temos para debater não é propriamente a de "Modelos de Desenvolvimento e Políticas de Comunicação Rural", mas, sim, de **modo de produção e política cultural.**

Na linha de raciocínio que estamos seguindo, a educação e a comunicação rural não são práticas pedagógicas excludentes, mas, sim, práticas culturais intrínsecas a um projeto que, historicamente dimensionado, "leva em conta o papel da cultura, seja como fator de discriminação sócio-política, seja como instrumento de dominação ideológica, como forma de resistência das classes dominadas, ou, enfim, como forma de criação com potencial de emancipação e de libertação histórica"[7].

A meu ver, a questão que se põe para o educador e para o comunicador, ante a problemática das classes na sociedade burguesa e sua relação com a prática educativa é a seguinte: na sociedade capitalista todo o saber é necessariamente um saber que corresponde a determinados interesses de classes. É sempre um saber socialmente determinado. E por isso contém em seu interior uma questão de poder e de dominação. Assim sendo, "para analisar a educação em práticas concretas, em situações definidas, é forçoso pensar no saber social que aí está sendo elaborado e apropriado, isto é, é necessário ficar atento aos interesses representados na prática educacional efetiva, pois nela não se produz o saber em geral, mas o saber adequado a tais interesses"[8].

Neste sentido, é forçoso perceber que o conflito entre as classes não se completa em seus momentos de antagonismo explícito, mas, sim, pela mediação de uma série de instrumentos institucionais, jurídicos, políticos, pedagógicos, morais, policiais, artísticos, psicológicos, religiosos etc. As idéias dominantes atravessam todos estes instrumentos institucionais e, por isso, integram constitutivamente a luta de classes. Exemplo concreto disso são os programas educacionais (escolares ou não) e os meios de comunicação de massa. Na América Latina esses instrumentos de mediação político-cultural têm sido há décadas objeto de vultosos investimentos por parte do consórcio

entre Estados e Organismos Internacionais, sem contudo alterarem significativamente as calamitosas estatísticas educacionais e, ou, o comportamento político do cidadão comum latino-americano. Como diz Valdenir Caldas, "A propagação do conhecimento e da cultura não significa, necessariamente, a democratização da cultura..."[9].

Quanto a isso, é preciso então ter clara a íntima relação entre modo de produção e política cultural. A discussão realizada por Ely Evangelista sobre esta questão esclarece que, do ponto de vista da classe hegemônica, "a divisão de tarefas relativas à cultura pelos diversos órgãos, programas ou comissões, mais do que uma fragmentação da cultura, tem historicamente revelado a essencialidade da difusão de uma cultura particular, a capitalista, para a realização internacional dos interesses econômicos. Com isto se revela ainda a inseparabilidade das dimensões econômicas e socioculturais das sociedades às quais se impõe o monolitismo ideológico que caracteriza a política internacional"[10]. É diante dessa constatação que precisamos ter presente que a conquista de uma nova ordem social é um processo histórico complexo, pleno de contradições e conflitos.

É na esteira destas reflexões que acredito existirem espaços que ainda permitam incluir novas análises para os problemas culturais brasileiros e, por conseguinte, para os chamados problemas da educação e da comunicação rural.

Tal compreensão nos impõe o dever de sermos, ante nossas práticas concretas, os mais realistas possíveis, naquele sentido exposto por Solon Barraclougt, quando analisa a capacitação rural. Penso que para nós, educadores e comunicadores, que trabalhamos no meio rural, sua análise tem validade integral quando diz: "É pura ilusão pensar que os programas de capacitação rural podem ser neutros ou resolver por si mesmos os conflitos sociais que não foram resolvidos em nível político. Todo programa de capacitação ou bem reflete as contradições sociais e os conflitos da sociedade na qual se realiza ou bem cumpre seu papel propagandístico, implícito ou explícito, para um enfoque particular dessa sociedade. Qualquer outra posição é ingênua ou hipócrita. (...) Seria absurdo imaginar que é possível proporcionar a camponeses da África, América Latina e Ásia a mesma educação formal que os camponeses europeus e americanos recebem. Entretanto, de algum modo misterioso porporcionamos a aqueles as mesmas oportunidades e valores que são possíveis aos camponeses dos países industrializados. O que não é tão evidente, porém igualmente certo, é que capacitar camponeses em países pobres pode não dar-lhes nenhuma oportunidade adicional, de nenhum tipo, a menos que o conjunto da sociedade mude no sentido de que haja também condições para o aproveitamento de sua capacitação"[11].

A meu ver é somente a partir de raciocínios como este que problemas da educação e da comunicação rural podem ser compreendidos. Isto porque, do ponto de vista da condição da cidadania, os camponeses se diferenciam significativamente de uma sociedade para outra. Nos chamados países pobres, a emancipação econômica, política e cultural dos camponeses passa por algumas preliminares. No interior do modelo de desenvolvimento que historicamente se constrói nestes países, a questão camponesa nunca foi seriamente encaminhada, seja a partir do econômico (a questão agrária), seja a partir do político-cultural (a questão da cidadania). Como explica Ianni: "A história dos países latino-americanos revela a contínua e reiterada subordinação do

camponês às estruturas públicas e privadas do poder (...). A Igreja, a escola, as agências governamentais, os poderes municipais, as organizações políticas, os meios de transportes e comunicações, rádio, imprensa, televisão, toda essa teia de relações econômicas, políticas e culturais, subordinam o trabalhador rural aos interesses da cidade, da indústria, do banco, do comércio, do governo, do Estado. Sob essas condições o camponês não alcança a condição de cidadão, nem mesmo de categoria inferior (...). A crescente subsunção formal do trabalho camponês ao capital poucas vezes é acompanhada da conquista do direito da cidadania (...)"[12]. Em outro estudo, ainda completa o mesmo autor: "A realidade é que a persistência do caráter agrário de um país pode ter muito a ver com a forma da revolução burguesa que nele se dá. Em certa medida pode se dizer que a força revolucionária do campesinato tem muita relação com o caráter de revolução burguesa (...). Entretanto, na medida em que a revolução burguesa não provoca maiores transformações no mundo agrário, preserva ou recria um campesinato descontente. Aí está uma condição básica da força social que ele pode representar, em âmbito local, regional ou nacional. Nesse sentido é que os camponeses têm fornecido a dinamite para por abaixo o velho edifício"[13].

Diante disso, tenho claro que as questões da educação e da comunicação rural no Brasil estão imbricadas a outras mais profundas e abrangentes, vale dizer, sua análise exige considerá-las como expressões das contradições inerentes ao tipo de sociedade em que vivemos, na qual a desigualdade econômica e a exclusão política de classe vêm sendo historicamente construídas, seja no campo, seja na cidade.

No contexto dessas considerações, entendo que, para nós, educadores e comunicadores brasileiros, pensarmos a comunicação rural é um desafio teórico e político. Como diz Enrique Santos "Educar não significa somente ensinar ao homem a ler e escrever ou dar-lhe conceitos que lhe permitam autosuperar-se. A educação real não pode estar desvinculada do direito que tem o homem à saúde, à vida, ao emprego, às condições de vida sem as quais a educação, assim em abstrato, não tem significado algum. Neste sentido, o processo educativo (...) tem que estar vinculado à luta pela transformação das estruturas socioeconômicas que impedem precisamente, que haja uma verdadeira comunicação cultural por parte da moderna tecnologia dos países capitalistas"[14]. Desconsiderar isso é não querer entender nossos próprios problemas e muito menos enfrentá-los; é continuar tratando-os de forma estritamente técnica e parcial; é não considerá-los como problemas políticos historicamente construídos; é continuar favorecendo a desigualdade e a exclusão da classe trabalhadora rural no interior da nossa formação social.

Historicamente, a prática tem demonstrado que a conquista dos direitos civis básicos e da condição de cidadania para a maioria da população brasileira só tem se efetivado na medida em que as classes populares avançam em capacidade de intervenção política. Neste sentido, para os trabalhadores rurais, além da luta pelos direitos civis básicos, intervir politicamente significa enfrentar, de forma organizada, com coragem e perseverança, a luta pela terra e por melhores condições de trabalho, em toda a sua amplitude, ou seja, com todas as conotações sociais, políticas, econômicas e culturais que isso implica.

É nesta perspectiva que acredito que se abrem para nós, educadores e comunicadores, várias e novas possibilidades de trabalho, no sentido de con-

tribuírmos efetivamente para a recuperação e a reconstrução histórica das lutas político-sociais e, ou, educacionais dos trabalhadores do campo. Em primeiro lugar, a possibilidade de verificar como se cruzam as explicações teóricas já elaboradas sobre este assunto, abrindo, assim, a oportunidade de divulgá-las, discuti-las, repensá-las ou de iniciá-las onde inexistentes. Em segundo lugar, a possibilidade de lembrar e reparar, junto com os trabalhadores, a importância dos momentos em que conseguiram se organizar em função de objetivos coletivos; e, finalmente, de assumirmos o compromisso de que nossa prática concreta possa contribuir política e efetivamente para que o trabalhador rural brasileiro possa escrever, ele próprio, a sua história, selar alianças com os trabalhadores da cidade, travar a sua luta, sempre com mais pertinência, lucidez e possibilidade de ganhos, para que um dia ele também possa dizer como o trabalhador/poeta cubano:

"Tenho, vamos ver,
que já aprendi a ler,
a cantar,
tenho que já aprendi a escrever
e a pensar
e a rir.
Tenho que já tenho
onde trabalhar
e ganhar
o que tenho que comer.
Tenho, vamos ver,
tenho o que tinha que ter."[14]

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FRANTZ, Walter. Comunicação e educação em cooperativas: retrospectiva e importância atual *in* perspectiva econômica. São Leopoldo, v. 13, n. 39, p. 135-149, Ano XVIII, 1983.

2. FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no brasil, um projeto educativo para o capital*. Edições Loyola: São Paulo, 1985. p. 54-55.

3. EVANGELISTA, Ely G. dos S. *A Educação do Mundo Livre*. PUC: São Paulo, 1987. Dissertação de Mestrado. p. 26.

4. CANO, Maria Teresa. *Elaboración de materiales educativos para programas de población* [texto sem referência].

5. ARROIUI, Miguel. Escola, cidadania e participação no campo. *Em Aberto*, Brasília-MEC/INEP, n. 9, p. 1-6, set., ano 1, 1982.

6. MARTINS, José de Sousa. Ciência e crise política: A sociologia a caminho da roça. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 12, p. 243-247, junho, 1979.

7. CHAUI, Marilena *et al.* Polítca cultural. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1984. P. 6.

8. GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. *In Revista Contexto e Educação*, n. 4, p. 47-59, out/dez., Ano 1, 1986.

9. CALDAS, Waldenyr. O que todo cidadão precisa saber sobre cultura. Global, São Paulo, 1986. P. 21.

10. EVANGELISTA, Ely dos S. op. cit. P. 38.

11. BARRACLOUGT, Solon. *Ideología y practica de la capacitación campesina. Buenos Aires, Comunicación y Cultura*, n. 2. p. 159-175, 1974, Editorial Galerna.

12. IANNI, Octavio. Classe e nação. Vozes: Petrópolis, Vozes, 1986. p. 90.

13. —. A utopia camponesa em São Paulo. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, p. 103 a 118, ago., Ano 2, 1986.

14. SANTOS, Enrique. Tecnologia, imperialismo e educação. *Comunicación y Cultura*, Bueno Aires, p. 135-146, Ano 3, 1974.

PARTE II

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO RURAL

Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

PESQUISA EM COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

John H. Fett
Departamento de Jornalismo Agrícola
Universidade de Wisconsin-Madison
Madison, Wisconsin

Para avaliar a pesquisa e a teoria atual é necessário analisar como este campo de pesquisa se desenvolveu historicamente.

Os modelos de comunicação em desenvolvimento rural têm sempre andado em paralelo com os modelos de desenvolvimento rural em voga. No início da década de 1960, a transferência de tecnologia era básica para o paradigma dominante de desenvolvimento rural, e o modelo de difusão/adoção serviu de guia para a maioria das discussões e das pesquisas em comunicação. Agora sabemos das falhas de se focar exclusivamente neste esquema e as suposições errôneas de que a tecnologia disponível era apropriada e à natureza das situações do agricultor, na qual o modelo de difusão/adoção estava baseado.

O modelo de deficiência humana, que culpava os agricultores por programas que falhavam, está virtualmente sem adeptos em círculos acadêmicos e também perdeu o apoio da maior parte dos agentes de extensão.

A pesquisa feita no Brasil por Diaz Bordenave (1966) e Fonseca (1966) demonstrou a importância de fatores econômicos na procura de informação e na adoção de práticas pelos agricultores. A aparente indiferença dos agricultores em relação à informação suposta útil não foi mais do que um comportamento racional quando considerada a esfera limitada de decisões a tomar (Fett, 1975).

Desde cedo, muitos argumentaram por uma maior atenção ao contexto social, econômico e cultural no qual os agricultores operavam (Brown and Kearl, 1967; Beltran, 1974; Grunig, 1971; Brown, 1971). Felstehausen (1973), entre outros, observou que a comunicação não pode ser estudada isoladamente do sistema social do qual faz parte.

No ano passado, especialistas em Comunicação em Desenvolvimento se reuniram no East-West Center, no Hawai, para examinar a situação da comunicação no desenvolvimento. Apesar dos cientistas sociais, participando desta e de outras conferências similares anteriores, terem vindo de diferentes países e estarem representando diferentes pontos de vista, eles representavam principalmente países do Este-Oeste e não do Norte-Sul.

Wilbur Schramm (1987), talvez no último trabalho apresentado antes de sua morte, resumiu o espírito dos encontros de 1964, 1975 e 1987. Os participantes de 1964 eram otimistas. A comunicação era vista como tendo um papel central no desenvolvimento. Termos como "multiplicador mágico" eram relacionados com comunicação coletiva.

Muito tinha mudado até o segundo encontro em 1975. O chamado modelo ocidental ou paradigma dominante foi considerado deficiente. O novo modelo enfatizou a mobilização de recursos humanos e sociais, tanto quanto os econômicos (Eisenstadt, 1975). Os participantes não se sentiram desencorajados, mas tiveram mais dúvidas.

A conferência de 1987 foi marcadamente pluralista. As discussões se focalizaram não no uso da comunicação, mas na sua finalidade e no interesse em saber quem a controla. Apesar da comunicação ser mais freqüentemente mencionada como agente de mudança, uma grande quantidade de comunicação em todos os sistemas sociais está, sem dúvida, a serviço da manutenção do *status quo* ou da minimização das mudanças.

Os trabalhos e discussõs mostraram disparidade entre a natureza da comunicação no desenvolvimento e a maneira de pesquisá-la. Havia uma disposição para reconhecer que muitas idéias e esquemas diferentes pudessem ser válidos, mas não necessariamente um acordo em idéias e esquemas específicos.

Muitas vezes se age como se a mudança nos modelos fosse de certa forma simultaneamente acompanhada por um comportamento modificado no campo. O artigo de Rogers (1976) sobre "a queda do paradigma dominante" não foi simultaneamente acompanhado por mudança dramática no modo como os detentores do poder procederam quanto ao desenvolvimento. Na verdade, as facetas do paradigma dominante descrevem com certa precisão o comportamento atual de muitos países.

O problema é tratar modelos normativos como se fossem descritivos. Como McAnany (1983) ressalta, existem três razões para discrepâncias entre teoria e prática: a falha da teoria em explicar a realidade; a irrelevância da teoria para a prática; ou, a prática não considerar a teoria.

Há uma razão na preocupação em se fazer uma convergência entre teoria e prática. As necessidades urgentes do povo rural requerem um compromisso por parte dos cientistas sociais em procurar conhecimentos aplicáveis à solução de problemas. Os pesquisadores de comunicação latino-americanos têm sido especialmente conscientes de seu papel na mudança de um *status quo* injusto.

Esta conscientização do cientista social, entretanto, não se reflete sempre na prática. Existe uma certa inércia, o que faz com que muitos projetos de pesquisa sejam um pouco mais do que cópias de estudos anteriores. A vasta literatura na área de difusão e adoção talvez seja a melhor maneira de ilustrar este ponto de vista. Algumas das variáveis independentes usadas nos primeiros estudos parecem ter sido selecionadas mais por razões práticas de ser possível observá-las e medi-las do que por uma razão teórica (Singh, 1972). Entretanto, com o passar do tempo, estas variáveis parecem ter ganho importância devido ao grande número de pesquisadores que as incluíram em seus estudos, por terem demonstrado possuir poder como prognóstico.

Muitas das variáveis incluídas em estudos de difusão e adoção, bem como em outras áreas de pesquisa de ciências sociais em desenvolvimento, têm

sido variáveis que não podiam ser manipuladas. Não se argumenta pela sua eliminação nos estudos; elas muitas vezes possuem considerável poder descritivo. Mas se pesquisa deve ter valor para facilitar mudança, ela precisa incluir elementos que possam ser mudados pelos políticos ou outros.

A fase de execução da pesquisa, em especial a pesquisa de avaliação, também pode influir seu valor. Tipicamente, pesquisa de avaliação consiste na coleta de dados iniciais antes do desenvolvimento de um projeto e dados completos, no fim, para determinar os efeitos do mesmo. Certamente, estes estudos são úteis e devem ser conduzidos.

Mas estes estudos cumulativos não fornecem aos diretores do projeto informação que poderia auxiliar na direção das decisões, enquanto o projeto se desenvolver. Pesquisa formativa, que combina investigação com atividades aplicadas, pode proporcionar tal informação. Aqui a avaliação é integrada nas atividades normais do projeto, pois mantém o trabalho do pesquisador relevante aos problemas práticos e aumenta a probabilidade de que recomendações resultantes da pesquisa sejam postas em prática.

Além disso, agências governamentais também consideram a pesquisa formativa uma ameaça menor do que a cumulativa (Woods, 1976). Estas agências muitas vezes têm uma certa relutância em auxiliar e cooperar com a pesquisa se existe qualquer probabilidade de que os resultados demonstrem que o projeto não é completamente um sucesso.

A maioria dos estudantes estrangeiros de pós-graduação que estudam no Departamento de Jornalismo Agrícola na Universidade de Wisconsin em Madison recebe bolsas de estudo das agências de desenvolvimento rural de seu país, onde haviam trabalhado por vários anos. Estas agências, tipicamente, esperam que os estudantes adquiram a habilidade necessária para avaliar os programas de comunicação nelas mesmas. Nada melhor para desenvolver essa habilidade do que ter o estudante de desenvolver essa habilidade na sua agência. Entretanto, repetidamente, os esforços para tais projetos foram frustrados pelos administradores das agências em que eles trabalham, que receiam que uma avaliação poderia se refletir negativamente em sua agência. Na maioria dos casos, este medo não se justificava.

A maneira pela qual se analisam os dados também afeta os resultados inferidos. Historicamente, as conclusões da pesquisa de comunicação em desenvolvimento têm sido distorcidas pelo fato de que, na maioria dos casos os pesquisadores e redatores seguiram uma macroanálise em vez de microanálise. Os pesquisadores calcularam médias em vez de distribuições. Como resultado, eles apresentaram o "sucesso" da difusão de práticas em termos de percentagem de todos agricultores usando a prática. Uma microanálise teria tocado nas razões lógicas de alguns agricultores não terem adotado certas práticas e teria levado mais rapidamente a modificações fundamentais no modelo de difusão/adoção.

Outro exemplo de uma distorção causada por uma macroanálise pode ser vista nos padrões de comunicação da UNESCO (1961). Estes especificam o número de jornais, aparelhos de rádio e televisão e assentos de cinemas que um país necessita por cada 100 pessoas, para ter alcançado certo estágio de desenvolvimento. Estes padrões receberam muita atenção na época, e certos países às vezes ainda julgam a infraestrutura de seus meios de comunicação adequada ou não baseados nestes padrões. Mas a macrovisão no estabelecimento destes padrões ignorou o desnível de desenvolvimento e distribuição

dos meios de comunicação em quase todos países. Alguns que se orgulhavam em ter alcançado estes mínimos padrões, muitas vezes tinham pouco ou nenhum meio de comunicação disponível para suas vastas populações rurais (Brown and Kearl, 1967).

Outro aspecto a ressaltar é em relação à literatura de pesquisa em comunicação em desenvolvimento rural. Em muitos casos, as conclusões parecem ser geradas mais pela posição política e filosófica do autor do que pela evidência coletada no desenrolar do estudo.

Um modelo de pesquisa de ciências sociais não consiste unicamente de pesquisa quantitativa controlada. Em conferências de pesquisa nos Estados Unidos, cientistas em biologia discutem seus dados, enquanto cientistas sociais discutem sua metodologia. Há um certo exagero nesta observação, mas, em geral, Nordenstreng (1968) diz que a pesquisa americana em comunicação é muitas vezes correta em metodologia técnica, mas pobre em produtividade conceitual.

Também Marques de Melo (1975) afirma que a seleção do projeto de pesquisa deve se basear num problema que vale a pena resolver.

Não se deve considerar os pesquisadores positivistas e os pesquisadores críticos em dicotomia. Rahim (1987) diz que o positivismo não é contra o uso de dados qualitativos, de investigação teorética interpretativa e de teoria crítica. Mosco (1983) diz que não é o apoio ou a oposição à evidência empírica que distingue uma perspectiva crítica de uma positivista, mas um compromisso com a emancipação hamana.

A preocupação, então, não reside na metodologia específica utilizada ou na forma da apresentação da evidência para apoiar as conclusões, mas em que alguma evidência objetiva fosse apresentada levando o leitor às mesmas conclusões do autor.

Um aspecto que distingue cientistas de não cientistas é que os cientistas tem uma obrigação especial de assegurar uma investigação objetiva e sistemática.

Na segunda parte deste trabalho, estão alguns tópicos que merecem mais atenção da parte dos pesquisadores em comunicação para o desenvolvimento rural. Como se vê, estes não são temas novos.

Tradicionalmente, a comunicação rural tem sido planejada e executada numa forma "de cima para baixo" e nós a estudamos da mesma maneira.

Agentes de extensão têm sido vendedores passivos, que revendem programas elaborados em ministérios distantes e conhecimento gerado fora da comunidade (Oakley, 1987). Os agricultures raramente têm uma oportunidade de expressar sua opinião quando se trata de preparação da mensagem (Solzer, 1979; Melkote, 1984).

Apesar desta situação ainda ser típica da maiora dos programas de extensão, é animador notar um crescimento no número de programas em que este não é o caso.

Num seminário de comunicação para agentes de extensão estrangeiros, que vêm à Universidade de Wisconsin para um curso intensivo de três meses em extensão agrícola, as aulas iniciam-se com perguntas aos participantes sobre o que eles estão tentando realizar por meio da comunicação em suas organizações, e que problemas têm que enfrentar para conseguir estes objetivos.

É encorajador notar as diferenças nas respostas através dos anos. Há 20

anos quase todos participantes disseram que o objetivo principal de suas atividades de comunicação era convencer os agricultores a usar as práticas recomendadas pela extensão. O maior problema era superar a recalcitrância dos agricultores em adotar estas práticas.

Este ponto de vista mudou tremendamente. Participantes de 13 países africanos e asiáticos, na turma de julho passado, mencionaram o "feedback" e a participação do agricultor muito mais freqüentemente do que só a difusão. E eles não estavam falando de modo abstrato. Mencionaram o aumento do diálogo com agricultores e de como estavam incluindo o "feedback" na comunicação, inclusive no uso dos meios de comunicação coletiva.

Há exemplos brasileiros também. As publicações para agricultores chamadas "pacotes tecnológicos", que se originaram duma colaboração entre pesquisadores, agentes de extensão e agricultores, são um exemplo. Em maio de 1987, Wilson Schmidt, um especialista em comunicação da EMATER no Rio Grande do Sul, conduziu programas de treinamento com os agentes de extensão em todo o estado para acelerar a mudança da extensão para uma perspectiva do agricultor.

Estas atividades representam exemplos do que Diaz Bordenave (1976) recomendou há anos, quando sugeriu uma estratégia de solução de problemas na difusão-adoção.

Entretanto, a pesquisa que explora esta posição parece ser tão lenta em tomar forma quanto os programas para colocá-la em prática.

Há lentidão na mudança de nosso foco de pesquisa em estudar "o que é" para "o que deve ser". A tendência é examinar somente a informação disponível. Seria melhor tratar informação como um conceito de "procura" em vez de "oferta", e examinar os problemas dos agricultores, o que é necessário para resolvê-los, que tipo de comunicação pode ajudar, e quem deve fornecê-la?

Alguns pesquisadores (Zuloaga-Albarran, 1981; Luthra, 1983; Schneider e Fett, 1978), que seguiram esta perspectiva, tiveram dificuldades em conseguir que os agricultores mencionassem os principais problemas que enfrentam na sua operação agrícola. Porém, um observador casual poderia ter concluído que, em muitos casos, problemas eram a única coisa que eles possuíam. As causas disto parecem ser mais profundas do que problemas estritamente metodológicos, devido a conceitos abstratos apresentandos numa linguagem que não lhes era familiar.

Alguma evidência sugere que os indivíduos não conseguem visualizar uma situação como problemática, a não ser que tenham opções a seguir, ou seja, a não ser que possam tomar uma decisão e fazer alguma coisa em relação a isto. Onde um ambiente de subsistência restritivo não lhes permite fazer alguma coisa diferente, indivíduos podem simplesmente se resignar ao seu destino e não procurar informação sobre o "problema" (Fett, 1975) e não fazer nada para resolvê-lo (Dewey, 1938).

O processo de "conscientização" de Freire (1969) procura fazer os agricultores cientes de sua situação em vista de forças sociais a sua volta, e, por isso, ver melhor e sugerir novos rumos para mudar a situação.

Em todo caso, esta é uma área para pesquisa frutífera, especialmente com a ênfase atual em participação popular e projetos integrados de desenvolvimento.

Atualmente, o conceito de participação popular aparece na maioria dos

artigos de desenvolvimento rural. A idéia de que desenvolvimento rural que faz sentido requer a participação do pequeno agricultor é aceita mais do que qualquer outro aspecto na literatura do desenvolvimento rural de hoje.

Mas é difícil implementar este mandato de participação (Gow *et alii*, 1979). A maioria das agências e organizações está estruturada para facilitar a comunicação de cima para baixo. As agências governamentais normalmente se consideram em papéis de peritos, com pouca necessidade de contribuição por parte de sua clientela. Agências burocráticas e centralizadas têm relutância em delegar qualquer controle aos grupos locais.

Programas de desenvolvimento integrado, que ostensivamente devem incluir participação popular, muitas vezes não alcançam o objetivo. Como Woods (1976) ressalta: "integração é um conceito de baixo-para-cima normalmente executado de cima-para-baixo.".

Por algum tempo, um grupo da Universidade de Cornell argumentou pela necessidade de organizações locais voluntárias como veículos indispensáveis para participação popular (Esman e Uphoff, 1984). Esman (1974) explicou o papel da comunicação em tais organizações. Ele o vê como: (1) difundindo informações aos agricultores; (2) integrando e coordenando serviços de agências burocráticas; (3) articulando as necessidades do agricultor junto às agências governamentais; e (4) pressionando o governo para efetuar as mudanças necessárias.

A evidência de pesquisa de países asiáticos corrobora a noção da habilidade de organizações locais de empreenderem estas funções. Mas a experiência asiática não é replicada tão bem nos países onde a maioria dos meios de produção está nas mãos de uma minoria elitista. Gow (1979) verificou que este foi o caso quando ele estudou as atividades de 24 organizações em sete países. Fett e Frohlich (1986) encontraram este mesmo resultado num estudo conduzido aqui no Brasil. Apesar de os sindicatos rurais apresentaram sucesso na implantação de muitas atividades dentro das quatro funções mencionadas por Esman, sua habilidade em exercer pressão para mudança governamental estava limitada a questões que não causavam desafio a interesses políticos ou da elite.

Porém, descentralização na tomada de decisões e distribuição de mais poder ao povo rural parecem necessidades claras para um desenvolvimento com eqüidade e justiça social. A comunicação tem, certamente, um papel neste objetivo, e muito será alcançado por meio de indivíduos atuando em grupos. A principal parte deste é um papel político, mas também existe uma função organizacional significante. Precisamos mais pesquisa em ambos.

Enquanto a retórica de desenvolvimento apóia organizações rurais fortes, a realidade política as rejeita por ser uma ameaça ao *status quo*. Entretanto, muito da literatura na comunicação em desenvolvimento rural (especialmente a literatura não latino-americana) ignora o fator político. Trabalhos de McAnany (1978) e Hornik (1980) representam algumas das primeiras exceções. Também, é bom ver que alguns estudos africanos recentes trataram "atividades governamentais" como variáveis independentes, prevendo conseqüências de vários projetos de desenvolvimento.

É uma pena que os resultados de muitos cientistas latino-americanos em comunicação não são mais difundidos para dar uma maior ênfase aos fatores políticos.

Como já foi mencionado, a maior parte da pesquisa na comunicação em

desenvolvimento rural tem sido em difusão. Relativamente pouca pesquisa tem sido conduzida em "feedback". Neste caso, usa-se **feedback** com uma definição mais ampla do que apenas uma resposta a uma mensagem recebida. Ele é um fluxo de idéias do povo rural para instituições que têm a função de servi-lo. Quando presente, a comunicação se torna um diálogo em vez de estritamente um fluxo numa só direção.

Apesar de a falta deste "feedback" ser reconhecida extensamente como um problema, tem recebido relativamente pouca atenção por parte da pesquisa (Gonzalez, 1985). Como Kearl (1987) comentou sobre o Projeto Puebla, "a comunicação das realidades do campo de milho do agricultor para a agência de crédito ou para a companhia vendendo fertilizante era lenta e difícil".

O "feedback" merece mais atenção até a nível dos meios de comunicação. Normalmente encaramos os meios de comunicação como canais de comunicação unidirecionais. Mas casos continuam aparecendo onde o "feedback" é integrado ao uso dos meios de comunicação de massa (Banerjee, 1978; Hoxeng, 1977). No seminário de julho, previamente mencionado, agentes de extensão africanos estavam sistematicamente incorporando tal **feedback** no seu uso de comunicação coletiva.

Sistemas de comunicação indígena e popular também merecem mais pesquisa (Wang e Dissanajake, 1982; Lent, 1982). Esta atenção deveria se focalizar não somente em como podem ser usados como fluxos de mensagens de desenvolvimento em duas direções, mas também sobre o que acontece com a credibilidade dos canais se eles são usados desta maneira. Como Diaz Bordenave (1975, citado em Lent, 1982) sugeriu, se o povo se dá conta que sua música e sua arte estão sendo usadas para fins propagandistas, elas podem perder sua credibilidade.

Talvez nenhum grupo tenha sido tão negligenciado na comunicação em desenvolvimento rural como a mulher. Esta representa 50% da mão-de-obra agrícola mundial (Jacobson, 1988), mas muitas vezes não tem acesso à informação (Majors, 1987). Mas Ashby (1981) sugere que as mulheres poderiam melhor difundir informação sobre agricultura, porque seus achados demonstram que elas discutem problemas agrícolas mais seguidamente do que os homens.

Recentemente tentei organizar artigos que possuo em comunicações em desenvolvimento rural. De um total de aproximadamente 850 artigos e abstracts, organizados no Departamemto de Jornalismo Agrícola de Wisconsin, somente dois discutiram comunicação para a mulher rural.

Finalmente, a comunicação dentro e entre agências de desenvolvimento rural é outra área que merece mais atenção para pesquisa. Muito da pesquisa em comunicação se focaliza nas dificuldades em alcançar os agricultores, ou, mais recentemente, em conseguir idéias dos mesmos. Mas muitos problemas de comunicação residem em outro aspecto. Há mais de 20 anos, Bostian e Schneider (1966) concluíram que um importante problema dos agentes de extensão do Rio Grande do Sul era que não dispunham de informação adequada para comunicar. Os textos guardados dos anos na universidade formavam sua mais importante fonte de informação.

As agências, individualmente, raramente têm todas as respostas que os agricultores necessitam para solucionar problemas específicos. Isto é reconhecido pelo maior número de projetos de desenvolvimento integrados que

procuram contribuições de uma série de agências. Mas competição por recursos escassos, diferentes pontos de vista quanto à prioridade de programas, bem como inflexibilidade burocrática podem praticamente paralisar projetos de desenvolvimento. Esta não é, certamente, uma área sem pesquisa; Havelock (1971) sumariou estas pesquisas há alguns anos. Mas não é um tópico muito selecionado por pesquisadores em comunicação em desenvolvimento rural.

BIBLIOGRAFIA

1 – ASHBY, Jacqueline A. "New Models for Agricultural Research and Extension: the Need to Integrate Women". In: LEWIS, Barbara. *Invisible Farmers: Women and the Crisis in Agriculture*. Washington, D.C. USAID, 1981.

2 – BANERJEE, Sumanta. "Report on Three Community-Originated Radio Programmes". *Media Asia*, v. 5, n. 1, 1978.

3 – BELTRAN, Luis Ramiro. "Rural Development and Social Communication: Relationships and Strategies". In: *Communication Strategies for Rural Development*, proceedings of the Cornell-CIAT International Symposium, Ithaca, N.Y.: Cornell University Press. 1974.

4 – BOSTIAN, Lloyd & SCHNEIDER, Ivo. *O Uso dos Meios de Comunicação pelos Técnicos Agropecuários do Estado do Rio de Grande do Sul*. Rio Grande do Sul, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1966.

5 – BROWN, Marion & KEARL, Bryant. *Mass Communication and Development: The Problem of Local and Functional Relevance*, No. 38, Land Tenure Center, University of Wisconsin, 1967.

6 – BROWN, Marion. "Dont't Blame the Campesino". *CERES*, Winter, 1971.

7 – DEWEY, John. *The Theory of Inquiry*. New York: Holt and Co, 1938.

8 – DÍAZ BORDENAVE, Juan. *Sociological and Psychological Factors Related to Information Seeking Among Farmers in the Brazilian Northeast*, unpublished doctoral dissertation. Michigan, State University, U.S.A., 1966.

9 – ___. "Communication of Agricultural". Innovations in Latin America: The Need for New Models. In: ROGERS, Everett (ed.). *Communication and Development: Critical Perspectives*. Beverly Hills: Sage Publications, 1976.

10 – EISENSTADT, S. N. "The Changing Vision of Modernization and Development". In: SCHRAMM, Wilbur and LERNER, Daniel (ed.)

Communication and Change: The Last Ten Years – and the Next. Honolulu, The University Press of Hawaii, 1975.

11 – ESMAN, Milton J. "Popular Participation and Feedback Systems in Rural Development". In: *Communication Strategies for Rural Development,* proceedings of the Cornell-CIAT International Symposium. Ithaca, N.Y.; Cornell University Press, 1974.

12 – ESMAN, Milton J. & UPHOFF, Norman T. *Local Organizations: Intermediaries in Rural Development.* Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1984.

13 – FELSTEHAUSEN, Herman. "Conceptual Limits of Development Communications Theory". *Sociologia Ruralis.* Vol. 13, n. 1, 1973.

14 – FETT, John. "Situational Factors and Peasants' Search for Market Information", *Journalism Quarterly,* Vol. 52, n. 3, 1975.

15 – FETT, John & FROHLICH, Egon R. "Organizações Agrícolas Voluntárias como Elos de Ligação entre Associados, Agências Governamentais e Empresas Particulares". *Revista de Ciências Sociais,* Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Vol. 1, n. 1, 1986.

16 – FONSECA, Luiz. "Information Patterns and Practice Adoption Among Brazilian Farmers", unpublished doctoral dissertation, University of Wisconsin, U.S.A., 1966.

17 – FREIRE, Paulo. *Extensión o Comunicación?* Santiago. Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria, 1969.

18 – GONZALES, Hernando. *Development Dialogue: The Feedback Problem in Less Developed Countries,* paper presented at the International Communication Association Conference, Honolulu, Hawaii, 1986.

19 – GOW, David D. *et alii. Local Organizations and Rural Development: A Comparative Reappraisal.* Washington, D.C.: Development Alternatives, Inc., vol.1, 1979.

20 – GRUNIG, James E. "Communication and the Economic Decision-Making Process of Colombian Peasants", *Economic Development and Cultural Change.* Vol. 19, n. 4, 1971.

21 – HAVELOCK, Ronald G. *Planning for Innovation Through Dissemination and Utilization of Knowledge,* Institute for Social Research, University of Michigan, U.S.A., 1971.

22 – HORNIK, Robert. "Communication as Complement in Development". *Journal of Communication,* U.S.A., vol. 30, n. 2, 1980.

23 – HOXENG, James. "Programming by the People: An Ecuatorian Radio Experiment". *Educational Broadcasting International,* March. 1977.

24 – JACOBSON, Jodi L. "The Forgotten Resource". *World Watch,* Vol. 1, n. 3, 1988.

25 – JAYAWEERA, Neville. "Reflection on some Theoretical Issues Underlying the Development Communication Debate". Paper presented at the Seminar on Communication and Change, Honolulu, Hawaii, 1987.

26 – KEARL, Bryant. "Necessary Elements for Development in Agriculture: What the Professional Communicator has to Offer", proceedings of a conference on Agricultural Development: Systems and Communications, University of Rhode Island, 1987.

27 – LENT, John A. "Grassroots Renaissance: Folk Media in the Third World". *Media Asia.* Vol. 9, n. 1, 1982.

28 – LUTHRA, Rashmi. Personal communication, 1983. (s.l.)

29 – MAJOR, Michael. "Participatory Communication in Development: Integranting Women in Forestry Projects in Costa Rica". unpublished M.S. thesis, University of Wisconsin, U.S.A., 1987.

30 – MARQUES de Melo, José. "Evolution of the Communication Discipline in Brazil". *Gazette,* vol. 21, n. 1, 1975. (s.l.)

31 – MCANANY, Emile. "Does Information Really Work?". *Journal of Communication,* vol. 28. n. 1, U.S.A, 1978.

32 – ___. "From Modernization and Diffusion to Dependency and Beyond: Theory and Practice in Communication for Social Change in the 1980s", in *Development Communications in the Third World,* proceedings of a Midwest Regional Symposium at the University of Illinois, U.S.A. International Agricultural publications, General Series n. 2, 1983.

33 – MELKOTE, Srinivas. "The Biases in Extension Communication: Revealing the Comprehension Gap". Unpublished doctoral dissertation, University of Iowa, U.S.A., 1984.

34 – MOSCO, V. "Critical Research and the Role of Labor". U.S.A, *Journal of Communication,* vol. 3, n. 3, 1983. (s.l.)

35 – NORDENSTRENG, Kaarle. "Communication Research in the United States: A Critical Perspective". *Gazette,*, vol. 14, n. 3, 1968. (s.l.)

36 – OAKLEY, Peter. *Reading Rural Development Communication.* Bulle-

tin 22, Agricultural and Rural Development, University of Reading. 1987.

37 – RAHIM, Syed. "Systematizing Development Communication Research: Linking Research to Communication Policy", paper presented at the Seminar on Communication and Change, Honolulu, Hawaii. 1987.

38 – ROGERS, Everett. "Communication and Development: Passing of the Dominant Paradigm", in Everett Rogers (ed.) *Communication and Development,* Beverly Hills: Sage Publications, 1976.

39 – SCHNEIDER, Ivo & FETT, John. "Problemas na Agricultura: Percepção e Implicações". Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1978 (mimeografado).

41 – SINGH, Raghbir. "A Behavioral Contingency Theory of Adoption and Diffusion of the Agricultural Technology in Less Developed Countries". Unpublished doctoral dissertation, University of Wisconsin, U.S.A., 1971.

42 – SOLZER, R. "Information Systems for Propagating Rural Innovations in African Countries". in H. G. Hubrich (ed.) *Working Material Media and Rural Development in Africa*, Berlin: International Institute for Media and Development, 1979.

43 – UNESCO, *Mass media in the Developing Countries*. Paris: Reports and Papers on Mass Communication, n. 33, 1961.

44 – WANG, Georgette, & DISSANAYAKE, Wimal. "The Study of Indigenous Communication Systems in Development: Phased Out or Phasing In?" *Media Asia,* vol. 9. n. 1, 1982.

45 – WOODS, John L. "Integrated Development Programmes can be Counter-Productive". Paper presented to ESCAP Expert Group Meeting on Organizational Aspects of Integrating Family Planning with Development Programmes, Bangkok, Thailand, 1976.

46 – ZULOAGA-ALBARRAN, Alberto. "Subsistence Farmers, Participation in Agricultural Development Planning: A Coorientational Approach". Unpublished doctoral dissertation, University of Wisconsin, U.S.A., 1981.

A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO RURAL

Walmir de Albuquerque Barbosa*

A pesquisa em comunicação, no Brasil, bem como nos demais países subdesenvolvidos, não subsidia a formulação das diretrizes econômicas e políticas que provocam a mudança social. Pelo contrário, a pesquisa é uma decorrência de tais diretrizes, que terminam por direcionar quase que monoliticamente o que, como e para quem pesquisar.

A servidão da pesquisa e do pesquisador compromete o esforço da descoberta e provoca um deslocamento entre o conhecimento produzido e a realidade objetiva das relações sociais. O ato de pesquisar, mesmo quando coberto pela aura da isenção, da neutralidade e da objetividade, segue muitas vezes em sentido contrário às necessidades daqueles que são os destinatários dos resultados obtidos. Por isso, o ato de pesquisar é, também, um ato político da maior importância.

Ao pensar a realidade da produção científica por esse ângulo, colocamo-nos diante de uma das contradições mais graves da produção intelectual e, para desvendá-la, torna-se necessário penetrar no terreno das decisões políticas, que transformam o conhecimento, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, em instrumento ideológico a serviço das tendências hegemônicas vigentes no País nas últimas décadas.

O que preside o surgimento da pesquisa em comunicação de modo genérico é o amálgama de interesses que vão desde a manipulação da chamada "opinião pública" até o aumento da produtividade nas fábricas e nos campos, passando pela transformação das relações dos indivíduos entre si e pelos grupos sociais em geral, no seu cotidiano.

Como nos diz CALETTI (1983:171), a comunicação como ciência já nasce com uma vocação para participar do poder. Tal afirmação parece explicar as razões da dependência da pesquisa em comunicação para com os fatos econômicos e políticos que detonam transformações sociais. Além disso, é impossível pensar um projeto social de cunho burguês no qual não esteja contemplado esse tipo de vocação para a comunicação – quer se trate da atuação dos meios, quer se trate da pesquisa. Daí não ser difícil o confronto permanente entre duas correntes de pensamento: a dos que acham ser a produção de conhecimento na área de comunicação uma resposta mecânica às necessidades da gestão da sociedade pelo Estado e a dos que não perdem tempo em ver esse tipo de engajamento como uma forma perversa de maquinação que arrasta os indivíduos, os grupos sociais e as classes subalternas para a passividade. Raramente percebemos que, independente dos meios de comunicação ou da produção científica e, até apesar de ambos, os atores resistem. Apreendendo o significado e o sentido da dominação eles se superam na construção de um outro espaço de vida e de história.

---

* Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade do Amazonas.

A COMUNICAÇÃO RURAL NO BRASIL

A divisão existente na área de conhecimentos da comunicação – comunicação urbana e rural – já pressupõe a presença das interpretações maniqueístas que sempre pensaram em separar as realidades e adquirir dessa separação um rendimento funcional mais adequado às formas de dominação. Durante o tempo em que não houve contestação a esse pressuposto, para alguns pesquisadores essa separação resultava na possibilidade única de encontrar no mundo rural um espaço societário "homogêneo", com características tão distintas e marcadamente evidentes, que validavam a metodologia comparativa a partir de um modelo ideal. Ao mesmo tempo, a separação constituía-se, para outros, no refúgio do trabalho ideológico justificado socialmente como o *status* de produção científica, com vistas a transformações sociais dirigidas e com resultados bem diferentes dos objetivos a que se propunham.

No momento em que surgem as primeiras pesquisas na área de comunicação, sobretudo aquelas que tomam o mundo rural como objeto de estudo, nada ou quase nada recomenda o caráter distintivo entre o rural e o urbano, visto que este último é que parece, sob certos aspectos, ser uma continuidade daquele. O rural estava muito mais presente em todos os setores da sociedade brasileira, não só pela origem da massa populacional recém-emigrada para a cidade, como na própria visão de mundo das pessoas, dos segmentos de classe. A mentalidade oligárquica é hegemônica no poder, cujos representantes são herdeiros recentes, ou os próprios Coronéis da Guarda Nacional (em alguns lugares chamados como Coronéis de Barranco), por sua vez também herdeiros do baronato, desaparecido como forma e preservado em seu espírito.

A proliferação das pesquisas em "comunicação rural" pode também ser entendida, o que parece ser mais apropriado, como um esforço da fração de classe burguesa em seu processo de busca de hegemonia. Vale, portanto, como artifício para estender a sua ação sobre o campo e subverter os princípios que fundamentavam a organização social, os métodos e as técnicas do sistema produtivo, em seu conjunto vistos como atrasados, arcaicos e disfuncionais do ponto de vista do sistema que desejavam implantar. Manter o princípio da separação e fazer com que a análise dos dois setores – rural e urbano – se procedesse dessa mesma forma constituiu-se numa estratégia inerente ao modelo que procurava inverter a subordinação cidade-campo. As pesquisas e os pesquisadores não dão conta, portanto, dessa luta entre frações de classe, da mesma forma com que preferem desconhecer a existência da luta de classes que já vinha historicamente ocorrendo no mundo rural brasileiro e que se expressa por meio dos vários movimentos sociais, alguns dos quais muito pujantes, deliberadamente encobertos e relegados a um segundo plano, sob o rótulo equivocado de meros casos policiais.

Esse menosprezo pela história dos movimentos sociais, também incorporado pelos pesquisadores em comunicação social que trabalham com os subalternos vivendo no mundo rural, faz, da maioria das pesquisas produzidas, trabalhos sem perspectiva. Os seres humanos, encarados como meros objetos, desfilam pelas teses, dissertações, levantamentos de campo, estudos de caso, como figuras esquálidas, sem memória de luta. Da mesma forma com que despreza a história dos grupamentos sociais que procura conhecer, des-

preza, também, a história das lutas da própria burguesia em seu confronto com a oligarquia, para que isso não sirva de espelho aos dominados. Para ficar apenas num exemplo, podemos tomar a expansão para o Oeste, no hoje Estado de São Paulo. Ali, uma fração da classe dominante, assumindo o aburguesamento, investiu no pensamento reformista como arma contra o conservadorismo do Estado Monárquico, impondo modificações estruturais com relação à exploração da força de trabalho, substituindo o trabalho servil pelo trabalho livre, gerando, assim, conhecimentos científicos e novas tecnologias agrícolas, o que corresponde à instauração das relações verdadeiramente capitalistas de produção no País.

Todas essas transformações têm que ser encaradas como resultado do choque entre frações da classe dominante em luta pela hegemonia. Nas regiões onde a correlação de forças pendeu para a burguesia, as transformações puderam ser viabilizadas. A crise do capitalismo a nível internacional, na segunda década deste século, impediu que essa experiência se estendesse a todo o Brasil. Ficaram de fora os velhos redutos da oligarquia, sobretudo no Norte e no Nordeste do País.

O novo salto só se daria nos anos cinqüenta, quando já se está consolidando um novo modelo iniciado em 1930 e deslanchado em sua segunda etapa com a internacionalização da economia iniciada por Juscelino Kubitschek. É no período do "desenvolvimentismo", como ideologia de governo, como modelo internacional internalizado, que a modernização do mundo rural brasileiro se impõe como necessidade de adequação à nova divisão internacional do trabalho. Esse modelo tem que se defrontar com os seus velhos fantasmas: o latifúndio como fonte de poder da oligarquia ainda sobrevivente; as relações de trabalho baseadas na dependência familiar, de feições pré-capitalistas; e uma defasagem tecnológica muito grande, que não permite aos produtos brasileiros, oriundos do mundo rural, ganhar em competitividade no mercado internacional.

É como diretriz política de um novo sistema econômico que se implanta, que vai ganhar força a idéia de utilização da ciência aplicada, não só à modernização tecnológica, como também à sua difusão. Essa pesquisa tem como meta principal subsidiar as tarefas de extensão rural, ser, portanto, a viabilizadora daquilo que Maria Teresa Lousa da Fonseca (1985) chama de "projeto educativo para o capital". Não é, portanto, a pesquisa que aponta para um novo rumo, é a pesquisa em comunicação adotada como mecanismo para se conseguir a eficácia de uma diretriz política do modelo econômico.

Da idéia de "fomento", muito peculiar desde o início do século, passa-se à idéia de "extensão", sendo esta um instrumento mecânico de difusão de novas tecnologias, que tem como referencial teórico uma matriz de conceitos tomados por empréstimo às diversas teorias de mudança social dirigida. Estes conceitos se juntam a outros ligados às teorias de comunicação, que começavam a ser trabalhados para explicar fatos sociais mais peculiares às sociedades que já haviam experimentado o pleno desenvolvimento urbano e passado por todas as fases do desenvolvimento do capital e do capitalismo como modelo de produção.

A própria teoria da comunicação ou as diversas teorias da comunicação, acopladas às teorias de modernização, já se constituem um produto vivo, engendrado pelos países desenvolvidos e detentores do controle sobre o mercado mundial de bens e serviços, para ser consumido pelos países desenvol-

vidos com vistas a um salto qualitativo e quantitativo na produção de produtos agrícolas e outras matérias-primas exigidas na fase de reprodução ampliada do capital, em escala mundial.

Dentro dessa lógica capitalista é que se torna possível reconhecer a utilidade de políticas de pesquisa em comunicação voltadas para o meio rural. O reconhecimento pode ser feito na medida em que a comunicação se coloca a serviço da ampliação do volume de produção de outras mercadorias, além dos produtos oriundos do meio rural: mercadorias que são os meios necessários para a difusão tecnológica (toda uma parafernália eletrônica constituída de gravadores, retro-projetores, projetores de filmes e slides, aparelhagem de som, maquinaria para produção de material gráfico, aparelhagem de fonia e outros instrumentos mais, terminando com a mais ampla expansão da rede de radiodifusão); mercadorias, ainda, que são objeto da difusão tecnológica, sem as quais não se completa a modernização, representadas pelos insumos e maquinaria agrícola específica (inseticidas, fungicidas, pesticidas, adubos químicos, sementes selecionadas, tratores, arados, estufas, colheitadeiras e outras ferramentas de trabalho, vacinas etc.) necessárias a uma agricultura mecanizada e de feição moderna, porque o moderno é o que se torna a contra-face do modo de produção a ser erradicado e responsável pelo atraso.

A construção teórica também vem a se constituir numa outra mercadoria, de grande valor metodológico, na medida em que serve de invólucro às tendências ideológicas bem determinadas e a serviço da expansão do capital, gerando, em decorrência disso, um tipo bem característico de produção intelectual que se espelha em estudos de caso para diagnosticar o atraso cultural ou tecnológico e apresentar um prognóstico que vise à modernização nos termos *a priori* estabelecidos. O seu valor de uso no meio científico alimenta a veleidade intelectual dos que acreditam piamente na necessidade de aplicação e sucesso do modelo de modernização proposto verticalmente, como se as razões do Estado não estivessem precedidas pelas razões do mercado e do capital internacional, com suas exigências de reprodução ampliada; alimenta, ainda, a crença no sucesso da melhoria dos níveis de educação, de conhecimento técnico e de racionalidade produtiva dos camponeses, pequenos produtores ou sitiantes. Com isso deixam de observar as transformações decorrentes do modelo, como a dissolução das formas tradicionais de produzir e reproduzir a subsistência dos grupos sociais que vivem no campo e a introdução de valores de troca que se estabelecem na rede de fluxo e refluxo dos bens que são lançados no amplo espaço do mercado.

A aplicação de técnicas de comunicação para ampliar as potencialidades da difusão tecnológica não tem limites. A leve menção ao uso das técnicas manipulatórias como uma "invasão cultural", no dizer de Paulo Freire, diz muito pouco de sua capacidade. Não se trata apenas de invadir persuadindo, mas de transformar, de moldar em outras formas e formar aqueles que a ela se submeteram ou ainda se submetem. Com isto, o uso das técnicas de comunicação adquire uma funcionalidade relevante para a expansão do capital, que precisa delas e, portanto, vai ajustá-las às realidades mais díspares. Daí a necessidade cada vez maior da formação de agentes, o que foi possível ser feito não só nas escolas de agronomia, como também nas Universidades, via cursos formais de graduação e pós-graduação.

As transformações no mundo rural brasileiro já estão marcadas por uma só tendência: a exploração de todos os recursos com base nas relações capi-

talistas de produção. Isto significa que as demais tendências, notadamente aquelas que lutam pela restauração do campesinato ou mesmo por sua reciclagem, nos lugares onde ele existe, para torná-lo mais adequado às relações de mercado, são minoritárias e cada vez mais débeis para resistir às pressões do conjunto das forças operadas pelo capital. O mesmo não ocorre com relação à oligarquia. Ela foi mais dinâmica no sentido de operar essa reciclagem. Freando os ímpetos que levavam a uma abertura para a idéia burguesa de propriedade (funcional, moderna, adequada às necessidades dos tipos de produtos cultivados) que só se consolida com a reforma agrária, a oligarquia retoma o espaço jurídico e invade o espaço público com seu ideário conservador, reservando para si larga fatia do espaço produtivo na agricultura e na pecuária, além de outros que se relacionam com o mundo rural, ligados ao extrativismo.

O ideário conservador da oligarquia, que ora retoma seu espaço, não pode ser confundido com o mesmo ideário que serviu de modelo à condenação do mundo rural como atrasado, arcaico etc. Esse ideário se expressa no plano político, no plano ético, no plano social, mas não abre mão dos processos produtivos modernos, naquilo que diz respeito à organização e exploração da força-de-trabalho, ao uso de insumos e tecnologia e às formas de gerenciamento. Em parte, nisso reside o seu maior laço com os outros segmentos da classe hegemônica, para desaguar com eles no mesmo estuário do poder.

E como fica a pesquisa em comunicação rural? Qual deve ser o seu objeto de estudo dentro desse novo quadro conjuntural? Quais os seus compromissos mais imediatos?

Primeiramente, a visão de homogeneidade empregada para caracterizar a realidade do mundo rural está desmistificada. Ela já não existia antes, devido às disparidades regionais. O arcaico ainda existe ou poderá continuar existindo em alguns segmentos da produção no mundo rural. No entanto, a sua existência estará submetida ao modo de produção capitalista. Nesse particular, um fato curioso ocorre: a homogeneidade, sempre fudamentada no conceito de "comunidade rural", não pode mais ser buscada e, sobretudo, encontrada. Tanto um como outro não possuem validade científica e tornam-se, portanto, expressões vivas na engrenagem do populismo.

Em segundo lugar, temos que atentar para as decorrências desse primeiro ponto abordado acima: as novas relações de produção geram novas formas de relações entre os indivíduos e entre as classes sociais. Todas são relações de poder implicando um novo ordenamento social, em que certas frações de classe, tanto dominante como dominada, podem fazer o seu jogo ou conseguir níveis de organização que permitam, no caso das classes subalternas, ganho de consciência de classe. Não é gratuita a transformação que está nascendo e se mantendo no novo ordenamento da superestrutura jurídico-política do País: igualdade de direitos entre trabalhadores do campo e da cidade, alargando os horizontes da cidadania e a descentralização tributária, que obriga a maior proximidade dos centros urbanos com suas áreas rurais, diminuindo instâncias de poder que centralizavam o mando via sedes políticas dos Estados.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção trouxe consigo não só a proletarização de larga camada da população rural, mas também a divisão do trabalho baseada na divisão fundamental entre trabalho manual e trabalho intelectual. Com isso, como nos adverte Octa-

vio Ianni (1984), aparece uma nova categoria social: "a tecnocracia que se expande no campo". Segundo o autor citado, são engenheiros-agrônomos, economistas, contadores, supervisores, **comunicadores sociais** (o acréscimo é nosso). "Representa uma nova realidade em termos sociais, econômicos e políticos. Não simplesmente porque é uma categoria que está aí, um assalariado do tipo especial, mas porque leva a ciência à prática, leva os conhecimentos de agronomia, pecuária, veterinária, de solos, tipos de vegetação, tipos de adubos, máquinas etc. Uma tecnocracia que está a serviço da expansão intensiva ou extensiva do capitalismo no campo. É formada aqui, mas trabalha lá; é formada lá e trabalha em outro lugar; e assim por diante. Portanto, tece, vamos dizer assim, uma teia por dentro de outras classes sociais, no conjunto da sociedade nacional" (Ianni, 1984, p. 152). Essa tecnocracia é o suporte da eficácia da produção capitalista no campo, a potencializadora no processo de acumulação, reprodução e ampliação do capital no meio rural. É responsável, ainda, pela transformação da mentalidade oligárquica, uma vez que, ao liberar os proprietários de tantos encargos que assumiam anteriormente, e com menos eficiência no dia-a-dia nas fazendas, permite que estes utilizem o seu tempo útil para trabalhar politicamente no interior de suas categorias e nos órgãos de representação classista para exercerem, no conjunto, uma pressão maior sobre as frações da classe dominante a que pertencem e sobre as classes subalternas em geral. A importância política dessa novidade está patente na atuação organizada de proprietários rurais, não só na Constituição, mas nos diversos enfrentamentos com o Estado e com as demais instituições da sociedade civil que não partilham de seu ideário.

Metodologicamente já não se faz necessário, para a pesquisa, um tipo de referencial teórico que parta dessa dicotomia rural/urbano, comunidade/sociedade, atrasado/moderno, uma vez que estes conceitos estão ideologicamente carregados e não respondem pela realidade concreta das relações sociais vigentes no campo. O espaço entre o rural e o urbano foi suprimido pela ação dos meios de transporte e de comunicação; pela agro-indústria; pelo mercado de mão-de-obra. A dissolução dos laços comunitários não serve, como nunca serviu, para estabelecer a linha divisória entre os dois mundos e funcionou como estereótipo para ser explorado tanto pelos meios de comunicação quanto pelo populismo político, com a finalidade de alargar a sua atuação no terreno da oligarquia. Como ponto de comparação com um paradigma idealizado a partir de condições que não correspondiam às realidades concretas da reprodução das condições de vida das populações rurais, o atrasado tornou-se apenas um artifício ideológico que acena com a perspectiva de converter ao domínio do capital as áreas por ele ainda não conquistadas. Da mesma forma, ficam prejudicadas as injunções funcionalistas que, partindo do esquema difusionista, procuram atingir as camadas de produtores rurais com o objetivo de melhorar o nível da produção e as condições de vida. Este produtor é um tipo em extinção ante a proletarização dos camponeses. Quando ele existe, submete-se às relações capitalistas de produção; isso já significa plena inserção no mercado. Por outro lado, se faz parte do largo extrato de mão-de-obra expropriada, que ainda não se inseriu no mercado, quer como produtor agrícola ou como proletário, amarga o seu próprio destino buscando formas alternativas de resistência.

O objeto de estudo da comunicação rural parece ser, portanto, essa nova

ordenação social que surge no campo, colocando de cabeça para baixo as relações dos indivíduos entre si, mudando as suas aspirações de vida, transformando a sua visão de mundo. A metodologia que passamos a conhecer como **alternativa** (pesquisa engajada ou pesquisa-ação e outros) adquire um sentido mais denso, na medida em que, enquanto serviu para observar o desmantelamento do mundo e denunciar a devastação feita tanto na organização dos homens quanto da natureza, pode servir, agora, para compreender o surgimento de novas categorias sociais, de novas classes sociais, de novas respostas aos velhos esquemas de dominação. Da mesma forma, os pesquisadores que optaram única e exclusivamente pelo serviço da expansão intensiva ou extensiva do capital terão muito trabalho pela frente, sendo o primeiro deles ajudar na reciclagem da oligarquia, para transformá-la numa fração de classe cada vez mais esclarecida; e tantas outras tarefas que lhes serão passadas em função do sistema concorrencial que as relações capitalistas de produção instauram em sua vigência.

REFERÊNCIAS

1 – BARBOSA, Walmir de Albuquerque. *A questão agrária e a comunicação rural no Brasil*. São Paulo, ECA/USP, 1986. (Tese de Doutorado).

2 – CALETTI, Rubens Sergio. Reflexiones sobre teoria y cambio social. *Comunicación y Cultura*, México, Universidad Autónoma Metropolitana. Agosto de 1983, p. 169-185.

3 – FONSECA, Maria Lousa da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985.

4 – IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Interdisciplinares da Comunicação

METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DEBATES SOBRE A TECNOLOGIA RURAL

Michel Thiollent*

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho consiste em produzir subsídios para a metodologia de pesquisa, com o intuito de renovar o quadro de referência teórico-metodológica dos estudos sobre comunicação e difusão de tecnologia em áreas rurais.

---

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro/COPPE (área de Política de Ciência e Tecnologia).

Para alcançar esse objetivo, privilegiamos as problemáticas, os conceitos e métodos que estão sendo elaborados e discutidos na pesquisa sobre comunicação (Canuto, 1988; Thollent, 1988).

A nosso ver, para nos distanciar dos antigos enfoques comportamentalistas e difusionistas, podemos, entre outras alternativas, explorar as possibilidades teóricas e metodológicas oferecidas pela problemática cognitivista, para equacionar vários aspectos da difusão de tecnologia, da comunicação rural ou extensão. Nesta perspectiva, um aspecto central a ser analisado é o das estruturas congnitivas (representações, tipos de conhecimento, crenças, argumentações, raciocínios etc.), envolvendo os agentes da tecnologia e do trabalho (técnicos e produtores) em debate sobre a concepção, o uso e a avaliação de determinadas técnicas.

Este tipo de abordagem não é limitado aos aspectos socioeconômicos ou ideológicos. Trata-se de uma análise no nível das estruturas cognitivas dos agentes e do resultado de suas interações.

Procuramos reunir alguns subsídios metodológicos, relacionados com as seguintes questões:

a) Como analisar os debates públicos em torno da tecnologia e do meio ambiente?

b) Como analisar a emergência de normas ou de novas diretrizes em matéria de tecnologia e ecologia, a partir dos debates existentes na sociedade?

Estas perguntas podem nortear pesquisas sobre o caso particular da interação dos vários agentes implicados na produção rural, a qual diz respeito aos debates relacionados com os impactos ambientais do uso de "defensivos agrícolas" ou "agrotóxicos" (Ver Distinção de Terminologia em Função dos Meios em Canuto, 1988) e à percepção dos riscos.

2. ANÁLISE DE DEBATES

Nossa primeira preocupação consiste em elaborar um programa metodológico para o estudo dos debates tecnológicos, que ocorrem na sociedade, a respeito da concepção ou do uso de determinadas técnicas.

Internacionalmente, os debates tecnológicos mais conhecidos estão relacionados com a energia nuclear, a informática, a engenharia genética etc. O problema dos agrotóxicos ocupa também um lugar importante na ordem das preocupações, especialmente nos países do chamado Terceiro Mundo, onde o controle ambiental não está plenamente assumido. O debate existe de várias formas, às vezes limitado a pequenos grupos, outras vezes aparecendo nos meios de comunicação, especialmente na ocasião de acidentes ou catástrofes.

Nosso objetivo é, precisamente, definir algumas condições que favoreçam o debate e esboçar meios metodológicos para investigar essas condições. Isto permitiria analisar, após desenvolvimento, a possível emergência de normas para a concepção ou para o uso dos produtos e das técnicas em discussão.

No caso particular das técnicas agropecuárias que apresentam riscos ecológicos, temos acompanhado uma série de estudos que se concretizaram, entre outros, na orientação de uma tese de mestrado na COPPE/UFRJ (Santos, 1988).

Em termos gerais, supomos que possa haver ampla interação social das resoluções de questões tecnológicas no seio da sociedade. Essa interação manifesta-se em um debate, do qual participam vários interlocutores (cientistas, agrônomos, empresas, governos, sindicalistas, usuários, ecologistas etc.).

Pelo fato de debaterem, os intelectuais representativos dos vários agentes implicados no desenvolvimento tecnológico e econômico podem chegar a esboçar uma estrutura normativa, isto é, um conjunto de normas relativas ao contexto social das técnicas. Para que essas normas sugeridas pelo debate tornem-se realmente normas sociais, é preciso que elas se solidifiquem, institucionalmente, dentro das atividades técnico-econômicas e, eventualmente, entrem no campo da legislação e se insiram nas leis vigentes.

É, sobretudo, nas condições ideais de uma sociedade democrática que se desenvolve a interação no nível do debate que sempre exige liberdade de informação, de associação e de discussão. Além do debate, a interação abrange a participação efetiva dos interlocutores nas decisões e no controle de sua aplicação.

Essas condições estão longe de serem reunidas na sociedade atual, o que não chega a dispensar o tipo de análise proposto, à medida que evidencia e suscita processos de definição e de avaliação, hoje incipientes, mas suscetíveis de desenvolvimento no futuro.

Um dos principais aspectos da proposta passa pela evidenciação de normas relativas à concepção e ao uso de determinadas técnicas ou produtos que apresentam riscos. As normas surgem do debate tecnológico e não do simples arbítrio dos avaliadores ou juristas. Elas se formam no próprio contexto social da tecnologia e podem ser reformuladas no âmbito do debate e das políticas correspondentes. É bom salientar que o tipo de análise proposto não é, em si mesmo, gerador de normas e, sim, apenas um "revelador" de processos de normatização. Não se deve confundir nesse assunto, como em qualquer outro, o instrumento de análise e o objeto analisado.

O tema da emergência de normas faz parte de estudos sobre a avaliação social da tecnologia, que designa um conjunto de procedimentos (institucionalizados ou não), aos quais são submetidos os projetos e as políticas tecnológicas, para que fiquem esclarecidas as suas implicações sociais e políticas e, eventualmente, os riscos decorrentes. A nossa abordagem não é convencional à medida que, contrariamente ao que se entende, em geral, por Avaliação Social da Tecnologia, não se trata de levar em conta apenas "pareceres" de especialistas no assunto. A evidenciação de normas toma como universo de base o conjunto dos discursos sociais sobre efeitos ou implicações de determinadas escolhas tecnológicas, ou sobre as condições de utilização de determinados produtos. Esses discursos não se limitam apenas aos resultados das avaliações sistematizadas formuladas por especialistas; são discursos de diverses interlocutores interessados, de perto ou de longe, pelas questões tecnológicas. Entre esses interlocutores, encontramos membros ou instituições do governo, representantes de trabalhadores, agrupamentos de usuários, movimentos ecológicos e pessoas qualificadas, mas nem sempre consultadas: engenheiros, médicos, advogados etc.

Mapeando os elementos do quadro focalizado, distinguimos:

1. O objeto debatido: implicações sociais de técnicas, seus usos e conseqüências para o meio ambiente (Ver Esquema 1).

2. O discurso de cada interlocutor, especialistas e não especialistas.
3. O debate constituído pela articulação, em geral de caráter polêmico, que há entre os vários discursos.
4. As proposições contidas nos discursos: posicionamento a favor ou contra certas técnicas, argumentos sobre restrições, medidas de controle, de proteção, regulamentação, proibição etc.

O objeto do debate apresenta aspectos tecnológicos, econômicos e ambientais.

O objeto é tecnológico quando os problemas debatidos são de natureza técnica, isto é, a constituição material do dispositivo e o saber-fazer são utilizados para um determinado objetivo de produção ou de distribuição; é econômico quando é enfocado como problema de financiamento, dependência, distribuição de renda, exploração da força de trabalho etc.; é ambiental quando remete a conseqüência do uso de uma técnica, em dadas condições socioeconômicas, ao meio ambiente natural (quadro ecológico), ao meio ambiente de trabalho (quadro ergonômico) e ao meio ambiente social e humano (aspectos políticos, educacionais, culturais etc.).

É claro que essas distinções são simplificadoras. Qualquer projeto tecnológico deve ser debatido em função desses três aspectos. No entanto, certos debates possuem uma dominante. Nos debates nos quais os aspectos tecnológicos ou ambientais são importantes, podemos distinguir dois casos: no primeiro, o que se discute é a série dos efeitos ambientais acarretados pela seleção de uma determinada técnica (o uso de mercúrio no plantio de cana, por exemplo); no segundo caso, o ponto de partida é a situação ambiental (por exemplo, a poluição dos rios), que é discutida como efeito de muitos problemas malsolucionados do ponto de vista técnico (composição dos produtos, localização das unidades de produção) ou do ponto de vista econômico (busca de lucro, insuficiência de recursos etc.).

No que diz respeito à interseção do aspecto ambiental e tecnológico no aspecto econômico, podemos considerar que os argumentos levam a crer que as soluções técnicas existem e as medidas de proteção ambiental são cabíveis, mas não são aplicadas por falta de rentabilidade capitalista imediata e também pela ausência ou fraqueza das políticas ambientais e dos meios de fiscalização.

3. DISCURSOS E PROPOSIÇÕES DOS INTERLOCUTORES

Cada interlocutor formula, com mais ou menos autonomia, um discurso, no qual descreve certos aspectos tecnológicos ou ambientais, que são objetos de debate. Cada interlocutor também toma posição a favor ou contra os aspectos dos projetos, dos produtos ou das práticas vigentes.

Entre os diversos tipos de proposições contidas nos discursos, vale a pena distinguir:

a) As proposições analíticas que descrevem elementos isoláveis da situação existente ou das características objetivas dos projetos ou produtos.
b) As proposições normativas e valorativas que apontam aspectos desejados, ou indesejados dos projetos, e atribuem valor aos objetos tecnológicos ou as suas condições de uso colocadas em termos de regulamentação ou de proibição.

A partir dessas diversas proposições contidas nos discursos e articuladas

no seio de debates, é possível ampliar e afinar o quadro, o perfil ou o "retrato-falado" do que deve ou não deve ser o produto ou a técnica em discussão.

A partir dos discursos e proposições, deve-se encontrar um caminho para analisar as normas que estão efetiva ou virtualmente presentes no debate considerado (Ver Esquema 1). Tais normas podem remeter a diferentes tópicos:

– a reformulação da concepção, composição ou *design* dos produtos ou atividades;

– as condições de uso das técnicas em questão, incluindo normas de proteção;

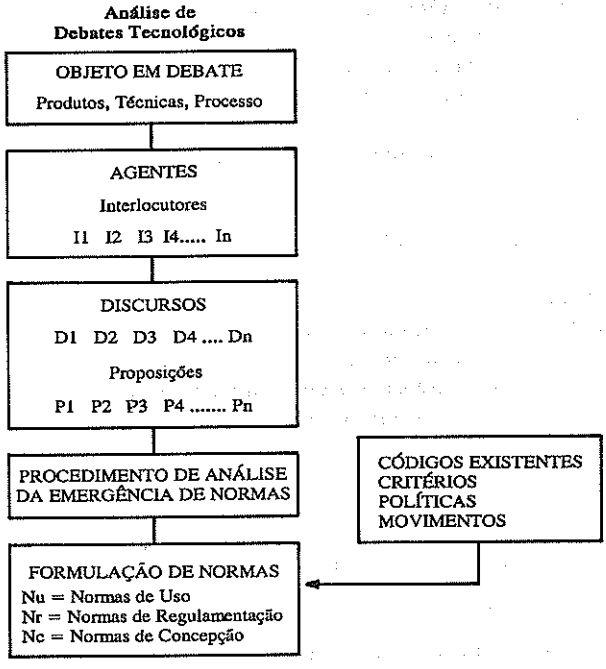
– a regulamentação jurídica das condições de uso ou até a proibição de certos produtos ou técnicas.

O objetivo da análise da emergência de normas é acompanhar as transformações que ocorrem a partir do conjunto das proposições em debate e definem um conjunto de normas relativas à concepção, ao uso e à regulamentação do objeto a ser debatido.

No plano analítico, a passagem do conjunto de proposições para o conjunto de normas não é automática. A emergência das normas é analisada independentemente do fato de saber se as normas vão efetivamente fazer parte da prática e ter expressão jurídica.

O código jurídico, com todas as suas ambigüidades, recebe ou não as novas normas. Nem todas as normas que são evidenciadas na concepção e no uso de produtos, ou conjuntos tecnológicos, entram, obrigatoriamente, no âmbito do direito. Quando entram, certos interessados encontram meios de contornar a situação ou de não aplicar as normas reconhecidas.

ESQUEMA 1



Interdisciplinares da Comunicação

A análise da emergência de normas pode ser esboçada a partir de considerações derivadas de vários universos teóricos:
– teoria sociológica: conceito de norma social;
– lógica e teoria da linguagem: problemas da "transformação" das proposições descritivas em proposições normativas ou prescritivas;
– teoria da argumentação: estrutura do debate ou da polêmica (Thiollent, 1986).

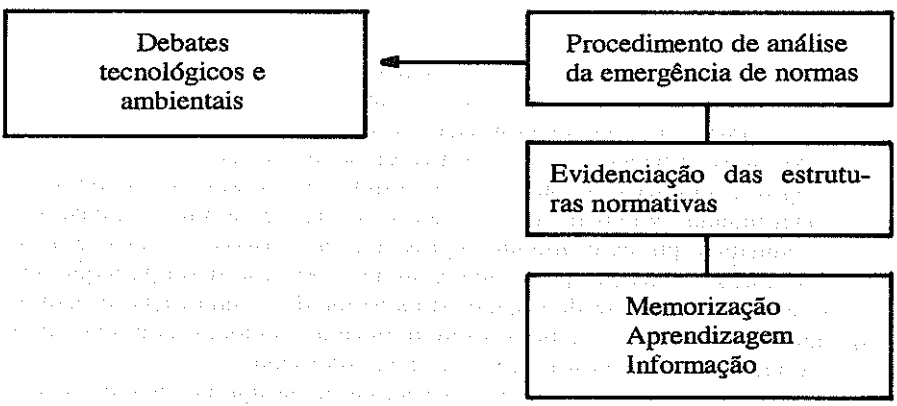
Há também uma possível aplicação da Teoria dos Jogos, especialmente de soma não nula, para estudar as estratégias entre os interlocutores ou agentes econômicos por eles representados.

Paralelamente a esses esforços teóricos, é necessária uma sistemática aplicação de técnicas de análise descritiva do material que informa a respeito dos debates tecnológicos, o qual é encontrável na esfera da comunicação, tanto nos meios de comunicação de massa quanto nos círculos mais restritos.

Na literatura especializada em métodos e técnicas de pesquisa social, pesquisa em comunicação e pesquisa lingüística, há uma grande diversidade de instrumentos disponíveis, dos mais simples aos mais complexos. Podemos listar: análise documentária, análise temática, análise de conteúdo, lexicometria, análise de discurso etc.

O procedimento de análise da emergência de normas corresponde ao objetivo de dotar o sistema de ciência e tecnologia de capacidade de analisar os debates tecnológicos. Tal capacidade pode ser desdobrada em capacidade de aprendizagem, pois, ao acompanhar o desenrolar dos debates e das soluções tecnológicas, os principais argumentos são captados, registrados, ordenados e interpretados no intuito de levantar a estrutura normativa à qual eles são associados. Com isso, seria possível evitar o desperdício de informação e de experiência, e aprender a identificar e resolver, de modo interativo, os problemas tecnológicos e ambientais.

ESQUEMA 2



A capacidade de aprender supõe a memorização da informação produzida a partir da evidenciação das estruturas normativas (Ver Esquema 2).

A memorização das informações relativas à estrutura normativa permite ao sistema de "aprender" a partir das experiências passadas e presentes. Os interlocutores que recorressem a essa memória estariam em melhores con-

dições para elaborar novas estratégias e táticas.

A existência de uma memória nesse contexto é muito importante também do ponto de vista comunicacional. A memória considerada, aqui, não é um simples acervo do que se diz a respeito da tecnologia e do meio ambiente. O que é preciso é o registro de todas as proposições normativas relativas ao uso de determinados produtos ou técnicas, especialmente aqueles que apresentam maiores riscos.

4. ASPECTOS COMUNICACIONAIS

O debate tecnológico é, essencialmente, uma noção comunicacional. Deve-se levar em consideração a esfera da comunicação social na análise dos processos geradores de normas, que essão implicados nos problemas tecnológicos e ambientais. A normalização do uso de técnicas, ou de produtos perigosos, é socialmente contextualizada em função das práticas comunicacionais existentes. Esse quadro é muito diferente dos tradicionais esquemas de análise comunicacional baseados na relação entre emissor e receptor.

Consideramos que, no contexto da sociedade atual, os debates tecnológicos são fracos ou incipientes. As decisões são monopolizadas pela tecnocracia, que recorre sistematicamente aos meios de comunicação de massa, principalmente no sentido da desinformação ou desmobilização da população. Nesse sentido, as práticas comunicacionais são orientadas em função da normalização da tecnologia conduzida de modo conformista, isto é, subordinadas à valorização econômica e aos interesses imediatos de empresas insensíveis aos seus efeitos predatórios sobre o meio natural e humano.

Todavia, deve-se considerar que, pelo menos em termos ideais, a informação e a comunicação estão relacionadas com o debate tecnológico e podem chegar a desempenhar um papel ativo na alteração das normas vigentes, ou no surgimento de novas normas.

Mediante a ampliação e a sistematização dos aspectos comunicacionais dos debates tecnológicos, podemos imaginar que é possível ativar o processo de emergência de normas. Entre essas normas, algumas são selecionadas e articuladas no seio de políticas tecnológicas, concepção de produtos, regulamentação da produção, da distribuição e do uso.

Suponhamos que um determinado produto químico seja prejudicial à saúde dos seus utilizadores. Se não houver nenhuma informação a respeito dos perigos e prejuízos que acarreta, o produto será usado durante um período indeterminado. Ninguém ficará responsável pela cobertura dos custos sociais e humanos que esse produto representa, em termos de saúde e degradação do meio. É preciso que aconteça algum fato desastroso para que o perigo se torne amplamente divulgado pelos meios de comunicação e para que haja um debate sobre as medidas a serem tomadas. Supomos aqui que não há censura ou, em caso contrário, que ela seja contornada.

De acordo com a concepção conservadora da aprendizagem social, é preciso que ocorra um desastre de grande amplitude para que normas sejam reformuladas e medidas corretivas sejam tomadas (Botkin *et al.* 1980).

Muitas vezes, em matéria de defesa do meio ambiente e humano, observamos que os desastres são "necessários", para que as técnicas causadoras de prejuízos se tornem assunto público, objeto de debate e de regulamentação.

Vamos considerar, a título de hipótese prospectiva, que uma adequada política de informação possa interferir no processo de normalização, sem que seja indispensável esperar o "desastre necessário".

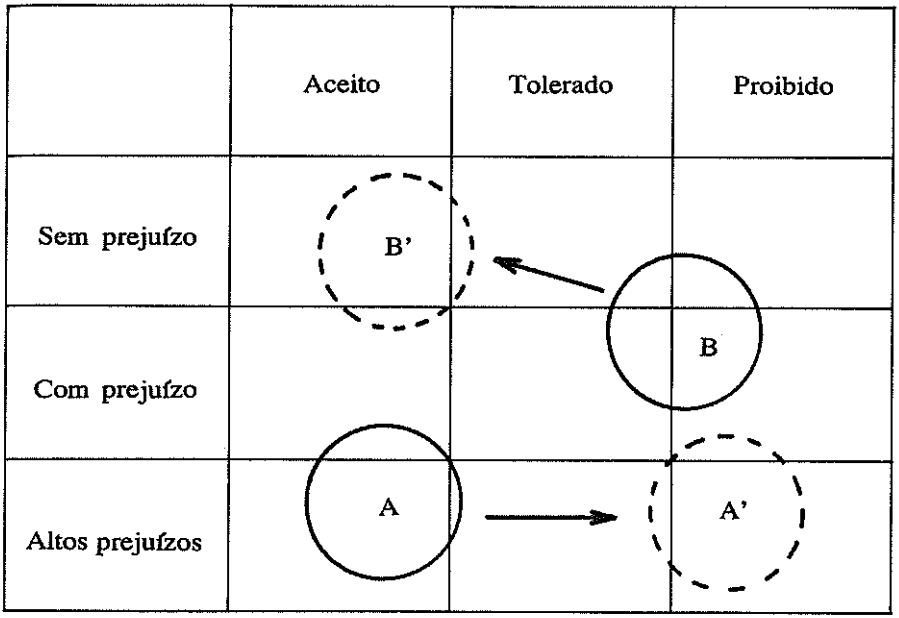
De modo aproximativo, mas suficiente para o nosso propósito, podemos encarar um conjunto de situações representadas pelo cruzamento de dois eixos (Veja Esquema 3):

– no primeiro são indicados três graus de intensidade dos prejuízos (sem prejuízo, com prejuízo, com grande prejuízo e riscos de catástrofe);

– no segundo eixo, o da normalização, temos três graus: aceito, tolerado e proibido.

ESQUEMA 3

Normalização do Produto (ou da Técnica)



Assim, podemos localizar uma situação A com nível de prejuízo médio ou alto, que, porém, é aceita ou pelo menos tolerada. Temos, em outros casos, uma situação B com prejuízos e, por isso, mais ou menos proibida.

A política de comunicação que poderia ser desenhada seria orientada no sentido de dinamizar os debates tecnológicos, propícios à sensibilização da opinião pública e dos meios responsáveis. Assim, seria favorecido um duplo deslocamento:

a) um deslocamento A —— A', que consiste em levar as técnicas perigosas a uma mais severa regulamentação e até contribuir para apressar sua proibição.

b) um deslocamento B —— B', que consiste em promover pesquisas tecnológicas que tornariam menos perigosos os produtos ou procedimentos considerados causadores de prejuízos e, então, facilitar sua aceitação.

As procedentes considerações dizem respeito às técnicas cujas carac-

terísticas, ou condições de uso, são claramente perigosas. O problema da aceitação ou recusa existe também no contexto produtivo, de produtos comuns que, em si, não são nocivos, mas podem gerar prejuízos à saúde dos trabalhadores ou dos populares dos arredores, em razão das condições de sua produção. Não é nocividade intrínseca: trata-se de más condições de higiene ou outros aspectos prejudiciais à produção.

O conjunto desses aspectos redunda em custos sociais e humanos a serem comparados com o rendimento econômico das soluções técnicas e formas de organização efetivamente escolhidas. Essa comparação é objeto de avaliação, cujas conseqüências são convertidas em debates, com aspectos polêmicos, quando o maior rendimento econômico é obtido com medidas, que acarretam maior custo social, e com aspecto de entendimento, ou consenso, quando o maior rendimento é obtido por medidas de efeito positivo sobre os custos sociais e humanos (Ver Esquema 4).

ESQUEMA 4

Comparação das Tendências Relativas ao Rendimento Econômico, Custos Humanos e Aceitação dos Produtos ou Técnicas

RENDIMENTO ECONÔMICO	CUSTOS HUMANOS	ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS OU TÉCNICAS
↗	↗	↗↘ situação polêmica conflito de racionalidade
↗	↘	↗ boa aceitação possível consenso dos interlocutores
↘	↗	↘ péssima aceitação consenso facilitado
↘	↘	↘↗ situação polêmica melhor aceitação exige posição de força

Interdisciplinares de Comunicação

No esquema, designamos "custos sociais e humanos" os custos não considerados nos convencionais cálculos de custo de rendimento econômico (ou de produtividade); são custos que dizem respeito às más condições de higiene, aos prejuízos sobre a saúde, às intoxicações, aos acidentes, às doenças crônicas ligadas à profissão ou ao meio ambiente afetado.

O rendimento econômico pode ser apreendido pela taxa de lucro por unidade de produto, ou pela taxa de rentabilidade dos investimentos, ou, ainda, pelas performances produtivas expressas em termos de produtividade do trabalho. Os indicadores de aceitação dizem respeito à existência de polêmica ou de consenso entre as partes sociais envolvidas na produção. Também podem ser considerados outros interlocutores, como consumidores, representantes de movimentos sociais etc.

Certos processos técnicos acumulam prejuízos, ou riscos, durante longo período, cujos efeitos permanecem invisíveis. É preciso que tais efeitos se tornem mais "dramáticos", para que sejam percebidos e divulgados na comunicação social. A partir desse momento, desencadeia-se um processo de avaliação efetiva e de regulamentação.

Se fosse dotada de capacidade antecipatória, a pesquisa de avaliação social da tecnologia deveria prever os efeitos dos processos técnicos vigentes, ou a serem decididos, e contribuir para acelerar o processo informativo, comunicativo e conscientizador (Thiollent, 1982).

Apoiado na informação antecipatória gerada pela avaliação social da tecnologia, a comunicação social, judiciosamente orientada, pode contribuir para ampliar a percepção dos prejuízos e riscos.

Para alcançar este objetivo, é preciso recorrer a fontes alternativas, que levem em conta descrições próprias aos usuários e às populações expostas aos prejuízos e riscos. Podemos imaginar séries de reportagens e documentários sobre a questão.

Na prática comunicativa vigente, muitas informações são truncadas, incompletas e distorcidas. Certas fontes são sistematicamente desprezadas. Alguns dos interlocutores não têm acesso aos meios de comunicação e, quando o têm, em raras oportunidades, nem sempre estão em condições de emitir informações relevantes.

Há muitas interferências do poder econômico; em particular, no exemplo dos produtos químicos, empresas multinacionais do setor pressionam os meios de comunicação com eventual chantagem em torno do cancelamento dos seus contratos de propaganda.

Apesar disso, vamos supor um quadro ideal no qual as redes de comunicação social têm suficiente autonomia para uma comunicação ambiental adequada, de acordo com os resultados de análise de emergência de normas.

Nesse caso, a comunicação social poderia desempenhar uma função de percepção dos prejuízos e riscos, sem "alarmismo", e constituir uma base aproveitável de atividades educativas em meio popular e na formação ambiental em vários graus.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa sobre comunicação não se limita à pesquisa sobre imagens de produtos e tópicos de marketing e propaganda. Não se trata de melhorar a imagem de certos produtos ou de formular argumentos persuasivos para faci-

litar sua adoção entre os usuários. Em geral, a lógica da mercadoria e a moral ecológica entram em conflito.

O tipo de análise proposto deve mostrar a estrutura normativa na qual inserem-se a produção e o uso de produtos. Este objetivo pode ser o ponto de partida de uma pesquisa comunicacional relacionada com a tecnologia rural e orientada de modo a contribuir com o debate sobre as escolhas e os efeitos.

A informação gerada pela investigação é útil para formular os critérios de concepção e de qualidade dos produtos e suas condições de aceitação ou rejeição, potencialmente ativadas na esfera da comunicação. A análise da emergência de normas seria relevante para o equacionamento de problemas de engenharia e comunicação.

7. BIBLIOGRAFIA

1 – BOTKIN, J.W., ELMANDJRA, M. & MALITA, M. *On ne finit pas d'apprendre*. Paris-Oxford, Pergamon, 1980.

2 – CANUTO, J.C. A controvérsia agrotóxicos x defensivos em jornais brasileiros. In: SILVEIRA, M.A. e CANUTO, J.C. (orgs.). *Estudos de Comunicação Rural*. São Paulo, Loyola/INTERCOM, 1988. p. 89-101.

3 – SANTOS, André Luiz dos. *Avaliação Social da Tecnologia e Debates Ambientais: O Caso dos Desensivos Agrícolas*. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1988. (Tese de M.S.)

4 – THIOLLENT, M. Avaliação Social da Tecnologia. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, CNPq, vol. 13, n. 3, 1982.

5 – ___. *Opinião Pública e Debates Políticos*. São Paulo, Polis, 1986.

6 – ____. Estudos sobre Tecnologia e Comunicação Rural. In: SILVEIRA, M.A. e CANUTO, J.C. (orgs.). *Estudos de Comunicação Rural*. São Paulo, Loyola/INTERCOM, 1988. p. 27-36.

Interdisciplinares da Comunicação

PARTE III

ENSINO DE COMUNICAÇÃO RURAL: FORMAÇÃO OU CAPACITAÇÃO?

O ESPAÇO DA COMUNICAÇÃO RURAL NAS ESCOLAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

José Marques de Melo
Professor Titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Desde que se implantaram no Brasil, em meados da década de 60, as escolas de Comunicação Social, verificamos que algumas tentativas estão sendo feitas para incorporar o universo da Comunicação Rural às atividades didáticas e científicas daquelas instituições. Todavia, é forçoso reconhecer que o espaço ocupado, até agora, pela Comunicação Rural tem sido periférico e descontínuo.

A tradição do ensino de comunicação em nosso País, principalmente nos cursos pioneiros de jornalismo, teve um caráter eminentemente urbano. Durante toda a década de 50, os cursos que funcionaram em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre concentraram sua atuação no treinamento de recursos humanos para a imprensa diária metropolitana.

O resgate da comunicação processada no mundo rural para motivar as novas gerações de jornalistas para programas e projetos de desenvolvimento é devido, inegavelmente, a Luiz Beltrão. Quando promove no Recife, em 1965, o I Curso Nacional de Ciências da Informação, Beltrão incorpora a problemática do desenvolvimento e da informação rural, propondo a sua discussão pelos participantes daquele evento que projetou nacionalmente o Instituto de Ciências da Informação da Universidade Católica de Pernambuco. Essa iniciativa decorre de duas circunstâncias: primeira, a difusão da mística de desenvolvimento que mobiliza o Nordeste em torno da SUDENE e da redenção da pobreza regional, cujo ponto culminante é a consciência coletiva para conquistar a reforma agrária, embasada nas idéias de Josué de Castro, Celso Furtado ou Miguel Arraes; segunda, a assimilação dos postulados que a UNESCO dissemina no Terceiro Mundo, sob a égide das teses de Schramm e Lerner, vaticinando o papel importante que a comunicação desempenha nos processos de modernização e difusão de inovações. Essas duas influências atuam concomitantemente sobre Luiz Beltrão – a primeira determinada pela sua vivência e participação no cenário político nordestino daquela época; a segunda apreendida nos contactos mantidos com o CIESPAL, cujos cursos e seminários realizados em Quito reproduzem a necessidade de conectar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento das comunicações de massa (Schramm) e de vincular a ação dos comunicadores co-

letivos às tarefas do desenvolvimento rural, particularmente da reforma agrária (Garcia).

Em termos curriculares, a preocupação de Luiz Beltrão só seria viabilizada no início da década de 70, quando a Universidade Católica de Pernambuco cria uma disciplina rotulada "Comunicação Rural" e a entrega a Roberto Benjamin, que põe em prática muitas das recomendações do I Curso Nacional de Ciências da Informação.

Foi, sem dúvida, inspirado nas lições de Luiz Beltrão, reforçadas pela minha participação em projetos de desenvolvimento regional e de mudança social, na SUDENE de Celso Furtado e no Governo Pernambucano de Miguel Arraes, que propus a abertura de um campo de estudos sobre comunicação rural na então Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo, criada em 1966 e implantada no ano seguinte. Com a finalidade de colher subsídios para fortalecer essa idéia, fui indicado pela direção da Escola para representá-la no "Seminário sobre a Pesquisa em Comunicação, Difusão de Inovações e Adoção de Práticas no Brasil Rural", realizado em 1967, na Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (Piracicaba), sob o comando de Roberto Cobbe. Ali, tive a oportunidade de conhecer a produção de pesquisadores emergentes da área de Comunicação Rural (Bordenave, Fonseca e Quesada), reencontrar o meu mestre e amigo Luiz Beltrão (que dirigia a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e concluía sua tese de doutoramento sobre Folkcomunicação), bem como travar relações com estudiosos norte-americanos que atuavam em projetos de pesquisa de difusão de inovações em Minas Gerais e Porto Alegre, respectivamente vinculados à Michigan State University e à University of Wisconsin. Sedimentei minha convicção de que uma escola de vanguarda como a Escola de Comunicações Culturais da USP não poderia deixar de contemplar a problemática da comunicação rural. Mas as dificuldades atravessadas pela instituição no ano de 1968 (em decorrência da rebelião estudantil de maio e também pela contestação crescente que a sociedade civil brasileira dirigia ao governo militar) me fizeram postergar esse e outros projetos acadêmicos. A idéia foi retomada em 1970, por ocasião do I Congresso Brasileiro de Informação Rural, realizado em Brasília, quando liderei uma equipe de pesquisadores e profissionais paulistas, que integraram a Comissão IV daquele evento, dedicada ao subtema "Situação e Perspectivas dos Grandes Meios de Comunicação Coletiva Utilizados para Informação Rural". Pouco depois, provoquei a retomada da questão em São Paulo, durante a III Semana de Estudos de Jornalismo, promovida pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Convidei os cientistas sociais Carlos Alberto de Medina, Maria Isaura Pereira de Queiroz, João Baptista Borges Pereira e Hiroshi Saito, bem como os jornalistas agrícolas Mario Mazzei Guimarães e Avari de Campos, para debatermos as relações entre "Imprensa, Tecnologia e Desenvolvimento Rural". Como fruto desse trabalho de motivação e sensibilização, logrei a inclusão da disciplina "Comunicação Rural" na estrutura curricular da ECA-USP para o ano seguinte. Essa medida contou com o respaldo de dois pesquisadores sociais que a ECA-USP conquistou para o seu quadro docente: Egon Schaden e Hiroshi Saito. Este último, cuja experiência anterior em pesquisas de sociologia rural o habilitavam a atuar nesse campo, concordou em assumir a regência da nova disciplina. Quero registrar, porém, que ele o fez com certa relutância, pela seriedade que sempre caracterizou sua postura intelectual. Desde 1969,

quando participei de um curso de difusão cultural sobre "Sociedade e Cultura no Japão", por ele ministrado no Centro de Estudos Japoneses da USP, procurei motivá-lo a desenvolver na ECA uma linha de estudos sobre Comunicação Rural. Somente com a criação da disciplina e a capacidade de persuasão, a qual é peculiar ao professor Egon Schaden, foi possível contar com a aquiescência de Hiroshi Saito, que introduziu a Comunicação Rural no elenco dos conhecimentos básicos dos alunos de Comunicação Social, a partir de 1971.

A expectativa criada em torno da presença da comunicação rural nas preocupações da Escola de Comunicação da USP foi tão grande que o Ministério da Agricultura imediatamente solicitou nossa colaboração para dar um treinamento avançado ao pessoal técnico do seu quadro permanente. Surgiu dessa demanda, a organização do I CECOR – Curso de Especialização em Comunicação Rural, iniciativa conjunta da Coordenação de Informação Rural do Ministério da Agricultura, então sob a liderança de Raul Colvara Rosinha, e dos Departamento de Jornalismo e Editoração e Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP. A coordenação acadêmica do evento coube ao Prof. Hiroshi Saito, com a participação dos professores Gaudêncio Torquato e Wilson da Costa Bueno.

Dando seqüência ao desenvolvimento da Comunicação Rural na ECA-USP, para reforçar a ação empreendida na graduação pelo professor Hiroshi Saito, o Departamento de Jornalismo e Editoração convidou o professor Roberto V. Cobbe, então vinculado ao núcleo de comunicação e extensão rural da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, a transferir-se para o seu quadro docente. O processo de transferência foi iniciado, com vistas à implantação de uma linha de pesquisa sobre o papel da imprensa na mudança social do campo. Nesse sentido, dispus-me a viajar aos Estados Unidos, com bolsa de pós-doutoramento da FAPESP, para conhecer e analisar os programas de ensino e pesquisa na área de Comunicação e Desenvolvimento Rural. Permaneci na University of Wisconsin, sediado no Department of Agricultural Journalism, durante o ano acadêmico 1973-1974, participando de seminários, pesquisando fontes bibliográficas, entrevistando cientistas da área. O resultado desse meu trabalho é a coletânea **Comunicação, Modernização e Difusão de Inovações no Brasil** (Petrópolis, Vozes, 1978), contendo uma bibliografia sobre os estudos realizados nos Estados Unidos sobre Comunicação no Brasil e um conjunto de artigos selecionados sobre a problemática da comunicação rural em nosso País, quase todos resultantes das pesquisas realizadas em Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul por equipes de brasileiros e norte-americanos. Lamentavelmente esse esforço para dotar a ECA-USP de um espaço capaz de avançar no estudo e na investigação científica da comunicação rural esbarrou na crise universitária do final do Governo Geisel, quando os bolsões obscurantistas atuantes em São Paulo determinaram a cassação de vários docentes da USP, inclusive eu. Assustados e atemorizados com as medidas repressivas então vigentes, vários pesquisadores sentiram-se desmotivados e sem respaldo para a consecução do trabalho projetado, e procuraram abrigo em outras instituições nacionais, como fez Roberto Cobbe. Assim sendo, a Comunicação Rural permaneceu residualmente na ECA-USP, sustentada apenas pelo esforço do professor Hiroshi Saito, que passou a atuar também na pós-graduação.

Daquele período inicial, ficaram apenas o conjunto de publicações que

editamos na série "Comunicação Rural" – **Comunicação e Desenvolvimento Rural** (Gutierrez Sanchez e Mantinez V.), **Desenvolvimento Rural no Brasil** (Wilkening, Ellenborg, Saito e Almeida), **Brasil Rural e Brasil Urbano** (Saito), **Guia do I CECOR** e **A Comunicação e Alguns Problemas Rurais** (Saito e equipe) – e também a escolha de questões vinculadas à informação processada no meio rural pelos alunos de pós-graduação, os quais seguiram os cursos de Hiroshi Saito. Essa equipe permaneceu articulada até a morte do professor Saito, em 1983, e chegou mesmo a assumir a responsabilidade pela ministração da disciplina "Comunicação Rural", destinada aos alunos de graduação, que viria a ser, posteriormente, desativada pelo Departamento de Comunicações e Artes.

Da mesma maneira que a ECA-USP demonstrava interesse pela Comunicação Rural, outras escolas também o faziam. É o caso da Faculdade de Comunicação da Universidade Católica de Minas Gerais, o mais bem estruturado projeto de ensino e pesquisa na área implantado no Brasil, graças ao descortínio e arrojo do professor Lelio Fabiano dos Santos. A dedicação dos alunos e professores daquela entidade aos temas e problemas da Comunicação Rural ensejou um programa de extensão universitária, articulando teoria e prática, que seria desenvolvido no Vale do Jequitinhonha. Outras escolas, sob a influência da ECA-USP, também realizaram tentativas de direcionar projetos ou estudos para o mundo agrícola – a Universidade Estadual de Londrina, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Universidade Federal do Maranhão. Mas essas iniciativas, desencadeadas em nível de graduação, ficaram circunscritas à inclusão de uma disciplina sobre esse objeto ou à promoção de atividades de extensão universitária; não se caracterizaram como projetos integradores do ensino e da pesquisa, destinados a fazer a ponte entre a universidade e a sociedade, e dependeram, quase sempre, do entusiasmo de alguns professores sensibilizados pela problemática rural, fenecendo ou regredindo quando aqueles abnegados se encaminhavam para outras atividades ou privilegiavam distintos objetos de estudo.

As iniciativas mais duradouras foram aquelas incrustadas nos programas de pós-graduação, que se implantaram, a partir de 1972, nas Universidades de São Paulo (ao qual, já nos referimos anteriormente), na Universidade de Brasília e no Instituto Metodista de Ensino Superior em São Bernardo do Campo. Na UnB, a comunicação rural chegou a constituir objeto fundante do seu programa de mestrado, contando inclusive com respaldo acadêmico de universidades norte-americanas. No IMS, a comunicação rural apareceu como subárea da comunicação científica e tecnológica e goza de um maior destaque em função do empenho demonstrado pela EMBRAPA, que envia alguns dos seus técnicos de difusão de tecnologia para cursarem o mestrado e produzirem dissertações sobre questões relevantes para a política comunicacional da empresa. Nas três universidades, e até mesmo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, verifica-se a produção de pesquisas que embasam teses de mestrado e doutorado sobre tópicos de comunicação rural. Esse interesse tem persistido independentemente das mudanças de orientação que marcam os programas brasileiros de pós-graduação na busca de suas próprias identidades acadêmicas. A UnB, por exemplo, passou por uma profunda reformulação de diretrizes, concentrando seu interesse científico, num determinado momento, nas políticas de comunicação e, mais recentemente, no estudo das relações entre comunicação e cultura. Na USP, depois da morte de

Hiroshi Saito, a análise da Comunicação saiu da órbita da Sociologia Rural e se subordinou ao âmbito da Comunicação Empresarial, já que se abriu uma linha de pesquisa nesse campo, sob a orientação dos professores Gaudêncio Torquato e Wilson da Costa Bueno.

Examinando, mesmo sumariamente, as teses produzidas nessas instituições sobre as questões da comunicação rural, verificamos que elas se limitam a tratar os temas de informação ou persuasão rural, difusão de inovações ou transferência de tecnologia, a partir de enfoques e metodologias externas ao campo científico da comunicação rural, ou seja, não se articulam organicamente o conhecimento sistemático produzido em âmbito internacional sobre essa disciplina, inegavelmente sob hegemonia norte-americana, e representam contribuições periféricas a partir dos postulados inerentes a outras disciplinas humanísticas, como a Sociologia, a Antropologia, a Economia Política.

Se, por outro lado, verificamos o perfil dos programas de pós-graduação mantidos por universidades rurais – o de administração e comunicação rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco e o de educação e extensão rural da Universidade Federal de Santa Maria ou o de extensão rural da Universidade Federal de Viçosa –, identificamos alguns **gaps** em relação aos processos de comunicação de massa, tendo em vista sua redução a problemas de transferência de tecnologia em nível micro-comunitário.

A realização do XII Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação sobre o tema "Comunicação Rural" constitui um elemento motivador para repensarmos tais cursos e programas de pesquisa, e lançarmos as bases para um trabalho integrado entre os que se dedicam à comunicação rural nas escolas de comunicação social e os que estudam os processos de comunicação interpessoal ou grupal nas universidades rurais.

Entendo que o caminho para superarmos as limitações vigentes está na elaboração de projetos de pesquisa multidisciplinares sobre problemas emergentes de comunicação rural, que possam ser conduzidos por equipes mistas de cientistas da comunicação, da agropecuária e das humanidades. Somente a produção de conhecimento sobre a realidade social, cultural e comunicacional das populações que vivem no campo e se dedicam às tarefas agrárias e pastoris poderá conduzir a melhor dimensionamento dos modelos e das estruturas, os quais determinam a circulação e o consumo das mensagens dirigidas ao mundo rural. Evidentemente, uma ação dessa natureza precisa resgatar o conhecimento já acumulado pelas empresas que desenvolvem atividades de informação, educação e extensão rural, seja no âmbito dos **mas media**, seja no setor dos produtos industriais consumidos pelos agricultores e pecuaristas.

Se não priorizarmos a produção de conhecimento brasileiro sobre os processos de comunicação rural, naturalmente confrontados e comparados com os conhecimentos já disponíveis em outras sociedades, não continuaremos uma Teoria da Comunicação aplicada ao mundo rural e continuaremos ou reproduzindo na sala de aula modelos importados acriticamente das bibliografias estrangeiras ou realizando estudos marginais sobre fenômenos típicos da vida rural mas que não aprofundam as relações simbólicas ou as mediações culturais.

Para os pesquisadores que atuam nas escolas de comunicação social, se sua vocação se definir pelas questões rurais, torna-se indispensável sua asso-

ciação com os cientistas das escolas de agricultura, para que o dimensionamento dos problemas inerentes à difusão de inovações ou à transferência de tecnologias integre efetivamente os universos simbólicos e técnico-operacionais. Do contrário, seguiremos realizando estudos parciais ou reducionistas, cuja aplicação será duvidosa ou inviável.

Reconheço que nem todas as escolas de comunicação social devem estar voltadas prioritariamente para as questões relativas à comunicação rural. Essa tendência corresponde àquelas universidades inseridas em contextos culturais interioranos, atuando em zonas urbanas dependentes da economia rural, que podem definir sua vocação por essa área e subordinar seus programas de ensino e pesquisa a diretrizes globais, as quais contemplam a formação de recursos humanos para veículos dirigidos ao mundo rural ou para assumir funções informativas/persuasivas em programas de extensão rural ou de transferência tecnológica. Esforços nesse sentido devem ser realizados pelas escolas de comunicação localizadas em áreas urbanas como as de Londrina (Paraná), Uberaba e Juiz de Fora (Minas Gerais), Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), Piracicaba, Bauru e Ribeirão Preto (São Paulo), Campina Grande (Paraíba) e Teresina (Piauí).

Trata-se de um desafio a ser enfrentado pela comunidade universitária da Comunicação Social, na medida em que o Brasil permanece com um perfil econômico marcado pela produção agropecuária, fonte significativa da sua pauta de exportações. Estimulado por essa conjuntura favorável à economia rural, que se moderniza intensamente, é que o mercado nacional de **mass media** ou de comunicação empresarial tem aumentado sua participação em programas, veículos ou mensagens dirigidos ao campo. Necessita, portanto, o mercado internacional de pessoal qualificado para exercer atividades profissionais nesse segmento da vida nacional, e carece de conhecimento científico para obter um desempenho eficaz, contribuindo assim para transformar o sistema produtivo, aumentar a sua rentabilidade e lograr melhor eficiência operacional.

Ao propor que os participantes do Congresso INTERCOM/88 reflitam sobre tais caminhos e possibilidades, tanto do ponto de vista pedagógico quanto do teórico e metodológico, quero encerrar esse depoimento prestando homenagem póstuma a Luiz Beltrão e Hiroshi Saito, que estiveram comprometidos com tarefas dessa natureza e a elas se dedicaram com entusiasmo e abnegação.

IDÉIAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO DA COMUNICAÇÃO RURAL NOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS

Eduardo G. Castro*

1 Introdução

Como está expresso no título, este trabalho pretende apresentar algumas idéias, elaboradas em forma de premissas, relações e conclusões, para orientar a discussão acerca do ensino da comunicação rural em cursos universitários de graduação e pós-graduação.

---

* Professor da Universidade Federal de Santa Maria.

Sobre um tema que pode ser abordado a partir de perspectivas tão diversas, e sobre o qual podem existir tantas opiniões quanto pensadores e educadores especialistas no assunto, nosso enfoque constitui uma alternativa a mais, que se soma às já existentes, procurando enriquecer o problema. A abordagem, necessariamente sintética, limita-se a destacar os aspectos que entendemos relevantes para um debate inicial, e procura mostrar linhas e tendências, mais que desenvolvimentos teóricos, demonstrações empíricas ou cursos de ação. Assim, alguns conceitos, que noutro contexto mereceriam mais atenção, são supostos ou meramente mencionados.

Esclarecido o sentido destas notas, passaremos sem demora à sua exposição.

2 Premissas básicas

2.1 Com relação à comunicação[1]

2.1.1 A comunicação é uma particular forma de relação.

2.1.2 O estabelecimento dessa relação é possível mediante um processo ativo de intercâmbio de mensagens, processo que se torna efetivo no plano do concreto tanto como no do abstrato (simbólico).

2.1.3 É possível caracterizar tipos de comunicação (por ex.: interpessoal, multipessoal, de massa; verbal, não-verbal; micro, meso, macro, megacomunicação; etc.).

2.1.4 É possível distinguir níveis de relação (por ex.: dos mais profundos aos mais superficiais).

2.1.5 É possível diferenciar graus na comunicação (que vão, por exemplo, do pessoal direto ao pessoal indireto e ao impessoal).

2.2 Com relação ao âmbito rural[2]

2.2.1 Como efeito do presente trabalho, caracterizamos o campo como:

a) o espaço físico (extensões relativamente grandes de terras) no qual predominam fatores naturais, que constituem
b) fontes atuais ou potenciais de riqueza e energia que como tal
c) geram uma dinâmica de interesses humanos diversos que
d) chegam a constituir um subsistema cultural (este conceito inclui, em forma integrada, aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, físicos, religiosos, ecológicos etc.).

2.2.2 Como espaço físico-cultural, atual ou potencialmente produtivo, o campo transforma-se num âmbito em que confluem interesses multissetoriais, multirregionais e multivalorativos.

2.2.3 Esses interesses, com o jogo de forças que lhes acompanham, formam parte do âmbito rural, independentemente de sua origem (por exemplo, urbano)[3].

2.3 Com relação ao ensino

2.3.1 O ensino pode realizar-se por meio de dois processos diferen-

ciados: educação (centrífugo em relação ao sujeito que aprende) e instrução (centrípeto em relação ao dito sujeito).

2.3.2 Por educação (do lat. *ex*: fora; *ducere*: conduzir, guiar) entendemos o processo pelo qual se orienta o sujeito – a partir de suas condições e possibilidades – em seu contato com a realidade e no descobrimento de novas circunstâncias e relações, cooperando com ele na solução dos problemas derivados. É um processo fundamental e produtivo.

2.3.3 Por instrução (do lat. *in*: em; *struere*: empilhar, erigir) entendemos o processo pelo qual se incorporam ao sujeito conhecimentos, hábitos e costumes, com a finalidade de

a) conseguir sua adaptação ao meio (formação; do lat. *forma*: molde, moldura) e

b) realizar a aplicação dos ditos conhecimentos à sua realidade (capacitação; do lat. *capacitas*: capacidade, possibilidade de conter alguma coisa); trata-se de um processo fundamentalmente reprodutivo.

2.3.4 O caráter produtivo da educação aumenta os graus de liberdade, mas reduz os níveis de confiança e segurança dos sujeitos ao carecer de "moldes" universais preestabelecidos e, conseqüentemente, permitir a coexistência de alternativas diversas. É o procedimento mais adequado aos sistemas democráticos.

2.3.5 O caráter reprodutivo da instrução, em quaisquer de seus aspectos (formação ou capacitação), reduz os graus de liberdade dos indivíduos, mas aumenta os níveis de confiança e segurança. É o procedimento mais adotado pelos sistemas autoritários e tecnocráticos.

2.3.6 A educação é possível pelo caráter aberto do real e a capacidade transformadora da pessoa. A instrução é possível pelo caráter acumulativo do conhecimento e pela capacidade de incorporação, armazenamento e assimilação das pessoas.

2.3.7 O instrumento que torna possível o processo de educação é a pesquisa. O instrumento que torna possível a instrução é a transmissão-imitação.

2.3.8 O desenvolvimento do conhecimento humano alcançou níveis de progressão logarítmica, pela qual a instrução teve de realizar um giro qualitativo: deixou de ser "substantiva" (de conteúdos) e passou a ser "operativa" (forma de obter a informação desejada no momento necessário).

2.3.9 Novas formas de registro e conservação da informação se somaram-se à retenção *mnemônica* e à escrita, motivo pelo qual a capacitação adotou um curso cada vez mais "impessoal".

3 Relação orgânica entre as premissas

3.1 O ensino da comunicação rural deveria orientar-se, a partir desta perspectiva, até o estudo dos tipos, níveis de relação que se produzem entre os sujeitos e as organizações vinculadas aos diversos interesses, que se movem em volta do campo (produção, comercialização e uso dos produtos; decisões políticas ligadas ao âmbito rural; formas de

Interdisciplinares da Comunicação

organização; mecanismos horizontais e verticais de transmissão de informação; normas, valores, costumes etc.).

3.2 Os estudos de comunicação rural deveriam diferenciar situações – problemas, que se referem a essas relações, a fim de poder elaborar diagnósticos, prognósticos e sugerir soluções.

3.3 Por não estar suficientemente estudado o jogo de interesses com referência ao âmbito rural, suas relações e conseqüências, tanto históricas quanto atuais, carecem de um corpo de conhecimentos, de informações e de comportamentos conscientes e críticos, capazes de permitir qualquer processo baseado na instrução – este é possível só em aspectos parciais –; pelo que os procedimentos deverão ser essencialmente educativos.

4 Conclusões

4.1 Parece não ter sentido falar de comunicação rural como disciplina resultante da aplicação dos conhecimentos gerais de comunicação (interpessoal e de massas) no meio rural.

4.2 A comunicação rural é um âmbito ainda inestruturado ou insuficientemente estruturado.

4.3 A importância destes estudos se tornará evidente, uma vez que:

a) seja definido o rural por seus elementos constitutivos característicos, sua estrutura e dinâmica, os interesses que geram e as atividades desenvolvidas pelas pessoas a eles vinculadas;

b) sejam estudados, definidos e caracterizados os tipos de relações que se estabelecem entre todos esses elementos, ou ao menos, entre aqueles mais significativos;

c) seja recontextualizado dinamicamente o rural na totalidade mais ampla da qual é parte, no duplo sentido espacial e temporal.

NOTAS

[1]Para uma fundamentação teórica destes enunciados, ver nossos trabalhos: *Comunicación y conducta. Un enfoque filosóficosocial de la comunicación humana*. Córdoba. Universidad Nacional de Córdoba, 1972. Tese doutoral. Em torno do conceito de comunicação. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*, Santa Maria. UFSM, 4:2, 161-71, jul./dez. 1979. Proposta de um modelo sistêmico de comunicação. (Em: MARQUES DE MELO, José (Coord): *Teoria e Pesquisa em Comunicação*. São Paulo, Cortez Editora – INTERCOM-CIID, 1983. p. 109-28).

[2]Outras considerações a respeito podem ser lidas no nosso artigo: *Comunicação e extensão rural: um exemplo de discurso esquizóide*. Centro de Ciências Rurais, UFSM, setembro de 1986. (material mimeografado).

[3]Destaca-se o fato de que o rural, definido como espaço físico-cultural, transcende os limites geográficos, enriquecendo o sentido da comunicação, e as tomadas de decisões deixam de ser exclusivo patrimônio urbano.

COMUNICAÇÃO RURAL – FORMAÇÃO OU CAPACITAÇÃO?

Prof. Roberto Emerson Câmara Benjamin*

Coloca-se em discussão a pergunta: comunicação rural – formação ou capacitação?. Respondemos: formação e capacitação em todos os níveis. No momento que vivemos, na sociedade e na universidade brasileira parece temerária uma resposta excludente.

Ainda estão para serem estabelecidas as áreas de atuação e as tarefas de um profissional ou dos profissionais da comunicação rural. O seu perfil ainda não está delineado. Afinal, de quais profissionais de comunicação a sociedade brasileira efetivamente necessita? (não se trata evidentemente de colocar a Universidade a reboque do mercado de trabalho).

Todo o esforço na formação de recursos humanos (ou de sua capacitação), na área da comunicação rural, deve ser tomado como experiência a ser avaliada.

Na implantação da reforma curricular da Portaria nº 11/69, que transformou os cursos de jornalismo em cursos de comunicação, introduzimos a disciplina **Comunicação Rural** no Curso de Comunicação da Universidade Católica de Pernambuco (ao que parece a Universidade Católica de Pernambuco foi a primeira universidade a introduzir esta disciplina no currículo do bacharelado em comunicação no Brasil). Até então, a área era privativa de extensionistas, graduados em Agronomia e Veterinária e umas poucas "educadoras rurais", capacitadas ou não em treinamentos de organismos oficiais.

Tínhamos, então, a intenção de introduzir os estudos rurais na área de Comunicação Social.

Tínhamos também a pretensão de abrir o mercado de trabalho dos profissionais do jornalismo, bastante limitado em nossa região.

De fato, alguns dos nossos alunos se dirigiram a este novo campo e tiveram estimulantes experiências profissionais fora das grandes cidades, trabalhando especialmente em programas governamentais no semi-árido.

As condições de trabalho da universidade particular não permitiram que se desenvolvessem, na Universidade Católica de Pernambuco, estudos de maior amplitude, todavia o funcionamento da disciplina levou à reflexão e à publicação de alguns artigos por parte de professores daquela instituição.

Mais tarde (1979), estes professores integraram a equipe da área de Comunicação Rural, do Mestrado em Administração Rural, da Universidade Federal de Pernambuco. Por outro lado, a formação dos extensionistas pouco mudou.

São passados 18 anos desde que houve aquela iniciativa pioneira.

Outras alternativas possíveis para a formação e capacitação de pessoal na área de comunicação rural não foram ainda exploradas.

A pretexto de modernização, foi imposta uma reforma para resolver alguns problemas que estavam, na verdade, fora dela: ampliou-se, em 300%, a

---

* Coordenador do Curso de Mestrado em Administração Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

oferta de vagas na graduação; recrutou-se de forma inadequada um corpo docente para manter a massa do alunado dentro das classes; destruiu-se a velha estrutura oligárquica e instituiu-se o Departamento e o Sistema de Créditos. Equacionado o problema dos excedentes, jamais se implementou essa reforma.

Nos últimos 10 anos, a problemática da universidade brasileira tem sido discutida como se estivesse reduzida apenas à estruturação da carreira docente com vistas a melhorias salariais e à estabilidade no emprego. A reivindicação de natureza sindicalista sufocou a problemática institucional.

Hoje a universidade brasileira, de modo geral, não produz e raramente transmite o saber. Está reduzida a um mero cartório de nobilitação de titulares para o privilégio do exercício profissional em atividades para as quais ela verdadeiramente não prepara o jovem.

A incipiente pesquisa está associada a pós-graduação, portanto limitada a setores muito restritos. E o que é mais grave é que está relacionada quase exclusivamente à preparação de dissertações e teses para a obtenção de graus acadêmicos, objetivos estes ainda mais limitantes.

Neste quadro desolador, insere-se o ensino da comunicação rural, com um paradoxo: continua-se a repassar, acriticamente, na graduação, um saber que não produzimos e nem ao menos adequamos à nossa realidade. Realidade aliás, que pouco conhecemos!

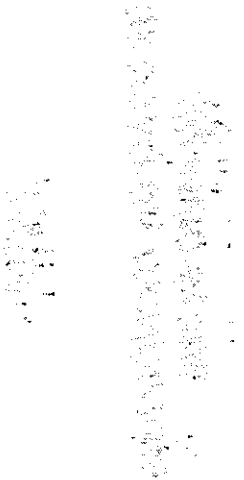
O pouco que a pesquisa tem comprovado é que as propostas e as técnicas são inadequadas aos objetivos desejáveis e até mesmo aos objetivos explícitos nos discursos oficiais. O momento é portanto de perplexidade.

Parece-me indispensável prosseguir com as alternativas atuais de formação e capacitação de recursos humanos até que se tenham resultados de um trabalho de avaliação criteriosa do que tem sido realizado, de todas as experiências vivenciadas. Por outro lado, requer-se um estudo amplo e uma reflexão serena sobre o papel reservado ao profissional da comunicação rural, o seu perfil, suas tarefas e seus limites. E, assim, poderemos contribuir com a luta para que as instituições em que trabalhamos possam fazer jus ao nome de Universidade, ainda em nossa geração.

SOC. Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação

PARTE IV

DIFUSÃO DE TECNOLOGIA NO MEIO RURAL



Soc. Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação

ESTADO, DIFUSÃO DE TECNOLOGIA E POBREZA RURAL NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

Antônio Luiz de Lima*

1. INTRODUÇÃO

A Zona da Mata de Minas Gerais foi escolhida para este debate por ser mais conhecida e por ter sido objeto de intensos estudos e pesquisa feitos na Universidade Federal de Viçosa.

Procurou-se considerar os conceitos de difusão de tecnologia, de inovação tecnológica e de eficiência do processo de modernização agrícola simplesmente como ação do Estado, que estabelece uma realidade dicotômica, constituída de grupos tradicionais e de grupos modernos, na qual o desenvolvimento é considerado apenas como modernização e as ações pressupõem a manutenção de uma "normalidade social". Neste contexto, o incremento da produtividade e a inserção de padrões modernos seriam suficientes para alcançar o desenvolvimento.

A tecnologia é, freqüentemente, concebida como "coisa", ou seja, como produtos, sendo identificada como ferramentas, máquinas, insumos agrícolas, em geral. Algumas vezes é percebida como conhecimento humano e, raramente, como relações. Abstraí-la das relações de produção, que determinam historicamente o significado do conjunto tecnológico, significa perder a possibilidade de compreender a geração e a dinâmica do processo tecnológico. Isso acontece quando a tecnologia é reduzida a produtos – coisas.

A tecnologia própria da economia camponesa, como todo processo tecnológico, traz certa coerência com a orientação da produção (subsistência), com a produção de valores de uso e com a forma própria em que é utilizada a força de trabalho. Isto equivale a dizer que essa economia tem racionalidade própria (relação fins e meios), que difere daquela que caracteriza o modo de produção capitalista, à qual se encontra subordinada. Conseqüentemente, a economia camponesa não é uma forma "atrasada" tecnologicamente em relação ao modo de produção capitalista e sim qualitativamente diferente: não-capitalista. Nesta economia, a produção e a mão-de-obra familiar são direcionadas para a subsistência da família e não para a relação custo-benefício.

2. DIFUSIONISMO RURAL E A ZONA DA MATA MINEIRA

No Brasil, as primeiras atividades de extensão ocorreram em torno de 1910, empreendidas pelo Dr. Benjamin Hunnicutt, em Lavras, que, naquela

* Professor Assistente – Departamento de Economia Rural – UFV (Viçosa-MG).

época, procurou dar cursos e treinamentos aos agricultores, usando alguns métodos de extensão, tais como aulas, palestras e demonstrações de resultados, descritos em folhetos de alcance do produtor. O trabalho visava à escolha da semente, da forma de plantio, do tipo de espaçamento e da época de colheita para as culturas do milho, do arroz e do feijão. Na pecuária, foi dada ênfase especial à exploração de suínos – tipo de carne, quando foi introduzida, no Brasil, a raça "Duroc Jersey".

Objetivando atingir maior público, foi criada a primeira Exposição Agropecuária do interior do Estado, com vistas a educar o homem para uma produção mais nacional. Esse trabalho de atividade extensionista deu destaque muito grande ao Dr. Hunnicutt, sendo este reconhecido pelo Governo Federal, que lhe outorgou a comenda da ordem do Cruzeiro do Sul.

Em 1929, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa realizou sua primeira Semana do Fazendeiro. No II Congresso de Ex-Alunos da ESAV, CORREA[1] mencionou esta Semana como uma das modalidades de serviço de extensão agrícola e apresentou proposta de criação de um serviço de extensão agrícola para a Zona da Mata de Minas Gerais.

Em 1948, no mesmo ano em que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa – ESAV – tornou-se Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG, foi criado um Departamento de Extensão, como esforço adicional para difundir novas tecnologias aos produtores rurais. Outra experiência extensionista foi proposta imediatamente ao então Governador de Minas Gerais, Milton Soares Campos, que assinou convênio com a "American International Association for Economic and Social Development" – AIA – com o objetivo de desenvolver um programa de Crédito Rural Supervisionado, ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), para atender aos pequenos e médios agricultores. Esse sistema de extensão, atualmente EMATER-MG, possui, na Zona da Mata, 71 escritórios locais e atua em 126 municípios, com cerca de 200 técnicos.

Existem também outras agências de difusão de tecnologia rural, como o Instituto Estadual de Florestas, a Superintendência de Saúde Animal, a Companhia de Silos e Armazéns Gerais de Minas, a Fundação Ruralmineira, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, a Superintendência de Desenvolvimento de Cooperativas (SUDECOOP) e uma rede de assistência técnica de cooperativas, firmas de assistência técnica, casa de vendas de produtos agropecuários, entre outras.

Mediante financiamentos do IPEA, FINEP e USAID, a UFV publicou, em 1971, o "Diagnóstico Econômico da Zona da Mata de Minas Gerais", que teve como resultado a implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata (PRODEMATA), financiado pelo BIRD e pelo Governo de Minas Gerais.

Acrescenta-se a estes exemplos de intervenção do Estado, em busca do desenvolvimento econômico e social da região, a criação do Programa Gilberto Melo, em 1980, pela UFV, com vistas à atuação de técnicos e estudantes estagiários nas microrregiões de Viçosa e de Ponte Nova.

3. A ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

A expansão cafeeira da Zona da Mata, com base nas relações do trabalho escravo, deu origem ao desenvolvimento de outros setores, como o de

SOC. BRASILEIRA DE ESTUDOS Interdisciplinares da Comunicação

têxteis e o de laticínios, e de uma rede urbana, dispersa e pouco integrada, tendo Juiz de Fora como principal pólo da região.

Localizada no Sudeste do Estado de Minas Gerais, a Zona da Mata ocupa uma área de 38.638 km^2 e abrange 123 municípios, com sete microrregiões homogêneas. O relevo varia de ondulado a montanhoso; os solos, pobres em nutrientes; e as baixadas, em geral, de difícil drenagem.

A agropecuária é praticada nos solos amorrados e nos fundos de grotas, com dificuldade de emprego da mecanização, uso intenso de mão-de-obra e baixa produtividade.

Segundo dados do Censo de 1980, havia, na Zona da Mata, 73.625 propriedades rurais, com 3.259.203 ha de área ocupada, sendo a área média das propriedades de 44,27 ha, e 89,54% de propriedades abaixo de 100 ha.

As principais culturas dessa região são o café, o arroz, o milho, o feijão e a cana-de-açúcar. Na produção pecuária, destaca-se a produção de suínos, de aves, e a leiteira. Em menor escala são produzidas frutas e hortaliças.

4. POBREZA RURAL E ESTADO – UMA ALIANÇA IMPOSSÍVEL

O Estado (EMATER-MG, PRODEMATA, Programa Gilberto Melo e outros) tem trabalhado com um espectro de objetivos e com um leque de conceitos genéricos e ambíguos. Há deficiências nas propostas que dificultam a apreensão e a avaliação daquilo que pretendem, deficiências estas que:

1. desconsideram as contradições existentes;
2. simplificam e englobam a população rural em categorias não-condizentes com a realidade social desta;
3. registram pouca vinculação com a pequena produção, em relação às necessidades de tecnologia adequada e viável aos pequenos produtores e aos aspectos de associação desses produtores.

As comunidades rurais estão constituídas, em sua maioria, de famílias com problemas de ordem estrutural (terra, trabalho, capital), cujas soluções não estão ao alcance da ação dos órgãos representantes do Estado.

GOMES[2], analisando os condicionantes que entravam a modernização do pequeno agricultor, concluiu serem eles: a baixa qualidade do solo cultivado pelo pequeno agricultor; a não disponibilidade de tecnologias apropriadas a seu ambiente; o tamanho da propriedade, fato que inviabiliza a compra de máquinas; e a baixa densidade de renda dos produtos agrícolas, que predomina nas atividades do pequeno agricultor.

Em estudo realizado em 30 comunidades rurais carentes, FAGUNDES[3] concluiu que os órgãos de extensão que atuam na região (EMATER-MG, 40 anos de atuação; Semana do Fazendeiro, 60 anos; e Programa Gilberto Melo, oito anos) não atingiram plenamente essas comunidades, pois quando inquiridos quanto à atuação desses órgãos, os entrevistados, todos residentes há mais de 15 anos na região, assim se posicionaram: 27,6% ouviram falar e, ou, se beneficiaram da EMATER-MG; 18,4% ouviram falar e se beneficiaram do Programa Gilberto Melo; e 6,9% participaram da Semana do Fazendeiro.

Embora o propósito desses programas seja atender às comunidades carentes, tais intenções não se concretizaram de fato. Esses dados demonstram

que tem sido interessante para o Estado manter suas propostas, enquanto eficientes, como "amaciamento" dos problemas sociais, mas têm sido inviáveis, para as categorias sociais de menor renda, as propostas do Estado na solução de seus problemas.

5. MEDIDAS PROPOSTAS

Para promover as mudanças sociais requeridas, é preciso implementar as seguintes medidas:

1. eletrificação rural, com linhas subsidiadas;
2. criação de Centros Comunitários de Pesquisa, Ensino e Extensão;
3. melhoria do ensino básico e oportunidade a todos;
4. política agrícola que contemple, principalmente, os seguintes tópicos:
   . integração obrigatória dos organismos estatais, com racionalidade do uso dos recursos e corte das ações paralelas;
   . criação de seguro agrícola que cubra as reais perdas de produção;
   . financiamento e subsídios, com recursos públicos, somente para pequenos agricultores de até cinco módulos rurais;
   . crédito rural concedido somente para pessoas que dependam exclusivamente da agricultura;
   . crédito agrícola direcionado prioritariamente ao pequeno agricultor, sem imposições tecnológicas e comprometido com a conservação ambiental;
   . criação e manutenção de centros comunitários que disponham associativamente de máquinas e equipamentos para serviço de produção, armazenagem e comercialização agrícola;
   . apoio a construções de casas populares, nos vilarejos e bolsões de bóias-frias;
   . área de terras disponíveis para frentes de trabalho, visando a produções comunitárias e ao aproveitamento da mão-de-obra excedente;
   . melhoria de estradas rurais;
   . postos rurais de primeiros socorros;
   . transporte e armazenagem comunitária de produtos e de insumos agrícolas.

Tais medidas foram tomadas, com eficiência, na década de 70, entretanto, por questões estruturais, somente atingiram a produção de exportação, sendo o Estado o grande promotor destas.

NOTAS

[1]CORRÊA, G. Serviço de extensão agrícola para a Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, Separata da Revista "Ceres". Viçosa, ESAV, 1951. p. 32.

[2]GOMES, S.T. Condicionantes à modernização do pequeno agricultor. (Parte Tese de Doutorado). Viçosa, UFV, 1987. 57 p.

[3]FAGUNDES, J. e outros. Pobreza rural: estudos dos limites e possibilidades das propostas de extensão junto a comunidades carentes da Zona da Mata. Relatório Técnico Financeiro. N.P.

Soc. Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

DESCRIÇÃO CRÍTICA DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÕES EM TECNOLOGIAS APROPRIADAS AO MEIO RURAL

Geraldo A. Lobato Franco*

INTRODUÇÃO

As Tecnologias Apropriadas baseiam-se na existência da pobreza causada pelo desempenho ou subemprego, especialmente nas áreas rurais do Terceiro Mundo; na evidência da racionalização e do uso de recursos em que se obtenham níveis de industrialização semelhantes aos dos países cêntricos, como na redistribuição de recursos energéticos escassos, mal concebidos ou erroneamente dimensionados; no conhecimento do fenômeno da diversidade cultural de regiões e microrregiões; na compreensão do mutilamento do meio ambiente, que torna certas áreas mais suscetíveis aos desastres naturais; e no repúdio pela existência de profundas desigualdades de salários, de distribuição de riqueza e de consumo entre grupos sociais e regiões, acentuadamente em esferas como os sexos, os grupos étnicos e etários e as ocupações profissionais.

O pai das Tecnologias Apropriadas, Schumacher, autor de "Small is Beautiful", preocupou-se intensamente com a mobilização do conhecimento que atingisse exatamente os fatores acima mencionados e com o desenvolvimento e a divulgação destas tecnologias (que foram também chamadas de alternativas, adaptadas e brandas). Além disso, deveriam se situar foram da máquina estatal, de forma que se fosse capaz de mobilizar a formação de grupos de apoio que criassem uma infra-estrutura sistematicamente organizada do conhecimento e da comunicação deste.

Assim, abriram-se as portas, no princípio dos anos 70, aos participantes de um movimento que foi chamado mundialmente de T. A. No Brasil, em fins de 78, este movimento foi encampado pelo MOBRAL que, entretanto, não conseguiu obter resultados significativos.

Em seguida surgiram as experiências da EMBRATER e do CNPq que, juntamente com o PTA da FASE, são objetos de minha dissertação de mestrado, a qual passo a relatar.

1. O Sistema de Transferência da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural): O Projeto de Captação e Difusão de Tecnologia Adaptada – PCDTA

O PCDTA da EMBRATER data de dezembro de 1978, quando foi subscrito por técnicos de sua Coordenadoria de Planejamento, que explicitavam a importância da produção agrícola em escala reduzida, enfocando a assistência técnica e a extensão rural como modos de atenuar a distribuição de meios de produção no contexto daquela forma de agricultura, tendo em vista a necessidade e o abandono técnico relativo a que havia sido relegada.[1]

A sua operacionalização dependia de um método de captação de tecnologias "desde o simples processo de correspondência até visitas ao exterior,

* Professor da UFRJ.

procurando encontrar tais tecnologias, bem como estimular a criatividade de técnicos e produtores", incluindo também a consulta a arquivos e a órgãos de pesquisa nacionais e estrangeiros, alguns dos quais, como no caso do GRET Groupe Recherche et d'Echanges Technologiques da França, já possuíam uma forma de catalogação das "tecnologias adaptadas provenientes de todo o mundo."[2]

A equipe nacional da EMBRATER encaminharia uma relação das tecnologias a um "Centro de testes" e, em seguida, estimados os gastos materiais, horas de trabalho, substituições e comparações com outras práticas, bem como comparações qualitativo-quantitativas, definiriam o valor e aplicabilidade das tecnologias escolhidas.[3]

Acertados todos os critérios de difusão propostos, considerar-se-iam "prioritariamente a eficiência, o custo e a simplicidade da tecnologia proposta." Só então estariam as tecnologias prontas para serem divulgadas por meio da "capilaridade de que dispõe o sistema, junto ao meio rural, atuante que é em mais de três mil municípios".[4]

Propunha-se que o processo de difusão contemplasse algumas peculiaridades de cada tecnologia com o fim de "eleger o método (ou a combinação) que pudesse produzir melhor efeito em termos de conhecimento, reflexão, admissão, execução e adoção."[5] De semelhante maneira era proposto que não só fichários fossem produzidos, mas que diversos outros meios de disseminação fossem adotados e que Centros de Demonstração fossem organizados em cada região em articulação com a EMBRAPA, assim como a publicação dos resultados via um noticioso do projeto, entre outros planos.[6]

A partir de abril de 1980 foram finalmente publicados os primeiros fichários que, desde então, têm sido divulgados no Sistema de Extensão Rural, entretanto, sem os resultados de sua aplicação final inteiramente conhecidos. Note-se que o referido sistema de extensão rural está quase totalmente voltado para as médias e médio-grandes explorações rurais e que somente estas têm a capacitação, em termos de recursos humanos, para adotar até mesmo as mais singelas tecnologias, exatamente porque estão possuídas de um mínimo de estrutura organizacional e de condições gerais para que as mesmas funcionem. Isto talvez seja em conseqüência do que freqüentemente se percebe nos meios rurais: somente uma minoria de técnicos de extensão se encontra em condições de capacitação voltadas ao trabalho com as pequenas explorações. São conhecidas neste campo de especialidade somente as experiências de Chapecó, SC e de Londrina, PR, em virtude dos centro da EMBRATER ali localizados também se dedicarem aos sistemas agroecobiológicos, quer por formação quer por vocação dos seus técnicos e especialistas ali sediados.

Como será evidenciado, existem indicações concretas quanto ao descaso profissional com que são descartados, por seus extensionistas, os esquemas de captação e difusão de TA da EMBRATER, no que concerne ao uso final de TA por indivíduos e comunidades camponesas carentes, pois estes necessitam de atenção por parte da maioria dos membros daquela instituição (com as exceções de praxe), atenção esta que seria voltada, se não exclusivamente, pelo menos prioritariamente para os mesmos. Consta que os extensionistas estejam tomados pelo desejo e convicção de disseminar o progresso em forma de inovações cientificamente comprovadas. Entretanto, eles, em sua maioria, estão motivados quando muito superficialmente, pois, por não serem

Soc. Brasileira de Estudos

oficialmente incentivados pela instituição representante do estado em que trabalham, mostram-se desinteressados em promover uma tecnologia que não represente nenhum comprometimento substantivo de repasse de bens de capital ou de consumo financeiramente importantes, segundo a ótica assistencialista da instituição a que pertencem, o que faz cair em ouvidos moucos toda a filosofia ecológica e holística que as TA representam.[7]

Parece que, por prevalecer o sistema de estado não-poupador de insumos e de uso de fontes de energia não-renováveis, e, desde logo, de capital, a TA não tem conseguido favorecer o desenvolvimento efetivo do campo. Assim, permanece o País no caminho de uma agricultura voltada para o lucro exorbitante e para a exportação, ambos de forma predatória e inconseqüente, usando e abusando da mão-de-obra farta e barata, proletarizada ao ser expropriado o seu meio de produção.

A forma de reprodução de conhecimentos homogênea e linear adotada pelo PCDTA da EMBRATER deixa transparecer a filosofia de apropriação e de uso de poder em forma de conhecimento, que é inerente àquele órgão de estado. Esta filosofia vem favorecer somente os médio e médio-grande proprietários rurais em suas explorações, grandes beneficiários que são do modelo de extensão rural fortemente estatizado, centralizado e articulado setorialmente.[8]

Evidencia-se que a participação popular ensejada quer na elaboração quer na implantação deste projeto, se é que existe, não se torna clara por meio da organização administrativa do PCDTA. Um exemplo disto é o caráter vago e geral da seguinte explicação: "os pesquisadores, técnicos de outras organizações e mesmo (sic) os próprios produtores rurais, também informam sobre alternativas tecnológicas geradas pela pesquisa, ou criadas no meio rural". Pergunta-se: que "produtores rurais" seriam esses? Que "outras organizações" especificamente seriam essas? As respostas não afloram claramente, pois imperam a ambigüidade e a contradição.[9]

A título de esclarecimento, convém reproduzir as palavras de Paulo Freire sobre o papel da História da Ciência e Tecnologia, convincentes quanto aos preceitos operativos da cultura impregnada de ciência, que nos é revelada pela História:

> "Esta reivindicação do mundo e da sociedade não se dá na cabeça da gente... daí a necessidade de reinventar a produção. O substantivo que se impõe a essa reinveção é a participação real, participação das massas populares na delimitação, inclusive do que produzir, do para que produzir e em favor de quem produzir... o que essa reinveção implica é que a rigorosidade científica não pode estar alheia à sabedoria popular, como se ela fosse uma pura ingenuidade. O que a rigorosidade científica não pode estar alheia é, em primeiro lugar, que ela não é uma categoria metafísica, que é uma categoria histórica. O que a rigorosidade científica precisa saber é que a ciência tem uma historicidade. A ciência jamais poderá ser a priori da História. Ela se gesta, ela é a posteriori. Em segundo lugar, por ser o rigor algo de que precisa o saber revolucionário, é que ninguém, ninguém chega lá, partindo de lá".[10]

No PCDTA, conforme se apresenta, não se tornam transparentes nem o rigor científico e, por conseguinte, o cultural, nem o histórico, conforme o tipo de participação que o próprio PCDTA havia previsto em sua concepção. Pelo que se pode depreender dos textos consultados, a filosofia do PCDTA tem sido a de tornar acessível aos extensionistas rurais um número de tecnologias no mercado e, ou, recuperadas, mas de fácil reprodução. Este serviço da EMBRATER tem procurado difundir experiências com biogás, tração

animal e, recentemente, com alternativas aos agrotóxicos, não se concentrando exclusivamente nestes três itens. Os produtos informativos continuam como o originalmente proposto, isto é, com a publicação de fichários de TA e de tecnologias descobertas no campo ou nele desenvolvidas.

Apesar das origens das informações serem diversas, um dos obstáculos aos esforços para desenvolver, difundir e ajudar os outros a usarem as tecnologias socialmente benéficas é "a tendência dos técnicos em enfocar somente tecnologias sofisticadas, ditas 'modernas'. Isto em grande parte por influência das escolas e universidades que raramente se preocupam com a tecnologia adaptada".[11]

Assim, não se pode nem ter uma previsão de uso de material publicado nem mesmo uma expectativa de que venha a se realizar um levantamento mais efetivo de experiências populares e camponesas, que certamente existem, mas que são olvidadas pelos extensionistas.

Como já foi frisado, desconhece-se a profundidade e o alcance da divulgação, disseminação e uso final dessas publicações, pois até o momento não apareceu nenhuma tentativa de avaliação do uso das mesmas, nem dos serviços de TA oferecidos em geral. Um trabalho desta natureza certamente apontaria o exato número de pequenos produtores beneficiados pelo Projeto, aqueles verdadeiramente mais necessitados das tecnologias baratas, de uso farto de mão-de-obra e de pouco dispêndio de recursos energéticos não-renováveis e em geral de alto custo.

Um exemplo de como a situação parece desvirtuada é o da tecnologia do "gasogênio rústico", que foi originalmente descoberta e colhida em campo no Nordeste por um grupo de trabalho do Projeto Rondon conveniado com o PTTA do CNPq e posteriormente repassada à EMBRATER que, finalmente, publicou-a. Parece que na pressa exarcebada da publicação cometeram-se erros crassos, prejudicando a possibilidade da reprodução e da reinvenção do equipamento descrito. Mas, o que parece grave é que a especificação de materiais e a própria construção do "gasogênio" não estão clara e suficientemente detalhadas, inclusive quanto a uma possível e compatível normalização técnica, ao nível do entendimento de pequenos agricultores.[12]

Parece natural que o método de construção indispensável para que o equipamento funcionasse, que pertence aos "mestres do gasogênio", fosse por eles resguardado como se tratasse de um segredo profissional, se bem que na realidade seja um mecanismo cuja patente deve ser de "público domínio". Entretanto, os detalhes do processo de fabricação ou de reprodução, isto é, o **software** embutido, o método, o **know-how** de fabricação não o são; e seria normal que aqueles artesãos industriais quisessem protegê-lo. Por outro lado, não foi ainda publicada nenhuma experiência de laboratório que tentasse a sua reprodução e muito menos é conhecido qualquer trabalho de **follow up** quanto a sua repetição noutros lugares e as suas condições.[13]

Parece razoável perguntar para que serve a mera publicação do saber popular que nunca poderá ser reproduzido devido à falta de condições básicas para essa reprodução: nem sequer a localização exata e o nome dos seus construtores aparece, sabendo-se somente que se trata de uma tecnologia difundida no "Baixo Jaguaribe, Ceará, por cerca de 150 produtores."[14]

Afinal, com que objetivo foi essa tecnologia levantada e publicada, se a forma com que seus dados técnicos são explicados não é nada esclarecedora,

Soc. Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

prejudicando a reprodução e demonstrando um visível descuido na clarificação de questões importantes de comunicação, evidenciando o desinteresse pela causa e pelo conhecimento populares, bem como a insensibilidade para com os seus verdadeiros representantes, os "mestres do gasogênio"?

Reafirma-se que somente um organismo que fosse participativo; que quisesse integrar-se na comunidade e aos seus co-partícipes, muitos deles verdadeiros proprietários das tecnologias (pelo menos quanto aos métodos de fabricação), e, por conseguinte, de uma parcela do saber, naquilo em que somente eles são competentes em reproduzi-lo, pois disso se ocupam profissionalmente; que respeitasse o trabalho alheio é que poderia ser considerado do lado e com o povo, pois estaria respeitando o lado profissional do artesão industrial, que depende de seu sustento em montar engenhocas, e não competindo deslealmente com ele, o que é extremamente injusto.

Este desacerto oficial evidencia que o Projeto da EMBRATER se limita a mais uma tentativa parte assistencialista, parte publicitária dos mecanismos de poder do estado, parecendo demonstrar uma certa irracionalidade com efeitos predatórios.

É sabido que a condição indispensável para que o modo de produção capitalista se converta em hegemônico é a generalização do processo de dissociação do produtor direto de seus meios de produção. Assim, o exemplo do "gasogênio rústico" se reduz a mais uma tentativa do estado, já acostumado a beneficiar o capital, desarticulando os pequenos produtores industriais rurais, veiculando informações incompletas, portanto inseguras, de um mecanismo insólito e de reprodução impossível, se seguidas as instruções inadequadamente fornecidas.

Isto só vem reforçar a tese de que mesmo carregada de boas intenções, de conhecimento técnico, de ideologias e de publicidade, a participação popular, em todos os níveis de apropriação do conhecimento, se for negada ao povo, nunca lhe poderá ser devolvida. É simplesmente intragável.

2. O Sistema de Transferência do Projeto de Transferência de Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural (PTTA) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Banco de Dados de Tecnologias Apropriadas (BDTA) do Centro Nacional de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura (CENAGRI)

Quando originalmente planejado, em 1983, o PTTA contava com os meios e dispunha de metodologia que, uma vez implementada em ações, levariam ao resgate de tecnologias tradicionais, bem como à descoberta, invenção e melhoria de outras TA, por intermédio da estruturação organizacional que previa "três campos básicos que caracterizam as suas atividades: 1) Rede de transferência de tecnologia; 2) Atividades de experimentos em comunidade; e 3) Inovação tecnológica".[15]

Por serem de baixo custo, de fácil aplicação e de uso imediato, as TA deveriam injetar, principalmente na economia camponesa de pequena escala, elementos favoráveis à melhoria de vida e, em muitos casos, à sobrevivência do camponês vitimado por todos os males de um modelo agrícola voltado para a produção em larga escala e para a exportação. Com as TA haveria melhores oportunidades para que esses pequenos produtores resistissem e me-

lhorassem as suas possibilidades de sobreviver à invasão do capital e a sua associação (*mésalliance*) com o mesmo.[16]

Tendo assimilado quase todos os percalços e sucessos de que um projeto dessa natureza deveria ser objeto no curso de seu desenvolvimento, o PTTA afirmou-se em dois pólos de apoio às suas operações: 1) os concursos anuais de inovações em TA, em conjunto com outras fontes; e 2) o acervo de Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural, composto principalmente da Base de Dados sobre Tecnologias Apropriadas (BDTA) do CENAGRI-MA, em fase de implementação. O que em sua origem era um projeto ambicioso, pois previa diversas ações no meio rural a nível nacional, envolvendo diversos setores relacionados e conveniados, deu lugar, por razões diversas, às operações ora descritas.[17]

O BDTA tem por objetivo congregar o acervo de TA, para que ele seja facilmente acessado. Para isso, obtiveram-se recursos de técnicas bibliográficas mais recentes (por exemplo, elaborou-se um tesauro) acopladas a um minicomputador nacional de terceira geração, pois a intenção e os objetivos iniciais estabelecidos pelo projeto eram de facilitar o acesso às informações ali armazenadas por todo o País, via uma rede de microcomputadores operando em tempo real. Numa primeira fase, agora já completada, o BDTA congregaria mais de 800 TA captadas em convênio com o Projeto Rondon, com o concurso de TA e com a EMBRATER/EMBRAPA, tratadas para serem então armazenadas em computador.

Para sistematizar o processamento de dados, elaborou-se um manual, que, em síntese, orienta os técnicos do sistema "com o objetivo de caracterizar a TA no âmbito da Base de Dados sobre Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural-BDTA, bem como fornecer indicações sobre o preenchimento adequado das Folhas de Entradas (sic) referentes às tecnologias adaptadas (sic), recuperadas no País, para serem incorporadas à (sic) mesma".[18]

Atualmente, a maior parte dos ajustes do BDTA já foram realizados e mais de 800 TA descritas se encontram disponíveis **on line** e **on batch**, vale dizer, acessíveis em vídeo e reproduzíveis em papel.

Caberia então perguntar sobre o que vem a ser incluído no BDTA, ou seja, em que áreas do saber as TA foram enquadradas. Para isso, vai-se proceder a análise de alguns registros ali incluídos, que são considerados exemplares, por apontarem a presença de diversos problemas no domínio da transferência das TA para o meio rural, contribuindo para a criação de ruído, de equívocos, chegando até mesmo a inviabilizá-la.

A Tabela 1, a seguir, originada no próprio BDTA em 1986, mostra que as áreas em que as TA se concentram são a agropecuária (338 registros), Produção em pequena escala (77 registros) e Água e saneamento (43 registros). Outras categorias de assuntos, tais como a Energia, Transporte, Saúde e Nutrição e Saneamento, apresentam-se com um reduzido número de TA. Destaque para ausência de ocorrências de TA em Educação.

Muito embora a soma total dos registros da Tabela 1 seja de 512 itens, e a ocorrência de registros anteriormente mencionada seja de mais de 800 tecnologias, as análises a seguir realizadas não se inviabilizam, pois são apresentações mais de ordem qualitativa do que quantitativa. Pelo teor da discussão a seguir, constata-se que o funcionamento ideal do BDTA parece estar prejudicado pela existência de problemas não sanados, se bem que ocasionalmente apontados à sua direção.[20]

Soc. Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

Tabela 1

Enquadramento das Categorias de TA por Número de Tecnologias Apropriadas Relacionadas no BDTA

Agropecuária	338
Produção em pequena escala	77
Água e saneamento	43
Energia	21
Transporte	11
Saúde e nutrição	08
Pesca artesanal	06
Saneamento	05
Habitação	03
Educação	00
Total	512

Fonte: BDTA/CENAGRI

Esses problemas, que se resumem a questões téoricas, mas voltadas à execução do projeto, não foram até o presente considerados, fato que se supõe de importância, pois influi tanto na eficácia quanto na eficiência do sistema.

Para se proceder a análise da categorização das TA e do conteúdo do registro de algumas TA existentes na base de dados, é necessário distinguir as TA enquanto **hardware** e enquanto **software.**

Jéquier, em seu livro **Appropriate Technologies: Problems and Promises,** explica o termo tecnologia, mostrando que as TA não são formadas tão somente de **hardware,** isto é, que não só aparecem com o formato físico de máquinas, de objetos, de produto ou de infra-estrutura, ou seja, itens conspícuos e visíveis. Mostra, porém, que a tecnologia em si transcende meros objetos, incluindo também **softwares,** ou seja, o não-material, tal como o conhecimento, a experiência, a educação e formas de organização, ou seja, formas não-palpáveis.[21]

A TA, enquanto **hardware,** poderia estar incluída na categoria Educação da Tabela 1, a qual, como se viu, registra a ausência de ocorrências. Deve-se frisar que o não aparecimento de TA (**hardwares**) na categoria Educação não a enfraquece, mas sim empresta-lhe um caráter que não foi ainda investigado correta e exaustivamente, ou mesmo aplicado com precisão, como no caso em estudo. Seguramente, haverá alguns materiais e objetos tradicionais ou não que se prestem a ser classificados como TA. A lousa seria um deles.

Analisar a presença dos aspectos **software** das TA significa verificar como a prescrição e a orientação para uso da TA em outras categorias se manifestam em alguns registros disponíveis no BDTA. Alguns exemplos:

"Título: Armazenamento de feijão em surrão de palha com areia
Indexação: Preservação de alimento; feijão; areia; saco de palha de carnaúba; grão

Resumo:

Área: Agropecuária

Conteúdo: armazenamento de feijão em saco feito de palha de carnaubeira. Colocar 20 litros de areia (no fundo do saco), a seguir 20 litros de feijão e em seguida 20 litros de areia formando assim sucessivas camadas até o enchimento total do saco, que terminará com uma camada de areia. Utilizar somente areia fina ou peneirada, armazenar os sacos com as bocas abertas. Ao retirar o feijão, deixar sempre uma camada de areia servindo de tampa para protegê-lo.

Título: Vinho de casca de abacaxi (aluá)
Indexação: Vinho; casca; abacaxi
Resumo:

Área: Saúde e Nutrição

Conteúdo: aproveitamento da casca do abacaxi. Lavar as mesmas e colocá-las de molho em água limpa, de 4 a 10 dias, para fermentação. A seguir amassar, coar e adoçar a gosto.

Título: Casa de farinha
Indexação: Casa de farinha; mandioca; polvilho; prensa; ralador; raspagem; fornalha; farinha de mandioca; torragem
Resumo:

Área: Saúde e Nutrição

Conteúdo: fabricação de farinha de mandioca. Raspar a mandioca, levá-la ao cevador (motor), colocar num tanque a massa para tirar a goma. Levar para a prensa. Peneirar a massa prensada e, finalmente, levá-la ao forno para torrar.

Título: Engenho
Indexação: Engenho; moagem; cana-de-açúcar; garapa; rapadura; puxa-puxa; visgo; fôrma de rapadura
Resumo:

Área: Saúde e Nutrição

Conteúdo: colocar a cana no engenho para moagem e a garapa em três caldeiras e, finalmente, o produto (rapadura, puxa-puxa, visgo) nas fôrmas apropriadas.

Título: Máquina para cilindrar massa
Indexação: cilindro para massas: pão
Resumo:

Área: Saúde e Nutrição

Conteúdo: caixa de madeira coberta de fórmica (mesa de apoio), na qual se coloca a massa e a mesma desce até o final, onde existem dois rolos de ferro (moenda). Dois eixos de 50 cm e um pedaço de cabo de vassoura.

Titulo: Formação de mudas de jabuticabeira e figueira
Indexação: Muda; jabuticaba; figo
Resumo:

Área: Agropecuária

Soc. Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

> Conteúdo: utilização de litros vazios (de defensivos agrícolas, por exemplo) na quantidade das mudas que deseja produzir. Abrir uma cova com largura e profundidade suficientes para acomodar o litro. A boca do recipiente deve ficar 15 cm abaixo do nível do terreno. Encher de água o recipiente colocado no fundo da cova. Colocar um ramo de 30 cm de comprimento de jabuticabeira e figueira sadia dentro do vidro até tocar o fundo. Na parte logo acima do vidro, deve-se raspar mais ou menos 10 cm de casca do ramo, para facilitar emissão de raízes. Cobrir a cova com terra, mantendo-a sempre irrigada. Quando o ramo enraizar, arrancá-lo com cuidado, cortar a parte que estava dentro do vidro e plantar no lugar definitivo.

Como se pode verificar, as TA selecionadas têm um discurso prescritivo orientador, no sentido de permitir a sua reprodução, pelo que se presume, por usuários finais. Separadamente, tem-se:

O exemplo da TA sobre "Armazenamento de feijão em surrão de palha com areia" traz indicações suficientemente claras que permitem a repetição da experiência. Mas esse nem sempre é o caso. As TA seguintes "Vinho de casca de abacaxi-aluá", "Casa de farinha" e "Engenho" são verdadeiros exercícios em desperdício, pois as suas prescrições não são factíveis de reprodução por aqueles que as desconhecem.

Mesmo que se tratem de descrições claras, os exemplos acima não podem ser entendidos como TA, por não permitirem a ação transformadora da sociedade. Além disso, já estão internalizadas pelas comunidades rurais, em seu âmago, não sendo exeqüíveis quanto a uma sistematização. Por exemplo, aluá, em algumas regiões do País, tem outra fórmula, sendo preparado de modo diferente, e com outros ingredientes; então, o que dizer das quantidades dos ingredientes ali não especificados? O que dizer do tempo exato necessário e da adequação da temperatura para que se verifique a fermentação? Como estes não são especificados, a mistura poderá ou não resultar no esperado.

Os exemplos seguintes "Máquina de cilindrar massa" e "A formação de mudas de jabuticabeira e figueira" mencionam matérias-primas inadequadas, tais como a "fórmica" e os "litros vazios de defensivos agrícolas" (sic).

Estes casos deixam claro e patente a impossibilidade de transferir para o meio rural as TA por meio de um mecanismo de natureza semelhante ao BDTA: de propriedade do estado, centralizado e centralizador, inacessível por seus usuários últimos, formado segundo uma concepção tecnocrática de TA e por estarem os seus criadores limitados ao entendimento exato das proporções do fenômeno com que estão se defrontando.

É importante destacar que ainda não foram apontados os fenômenos paralelos, tais como o analfabetismo relativo presente no campo e a falta de possibilidades de acesso a informações via computador, conforme fora planejado. Modifica-se, desta forma, a posição original, pois se antes se questionava quem seria o usuário original do PTTA/BDTA, já se pode inferir que certamente não deve ser o pequeno agricultor. Serão então seus intermediários? O extensionista? O pesquisador? O cientista? Que outro sentido então teria o BDTA para eles?[22]

Todos esses aspectos levantam a questão da transferência de informações em situações artificiais de produção, em que o usuário último não

participa do ato de sua geração em nenhum momento.

Torna-se claro que um conhecimento da natureza que se quer passar pelo BDTA não é apropriado e dificilmente apropriável pelo camponês necessitado, pois apesar de factível de ser representado em meios computadorizados para serem transferidos para o meio rural, da maneira até agora utilizada, esta não é coerente com a sua realidade e vivência.

Assim, a experiência apresenta-se incompatível com a filosofia das TA como Pesquisa-ação Participativa (PaP) que se fundamenta na ecologia, na sinergia e no holismo. A TA para a Educação corresponde ao processo de investigação ou de PaP, conforme descr to por seus criadores Paulo Freire e Orlando Fals-Borda.

O que parece ser mais importante é o exposto pelos adeptos da PaP, que afirmam ser o conceito de vivência (**erlebnis**) combinado com o de comprometimento político: dessa forma, o conhecimento não provém dos intelectuais, necessariamente, mas deve pertencer ainda mais aos grupos de ação comunitários e populares, os quais deverão, mais uma vez, de posse dos mesmos, obter a tão esperada ação transformadora da sociedade. A combinação de elementos cognitivos acadêmicos com outros de origem prática ou vulgar cria uma tensão dialética resolvida somente pela praxis. O conhecimento teórico mais o conhecimento e sabedoria populares resultam no conhecimento científico total que, por sua natureza, é revolucionário, pois termina com o monopólio das classes dominantes. Fica assim consignada a presença de outra forma do holismo como fonte de explicação do fenômeno.[23]

Torna-se fácil entender que "o reconhecimento da participação como definido reduz as diferenças entre intelectuais burgueses e os grupos de base, as comunidades de ação e a de vanguarda, os tecnocratas e os produtores, a burguesia e a sua clientelà", pois "só assim a imensa capacidade criativa produz um rompimento que permita a rejeição dos dogmas, das estruturas autoritárias e dos sistemas tradicionais de exploração e de dominação".[24]

Reconhecidamente, a PaP é a tecnologia apropriada para a Educação, por ter sido originada no Terceiro Mundo durante os anos 70 e não nos centros de poder dominantes. "É uma invenção genuína dos povos dependentes" e se enquadra nas principais caracterís cas da TA.[25]

Em recente entrevista com Paulo Freire, tornou-se clara a natureza global da prática da Educação da maneira pela qual é aplicada à TA. A educação que penetra sutilmente em todas as categorias enquanto teoria do conhecimento ocorre ao lado da compreensão do ato de conhecer, o que deixa de ser um elemento exclusivo do profissional. Esse rompimento com a forma ortodoxa de se conhecer o mundo faz com que o pesquisador participante não veja o povo e o seu saber tradicional como objetos, e sim a realidade, com isso os grupos populares tornam-se sujeitos da pesquisa. Assim, toda a prática educativa torna-se um ato de conhecimento que não prescinde do ato informativo.[26]

No caso particular da PaP ou pesquisa participante, o ato de informar coincide com o oferecimento de dados sem os quais a curiosidade cognitiva, seja dos educandos, seja dos usuários de TA, não se move. Com isso, tornam-se as TA objeto de discussão dentro dos conceitos da PaP: como se inventam, como se recuperam e como pode-se delas servir, ou seja, que meios e técnicas serão os apropriados e os apropriáveis. A PaP é assim realizada como TA.

Soc. Brasileira de Estudos

Relatou Paulo Freire que em experiências de campo ocorridas em Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, pôde ele dar os passos iniciais do desenvolvimento de uma TA para a educação enquanto **hardware** e **software** combinadamente, no que usou como elementos naturais a experiência do camponês, o seu meio ambiente, a terra, as plantas, os seus implementos manuais, para com eles transferir a sua pedagogia alfabetizadora. O cabo da enxada se tornou lápis e o chão capinado e liso o papel. Existe melhor forma de se conscientizar o sujeito cognoscente (tanto educador quanto educando) oferecendo-lhe meios, técnicas e conhecimentos que lhes ajudem a sua tarefa de nomear o mundo, em áreas tão remotas e com tão parcos instrumentos de trabalho? Uma experiência semelhante, lembrou Paulo Freire, foi a realizada por ele no Nordeste brasileiro antes de 1964, quando pôde usar papel-manteiga de invólucros descartáveis como papel fotográfico para elaborar diapositivos, meticulosamente desenhados em retângulos desse papel, uma vez montados em quadros.[27]

Em vista das constatações acima delineadas, torna-se patente a concepção de que os mais graves constrangimentos do planejamento e da implantação de um sistema voltado para a transmissão de conhecimentos sobre TA seja devido ao desinteresse demonstrado pelo capital transnacional, conforme a conclusão de Chonchol, problema este que assim é transportado para as organizações de estado brasileiras, ou originalmente a serviço daquele capital ou centralizadas em si mesmas como auto-perpetuadoras de "prejuízos e dos efeitos destrutivos sobre o meio ambiente; crescimento da morbidade da população" etc., como é apontado por Gorz.[28]

3. Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional-FASE-TA

O projeto TA da FASE tem como proposta de operação a assistência técnica a comunidades rurais que se têm formado nas diversas regiões geográficas do País, com o imperativo de servir à resistência dos setores mais carentes de sociedades camponesas, que se vêem abandonadas pelo poder público, sequioso de repassar o seu modelo unívoco de modernização rural imposto de cima para baixo e em todos os quadrantes, e de dissuadir esses setores a permanecerem em suas atividades de subsistência por considerá-las antieconômicas e tecnicamente insustentáveis, portanto, fadadas à extinção.

Os últimos 30 anos têm testemunhado o fortalecimento institucional dos grandes cartéis monopolísticos transnacionais, seguido de um esforço por parte de organismos multigovernamentais em diminuir as irregularidades tecno-econômicas mundiais, orientando os **inputs** tecnológicos para fins predeterminados, em certas áreas do Terceiro Mundo.

Paralelamente a esses grupos de interesse econômico e de apoio ao estado surgiram instituições de ação orientadas para tecnologia e economia locais (**hors-concours**), ou seja, sem um definitivo atrelamento a segmentos econômicos e políticos mundiais. Estas instituições mostram-se vitais no direcionamento da ajuda técnica e financeira, a nível micro, aos setores pauperizados das sociedades terceiromundistas.

É o fenômeno das ONG (Organizações Não-Governamentais) que, no Brasil, originaram-se do aparecimento da figura jurídica da fundação e que

têm ostentado esta ou aquela conformação legal, segundo o seu berço e a sua trajetória.

A FASE possui todas as características de uma ONG, por isso, a origem e a continuidade de projetos de assistência técnica em seu bojo tornam-se facilitados e mesmo incentivados, porque são destituídos de grandes constrangimentos burocratizantes, característicos das fundações ou de seus análogos, que se encontram politicamente amarrados ao poder constituído que outorga-lhes permissão para operar.

Originariamente as ONG são grupos alternativos operando na sua maioria em pequena escala e em atividades socioculturais, mas que, devido a um acirramento de posições decorrentes de certas polarizações nacionais e internacionais, tornam-se políticos ou pelo menos politizados.

Note-se, entretanto, que a linguagem e a tática das ONG se voltam para as sociedades que lhes deram origem tanto interna quanto externamente, ou pelo menos a setores dessas sociedades que, em concordância com orientação autodeterminada, apresentam-se consoantes a segmentos ligados aos grandes conselhos ecumênicos mundiais, tais como o Conselho Mundial das Igrejas, e, mais indiretamente, aos núcleos liberais das diversas denominações cristãs, em particular do Vaticano, que lhes empresta, por conseguinte, apoio institucional a nível superior e, em certa medida, diplomático.

Seguindo a evolução desses diversos setores, as ONG se tornam mais independentes e auto-sustentadas, até por vocação, seja financeiramente, seja em termos ideológicos. A FASE parece se enquadrar nesse esquema histórico. Uma vez associada às Igrejas Católica e Protestante, delas se desligou, mantendo, contudo, vínculos estreitos.

Mas não é por seguir uma estratégia da igreja ou de igrejas que as ONG se destacam. Acredita-se que a sua fonte de inspiração seja o chamamento à organização popular, ao qual se vinculam sem uma conotação político-partidária, mas fortemente convencidas da existência de caminhos opcionais a serem veiculados às faixas carentes do povo e com elas percorridos conscientemente, seja em termos de escolha, seja de necessidade de sobrevivência. E, além disso, até mesmo por razões de cunho espiritual de não se sujeitarem à máquina de um Estado desinteressado e inconseqüente e as suas variantes organizacionais detentoras de regras tecnocráticas de conveniência, não só indiscerníveis como elitizantes e possuidoras de padrões de convivência assistencialistas politicamente muito elevados, em geral pouco se importando com situações decorrentes da pauperização de condições sociais e da deterioração do meio ambiente; anti-humanas, por serem indignas do ser humano.

No discurso em que poucas organizações brasileiras prestadoras de serviços **not for profit** se enquadram, qual seja, o do comprometimento com as causas populares, com o combate à discriminação, com a obtenção de trabalho para o povo, com a participação das bases populares, com o fortalecimento comunitário etc., destaca-se o Projeto de Tecnologias Alternativas da FASE, o PTA.

Desde o seu início, em 1983, o PTA procurou elevar o nível de conscientização das suas organizações associadas, seguindo o espírito participativo de envolvimento da comunidade com os problemas a todos pertinentes, tendo em vista os processos educativo-culturais de eficácia e de identidade reconhecidas, não só pelos diversos grupos de trabalho, como pela própria

Soc. Brasileira de Estudos

comunidade representada. Compreendeu-se desde o início que a "Participação é questão de intensidade, não de extensão".[29]

A forma com que tem-se verificado essa participação popular tem sido a mais democrática: a da promoção de encontros e seminários que, uma vez analisados e retrabalhados, indiquem os caminhos, os problemas e as soluções que todos vejam como significativos.

Como parte integrante dessa participação, realizaram-se, desde o começo, reuniões regionais, das quais a de Campinas (de 12 a 15 de dezembro de 83) foi a que se destacou como marco inicial, da qual foram extraídas mais de 250 páginas de exposições orais, de experiências, de perguntas e respostas, de colocações e sugestões por parte de representantes de federações de trabalhadores rurais, de sindicatos rurais, de cooperativas de produção, de institutos e escolas agrícolas, de grupos religiosos, pararreligiosos etc. democraticamente reunidos para discutir os problemas comuns a todos.[30]

Desde então já foram realizados diversos encontros regionais e locais e um Seminário Internacional, nos quais a problemática agroecológica é invariavelmente levantada, junto a outros problemas interdisciplinares locais de determinada importância. Como resultado, surgiram cinco centros de tecnologias alternativas regionais que, devido a sua proximidade com as fontes de produção, facilitam a passagem de conhecimentos e a experimentação de TA.

Acredita-se que a criação desses centros, dos quais um já está em franca atividade, o de Ouricuri, tenha partido da mediação entre os técnicos voltados para o agroecológico e para a direção do projeto, tendo em vista o reconhecimento da necessidade localizada de informações, pelo que se pode deduzir da intervenção de um técnico, hoje co-partícipe do Centro de Ouricuri em Pernambuco, consciente da importância da adequação de meios e de conhecimentos técnicos produzidos, apropriados e incorporados a curta distância de onde são finalmente usados.[31]

Os outros centros de TA em fase de montagem e localização definitiva são os do Ceará, de Santa Catarina, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Destes, os dois primeiros estão em implantação adiantada e os dois últimos em organização preliminar. As atribuições e os objetivos dos Centros são de "diagnosticar os principais problemas dos pequenos produtores de uma região, identificar as soluções viáveis por meio de pesquisas sobre experiências empíricas dos próprios produtores e, ou, referências técnicas e científicas nacionais ou estrangeiras".[32]

Conseqüentemente, o conhecimento gerado no âmago consensual, se ainda em princípio de dimensões internas, possui uma escala reduzida, mas que comportará, em breve, um crescimento considerável. Como trata-se do conhecimento de um grupo participante, tem sido principalmente reformulado e devolvido ao grupo para que possa ser criticado, em forma de fascículos breves, de cursos e de assessoria técnica direta, por parte de agrônomos que dispensaram o uso dos conhecimentos e de técnicas convencionais nos quais foram treinados pelo sistema universitário, por estarem convencidos de sua inviabilidade, custo, perigo ao meio ambiente e ao ser humano, sejam produtores ou consumidores, e para a sociedade em geral.

Estes são ainda os primeiros passos dados corretamente para a reformulação do conhecimento dirigido à população, sujeito da pesquisa-ação participativa, por meio de uma pergunta crucial: "para quem a informação?"[33]

Paralelamente, processos de participação dessa natureza são apoiados por levantamentos de informações de TA ou de técnicas simples de agricultura orgânica ou alternativa. Uma vez escolhidas, essas técnicas são detalhadas em publicações redigidas em linguagem popular e acompanhadas de arte gráfica compatibilizada, ou seja, a de uso de desenhos e de técnicas de estória em quadrinhos atrativas dos segmentos populares rurais. Devido ao fato de só recentemente terem sido iniciadas a sua publicação e a sua distribuição, ainda não se pode obter um **feed-back** de sua utilização final, isto é, da reprodução de técnicas ali explicadas.[34]

Outra vertente é a da obtenção de documentos, de fontes de informações, de dados técnicos e de pistas sobre as diversas experiências em TA e em tecnologias tradicionais anteriores à implantação da Revolução Verde, que se encontram hoje em dia depositadas em arquivos nos institutos agronômicos brasileiros ou em prateleiras de bibliotecas por todo o País. Tal fonte de materiais de pesquisa tiveram um levantamento inicial realizado em 1985 e já finalizado. Devido à quantidade de dados obtidos, bem como à constante dificuldade de reorientação da pesquisadora responsável pela qualidade do material levantado, resolveu-se interrompê-la temporariamente. O material obtido ainda não foi coligido e incorporado ao acervo de TA do projeto, mas, por outro lado, um sem-número de documentos técnicos internacionais tem diariamente sido somados ao referido acervo.

À parte dessas operações, a FASE-TA tem acompanhado concomitantemente o andamento de experiências em agricultura orgânica em propriedades rurais no Paraná e no Rio Grande do Sul, ocorridas entre setembro de 1984 e outubro de 1985, o que levou o grupo de trabalho a um aprofundamento da análise da problemática do assunto, consistindo na captação, geração, investigação comportamental e difusão de TA, verificando os pontos de estrangulamento existentes, bem como as observações necessárias para que se consigam formas de resolução, de atenuação ou de remediação dos mesmos. Este posicionamento está levando o grupo a orientar-se quanto a uma investigação de âmbito mais amplo e interdisciplinar.[35]

Vale lembrar que há uma preocupação do grupo de trabalho em instalar redes de intercâmbio de TA nos estados, operando em comunidades que desejem delas participar. No momento os estados participantes são: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Nos demais estados o interesse no assunto não parece justificar a presença da FASE-TA, pelos menos neste momento.

O problema que desde o início do projeto TA mostrava-se de difícil solução era o da inexistência de técnicos agrícolas e de agrônomos sensibilizados com a agroecologia e com a agricultura orgânica. Este empecilho é o resultado, talvez o mais funesto, de mais de 25 anos de dependência do modelo exógeno, no qual a agricultura tradicional brasileira perde o seu espaço de reprodução e onde toda a técnica e tecnologia endógena mostram-se na prática em seus estertores.

A recuperação do saber popular e do conhecimento camponês, junto à sensibilização de um número de técnicos que, por seu turno, se dispersassem e disseminassem o assunto, foram as causas mais importantes debatidas de Norte a Sul. Passados três anos, pode-se dizer que este trabalho está começando a frutificar, já existindo um núcleo pequeno mas importante de pes-

Soc. Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

soas que têm-se dedicado à agricultura orgânica e à TA, atingindo um número mais amplo de famílias, de comunidades e, sobretudo, confirmando e reproduzindo o saber camponês, treinando monitores e assistentes agrícolas para tais fins.

NOTAS

1. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. Projeto de captação e difusão de tecnologia adaptada. Brasília, 1978. p. 11-14.

2. ——, op. cit. p. 22-23.

3. ——, op. cit. p. 24.

4. ——, op. cit. p. 25.

5. ——, op. cit. p. 25.

6. ——, op. cit. p. 26. Q. v. Reis, O. G. Tecnologias adaptadas aos pequenos produtores rurais, EMBRATER, Brasília, 1980, que, em linhas gerais, reformula o trabalho acima citado, sem, no entanto, adicionar nenhum outro subsídio indicativo do uso dos resultados de uma possível avaliação do projeto ao longo dos anos, conforme previra o documento supra de 1978. Vale notar que a revista **Extensão Rural** da EMBRATER tem publicado em alguns de seus números as Fichas de TA similarmente ao que faz o GRET em sua publicação **Reseaux**. Q. v. também Reis, O. G. Relatório Tecnologias Adaptadas aos Pequenos Produtores Rurais: Atividades da EMBRATER e suas Associadas, Brasília, junho 1986, em que as ações do PCDTA são enumeradas e descritas com algum detalhe. Todavia, não se encontrou nenhuma avaliação de suas atividades.

7. Freqüentemente têm-se projetado tanto na imprensa quanto na literatura científico-jornalística indicações com respeito a experiências de universidades e de grupos de pesquisa e desenvolvimento privados ou estatais. É o caso de Kerr, W. E. A ciência vai à roça, **Ciência Hoje**, 6 (31):30-6, maio 1987, e Costa, E. Nordeste tem tecnologia para garantir água na seca, **Jornal do Brasil**, domingo 16/8/87, 1º Caderno, p.17. Ambos os artigos, porém, não mencionam detalhadamente mecanismos de transferência mais amplos, dos quais se sabem a existência. Assim, essas e outras experiências excluem-se do objeto deste estudo.

8. Aguiar, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico**, São Paulo, Polis-CNPq, 1986, passim, entre outros.

9. Reis, O. G. op. cit. 1986, p. 3.

10. Freire, P. Entrevista "Os caminhos de Paulo Freire", **Ensaio**, 14:12-13, São Paulo, 1985.

11. Reis, O. G. Resposta ao questionário prévio que antecedeu a redação do presente texto, recebido em 23 de maio de 1986, p.2. Também Rochembach, O. em entrevista afirmou que as avaliações que porventura existiam até então eram puramente informais. Entrevista com Rochembach, O. Curitiba, PR, novembro 1985.

12. Reis. O. G. Gasogênio rústico construído em alvenaria; energia alternativa na propriedade rural, Brasília, EMBRATER, 1984. É importante notar que parece um tanto absurda a descrição do Gasogênio em que "um tubo de ferro galvanizado, de parede dupla" venha desacompanhada de indicações mínimas quanto a sua normalização técnica, quando menos as suas medidas exatas ou aproximadas, a espessura das paredes do tubo e o seu calibre. Seria de todo razoável que se procurasse descrever, para o entendimento de quem lesse e procurasse reproduzir o mecanismo, onde são encontrados tais tubos, se existe algum fabricante, pois afinal trata-se de algo mais elaborado que nem todo "pedreiro" que queira se tornar "mestre de gasogênio" pode facilmente elaborar, pois requer alguns instrumentos de corte e solda de operação um pouco mais complicada. Igualmente, os esquemas técnicos da "Fig. C-Centilha" parecem incompreensíveis. A "Entrada de carvão em brasa", por exemplo, não clarifica se se trata de uma entrada de carvão, em que este deve ser introduzido em brasa, se é uma entrada de ar, ou ainda se é o que também explica a "Fig. A– Gasogênio rústico", "Abertura para o acendimento (centilha)". Não explica também como se daria o acendimento e em que ordem deveriam se dar os procedimentos do acionamento do equipamento. Analogamente, não é de se estranhar que haja um notório desinteresse quanto ao fator ecológico no PCDTA. Uma revisão a esmo dos Fichários de Tecnologias Adaptadas da EMBRATER revela uma certa falta de preocupação com o meio ambiente e com as pesquisas sobre a matéria, o que é demonstrado ao se manusear o Fichário nº 2, em especial as Fichas nº 28 a 31, em que se evidenciam a propaganda, sutil, de produtos químicos que seriam aspergidos ou distribuídos com o auxílio dessas "tecnologias adaptadas". Tanto o "Rodinho" (Ficha nº 28) quanto o "Método de combater saúva" (Ficha nº 31) são exemplos típicos de como as duas irmãs EMBRAPA/EMBRATER se aliaram para fingir que apoiam os preceitos ecológicos de defesa do meio ambiente propugnados pela TA. A ficha nº 31 acintosamente afirma: "OBS.: Alguns fabricantes já vendem as iscas formicidas em pequenos sacos plásticos." Confirma-se mais uma vez a suspeita de que esse desinteresse capcioso é sobretudo uma parte do **modus vivendi** das duas organizações com respeito ao apoio ao capital corporativo representado pelos fabricantes e vendedores de agrotóxicos, pois não se tratam estes de casos únicos. Q. v., também, CNPq-PTTA, Relatório Geral de Atividades 1982-1984, Brasília, 1984, em especial, p. 29, onde é explicada a "descoberta" do Gasogênio rústico.

13. Reis, O.G. Questionário, 1986, p. 1-2. Instado sobre quais os planos para o futuro do trabalho aí desenvolvido, respondeu: "Ampliar a captação e difusão dessas tecnologias. Incentivar a pesquisa de tecnologias adaptadas." Mais adiante, quando se pediu para que desenvolvesse as suas respostas, acrescentou: "Valeria a pena pensar sobre a organização de centros de pesquisa e difusão de tecnologias adaptadas", indicando assim que os mesmos ainda estavam no papel e não em desenvolvimento como seria de se esperar, passado tanto tempo.

14. Reis, O. G. Gasogênio rústico, op. cit. p. 5.

15. CNPq-PPTA. Texto do Projeto apresentado à FINEP para financiamento, Parte II – Projeto, p. 1, s.n.t.

16. BRASIL, Presidência da República, SEPLAN, **II Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND**, 1980-1985, Brasília, março, 1981, p. 41-85. BRASIL – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural – PTTA, Brasília, 1983, Q. v. Carvalho, H. M. Tecnologias socialmente apropriadas: muito além da semântica, **Revista Brasileira de Tecnologia**, 16 (3): 36-62, maio.-jun. 1985, e Aguiar, R. C. op. cit. passim.

Soc. Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

17. Tecnologia apropriada, autonomia para pequenas comunidades, **Revista Brasileira de Tecnologia**, 15(1): 43-4, jan-fev. 1984. Informações prestadas pelo Sr. Roberto T. Neder, coordenador do PTTA, Brasília, mar.-abr. 1986. Q. v. **Agenda CNPq** 031:8, maio-jun. 1983, Brasília.

18. Silvia, L. E. e Pereira, R. N. Manual de descrição bibliográfica da Base de Dados de Tecnologia Apropriada ao Meio Rural – BDTA, CENAGRI-MG, Brasília, 1985, p. 01.

19. Ministério da Agricultura, Centro Nacional de Informações Agrícolas, CENAGRI, Banco de Dados de Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural – BDTA, informações prestadas em 18 de junho de 1986. Mais recentemente (30/6/87) obtiveram-se os seguintes dados:

Agropecuária	689
Produção em pequena escala	141
Energia	118
Saneamento	100
Saúde e nutrição	46
Transporte	18
Pesca artesanal aqüicultura	7
Habitação	5
Total	1.124

Note-se que Educação desapareceu, de vez, do BDTA.

20. Franco, G. A. L. Correspondência aos Srs. Plácido F. Curvo Filho, Diretor do CENAGRI, Roberto T. Neder, Coordenador do PTTA, e Sra. Maria Carmem Romcy de Carvalho, IBICT, Dep. de Sistemas Especializados, em 16 de julho de 1986, encaminhando-lhes cópias de Tecnologias Apropriadas à Educação: notas para a elucidação da questão surgida na Base de Dados sobre Tecnologias Apropriadas ao Meio Rural, BDTA, do CENAGRI-MA, dando-lhes opiniões e sugestões. Esse trabalho foi apresentado de forma suscinta no II Seminário sobre Automação em Bibliotecas e Centros de Documentação, em 5 de dezembro de 1986, em São José dos Campos, São Paulo, na Seção Thesaurus X Bibliotecas: bases de dados nas bibliotecas brasileiras. Diversas discussões se seguiram e entremearam estas comunicações. Acredita-se, porém, que, na maioria das vezes, todas foram inócuas, pois em nada afetaram a compreensão do fenômeno da Educação como TA. Desde então o estudo mencionado veio a ser publicado em Anais, II Seminário sobre Automação de Bibliotecas e Centros de Documentação, 1987.

21. Jéquier, N. **Appropriate Technologies**: Problems and Promises, OECD, Paris, 19876, p. 21. Q. v. Fuller, B. **Manual de operações da espaçonave Terra**, Brasília, Universidade de Brasília, 1985.

22. É o que se pode depreender do Relatório Técnico Final do Projeto da Coordenadoria de Desenvolvimento Operacional – CDO, do Ministério da Agricultura, ao Chefe da Assessoria Jurídica da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Brasília, 19/06/86 que constata que os usuários do BDTA são: "engenheiros-agrônomos, estudantes universitários, professores, técnicos agrícolas, líderes de associações (sic) e extensionistas, totalizando 127 (cento e vinte e sete) solicitações," que se supõem sejam de informações do banco de dados.

23. Fals-Borda, O. Participatory Action Research, **Development: Seeds of Change**, 2:18-20, 1984, Q. v. Brandão, C. R. **org. Pesquisa participativa**, São Paulo, Brasiliense, 1983, em particular o trabalho de Fals-Borda, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na

participação popular, p. 42-62, onde o autor cita os sete princípios metodológicos da "ciência ou folclore popular" quais sejam: "1. Autenticidade e compromisso; 2. Antidogmatismo; 3. Restituição sistemática; 4. Feedback para os intelectuais orgânicos; 5. Ritmo e equilíbrio de ação-reflexão; e 6. Ciência modesta e técnicas dialogais." Q. v. também Wertheim, J. e Díaz-Bordenave, J. **orgs. Educação rural no Terceiro Mundo, experiências e novas alternativas,** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

24. Fals-Borda, O. op. cit. 1984, loc. cit.

25. Fals-Borda, O. op. cit. 1984, p. 20.

26. Freire, P. Entrevista, Campinas, 14 de outubro de 1986.

27. Freire, P. Entrevista supra.

28. Chonchol, J. e Schneier, G. Pour un autre dèveloppement rural, conclusions d'un séminaire tenu au siége de l'UNESCO à Paris, les 21 et 22 mai de 1979, sous les auspices de la Maison des Sciences de l'Homme et de la FIPAD, **IFDA Dossier,** no. 13, november 1979, p. 122. Q. v. Gorz, A. **Adeus ao proletariado,** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, em que fica claro a necessidade do Estado de crescer a despeito de custos e de deseconomias. Entretanto, Gorz explica que parece existir uma tendência desde "Small is Beautiful" de Schumacher, à inversão deste crescimento desenfreado, pois, segundo ele, "apenas a pequena ou a média unidade de produção pode ser subordinada às necessidades da população, pode ser controlada por esta, pode ser ajustada aos recursos e às aspirações locais; apenas ela permite a busca do menor custo total, do ótimo em questão de condições de trabalho e de impacto sobre o meio ambiente; apenas ela pode ser gerida por aqueles que nela trabalham e contribuir para a autonomia da comuna, da região, das comunidades de base." Fica assim a heteronomia característica do Estado intimidada, o que é inconcebível. Gorz, A. e Bosquet, M. **Ecologie et Politique,** du Seuil, Paris, 1977, apud Sanchez, L. E. **Ecologia: da ciência pura à crítica da Economia Política,** In: **Ecologia.** Prêmio FIAT Automóveis para universitários, 1982, Rio de Janeiro, Codecri. Este au or já demonstrara que "a incompatibilidade estrutural (teórica e prática) entre o capitalismo e o meio ambiente" existe, naquilo em que "o capitalismo só consegue subsistir, somente pode se reproduzir, se estiver em contínuo processo de crescimento". p. 23. Para uma visão, se bem que defasada, do poder que representa o capital transnacional, q. v. Sampaio, P. Capital estrangeiro e agricultura no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1980, passim, onde este autor descreve e analisa o papel das multinacionais no desenvolvimento agrícola brasileiro.

29. Demo, P. Planejamento participativo – visão e revisão, **Forum Educacional,** Rio de Janeiro, 9 (2): 1985, p. 6. Do mesmo autor ver **Participação é conquista,** Fortaleza, EUFC, 1986, especialmente cap. 1 – Política Social e Participação, p. 9-66, em que aspectos como os canais e os objetivos da participação são elaborados.

30. FASE – TA. Anais da Comissão, Seminário: Tecnologias Alternativas, Campinas, 12 a 15 de dezembro de 1983, passim.

31. Aroucha, M. **Intervencão,** Anais, 1º Encontro de Tecnologias Alternativas, Fortaleza, abril de 1986, p. 8, onde, referindo-se à importação de plantas de outros ecossistemas e a outros problemas, declara:
"Isto é uma deturpação do processo de produção. Não se olhou para a natureza.

Soc. Brasileira de Estudos

Em relação aos Centros tive a oportunidade de conhecer dois centros aqui no Nordeste, de ler algumas coisas, conversar com equipes de trabalho de centros ou de movimentos, de entidades, de associações ligadas à pequena produção e voltados para a produção alternativa" e continua, "Mas a visão do conhecimento técnico é importante. O que existe hoje nos centros de pesquisa, nas universidades e nas bibliotecas é o conhecimento trabalhado por cientistas e técnicos, conhecimentos que buscaram, na origem, diferentes do conhecimento popular, as bases para a formação de um processo tecnológico ou de um determinado setor do conhecimento científico e passaram a trabalhar isto fora da realidade do conhecimento do povo, dentro dos laboratórios, das salas, e se esqueceram que existe a verdadeira realidade, transformaram tudo isso em conhecimento que está depositado nas bibliotecas, nos computadores. Isto jamais retornou para beneficiar o povo. E o povo, sempre cobaia desses experimentos, destas formulações científicas." E prossegue: "O segredo está na capacidade de juntar os conhecimentos dos técnicos com o conhecimento do povo e o conhecimento cidade-campo." p. 8-9.

32. Weid, J. -M. v. d. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE em **Proposta**, 27, Rio de Janeiro, 1985, p. 12-13.

33. Fals-Borda, O. Intervenção no papel People's participation-Problem or promise? **Development: seeds of change**, 3:15, 1985.

34. Almeida, S. G. de. Entrevista, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1986, ver também Weid, op. cit. p. 9-13.

35. Idem, ibidem.

36. Weid, J. -M. v. d. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola no Brasil, **Proposta**, 27:3-8, Rio de Janeiro, 1985. Bem como Weid, op. cit. loc. cit. nota 56. Também na mesma revista os trabalhos de Almeida, S. G. Comentários, e de Grzybowski, C. O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos, op. cit. p. 16-19 e 60-63. Q. v. Projeto Tecnologias Alternativas – FASE, Um instrumento de apoio aos pequenos produtores, Folheto, 1987.

TRÊS LEIZINHAS DA COMUNICAÇÃO CAIPIRA

José Hamilton Ribeiro*

No tema "Participação dos Veículos de Comunicação Coletiva ... na divulgação científica e tecnológica nas áreas da pecuária e da agricultura", há uma boa experiência vivida pela equipe do Globo Rural desde sua fundação, em janeiro de 1980. Nesse período, percorrendo o Brasil de ponta a ponta em várias linhas cruzadas, numa quilometragem equivalente a várias voltas em torno da Terra, foi possível a comunicação com um bom número de produtores e trabalhadores rurais. Entendido em certo sentido como um intermediário na busca de soluções e tecnologias a seu alcance, uma parcela do mundo rural brasileiro usa o Globo Rural para conseguir sanar problemas e

* Jornalista (Globo Rural – TV Globo).

conquistar avanços de produtividade e de satisfação. Só em nível das buscas por meio do correio, um levantamento feito quando do lançamento da revista (em 1985) revelou a existência de cerca de um milhão de cartas recebidas até então pelo Globo Rural. A maioria dessas cartas diz respeito a uma busca tecnológica, ao instrumental para solução de um problema, quase sempre originado de uma pesquisa – isso faz com que a correspondência do Globo Rural, que norteia basicamente a pauta do programa, esteja dentro desse item do III Seminário de Divulgação Científica, como se fosse sob medida.

A primeira sensação que se tem, no contato com o homem do campo, é a distância entre ele e a pesquisa. Seja porque o nosso povo de sítio, mais ainda que o da cidade, esteja desprovido de escola e de informação – e tenha dificuldades de avaliar o quanto lhe significaria econômica, social e politicamente uma boa informação tecnológica; seja porque o nível de ambição econômico-social do nosso campônio seja mesmo muito baixo, o fato é que a pouca informação recebida pela sociedade rural é subvalorizada. É difícil chegar alguma informação; a pouca que chega, quase sempre mal, não é recebida como coisa de valor.

Nem mesmo tecnologias simples, provadas há séculos ou a milênios, e que não dependem de interpretação ou longo aprendizado, penetram facilmente na vida e nos hábitos do nosso rurícola. Uma sondagem de um órgão técnico da Secretaria da Agricultura de São Paulo, há cinco anos, revelou que apenas 0,01% dos agricultores acreditam (e aplicam) o método da adubação verde em suas terras. E São Paulo é um dos estados de maior desenvolvimento social e em que praticamente não há mais isolamento do homem do campo; a proporção desse dado em outros estados deve ser pior.

A pouca informação científico-tecnológica que chega ao campo muitas vezes chega mal, de um jeito dificilmente assimilável pelo público-alvo. Material escrito, mesmo que bem escrito (o que não é a regra), passa por rebarbativo, na medida em que a maioria é analfabeta, ou "preguiçosa de ler" – sem hábito de consumir informação pela escrita. O rádio e a tevê, inoperantes enquanto empreendimento educativo no que compete às estações estatais (até quando o Brasil ficará sem uma rede eficiente e competente de rádio e tevê educativas?), têm os seus limites pedagógicos e institucionais (e comerciais) enquanto empresas privadas. Ainda assim é um setor mais facilmente assimilado pelo homem do campo.

O melhor que se vê na área da comunicação/ciência/tecnologia/homem rural é a comunicação feita pessoalmente por extensionistas e, ou, promotores sociais, muitos dos quais, em virtude de seu trabalho, acabam se comprometendo emocionalmente com o público-alvo e conseguem resultados dignos do maior entusiasmo. Mas a rede de extensionistas e promotores é pequena, asfixiada, incompreendida, mal-apoiada, e o resultado final de sua ação, em termos de Brasil, acaba irrisório. (O extensionista rural é tão desvalorizado quanto o professor primário, e enquanto isso não mudar o Brasil continuará sendo um país primário... – mas isso é outro assunto.)

Mesmo a informação feita pessoalmente nas bocas do mato depende muito do preparo e do "espírito" da pessoa que a leva; ou da instituição que a manda. Assistimos, numa aldeia indígena do Mato Grosso, a uma obra-prima de "descomunicação". Para dar embasamento teórico a um "projeto de bovinocultura" da Funai junto aos índios kadiuéu, uma instituição de Brasília mandou para a aldeia dois "especialistas em empresas rurais". Chegando de

Soc. Brasileira de Estudos

avião, os dois "experts" logo reuniram os índios no largo da aldeia e ali, cada um por sua vez, falou uma hora e meia, dando explicações e detalhes sobre como devia ser manejado o projeto, que consistia, basicamente, na doação de 80 vacas e 2 touros para um grupo de famílias selecionadas. Estas criariam o gado e, com a produção, pagariam as matrizes, que seriam, em outro estágio, passadas a outras famílias da aldeia de modo que, paulatinamente, todo o povo kadiuéu se transformaria em pecuaristas. Um belo projeto – feito e julgado num gabinete.

Os dois homens de Brasília falaram e falaram, os índios ouvindo tudo. Ao final, perguntados se haviam entendido, todos responderam que sim. Tinham alguma dúvida? – Não. Achavam que o projeto daria certo? – Achavam. Tinham gostado da aula? – Oh, sim!

Só que a maioria dos índios nem entendia direito o português. Quando os dois "especialistas de Brasília" se afastaram para providenciar o vôo de volta (no mínimo a Campo Grande), os kadiuéu fizeram uma rodinha em volta de Doca, um dos seus que, por ter morado muito tempo na cidade, entendia bem os brancos. Disseram que não tinham entendido nada e que nem tinham mesmo prestado atenção, já que Doca estava ali e lhes transmitiria, depois, o que fosse importante. Foi o que Doca fez, imediatamente:

– O importante é a **trecologia**, disse Doca. Criar gado o kadiuéu sabe muito bem, mas o pessoal de Brasília diz que não se pode dispensar a **trecologia**. E trecologia é assim, explicou Doca: Kadiuéu vê uma vacada, vê os bezerros, vê a tourama e então deve dizer que viu os **boivino**. Da mesma forma, avistando a tropa, não deve dizer que viu cavalo, égua, potrinho; deve dizer que viu os **aquino**. Trecologia é isso: Vacada é **boivino**; tropa é **aquino**... Os índios prestavam atenção e aumentavam o respeito que já tinham por Doca, capaz de entender tanta coisa. Só que aí o índio-branco Doca não agüentou e caiu na risada: – Olha, chamar boi e vaca de **boivino**, eu até entendo, porque, numa estrada, quando tem uma boiada, geralmente tem boi indo, e tem **boi vino**, mas chamar cavalo de **aquino**, essa eu não consigo adivinhar. Só se for por causa do dono do posto lá na serra, Seu Aquino, que é um homem grandão e meio bruto, igual cavalo... Os índios riram do Doca mais uma vez, cada um foi para sua casa, e o resultado final do "projeto bovinocultura kadiuéu" foi que as famílias selecionadas foram churrasqueando as vacas, uma a uma, até o rebanho acabar. **Aquino**, não; kadiuéu só usa **aquino** pra montar mesmo.

A discussão sobre como chega (ou se chega) o resultado da pesquisa científica e tecnológica ao mundo agrícola e pecuário dá chance também de se discutir um pouco a prioridade das linhas de pesquisa no Brasil.

Há tão pouco nessa área, que tudo que existe deve ser saudado com bênçãos e mãos para o céu. Mas às vezes parece que o Brasil está mais preocupado em refazer aqui experimentos feitos lá fora, para o pesquisador se sentir **up-to-date** em relação aos seus companheiros de "colégio invisível" em todo o mundo, do que em abrir linhas de investigação que interessem mais de perto a nosso País, a nosso camponês, à nossa realidade.

Seria mais fácil estudar e estimular a criação de carpa e tilápia ao invés de descobrir os peixes brasileiros, possivelmente até melhores, só porque a parte básica de carpa e tilápia já foi feita?

E quanto à rã – por que só criar a rã-touro americana, e não a pimenta ou a manteiga, tão brasileiras e possivelmente melhores e maiores? – é

também porque já se fez toda a fisiologia e reprodução do touro? (Em matéria de rã, uma homenagem a Viçosa: é a única instituição brasileira que, pelo menos, mantém as rãs nativas sob o mesmo interesse de pesquisa que a rã-touro).

A stevia teve toda sua parte básica feita no Japão, e só agora o Brasil, via Universidade de Maringá, eleva essa planta incrível a assunto de pesquisa.

O capim mimoso-de-talo, conhecido e amado há mais de 200 anos no Pantanal, jamais teve a honra de ser acarinhado por um pesquisador brasileiro. Mas agora, trazido ao Paraná de uma Universidade da Flórida, com outro nome (Capim Limpo – hermatria altíssima), está virando até moda.

Não é o caso, também, de se fazer injustiça. Há gente boa e algumas instituições dedicadas a pesquisar plantas e animais brasileiros, visando seu melhor conhecimento para futura utilização. É um campo fértil, no qual teremos agradáveis surpresas, tal a potencialidade da herança brasileira de recursos naturais. O que se reclama é que haja apoio, mais estímulo, mais prioridade e mais respeito a quem faz o trabalho mais duro e mais aleatório de apostar no desconhecido, buscando garimpar aqui a verdade ignota, ao invés de caminhar na sombra de filões científicos já levantados no exterior.

Em nível de Globo Rural ainda não fizemos um levantamento metódico do tipo de exigência e formato que devia ter a divulgação científico/tecnológica na agropecuária, para um aproveitamento ótimo pelo camponês. (Eu me refiro a camponês para não confundir com empresário rural que, no Brasil, é imagem de pessoa bem informada, com recursos, e assim capaz, ela própria, de dimensionar as suas necessidades de apoio tecnológico e de obtê-las, seja com pessoal próprio, seja por meio dos serviços de governo – que sabe acionar e usar. O camponês é usado no sentido de pequeno produtor agrícola, proprietário ou não, que ganha a vida com as próprias mãos e que, em sua maioria, ainda vive no campo. A maior parte de nossa produção agrícola vem desse pequeno.)

Um dia a equipe do Globo Rural fará um seminário interno para tirar da experiência e do molho de cada um dos seus profissionais uma receita sobre como manejar, para bem de todos, a informação científico-tecnológica, de modo que ela seja assimilada pelo nosso homem do campo. Enquanto esse dia não chega, e ouvindo aleatoriamente alguns colegas, cheguei a três regrinhas que toda veiculação caipira podia seguir:

a) Lei da Ignorância Ecumênica;
b) Lei do Brilho Pragmático;
c) Lei do Passarinho na Mão.

A Lei da Ignorância Ecumênica garante que, independente da região do País, toda informação tecnológica encontrará abrigo, na medida em que será desconhecida ou mal-entendida. Mesmo que, eventualmente, o conceito não seja novo, sua formulação será útil, uma vez que servirá de reforço necessário para a aplicabilidade. Uma ilustração do realismo dessa lei é dada pela EMBRAPA de Gado de Corte, no Mato Grosso, que tem uma "fazenda-modelo" em que todas as tecnologias são conhecidas centenariamente, mas a fazenda é modelo porque as aplica. (Entre as tecnologias que a EMBRAPA de Gado de Corte recomenda está a queimada de pastos nativos, que é chamada de "estupidez" no Paraná. Nesse quadro de incerteza geral

Soc. Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

(ou "ignorância ecumênica") toda informação que vier é bem-vinda e fará bem.)

A Lei do Brilho Pragmático diz que a informação não precisa ser preciosa ou sofisticada – precisa ser útil. É necessário que tenha função na realidade do dia-a-dia no sítio, que arranje um jeito de o homem trabalhar menos e ganhar mais (ou comer mais e, ou, mais gostoso): aquela história de que não adianta oferecer uma bela geladeira ao esquimó – ele está querendo é conhaque...

Pela Lei do Brilho Pragmático é bom que o pacote seja bonito, mas o mais importante – a única coisa importante – é que dentro do pacote venha alguma coisa que tenha aplicação prática, que tenha sentido.

A Lei do Passarinho na Mão (melhor um assim, que dois voando) obriga a que o conceito chegado, sendo útil, seja também passível de aplicação imediata, quer dizer, traga consigo as chaves de sua operação. A curiosidade despertada, feita a avaliação do benefício que a novidade vai trazer, dispara a ansiedade de ver a coisa funcionando, de por o carro para andar. Então é preciso que haja também a informação de "como fazer" e do "com que fazer", para que a estimulação do novo, no abstrato, encontre a confirmação do gozo, no concreto, e se completem – sonho e realidade, teoria e prática – na realização imediata, ali, na hora.

A Lei do Passarinho na Mão complementa a Lei do Brilho Pragmático: se a tecnologia oferece uma idéia útil, prática, melhoradora, tem também de mostrar como funciona e de que modo se pode experimentá-la agora mesmo...

Soc. Brasileira de Estudos
Interdisciplinares da Comunicação

PARTE V

ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO RURAL E COMUNICAÇÃO POPULAR

INTERCOM
Soc. Brasileira de Estudos

A EXPERIÊNCIA DE ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS DE AGRICULTORES EM ÁREA DA UFPel

"Hoje estou com saudades muito grandes de uma pessoa", de Rafael – menino – sobre André – também menino –, filho de agricultor sem terra e que sonhou ver seu pai trabalhar na terra da Universidade.

NUNES E NUNES, Laércio*
SANTOS, Fioravante J. dos e DAMBORIARENA, Estefania**

INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é desenvolver uma análise, ainda que preliminar, sobre a experiência não-completa de assentamento de famílias de agricultores sem terras em área da Universidade Federal de Pelotas-RS.

Sobre esse fato, que se deu no período de 23.11.1987 a 4.05.1988, deverão ser analisados pontos relacionados com alternativas de comunicação experimentadas, em decorrência do próprio processo, e destacadas as questões ligadas às relações que se observou no grupo de famílias dos agricultores, e as relações estabelecidas entre as famílias e o grupo de assessoria, ou mesmo entre as famílias, o grupo de assessoria e o estado, via Universidade.

O conjunto dos elementos que compôs esse episódio foi rico e complexo. Alguns elementos, inclusive, poderão ser tratados pela aplicação teórica de diferentes disciplinas; a questão da multi e da interdisciplinaridade esteve, de forma consciente ou não, presente no desenrolar dos acontecimentos.

A luta dos trabalhadores rurais sem terras, a organização e a defesa dos interesses colocados pelas forças conservadoras da região, a ação do estado, a disputa dos micropoderes no interior da Universidade, o comportamento e o apoio de forças progressistas ao projeto das famílias de agricultores, a posição dos diferentes meios de comunicação (rádio, TV, jornal) frente a esse processo são questões relacionadas com a experiência da Palma[1]. Esta reflexão não pretende esgotá-las e, sim, apontar sensações de mudanças, que se conformaram com uma prática participativa, desenvolvida em episódios comunicativos, que exigiram despojamentos dos próprios agricultores e, por certo, dos integrantes do grupo de assessoria.

---

* Eng.º-Agrônomo e pesquisador, UFPel/PRPPG, Caixa Postal 354, Pelotas-RS, 96100.

** Acadêmicos de Agronomia, FAEM/UFPel, Caixa Postal 354, Pelotas-RS, 96100.

INDICATIVOS DO LUGAR DA EXPERIÊNCIA

A região privilegiada com a "experiência da Palma", que tem Pelotas como município-pólo, caracteriza-se pelo desenvolvimento agroindustrial, inclusive com o aporte de capitais sediados em outros pontos do País e mesmo fora dele. Os produtos hortigranjeiros, os grãos e os couros aparecem como matérias-primas que realizam, no conjunto da subordinação da pequena produção ao capital industrial, o processo de acumulação específica e dominante.

A pequena produção cristalizou sua relação – e subordinação – com o capital industrial nos últimos 15 anos; em Pelotas contam cerca de 7.000 propriedades rurais, sendo que 70% são áreas de até 50 hectares. O município de Canguçu, a 60 km de Pelotas, apresenta o maior contingente de pequenas propriedades rurais do Rio Grande do Sul; são mais de 14 mil famílias, explorando uma área de 167 mil hectares. Os agricultores sem terra de Canguçu, que já começam a povoar bairros periféricos de Pelotas, experimentam tentativas de organização e mobilização.

A representação dos pequenos agricultores da região, especificamente os de Pelotas, é feita pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (em geral, mais centrados nas questões assistenciais), pelas associações de produtores (quase sempre formadas com relação a produtos – conseqüência do movimento modernizante da agricultura), por forças da Igreja e de partidos políticos.

O conjunto dos interesses dos empresários rurais e dos latifundiários é representado por várias forças: associações rurais, associações de criadores e partidos políticos. A esse contingente, particularmente no episódio da Palma, estão associados a Associação Comercial e o Centro das Indústrias – ambos de Pelotas – e algumas prefeituras da região.

Foi flagrante a aproximação com o estado no sentido de preservar, a partir da experiência da Palma, os interesses desses grupos. As pressões sobre a Universidade, os acordos e as manifestações dos grupos que se opunham ao projeto de luta pela terra, proposto pelas famílias dos colonos, foram repetidas vezes registrados.

O estado também esteve ao lado dos agricultores, na expectativa de vê-los triunfar na luta que travavam. Ademais do caráter contraditório do interesse, a postura favorável que a representação do MIRAD-RS assumiu foi bastante tímida. A timidez, entretanto, consagrou a idéia de que o estado capitalista estimula essas contradições, até para fundamentar sua prática de classe e seu discurso pretensamente universal.

A Universidade Federal de Pelotas – UFPel

A UFPel é uma instituição relativamente nova. Criada no ano de 1969, a UFPel aglutina 23 cursos, destacando-se o de Agronomia; a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel é centenária, uma das mais antigas do País. Com o curso de Agronomia, Veterinária, Engenharia Agrícola e Ciências Domésticas constituem a denominada área das Ciências Agrárias.

O núcleo central de decisão na Universidade é representado pela Reitoria, pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão, Graduação e Assistência e de Administração, pelo Conselho Diretor da Fundação, Con-

Soc. Brasileira de Estudos

selho Universitário e Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – COCEPE.

Nos Conselhos Diretor e Universitário, ademais da representação da própria UFPel, participam representantes da comunidade de Pelotas.

A população da UFPel (estudantes, docentes e funcionários) é constituída de 8.500 pessoas, distribuídas no campus da Universidade e na cidade de Pelotas.

O Centro Agropecuário da Palma-CAP, ocupado pelas famílias dos colonos sem terras, dispõe de uma área de 1.257 hectares. À época da ocupação, a constatação objetiva era de que o percentual efetivamente ocupado e explorado (edificações, caminhos, produção, pesquisa) alcançava 30% da área total, aproximadamente.

Na representação dos interesses da população da Universidade, estão a Associação dos Docentes da UFPel, a Associação dos Funcionários e os Diretórios Acadêmicos reunidos no Diretório Central de Estudantes-DCE. Esses coletivos têm pautado sua luta a favor da construção de uma universidade que não se baste como mera colecionadora e repetidora de conhecimentos gerados em outros centros; que seja capaz de interagir com outras forças inseridas na sua realidade mais próxima e no contexto universitário nacional. Já são da história desses coletivos o propósito e a decisão de construir, na UFPel, um espaço democrático, crítico, aberto e de intensa participação.

As Famílias dos Agricultores sem Terras

As 49 famílias de agricultores que ocuparam a Palma em 23.11.1987 são descendentes de colonos sem terras ou filhos de pequenos proprietários rurais, que sobrevivem com trabalhos de "meiação", arrendamentos, como bóias-frias e assalariados; pertencem a um grupo populacional que, só no Rio Grande do Sul, alcança 150 mil famílias; desde 1978 estão organizados em torno do Movimento dos Agricultores sem Terras.

O deslocamento para Pelotas deu-se a partir da Fazenda Anoni (no município de Ronda Alta), lugar onde conviveram por dois anos com outras 5.000 famílias. Lá eles organizaram-se em grupos de 10 ou mais famílias, vivendo em barracos individuais e elegeram as lideranças para o intercâmbio com a direção do Movimento. Cada grupo de famílias dividia-se em comissões de trabalho para o tratamento das questões mais específicas. Na Fazenda Anoni aprenderam a mesclar a pobreza, a solidariedade, os interesses contraditórios, a violência, as desilusões e as utopias[2].

Na vinda para Pelotas, deixaram para trás uma experiência de intensa participação e trouxeram o amadurecimento que, ademais de suas origens, vem da tenacidade com que lutam pela oportunidade de um espaço para produzir, e que lhes permitiu processar as adversidades do novo ambiente; trouxeram também a esperança (em forma de projetos) de poder, junto com a Universidade, aprimorar suas experiências de trabalho coletivo, buscar técnicas alternativas e, principalmente, fazer com que tal experiência pudesse ser difundida para os outros grupos interessados.

A virtualidade de dispor de novas terras alimentou o projeto do grupo de famílias que migrou para Pelotas. As novas terras – as desejadas terras do CAP – passaram a ocupar um lugar de importância na projeção que faziam de suas vidas e mesmo de suas fantasias. A luta pela terra tinha uma carac-

terística particular: dava-se em terras do Estado. Ressalvada a autonomia da Universidade para decidir e das forças conservadoras para qualificarem a natureza dessa decisão, o interlocutor era o Estado.

Na UFPel, durante os cinco meses no CAP ou à margem do portão de entrada da UFPel-EMBRAPA (onde efetivamente estiveram 90% do tempo), as famílias aprofundaram o relacionamento entre si. Nesse período, tendo os barracos de lona (eram quatro barracos para abrigar mais de 100 pessoas) como palco, ou outros locais, articularam o projeto encaminhado à Universidade. As trocas estabelecidas com outros agricultores da região, com autoridades, com a população em geral, via meios de comunicação, foram singulares para a história da região e mesmo para a história das famílias, à medida que a forma de luta e os atores sociais com os quais interagiram foram diferenciados. No bojo das relações estabelecidas, é importante destacar a que se deu com o grupo de assessoria.

O Grupo de Assessoria às Famílias dos Agricultores

É natural no desenvolvimento dos movimentos sociais, e o que aconteceu em Pelotas não foge à regra, a formação dos grupos de assessoria. De certa forma, esses grupos fazem a complementação das informações e dos conhecimentos que são necessários para a luta das camadas populares.

À medida que os integrantes desses grupos são pessoas externas ao movimento, há a necessidade de uma integração e comunhão de interesses políticos, isto é, um grupo de assessoria e movimento.

A universidade é um espaço privilegiado para a realização de um trabalho plural. Nesse espaço, realizam seus interesses pessoas em grupos comuns, em grupos de oposição e individualmente. No plano da intelectualidade, não faltam os que se caracterizam como orgânicos à instituição universitária e, por extensão, como orgânicos ao Estado.

O encontro dos interesses que norteavam a proposta das famílias dos agricultores e os interesses que dominavam um grupo de pessoas ligadas à Universidade, dela mesmo ou de fora, criou o que se pode chamar de grupo de assessoria ao projeto das famílias, uma relação orgânica entre essas pessoas e o movimento dos agricultores.

Professores, técnicos, estudantes e funcionários aderiram, de forma crescente, ao projeto das famílias dos agricultores. Essa adesão era nova para o grupo de assessoria, nova para a região, inusitada para a Universidade e muito propícia para o processo como um todo. Em muitos momentos, era claro o trabalho, a partir dessas interações, de articulação de interesses de classe, máxime quando ocorria com grupos de pequenos agricultores sem terras.

É importante considerar que, sendo o projeto resultado de uma aplicação do esforço de agricultores, profissionais e estudantes, o raio de interesse atingiu o campo das ciências agrárias. Ademais da adesão de pessoas da área de Agronomia, Veterinária e Ciências Domésticas, houve também participações das áreas de Saúde, Nutrição, Educação, Arquitetura e Educação Física.

A troca de experiências e de conhecimentos no interior do grupo de assessoria foi das mais ricas. Foi clara a conformação de uma prática multidisplinar e não foram poucos os momentos em que se esboçou um trabalho de cunho interdisciplinar. O socorro das disciplinas, umas às outras, e dos pro-

IN LOCO
Soc. Brasileira de Estudos

fissionais de formação distinta, uns aos outros, caracterizou o esforço concentrado, multidisciplinar. Em muitas situações, o despojamento do conhecimento mais especializado – por curso ou por disciplina – e a interpenetração dos saberes científicos indicaram um encaminhamento da produção interdisciplinar.

Foi cabal o entendimento que as diferentes orientações e práticas científicas não se esgotam em si mesmas, uma por uma. Já era conhecida a necessidade de relacionar a luta pela terra dos agricultores, na qual estavam inseridos os trabalhadores do grupo de assessoria, com outras lutas, no interior ou fora da Universidade.

Rica, de todas as formas, foi a permanente interação e interpenetração dos saberes científicos e popular. A resultante foi um redescobrimento de realidades e um alargamento das experiências e dos espaços de trabalho. Para o grupo de assessoria, isso representou uma possibilidade de apropriação crítica de sua realidade, a necessidade de descobrir a forma de fazer, subordinada, mas não entregue, às definições institucionais.

A mobilização em torno da luta por melhores condições de vida para o grupo de famílias de agricultores veio associada à possibilidade (à utopia) da construção de uma nova relação hegemônica dentro da própria Universidade. A organização, ainda que incipiente, conformada com a luta travada nos cinco meses de presença efetiva das famílias, empurrou o grupo de assessoria de um estágio de insatisfação diante dos condicionamentos da Universidade para um progressivo processo de tomada de consciência. A formação dessa consciência crítica, que os fez avançar da consciência de cada um para uma tomada de consciência de grupo, primeiramente até no interior do grupo de assessoria, e depois, deste com o das famílias de agricultores, sinalizou o sentido político da prática universitária. A mesma realidade objetiva era vista até de forma diferenciada pelo grupo de assessoria; o domínio de antecedentes históricos, políticos e a visão (geral e particular) do processo, por uma ótica social e econômica, eram desencontradas.

A possibilidade de uma luta coletiva mais ampla, com a participação dos coletivos que representam as categorias de trabalhadores universitários, e que se vem gestando há um certo tempo, teve na experiência da Palma a confirmação de que se pode entender a utopia como algo realizável.

As necessidades e as obrigações de trabalho contraídas durante o processo, para fazê-lo avançar, determinaram o desenvolvimento de uma prática participativa forte, que se foi estruturando sobre uma intensa troca de saberes, de informações, de articulações políticas, de avanços e de recuos, dentro e fora da Universidade.

O PROCESSO E A PROPOSTA

Em 23.11.1987, a história da UFPel registrou um fato singular, forte. Nessa data, as famílias de agricultores sem terras ocuparam o Centro Agropecuário da Palma e mudaram o esquema das relações estabelecidas na Universidade, projetando diferenças e contradições, associando idéias e perspectivas de transformações.

A permanência dos agricultores no interior do CAP foi curta (16 dias). Ações do estado e dos grupos conservadores da região, da própria Universi-

dade e dos agricultores acampados concorreram para o deslocamento das famílias do CAP para uma área localizada à entrada do portão da Universidade, cedida temporariamente pela Prefeitura de Pelotas. A partir desse momento, iniciava-se o processo de negociação entre os agricultores sem terras e a Universidade. Esse processo era novo, essa idéia era nova na luta dos agricultores pela terra; para o estado, esses mecanismos de cooptação e de alargamento de expectativas que não se realizam nada têm de singular e muito menos de inovador.

Passado o período da curiosidade, no qual as visitações, o assédio dos meios de comunicação e a pressão do poder da polícia afrouxaram, as lideranças e o conjunto das famílias começaram a enfrentar os centros de decisão da Universidade.

A localização (nova) dos barracos fez com que acontecessem episódios interessantes, relacionados com o período de negociação entre agricultores e Universidade.

Levantados ao lado do portão de entrada da Universidade, os barracos ofereciam um permanente cenário – de pouca estética, é verdade – para a população universitária[3]; eram obrigatoriamente vistos, mostravam suas deficiências, despertavam sentimentos diferenciados na população, escancaravam uma realidade de vida.

Nos barracos, nos prédios da Universidade, nas sedes das entidades universitárias foi gerado um Projeto de Cooperação Técnica para a utilização do CAP[4].

O Projeto foi a forma encontrada para a materialização política da negociação. Em torno dele, reuniram-se os agricultores, os que constituíram o grupo de assessoria, os centros de decisão da Universidade e as forças comunitárias que a ele se opunham ou que a ele aderiram. O projeto que já é uma figura programática, expressivamente política, porque decide como e por quem intervir em uma dada realidade, passou a ser o significante necessário para a satisfação das normas. O projeto em si mesmo e como parte do processo de assentamento foi colocado pelos agricultores e pelo grupo de assessoria como uma prática social, na qual estão subjacentes as características teóricas, políticas, ideológicas e, certamente, as técnicas.

O significado do projeto, o seu maior ou menor rigor técnico-político, foi visto, revisto, defendido e negado conforme os acontecimentos e os enfrentamentos ocorriam e conforme iam sendo desnudadas as formas de defesa de interesses.

Para a Universidade Federal de Pelotas, como instituição, o projeto fez parte de um conjunto de mediações – contraditórias –, que interferiram na viabilização do assentamento das famílias de agricultores. A perspectiva para a Universidade não era de todo afastada da efetivação do projeto, em razão da não-existência de outras propostas de trabalhos e de investimentos para o Centro Agropecuário da Palma. O objetivo central do CAP é o de apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de projetos que visem à melhoria da qualidade de vida da população da área de influência da Universidade; é o discurso plasmado em nível documental, mas que não se realiza, na prática, a favor dos interesses das camadas populares. No concreto, havia a possibilidade, através de acenos do MIRAD-RS, de financiar investimentos (por dentro do Projeto) a fundo perdido, cuja resultante patrimonial seria incorporada à Universidade. Ademais, esses investimentos seriam realizados

INSTITUTO Soc. Brasileira de Estudos

sobre uma área praticamente inexplorada (a área do CAP).

Para as famílias dos agricultores sem terras, o projeto era uma figura nova. Nas lutas pela terra, a verbalização é a forma dominante de colocar os pleitos e os protestos. A obrigatoriedade de terem suas idéias a respeito do assentamento em um documento excitou-os mais. O descompasso temporal era flagrante: os agricultores não precisavam esperar pelo projeto para começar a trabalhar na terra, mas o projeto não lhes assegurava o acesso à terra; mas eles esperarâm.

Para o grupo de assessoria, cujos integrantes tinham seus trabalhos definidos por planos de carências com respeito à possibilidade de materialização de ações fora das salas de aula e dos muros da UFPel, o projeto criou a perspectiva de uma mudança de qualidade.

A decisão de interiorizar e de vivenciar a luta das famílias, criando uma situação de organicidade para o grupo de assessoria com relação às famílias, fez com que fosse praticada uma comunicação diferenciada. A interação com os agricultores, de forma direta e repetida diariamente, as discussões entre os integrantes do grupo, até sobre como realizar essa interação com os agricultores, a certeza de que tinham o que fazer e que esse que-fazer era importante para eles, apontavam para a estruturação de um lugar de trabalho e de vivência novos e com certeza de mais qualidade.

A intensidade e a qualidade dessa participação ficaram por conta das experiências e da concepção de mundo de cada um. Não faltaram alguns impedimentos externos ao processo, como o atendimento aos compromissos acadêmicos, a luta em outros planos, as paralisações e até o período de férias.

As forças comunitárias tiveram uma participação forte na experiência da Palma desde a ocupação da área do CAP pelas famílias de agricultores. Durante o tempo de negociação do projeto, foram várias as formas em que se deu esse envolvimento[5]; um aspecto pode ser destacado, porque foi claro e indiscutível: a composição dos Conselhos Diretor e Universitário era indicativa da qualificação no processo de negociação.

O Conselho Diretor da Fundação, além de contar com integrantes do quadro da própria UFPel, reúne representantes do MEC, do governo do Estado do Rio Grande do Sul, do governo municipal de Pelotas, da Associação Rural de Pelotas, da Associação Comercial de Pelotas e da rede bancária do município. O Conselho Universitário, também afora os integrantes que são do quadro da UFPel, conta com representantes da Comunidade, via representação do Conselho Diretor.

Reiteradas vezes, quando até soprova um ar de aparência favorável à aprovação do projeto, a última decisão era vista (e anunciada) como da competência do Conselho Diretor[6]. Nesse Conselho, pelos interesses que os representantes comunitários defendem e não pela pessoa de cada um deles, e pela associação desses interesses com os professados pelos representantes do Estado, podia-se estimar resultado negativo para o projeto. Em outros termos: um projeto de apelo popular, com a possibilidade de trazer repercussões para os movimentos sociais da região, não teria um ponto de encontro mais favorável com interesses que a ele se qpunham, não nos limites do episódio da Palma em si, mas na definição – por oposição – do que é popular e do que não é em um sistema capitalista.

Provavelmente pode-se concluir que a formação do núcleo da União

Democrática Ruralista em Pelotas, que contou, inclusive, com a presença de seu Presidente, foi estimulada pelo que representava o projeto em termos de ameaça a seus interesses e pelas economias externas que poderia gerar em termos de organização de agricultores na região.

Na Universidade, onde se desnudaram as posições ideológicas (principalmente na área das ciências agrárias) e revelaram-se as incapacidades e as ociosidades, a condução do processo (e do projeto) foi proposta e apoiada pelo menos em três suportes; um deles, o fio condutor mais pretendidamente expressivo, foi o da viabilização técnica do projeto; no bojo desse encaminhamento era clara a intenção de, por meio da formatação da proposta, esconder o sentido de decisão que se formava antes do projeto e até independente dele[7]. Um outro procedimento que suportou a condução do processo foi o de jogar com as instâncias de decisão, fazendo com que o referencial das famílias fosse absolutamente instável[8]. A reclamação geral – que não é única da UFPel – sobre a possibilidade de um trabalho multi e interdisciplinar desfazia-se, porque era discursiva apenas na negação de realizá-lo, que seria a experiência da Palma. A mutilação dessa possibilidade já era clara quando se definia que as ciências agrárias garantiriam ou não a execução do projeto. Levada aos limites legais, chegou-se a deslocar a autenticidade do relato do projeto, tirando-o da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e da Pró-Reitoria de Extensão e levando-o a um representante da área das agrárias.

A exploração discursiva, em muitos casos autoritária, sobre os foros de competência e decisão universitárias levava os agricultores da Reitoria para as Pró-Reitorias, destas para o COCEPE, deste para as Universidades etc. Situações concretas para a imaginação do agricultor, porém não-definidas e não-conclusivas para a instituição. Todas elas eram exteriores à realidade dos agricultores e consumidoras de suas energias e expectativas. O direito legal, praticado pela instituição, defronta-se com o direito moral que os agricultores criam e organizam nas suas práticas de vida.

Não faltaram, para suportar o processo, as idas e vindas, o daqui para ali que alimenta a prática do estado. A UFPel e o MIRAD estiveram empenhados nesse jogo, e não se pode deixar de dizer que seus representantes muitas vezes procederam de forma séria e bem intencionada. Às duas instituições, somou-se a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (por meio de uma de suas Comissões), proporcionando palco para digressões e para episódios irreais de encaminhamento de decisão[9].

As contradições que se esboçavam entre essas instituições no decorrer do processo não tinham natureza diferente da que se reconhece entre os aparelhos de estado e deste com as forças que o sustentam; seu caráter é sabidamente secundário e são passíveis de serem resolvidas.

Em torno do projeto apresentado, e negado, transitavam os interesses e as expectativas. Afinal, o projeto serviu para preservar o caráter legal do encaminhamento, mas não garantiu a legitimidade da decisão, que desautorizou o seu segmento e a sua implantação.

A realidade concreta das 49 famílias de agricultores sem terras (a região, o município, a Universidade e os segmentos envolvidos), plena de contradições, foi revista e já mostra na sua dinâmica de transformação novos contornos ou contornos mais claros e mais precisos sobre aspectos que caracterizaram a experiência da Palma.

INESC/UFRJ
Soc. Brasileira de Estudos

A coletivização do espaço de vida e do tempo das famílias, com eles mesmos e com outras forças associadas, permitiu avaliar o significado da terra e da luta pela terra, para quem não a tem e dela precisa. Foi possível, inclusive, observar o escurecimento do pleito das famílias (que começou com a retirada do espaço ocupado), que se transfigurou em pedido para ocupar a área. Um direito que se reconhecia nas aspirações das famílias e na legitimação das maiorias, uma temática que era diretamente popular passou a ser agendada como mais uma questão a ser tratada de forma subordinada aos interesses dominantes no seio do estado. O problema deixou de ser real para o capital, para seus defensores e para seus teóricos.

O desgaste a que foram levados os agricultores acabou por atingir valores fortes de sua proposta. A saída negociada da área ocupada, a aceitação da perda de autonomia sobre o que produzir[10], a concordância em pagar pelo uso da terra e nela colocar um horizonte temporal definido de permanência são indicativos desse processo de perda de vitalidade. Dessas negociações, ficou claro que para esses agricultores sem terras valia a idéia de trabalhar e não a de ter o título de propriedade da terra.

Reconhecidamente experientes nas suas lutas, as famílias dos agricultores puderam redescobrir a melhor noção de grupo e das questões que lhe são próprias em termos de organização. A urgência de sair da área ocupada no CAP empurrou-as para situações novas, seja de solidariedade, até na forma de convivência nos barracos, seja legal, como a formulação do projeto como antecipação do contrato com a Universidade. Com certeza, puderam enriquecer sua experiência comunitária, chegando a propor a exploração coletiva da área de produção prevista no projeto e processando o desenho da sua condição habitacional em um único prédio, junto com os equipamentos necessários à sua produção e convivência[11].

A experiência da vida em comum em assembléia permanente, de trocas com quem no juízo moral dos agricultores estava a favor ou contra, ajudou a observar a questão da comunicação como um processo que se pode completar quando os sujeitos não têm interesses antagônicos. A idéia de comunicação e de entendimento (visto como um nível diferenciado de comunicação) ficou clara na relação estabelecida com o professor, com o técnico, com o estudante, com o colono da região, com as autoridades universitárias, e assim por diante.

Na verdade, a experiência ocorreu (e mostrou) no interior das práticas institucionais e dos sujeitos, plena das contradições e das articulações provocadas por fatores internos e externos ao processo.

A prática do diálogo, intensamente exercitada nas reuniões e nos contatos pessoais, fundamentou a relação das famílias de agricultores e destas com o grupo de assessoria. A reunião representou um dos canais mais expressivos da comunicação, mantendo-os atentos aos movimentos que se realizavam no seu espaço e articulando-os com outros segmentos, ampliando e enriquecendo a capacidade de reflexão.

As dificuldades para o acesso ao rádio, à TV e aos jornais não foram determinantes a ponto de enfraquecer a sua disposição[12]. Mesmo assim, ocorreram quebras nas interações, ditadas pela falta de melhor conhecimento sobre a realidade (nova para eles), pelas diferenças entre as próprias famílias (a religiosidade era uma dessas diferenças) e pelas razões e formas que ensejaram a inserção das pessoas no grupo de assessoria. A unidade dessas adver-

sidades, possível de ser realizada porque a regulação do conflito de interesses também era possível, acabou dando uma qualidade nova ao processo interativo.

A Volta e a Retomada em Outro Lugar

Toda a organização do processo próprio da experiência da Palma, naquilo que poderia ter sido o início da construção de um momento novo para a Universidade, foi simplificada e ficou por conta da necessidade de dar resposta à pressão sofrida com a ocupação da área. A isenção da Universidade no processo, pretendida pela subordinação às normas, permite entender melhor as relações que ocorrem em seu interior e permite vislumbrar, pela conjugação de forças que se deu também a favor do processo e do projeto, a possibilidade de ocorrer o que não ocorreu; além disso, permitiu saber que a possibilidade democrática radica mais na sociedade do que no estado capitalista, quanto se têm em vista conquistas futuras.

A timidez que caracterizou a disposição de os setores representativos da região abraçarem a causa dos agricultores, como foi o caso dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, desvelou os propósitos que os animam e mostrou-os, de corpo inteiro, aos próprios agricultores da região (pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, sem-terras, assalariados). Em todo o caso, pôde-se ver que o episódio foi importante para indicar aos do lugar a necessidade de articularem seus interesses e planos de lutas com outras forças, isto é, aquelas que se localizam fora da área rural, e, com isso, verem a possibilidade de um futuro diferenciado.

A aparente distância que poderia haver no tratamento da questão pelas forças conservadoras, por se tratar de um problema colocado em relação às terras do estado, não foi caracterizada. Ao contrário, usando como biombo a defesa do patrimônio da Universidade e uma mal alegada prioridade que deveria ser dada aos sem-terras da região, lutaram para a preservação de seus interesses e pelo fechamento do espaço para discursos e práticas novas.

A terra como espaço de poder em oposição à terra como espaço de trabalho – assim pode ser vista e examinada a questão.

A necessidade de pagarem as notas veiculadas nos jornais, colocada para os agricultores, levou-os a procurarem (e a ocuparem) espaços radiofônicos. O enfrentamento direto fez com que colocassem todo o seu propósito e a sua proposta em relação ao CAP em Faculdades, Sindicatos, Associações, comitês etc., localizados em Pelotas e cidades vizinhas. Obrigaram-se a trabalhar em grupos e em turnos nos contatos fora da Universidade e na vigília que realizaram com relação às tentativas para o andamento do projeto no âmbito da Universidade.

A conquista da terra e o modelo de assentamento proposto representariam possibilidade de resgaste do próprio saber dos agricultores, no que diz respeito à produção e à convivência, à própria cultura popular; representariam a qualificação de uma passagem do trabalho individual para um esforço comum, coletivo. A recuperação desse saber, com certeza, revitalizaria as relações entre os agricultores, que seriam enriquecidas com a interpenetração do saber mais elaborado, técnico-científico, comprometido politicamente com a proposta de luta dos agricultores.

Certamente, a permanência na realidade nova e a tomada de consciência

INTERCOM Soc. Brasileira de Estudos

pelas famílias dos agricultores teriam criado e afirmado a necessidade de episódios comunicativos com qualidade nova para a história específica da região, em particular para a história da Universidade.

O ponto de referência para o estabelecimento da comunicação era o barraco. Dos quatro que havia no lugar, nada mais resta senão a imaginação do que simbolizaram para um grupo que queria terra para trabalhar e para um grupo que pretendia ter uma Universidade nova como local de trabalho.

Em maio de 1988, as famílias foram para outro local, para outra luta fora de Pelotas, pois souberam que aquela terra lhes seria negada, e que a decisão seria ideológica; não conseguiram o acesso à terra e nem alcançaram o desejado assentamento. Foram estimuladas a abandonar a idéia da convivência na Universidade, atraídas por uma outra oportunidade que o estado lhes dava.

Ficou no local e na Universidade o sentido da luta pela terra; do direito da luta como expressão dos interesses dos trabalhadores sem terras e como oposição à passividade frente às manifestações do poder dominante. A relação dos agricultores com as instituições do estado experimentou variações; entretanto, em muitas situações, e mesmo no conjunto, colocou uma situação diferente em face da prática de subordinação que caracterizava tais relações.

Em definitivo, os movimentos sociais esboçam uma nova postura na defesa dos seus interesses. A experiência do CAP/UFPel não foi perdida.

NOTAS

[1]O projeto de assentamento de 49 famílias de agricultores sem terras será, provavelmente, realizado no Centro Agropecuário da Palma-CAP, área da Universidade Federal de Pelotas-RS.

[2]No mesmo período histórico aconteceram ocupações de terras das Estações Experimentais da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul que, como o CAP, não cumpriram sua função social (para usar os dizeres do Estatuto da Terra).

[3]Da mesma forma para os trabalhadores da EMBRAPA, sediados no Campus. A relação dos agricultores com as famílias de moradores no Campus, com os equipamentos existentes no Campus e que eram importantes para sua manutenção e luta, não é objeto desta análise.

[4]O Projeto integrou várias áreas e elegeu o método da pesquisa-ação para o seu desenvolvimento. Dominava a crença de que um projeto político-pedagógico não deveria ser desenhado a priori, mas se fazer e refazer na prática e que essa seria tarefa do movimento das famílias dos agricultores, fundamentalmente.

[5]A leitura compreensiva das matérias editadas na imprensa de Pelotas será objeto de um outro trabalho.

[6]Os patrimonialistas, os que se posicionavam usando a expressão do patrimônio da UFPel, acreditavam que o Conselho Diretor não autorizaria a cessão da área para os agricultores ou mesmo para o MIRAD.

[7]É do texto do relator do projeto no Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão/COCEPE (onde seria tomada a decisão).

[8]Ao final do processo, era impressionante (no sentido da cooptação sofrida) o manejo de expressões e das exigências normativas da Universidade por parte dos agricultores, as quais, a rigor, de nada lhes servia ou lhes serviu na luta pela terra.

[9]A UFPel queria assegurar o recurso do MIRAD, mas não podia fazê-lo sem aprovar o projeto; o MIRAD queria o projeto, mas não podia comprometer o recurso sem ter o projeto aprovado; a Assembléia Legislativa queria encontrar uma alternativa institucional, que sabia não existir.

[10]O projeto, previsto para uma área de 600 hectares, atendendo às normas da Universidade, teria de fazer propostas para depois ver aprovadas culturas e criações que fossem adequadas à organização rural e ao padrão tecnológico dominantes na região.

[11]Essas decisões não foram tomadas sem uma intensa discussão entre os agricultores, os assessores e os grupos. Ficou do "folclore" do projeto uma passagem ilustrativa na expressão de um agricultor "E se eu quiser convidar um de vocês para comer uma galinhada, vou ter de reunir todo o grupo para agarrar uma galinha?".

[12]A prática das famílias reunirem-se para ouvir a intervenção dos seus nas emissoras de rádio, ou para os aparecimentos na TV, era próprio da forma com que conduziam o processo.

INTERCOM Soc. Brasileira de Estudos

ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO RURAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UMA EXPERIÊNCIA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Maria Salett Tauk Santos*
Angelo Brás Fernandes Callou**

Alternativas de comunicação rural é um campo tão amplo quanto alternativas de comunicação. Daí a necessidade, para efeito da presente análise, de limitar a comunicação rural aos esforços interativos de organizações governamentais e não-governamentais com a população rural visando desde a legitimação das políticas agrícolas até as tentativas de mudanças estruturais no sistema socioeconômico e político do meio em questão.

A opção por esta limitação tem como pressupostos algumas reflexões e uma certa prática que vimos realizando há alguns anos no domínio da comunicação entre organizações formais e a população rural. No Brasil, este tipo de comunicação teve início oficialmente há 40 anos, com a criação dos serviços de extensão rural do sistema ABCAR, transformado a partir de 1974 no sistema EMBRATER. Ao longo da sua trajetória, a extensão rural no País assumiu uma função marcadamente funcionalista. A cópia de modelos es-

* Mestre em Comunicação Rural, professora de Extensão Rural e Comunicação Rural do Departamento de Educação e do Mestrado em Comunicação Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

** Mestre em Extensão Rural, professor de Extensão Rural e Extensão Pesqueira do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

trangeiros, via Wisconsin e Michigan, fez com que predominasse o difusionismo, que se preocupou em disseminar novas tecnologias na tentativa de "modernizar" a agricultura, na crença de que seria a saída para o desenvolvimento[1].

Esta tendência torna-se mais evidente durante o período ditatorial, a partir de 1964, quando o Estado volta-se quase que exclusivamente para os setores médios e de grandes proprietários, por terem maior potencialidade de absorver tecnologia e de atuar como agentes da modernização da agricultura brasileira. No afã de modernizar cada vez mais a agricultura, o regime militar lançou programas que atrelavam o acesso ao crédito ao uso intensivo de insumos de origem industrial – maquinaria, defensivos, adubos químicos e sementes beneficiadas. O sistema funcionou, pois a indústria de insumos agropecuários teve altos índices de crescimento. Entretanto, a agricultura, se teve algum crescimento, foi mais por causa das culturas de exportação que daquelas ligadas à alimentação básica da população. A difusão de tecnologia agrícola, via empresas governamentais no País, portanto, contribuiu muito mais para a "penetração" do capitalismo no campo[2] que para uma ação transformadora do ecossistema do produtor rural.

O modelo modernizador, concretamente, atingiu muito pouco o pequeno produtor, por este não dispor de capital, nem de acesso ao crédito. No entanto, do ponto de vista ideológico, da crença na modernização como única solução para o progresso econômico e social, convenceu a quase todos os produtores rurais e aos grupos não-governamentais preocupados em encontrar soluções para a pobreza rural. Tanto é assim que na década de 60/70 as organizações não-governamentais, financiadas por recursos de agências cristãs e não-cristãs do primeiro mundo, esforçaram-se para dar aos chamados "pequenos produtores" a possibilidade de acesso à modernização, da qual estavam excluídos.

A receita adotada pelas ONGs era a mesma do sistema governamental de Extensão: elaboração de projetos financiados a "fundo perdido" pelas Igrejas, que seriam repassados pelos técnicos das ONGs para a adoção de "milagrosas tecnologias modernas". Tal qual ocorreu em relação aos projetos governamentais, estas tentativas fracassaram, como explica Jean Marc Von Der Weid, por adotarem um modelo concebido para produtores em condições superiores do ponto de vista de quantidade e qualidade das terras, capitalização, acesso ao crédito, e que não se adequava à realidade vivida pelo pequeno produtor.

Passada a euforia das experiências dos modelos modernizantes, que coincidiu com o final do "milagre econômico", e verificadas, pelo avanço dos estudos agrários, as seqüelas deixadas por este milagre nas populações rurais, em especial a disseminação das idéias de pedagogos e teóricos da comunicação[4], como Paulo Freire, a concepção e as ações da comunicação com o homem do meio rural tenderam a se modificar.

O marco referencial que sustenta as idéias de Paulo Freire, sobretudo na sua obra *Extensão ou Comunicação?*, é a preocupação com o caráter autoritário e invasor das mensagens levadas para o homem do campo pelos serviços de extensão rural. Através do questionamento do próprio termo *extensão*, ele propõe que, ao invés de estender conhecimentos de uma realidade exógena aos agricultores, se estabeleça um processo interativo, permitindo dessa maneira a geração do conhecimento pelo próprio homem rural no contexto

da sua realidade concreta.

A partir dessa concepção, e considerando também o processo de "abertura", que permitiu resgatar as experiências alternativas de trabalhos com comunidades rurais, reprimidas pelo movimento militar de 1964, várias organizações e grupos não-governamentais, em sua maioria ligados às igrejas, partiram para desenvolver práticas de comunicação dentro de uma pedagogia cuja proposta é ser participante e libertadora.

Atualmente, esta tendência vem se generalizando, ao ponto de a própria EMBRATER assumir como proposta metodológica a opção por um trabalho participativo no qual prevaleça a organização social e econômica dos pequenos produtores rurais, fato realçado no discurso de posse do atual presidente da EMBRATER, Romeu Padilha, em maio de 1985[5]. Tal tendência vem sendo também experimentada por outras organizações governamentais que atuam no meio rural, tais como secretarias de estado, prefeituras municipais e universidades.

No caso específico das universidades, algumas já têm um bom nível de trabalho de comunicação em contextos populares, como a Universidade de Ijuí, por exemplo, porém, existe ainda um número significativo que não adotou essa prática enquanto postura institucional, apesar de existirem nessas organizações algumas experiências setorizadas. É o caso da Universidade Federal Rural de Pernambuco, cuja experiência pretendemos aqui relatar.

Ao longo de sua história, a Rural tem mantido uma tradição de trabalhos voltados à capacitação de técnicos para atuar junto a setores ligados à grande produção agropecuária. Isto tem se constituído em um forte entrave para a incorporação de linhas de trabalho em contextos populares à sua prática institucional. O desejo de encontrar uma alternativa que aos poucos comprometesse a universidade com estes contextos foi o argumento para a criação do **Projeto Pitanga: Apoio Universitário dentro de um Processo de Reforma Agrária.** Tínhamos à frente uma população num processo complicado de assentamento à terra que demandaria, além de apoio político, um assessoramento técnico, principalmente no campo das ciências agrárias, que permitisse a sobrevivência da população na área.

A idéia de trabalhar com os assentados do Engenho Pitanga surgiu quando esta população se encontrava acampada em frente ao Palácio do Governo de Pernambuco. Naquela ocasião, professores e alunos da disciplina Extensão Rural da UFRPE começaram a apoiar a população através de conversas e ajuda material, para que eles persistissem na luta pela conquista da terra do Engenho Pitanga, de propriedade do grupo Lundgren, a 40 km de Recife.

Foram 100 dias de luta e sofrimento, na qual a população perdeu algumas de suas crianças, vitimadas por surto de doenças provocadas pelas más condições de higiene existentes no acampamento, até obter a notícia de que o INCRA desapropriara a terra para o assentamento.

A chegada às terras de Pitanga era apenas o início de mais uma etapa da luta. A população teve que permanecer acampada durante mais dois meses, até que fossem distribuídos os lotes para as famílias. Sem apoio institucional suficiente por parte do INCRA, órgão responsável pelo assentamento, a população de Pitanga foi cada vez mais perdendo espaço na luta e nas manchetes de jornais.

INTERCOM Soc. Brasileira de Estudos

A ALTERNATIVA

A situação mostrava-se difícil, para a população de Pitanga, pela insuficiência da terra obtida e pelo descaso progressivo das autoridades responsáveis pelo assentamento, no sentido de executar as medidas necessárias que garantissem o êxito daquela primeira experiência de reforma agrária da nova república em Pernambuco. Era difícil também para a equipe da Universidade Rural, por tentar desenvolver um trabalho, ao qual a própria instituição se mostrava tradicionalmente avessa.

Era necessário montar uma estratégia de trabalho que possibilitasse à população de Pitanga e equipe da Rural avançar em seus objetivos políticos. Internamente, levando a comunidade universitária a se comprometer com um processo de luta popular; externamente, expondo às autoridades e à opinião pública o estado de abandono em que se encontrava aquela gente.

Reformagrária Viva: a luta do povo de Pitanga foi o primeiro passo. Movimento político-acadêmico que, através de exposição de fotos, textos, poesia, música, teatro e da presença de homens, mulheres e crianças de Pitanga, reunidos no Salão Nobre da Universidade, reproduzia a história da luta dessa gente pela posse da terra. Na platéia, comunidade universitária e autoridades ligadas às questões da reforma agrária, além de representantes das principais mídias locais que estenderiam o fato à opinião pública[6].

O evento causou um forte impacto dentro da Universidade, na qual as opiniões ficaram divididas entre adeptos e curiosos em conhecer melhor aquela realidade e aqueles que rechaçavam a metodologia de trabalho, por comprometer aquela instituição com uma luta política que nitidamente a colocava ao lado do povo e em confronto com o poder estabelecido. O impacto se potencializou na medida em que o evento mereceu várias máterias nos jornais recifenses de maior circulação, bem como nos principais noticiários dos canais de televisão da cidade. A reação externa a esse impacto se materializou através da postura que o INCRA passou a adotar em relação à equipe da Rural, procurando desarticular o processo de interação entre a equipe e a população do Engenho Pitanga. Era mais uma questão a ser administrada.

Em relação à população de Pitanga, o movimento deixou um saldo positivo, na medida em que reforçou a cumplicidade e o companheirismo entre aquela população e a equipe da Universidade.

A partir desse momento ficou bem claro para a equipe da Rural que a saída possível para fazer avançar o processo de luta do povo de Pitanga, para administrar a questão dentro da Universidade e para neutralizar as arestas impostas pelo INCRA, seria através da articulação política em diversos níveis. Em Pitanga, mantendo o povo mobilizado; na Universidade, incorporando alunos e professores sensibilizados para se envolverem com aquela realidade. Este caminho legitimaria o compromisso institucional com contextos populares, ao mesmo tempo em que tentaria neutralizar forças contrárias a tal esforço. Fazer passar pelo crivo institucional um projeto de ação que, pelo menos teoricamente, comprometesse o apoio da Universidade com aquele contexto e que fosse suficientemente amplo a fim de abrigar subprojetos de professores ligados às diversas áreas do conhecimento era estrategicamente necessário. Manter a população mobilizada não se constituiria entretanto em tarefa fácil, considerando a instabilidade político-organizacional da Universidade, traduzida em paralisações freqüentes, sistema de transporte

deficiente, inexistência de verba e falta de tradição nesse tipo de trabalho.

Fora da Universidade as dificuldades não são menores. A existência de ações paralelas de outras organizações de caráter religioso, político-partidárias, classistas, com ideologias diversas e até antagônicas constitui também entrave ao avanço do esforço da Universidade junto ao povo de Pitanga. Portanto, a primeira lição que a equipe da Rural teve que aprender foi administrar avanços e recuos no trabalho com aquela comunidade. Estes aspectos evidenciaram que a preocupação constante ao longo do projeto seria a de criar estratégias suficientemente competentes para manter o povo mobilizado e garantir um clima de confiança mútua, equipe da Rural e população de Pitanga, no sentido de administrar as contradições e avançar o objetivo maior da luta: a posse da terra.

A criação de uma escola para adultos, a partir desse momento, foi um elemento catalizador dessa mobilização, na medida em que representava um desejo da comunidade e ao mesmo tempo se constituiria em ação concreta capaz de motivar outros professores a se incorporarem ao trabalho. A primeira sala de aula funcionou em um pequeno terraço na casa do posseiro que liderava a luta desde o acampamento na praça, ficando a responsabilidade das aulas a cargo de uma professora do Departamento de Educação da Rural com experiência no ramo. Entretanto, a existência de desentendimentos entre alguns assentados da área provocou a necessidade de instalar a escola em um espaço neutro. A escola ganha assim sede própria: um pequeno galpão rústico com bancos de madeira construídos pela comunidade em mutirão.

A euforia em torno do galpão torna-se grande por se constituir também no único espaço coletivo que a comunidade dispunha para reuniões de trabalho e de lazer. A inauguração do galpão foi marcada para a data em que se comemorava o primeiro ano do assentamento da população em Pitanga. Mais uma oportunidade a ser explorada no sentido de estimular a mobilização. A população assentada e a equipe de professores da Rural se reúnem para organizar o aniversário. A estratégia seria aproveitar o entusiasmo pela festa para fazer também com que as pessoas refletissem e analisassem o momento histórico que estavam vivendo. Na realidade tinham muito pouco o que comemorar. Após um ano de espera permaneciam sem título de posse da terra, sem acesso a crédito, assistência técnica, sem posto de saúde e escolas para seus filhos, sem água, luz, transporte e nem sequer havia estradas em condições de tráfego para veículos. Era a hora, portanto, de transformar todo este saldo negativo em munição para o fortalecimento da luta. Os preparativos para a festa iam aumentando a coesão do grupo. Cada etapa era cuidadosamente decidida em conjunto. Feijoada e um jogo de bingo seriam o carro-chefe. Professores e alunos da Rural dividiram os encargos da festa, combinando que a renda do bingo seria destinada a melhorar as instalações do galpão-escola.

A equipe da Rural mobilizou um grande número de professores e estudantes para participar do evento. Entretanto, o esforço foi prejudicado pela greve na Universidade, que inviabilizou o esquema de transporte para o Engenho Pitanga. Dessa maneira compareceu apenas o pequeno grupo comprometido com a comunidade.

As demais instituições que desenvolvem trabalhos junto à população também estavam presentes. O inusitado da questão é que, pela primeira vez na história daquele assentamento, Igreja Católica, Igreja Menonita, Sindicato

INTERCOM Biblioteca de Estudos

de Trabalhadores, Prefeitura Municipal e INCRA participaram de uma atividade comum. O que acontece freqüentemente são essas instituições desenvolverem trabalhos paralelos na comunidade e não raro algumas delas tentarem mesmo inviabilizar o trabalho de outras. A Universidade tem enfrentado este tipo de problema. Inicialmente foi o INCRA, através do coordenador do assentamento, que, desapontado com a repercussão do movimento **Reformagrária Viva: a luta do povo de Pitanga**, agrediu a equipe da Rural com palavras ásperas e tentou proibir a população de Pitanga de se reunir com os professores. O impasse não causou maiores danos ao trabalho da Rural porque, de um lado, o INCRA já estava muito desgastado por não cumprir as promessas feitas à Pitanga e, por outro, já era grande a confiança que os assentados tinham nos professores.

Outra ação de forma mais velada, mas que tem tentado prejudicar o trabalho de conscientização empreendido pela Universidade, é a que vem sendo desenvolvida por alguns religiosos da igreja Menonita. Esses missionários, morando no próprio assentamento, têm desenvolvido um trabalho que parece ser numa linha tuteladora, na medida em que são intermediadores de ações de órgãos públicos para aquela população, sem contudo proporcionar àquela gente a oportunidade de desenvolver uma reflexão crítica sobre as ações que essas organizações desenvolvem. Um exemplo disso é a instalação, no assentamento, do Centro Comunitário – CECOM que foi "vendido" à população, não como algo a que ela tinha direito, mas como presente da prefeitura municipal. Isto ficou evidenciado de forma concreta quando a direção do CECOM foi entregue a uma missionária.

Essa ação tuteladora se reflete negativamente em um ponto fundamental: o de alimentar junto à população expectativas paternalistas, levando ao enfraquecimento da luta pela terra, exigindo da equipe da Universidade uma constante atenção e ações no sentido de manter aquela população mobilizada.

Assim, o esforço da Universidade tem sido o de identificar e desenvolver práticas que, por estarem ligadas às necessidades básicas da comunidade, tenham um efeito aglutinador sobre o grupo. Na área de saúde foi desenvolvido um trabalho de educação sanitária e de noções básicas de medicina terapêutica alternativa, que envolveu professores, estudantes e médicos da Universidade e da Secretaria de Ação Social do Governo de Pernambuco. Do desdobramento desse trabalho resultou a articulação com o "Projeto Caminhar" da Secretaria de Saúde do Estado, no sentido de formar agentes de saúde em Pitanga.

A necessidade de controlar a proliferação de freqüentes pragas nas plantações de Pitanga foi outro aspecto que propiciou a oportunidade para um trabalho conjunto mobilizador – grupo da Rural e população de Pitanga. Era necessário que a população se conscientizasse do elemento gerador do problema, que era o desmatamento indiscriminado na área do assentamento. Para isso foram feitas reuniões com a participação de um especialista em controle de pragas, em que o tema foi relacionado com a questão político-ecológica mais ampla, que era a inviabilidade daquele assentamento em uma reserva da Mata Atlântica. Apesar de a praga ter sido controlada, permaneceu o impasse da questão do desmatamento. Sem nenhuma outra forma de ganho, era impossível que essa população parasse de cortar a lenha na mata para vender.

As constantes avaliações da metodologia de trabalho utilizada em Pitanga, ao longo desses quase dois anos de atividades, reforçaram a idéia de que a mobilização é eficaz na medida em que se sustenta em ações concretas. Nesta perspectiva, os passos seguintes foram: o apoio à criação de uma associação de agricultores, a organização de uma escola de bordado, atendendo à solicitação das mulheres da área e, principalmente, a reconstrução do galpão-escola, símbolo maior da luta que já dura anos, mas que apenas começou.

A AVALIAÇÃO

As reflexões até aqui formuladas indicam a forma de perceber e avaliar a ação da Universidade a partir do ponto de vista da equipe de professores engajados no Projeto Pitanga. Faz-se necessário, entretanto, como está previsto no Projeto, a avaliação desse processo pela população assentada em Pitanga, a fim de encontrar pistas no sentido de ajustar a interação da Universidade com aquela realidade rural. Os primeiros passos nessa direção já foram dados. Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas, no qual buscou-se reconstituir a história do apoio da Universidade em Pitanga, o nível de conhecimento da população sobre esta ação e a opinião dos entrevistados sobre este trabalho.

Os dados obtidos demonstram que a maioria da população consultada ainda guarda muito vivo na memória os primeiros contatos tidos com professores da Universidade, ainda quando estavam acampados na Praça do Governo. Indagados sobre se os professores foram trabalhar em Pitanga por iniciativa própria ou foram designados pela Universidade, a maioria respondeu que eles vieram por vontade própria. Esse resultado suscita pelo menos duas leituras: a de que os assentados de Pitanga percebem de maneira clara que são os professores que puxam a Universidade para dentro do processo e que, como a Universidade tem se mantido ao longo do tempo ausente desse tipo de luta em contextos populares, eles não têm expectativa de apoio em torno dela, enquanto instituição. Um indicador dessa tendência é que, quando indagados sobre o motivo que teria levado a Universidade a trabalhar em Pitanga, quase todos os entrevistados ressaltaram a dedicação e a vontade da equipe de professores em ajudar a população em suas lutas. As vantagens individuais foram igualmente ressaltadas quando a população foi indagada sobre os benefícios que a Universidade teria em realizar esse trabalho. A totalidade delas faz alusão às vantagens pessoais traduzidas na aquisição de experiência e aprendizagem dos professores, ilustrada na opinião de um dos entrevistados: *"vocês ficam por dentro da luta pelo campo e caso haja outra já terão conhecimento das dificuldades. E já sabendo vão ajudar melhor os outros"*.

A percepção da população de Pitanga sobre o trabalho desenvolvido pela Rural constituiu-se em um dado fundamental da avaliação da equipe. Espécie de termômetro que mediria os efeitos das ações da Universidade, ao mesmo tempo que serviria como elemento balizador das ações futuras. As respostas obtidas sob o nível de conhecimento das ações da Rural em Pitanga evidenciaram que a população percebe de maneira clara que os professores estão ali para apoiar a luta política pela obtenção da terra. Contudo, é em relação às ações concretas ligadas às necessidades deles que a população

INTERCIÊNCIA
Soc. Brasileira de Estudos

demonstra maior entusiasmo. A escola de alfabetização para adultos, a escola de bordados para as mulheres, a orientação no controle de pragas e sobre higiene e saúde, além da realização da festa com bingo estão entre os itens mais lembrados pela população como coisas boas que a Rural faz em Pitanga. Esta constatação reforça o que a equipe percebeu ao longo do trabalho ali desenvolvido, que só é possível manter o povo mobilizado, em função de um objetivo a longo prazo, se forem criadas motivações em torno de ações imediatas.

Embora a equipe da Universidade pretenda ainda devolver à população de Pitanga os dados obtidos na pesquisa, com o objetivo de uma avaliação conjunta, pode-se observar que já existe um nível satisfatório de comunicação entre a população e a equipe da Universidade, que conseguem manter a interação permanente, mesmo quando fatores externos contribuem para obstacular o avanço da luta. Na Universidade, apesar de o projeto já contar com a adesão de vários professores de diferentes departamentos, não se pode ainda considerar que ele foi incorporado institucionalmente. Os avanços conhecidos até agora são obtidos muito mais pela via informal, graças ao esforço de comunicação interpessoal permanente da equipe do projeto, no sentido de sensibilizar professores e estudantes para esse tipo de trabalho, ou junto aos setores que podem apoiar o processo, como por exemplo a Pró-Reitoria de Extensão e o setor de transportes da Universidade.

Contudo, o trabalho desenvolvido em Pitanga vem conseguindo abrir brechas para que a Universidade se volte para trabalhos em contextos populares. Recentemente o reitor assinou convênio com o Centro de Capacitação e Acompanhamento de Projetos Alternativos – CECAPAS, órgão ligado à CNBB, para o desenvolvimento de pesquisas e estágios em atividades de produção agropecuária junto aos pequenos produtores do Nordeste.

Com apenas um ano e meio de existência, o Projeto Pitanga conseguiu uma repercussão bastante positiva fora da Universidade. Os professores responsáveis pelo projeto são chamados para relatar a experiência de Pitanga em outras instituições como cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais, além de universidades. A Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco, através da Biblioteca Pública Estadual, solicitou assessoria desses professores para elaboração de projetos semelhantes de ação comunitária. Entretanto, o Projeto Pitanga não conseguiu que instituições de pesquisa ainda arredias a esse tipo de trabalho, como o CNPq, garantam o desenvolvimento dessas iniciativas dentro das universidades. Assim é a comunicação do Coordenador de Agronomia do CNPq à solicitação de bolsa ao Projeto Pitanga:

> "Comunicamos que a solicitação de bolsa de pesquisa formulada por V.Sa. obteve do comitê assessor recomendação favorável quanto ao mérito, porém não à prioridade necessária para implementação pelo CNPq dadas as atuais limitações orçamentárias para esta modalidade de bolsa"[7].

Todavia, a repercussão mais surpreendente do Projeto fica para o convite há bem pouco realizado pela Delegacia Regional do MIRAD – antigo INCRA – à equipe de professores da Universidade para treinar o seu corpo técnico que trabalha nos assentamentos de reforma agrária em Pernambuco. Se no início o INCRA se constituiu no mais ferrenho combatente dessa ação,

hoje ele procura formas de estendê-la a outros assentamentos. Será isto a falência do sistema tradicional paternalista que rechaça a participação popular, ou será a incorporação de novas técnicas "alternativas" para reforçar velhas práticas de controle?

BIBLIOGRAFIA

AZCUETA, Miguel. *Comunicación de masas y cultura popular*. Documento apresentado al Primer Seminario Latinoamericano de Comunicación Cooperativa. Garanhuns, setembro, 1978.

BELTRAN, Luis Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. In: *Comunicação e Sociedade*. Revista Semestral do IMS, Ano III. N.º 6. São Paulo, Cortez, 1981.

BORDENAVE, Juan Diáz. *New approaches to communication training for developing countries*. Paper presented at the section of Information and Communication Problems in Development at the Third World Congress of Rural Sociology. Baton Rouge, Lousiana, August, 1972.

CONFORTO, Gilberto. Coordenação de Agronomia – CNPq. *Ofício à Referência 307252/88-4/AG*. Brasília, 5 de agosto de 1988.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 4ª edição.

MATTA, Fernando Reys. *From right to praxis: a model of communications with active social participation*. Paper presented to the Seminar on International Communications and Third World Participation: A Conceptual and Practical Framework, Amsterdam, Set. 1977.

PADILHA, Romeu. *Extensão rural, extensão do capitalismo? análise do sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979)*. Projeto de tese de Doutorado. UNICAMP. (mimeo.). s.d.

___. Discurso de Posse. Folder/EMBRATER. Brasília, maio, 1985.

PINTO, João Bosco. *La comunicación participatoria como pedagogia del cambio:* fundamentos epistemológicos. CIESPAL, mimeo. Quito, 1978.

SANTOS, Maria Salett Tauk & CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *A comunicação como estratégia de pressão política dentro de um processo de reforma agrária: o caso do Engenho Pitanga em Pernambuco*. Trabalho apresentado ao X Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM. Campinas, SP, 1987.

___. *A comunicação rural no XI Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. In: INTERCOM NOTÍCIAS. Ano IV, Nº 7, mar./abr., 1988.

VON DER WEID, J. M. *Experiências de organizações não-governamentais em comunicação na transferência de tecnologias alternativas*. Trabalho apresentado ao COMMUNITECH, Recife, nov./87 (mimeo.).

NOTAS

[1]A esse respeito ver SANTOS, Maria Salett Tauk e CALLOU, Angelo Brás Fernandes. A comunicação rural no XI Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: INTERCOM NOTÍCIAS. Ano IV, nº 7, mar./abr. 1988.

[2]Ver PADILHA, Romeu. *Extensão rural ou extensão do capitalismo? análise do sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979)*. Projeto de tese de Doutorado. UNICAMP (mimeo.).

[3]Ver VON DER WEID, Jean Marc. *Experiências das organizações não-governamentais em comunicação na transferência de tecnologias alternativas*. Trabalho apresentado ao COMMUNITECH, Recife, nov./87. (mimeo.).

[4]Entre outros autores que contribuíram para a reformulação do conceito de comunicação estão BORDENAVE (1972), MATTA (1977), AZCUETA (1978), PINTO (1978) e BELTRAN (1981).

[5]PADILHA, Romeu. *Discurso de posse*. Folder/EMBRATER, Brasília, maio, 1985.

[6]Mais detalhes sobre o movimento vide: SANTOS, Maria Salett Tauk e CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *A comunicação como estratégia de pressão política dentro de um processo de reforma agrária: o caso do Engenho Pitanga em Pernambuco*. Trabalho apresentado ao X Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM. Campinas, SP, 1987.

[7]CONFORTO, Gilberto. Coordenação de Agronomia – CNPq. *Ofício à Referência 307252/88-4/AG*. Brasília, 5 de agosto de 1988.

ALTERNATIVAS DE COMUNICAÇÃO RURAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM CASO NA GUINÉ-BISSAU

Dilma de Melo Silva*

Durante o XI Congresso da INTERCOM tivemos Painéis discutindo problemáticas ligadas à Comunicação Rural. Nossa contribuição neste comunicado se liga, diretamente, ao que foi apresentado no 1º Painel pelo Professor Doutor José Nilo Tavares quanto às implicações políticas de modelos de desenvolvimento econômico em países do Terceiro Mundo, através de projetos elaborados por especialistas, no e do Primeiro Mundo, sem participação popular e que têm se revelado como inviáveis, na maioria dos casos.

*Professora da ECA/USP.

Daremos exemplos concretos, por nós vivenciados na África, na Guiné-Bissau[1], em inserção ao que se convencionou chamar a "ajuda internacional" para a solução de problemas relacionados à fome, enfermidades, secas etc... através da introdução de tecnologias "mais avançadas", introduzindo inovações econômicas, numa tentativa de monetarização de economias de subsistência.

Os dados nos quais nos apoiamos se originam de trabalhos de campo efetuados em diferentes permanências nesse país africano: de dezembro de 1977 a maio de 1980, posteriormente em 1983 (3 meses), 1984 (2 meses) e 1985 (10 meses), trabalhando junto ao governo guineense em dois projetos de desenvolvimento financiados pela Agência Sueca de Ajuda ao Desenvolvimento-SIDA. Os projetos foram:

a) projeto de desenvolvimento da pesca artesanal na região do Arquipélago dos Bijagós;

b) projeto de desenvolvimento rural integrado da Zona I, região noroeste do país.

O primeiro projeto pretendia desenvolver a pesca artesanal, introduzindo técnicas modernas de captura (barcos, motores, redes, equipamentos), elaboração de sistema de armazenamento e transporte do pescado (câmara frigorífica, fabricação de gelo, barcos refrigerados) e sistema de distribuição do pescado na capital e no interior do país.

O segundo projeto envolvia objetivos mais amplos: irrigação de zonas alagadas por água salgada, reconstrução dos sistemas de represamento de água destruído pela guerra de libertação, introdução de sementes melhoradas de arroz de sequeiro, combate às doenças nos rebanhos, melhoria das condições de saúde e sanitárias pela prevenção de doenças, campanhas de vacinação, alfabetização de adultos, proteção às florestas e reflorestamento, isso ao lado da introdução de sistema de distribuição, financiamento de implementos agrícolas, e também da formação de novos quadros para a difusão dessas inovações. A metodologia de intervenção nas comunidades era da extensão rural, levada à Guiné por cooperantes portugueses que atuaram em Angola e receberam essa formação a partir de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no Brasil. Muitos quadros dirigentes responsáveis pelo treinamento dos jovens guineenses tiveram sua formação realizada em Portugal depois da independência. Tentou-se mesmo a vinda de quadros para Viçosa, para complementar os conhecimentos dessa metodologia.

Ambos os projetos foram elaborados de fora, seja na Europa, seja em Bissau, baseados em pressupostos e ensinamentos da economia liberal: necessidade de monetarizar a economia e, desse modo, aumentar a produtividade dos grupos que vivem sob outros valores civilizatórios numa economia suficiente com pouca ou nenhuma criação de excedente.

Bordenave[2], escrevendo sobre o assunto, elabora uma tipologia dos projetos:

a) projetos difusionistas que supõem uma "transferência de tecnologia" através de agentes de mudança e campanhas para aceitação de novas idéias;

b) projetos em que o modelo vem como que num pacote, pois além de difundir técnicas, oferece também "serviços" com estratégia integrada de pesquisa, extensão, informação, comercialização, mercado e crédito. Esse modelo surgiu após a constatação de que o país que recebe a ajuda apresenta deficiência infra-estrutural.

INTERCOM Biblioteca de Estudos

Nos dois modelos o estado assume a responsabilidade pela promoção dos esforços para a atuação dos agentes de mudança.

c) projetos em que se procura a organização e a participação, uma vez constatada a necessidade da participação das populações no estabelecimento das políticas e das ações. Muitos projetos são estabelecidos num verticalismo de tecnocratas aliados aos interesses das empresas, ignorando totalmente as populações atingidas.

Os projetos em que trabalhávamos tentavam combinar esses modelos teóricos, mas como sabemos, não há projetos inocentes. Ou se propõe um ou outro modelo de sociedade, ou um outro modelo de sociedade. Todos se apresentam tendo como proposta básica: a melhoria do nível de vida da população, a ser conseguida através do desenvolvimento. Mas, que desenvolvimento é esse? Um desenvolvimento voltado para o progresso técnico-racional, que não leva em conta os "custos sociais" para sua efetivação e os "efeitos perversos"[3] das ações introduzidas dentro dos grupos étnicos envolvidos pelos planos.

Nesse processo de atuação ocorre um enrijecimento das "elites dirigentes" que fazem as ligações entre os Estados Africanos e os Estados dos países ocidentais desenvolvidos, ocorrendo a "cristalização" de certas camadas sociais que vivem nas capitais, comprometidas com o planejamento, legislação, comercialização etc. dos "projetos".

As chamadas "elites modernistas", através de eficazes técnicas de propaganda e manipulação das instituições, difundem valores conformistas e obtêm a adesão das camadas dominadas que aceitam essa "modernidade" sem possibilidade de avaliar os reais significados e as conseqüências.

Os efeitos produzidos no seio das comunidades são inúmeros e irreversíveis e, dentre outros, poderíamos citar:

a) exaltação de incentivos proporcionados pelo individualismo em detrimento dos valores de solidariedade grupal;

b) justificativa do lucro – noção inexistente anteriormente no grupo;

c) legitimação da apropriação privada e do interesse monetário;

d) surgimento da competição como elemento norteador dinâmico das ações.

e) acúmulo de riqueza, tendo como conseqüência o aparecimento de camadas (ou grupos diferenciados) com a propriedade de meios de produção (ex. motor, rede, canoa motorizada);

f) novas formas de divisão do trabalho não mais baseadas em critérios de sexo e idade, mas em especialização conseguida fora (cursos, treinamento etc.), não mais o conhecimento obtido através da oralidade. Como sabemos, na África a forma de transmissão de conhecimento se dá pela tradição oral e através de ritos iniciatórios. A Escola como instituição especializada na difusão do saber passa a predominar em relação à família ou ao grupo.

g) a comunidade, como centro irradiador dos laços de solidariedade clânica, perde para a "praça", para as instituições localizadas nas cidades e nos centros urbanos. Ocorre um êxodo para essas zonas, principalmente por parte dos jovens, atraídos pelo fascínio do "novo".

h) a situação da mulher tende a piorar, pois passa a depender do homem – a auto-suficiência alimentar não é garantida pela família, o homem deixa de ajudar nos campos, se assalaria e toda a família passa a depender do mercado. A mulher passa a depender do homem que sai para o mercado de tra-

balho e ela sozinha com os filhos não consegue o suficiente para alimentar todos. A mão-de-obra feminina é colocada fora do novo sistema produtivo e aumenta sua dependência em relação ao homem. Os produtores rurais (produzindo por ex. amendoim para a exportação) ficam igualmente na dependência dos preços do mercado nacional ou internacional, acentuando-se a discrepância: regularidade nas condições de compra e irregularidade nas condições de venda. Lembramos que uma das estratégias de desenvolvimento rural mais difundida consiste na promoção da agricultura voltada para a exportação ("exportar é a solução...").

i) os benefícios se concentram todos nas cidades, nas zonas urbanas, privilegiando os funcionários, os dirigentes, os comerciantes e os profissionais liberais. As populações rurais se empobrecem, os solos se esgotam, a agricultura se volta para a satisfação de outras necessidades que não as das populações: a fome aumenta.

Em resumo, pudemos observar, nesses anos em que um pseudo-desenvolvimento foi introduzido naquele país africano que: as populações rurais não foram consultadas, nem chamadas para manifestar suas necessidades reais; dentro de seu interior foram introduzidos novos valores: a mística da modernidade, a propagação de um santo horror a tudo o que fosse pré-tecnológico, que lembrasse o período anterior pré-moderno! A ideologia do consumismo foi difundida. O que vemos ocorre não somente na Guiné, mas em inúmeros outros países africanos: a natureza desflorestada (utilização das queimadas para plantio extensivo), os solos ameaçados de desertificação (o Saara aumentando), as populações subalimentadas, as epidemias se sucedendo, o abismo aumentando: os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Nesse processo de empobrecimento da África torna-se necessário apontar as responsabilidades dos dirigentes africanos, mas os dirigentes do mundo capitalista, elaborando um conjunto de organismo bilateral e não-governamental com poderosa máquina internacional com infra-estrutura perfeitamente articulada e controlada pelos países do Norte, deixam poucas possibilidades de manobra para os líderes locais.

Assistimos, a partir da década de 70, a um espantoso aumento no número de especialistas em desenvolvimento: aumento no número de colóquios, de conferências, de simpósios, de teses, de debates e de publicações. Nas universidades criam-se cursos de especialização, centros de pesquisa recebem financiamento, especialistas se tornam especialistas em serem especialistas, o número de cargos junto às Nações Unidas aumenta, bem como em organizações privadas. Tudo em nome de um desejável desenvolvimento dos países pobres. Esse desenvolvimento passa a ser aceito como nova religião dos tempos atuais, aliado ao "mito" do progresso.

Sabemos que, no caminho tortuoso para a modernização, há meandros de idas e vindas. O discurso da modernização é sempre elaborado por ocidentais e a eles beneficia. O africano tem seu modo de vida ameaçado por um intenso processo de ocidentalização, principalmente pela penetração dos meios massivos: rádio, televisão, imprensa, difundindo modo de vida ocidentalizado. As formas de cooperação nada mais são do que novas formas de penetração[4]. Dowbor analisa a chamada "indústria da ajuda" ou neo-colonialismo, em pleno vapor nas ex-colônias africanas.

E o que nos compete fazer? Continuarmos na condição de apologistas do

INTERCOM Sociedade Brasileira de Estudos

desenvolvimento, que no fundo assegura vantagens apenas às camadas que se beneficiam diretamente da ordem social existente? Enquanto, como escrevia Neruda: "os povos rasgam a terra, dormem nas minas, pescam no espinho do inverno, cravam pregos em seus ataúdes, edificam cidades que não habitam, semeiam o pão que amanhã não terão, disputam apenas o perigo e a fome".

NOTAS

[1]Esta problemática é analisada em profundidade na tese de doutoramento "Os Bijagós da Guiné-Bissau" defendida junto à FFLCH da USP em 1984 e publicada sob o título "por entre as Dércades encantadas – uma comunidade africana em transformação". Ed. Ribbizzi, São Paulo, 1988.

[2]Bordenave, X Ju E.D. – "O que é a Comunicação Rural?" Ed. Brasileira, São Paulo, 1983.

[3]"Efeitos perversos" – utilizamos aqui uma conceituação de Alf Swartz ao se referir a "conseqüências não esperadas de ações intencionais" analisando projetos de desenvolvimento no continente africano, principalmente no Zaire. Cf. em "Les dupes de modernisation-Dévéloppment urbain et sous dévéloppment en Afrique - Nouvelle Afrique. Montreal, 1983.

[4]Dowbor, Ladislau – "Guiné-Bissau: a busca da independência econômica". Coleção Tudo é História, nº 77, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1983.

"PRIVATIZACION O ESTATISMO" COYUNTURA ACTUAL Y CRISIS EN LA EXTENSIÓN RURAL

Gustavo R. Cimadevilla*
Emilio V. Severina**

INTRODUCCIÓN

"Comunicación Rural" y "Extensión Rural" estuvieron ligadas, desde un inicio, por un interés económico-político en el marco del denominado capitalismo monopolista de Estado.

Las políticas de desarrollo, en sus diversas manifestaciones, ofrecieron el contexto para que esa relación avance y, en la actual coyuntura, fuera cuestionada por el creciente protagonismo liberal que sustenta transformaciones privatistas.

Así, una serie de discusiones y medidas de acción concretas determinan una etapa de crisis en la institución extensionista y señalan la tendencia de que el Estado seda ese papel a la actividad privada.

* Universidad Nacional de Rio Cuarto – Argentina.
** Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria. Argentina.

Se pretende entonces, en este artículo, hacer algunas consideraciones históricas sobre ese proceso y señalar, luego, la necesidad de que los modelos de "comunicación participativa" – que hoy pareciese asumir la extensión rural – intensifiquen el compromiso entre el productor/trabajador rural y el extensionista. Ello permitiria fortificar el sistema sobre la base de la organización y la participación, trazando y definiendo objetivos comunes que superen la visión extrictamente economicista, así como evitar sus posibles efectos para los sectores rurales "no hegemónicos".

Comunicación y Extensión Rural: su articulación

Al pensar la problemática de la "comunicación rural" a partir de la bibliografía existente surgen dos aspectos distintivos. El primeiro de ellos se refiere a la juventud del fenómeno en cuanto preocupación plasmada en la literatura. El segundo, por otro lado, a la vinculación de esos contenidos a procesos sociales más amplios como el de la "modernización" y el "cambio social" y "productivo".

Ello, lejos de ser una curiosidad, es más bien el reflejo del propio desarrollo a que ha estado sujeta – en términos amplios – la sociedad latinoamericana. Y permite cuestionar, en última instancia, hasta que punto esa preocupación comunicacional tiene que ver con los intereses del hombre rural como sujeto histórico.

Veamos por que?

Sin lugar a dudas, la temática comunicacional del medio rural cobró importancia y significado a partir de las investigaciones sobre difusión de innovaciones[1]. No como el resultado de las preocupaciones del propio medio o por el propio medio, sino, mas bien, por lo que ello representaba en términos de intereses económicos y políticos dentro del contexto de los procesos de "desarrollo" y "modernización" lanzados en el continente.

Es ese marco ampliado, entonces, el que ofrece los referentes para la procura de respuestas comprensivas del fenómeno. En esos términos, toda vez que se coloca la difusión y adopción de innovaciones como centro de análisis, las relaciones primeras destacan en sus vértices al hombre rural y a la extensión rural (en sus diversas manifestaciones institucionales) como sujetos "emisores/receptores"-"receptores/emisores" de la "comunicación". En una relación, por lo tanto, señalada como rural por el espacio de realización y no por la naturaleza de sus sujetos. Ya que, como institución, la actividad extensionista surge y se organiza primeramente como urbana.

Así entendido, la comunicación se liga entonces a los diversos modelos de acción extensionista[2] y ello, a su vez, a condicionantes no necesariamente rurales, como son las políticas del Estado y la propia dinámica económica. Frente a ese cuadro, en el cual la visión socio-antropológica cede lugar a variables políticas y económicas que problematizan lo "micro" para observarlo histórica y estructuralmente, la extensión rural puede ser analizada en la articulación entre el espacio menor y la totalidad social.

Evidentemente, un análisis que pretenda ver la dinámica de la actividad extensionista a través de su historia no puede obviar la consideración de ciertos elementos claves. Esto es,

1º) que como actividad surge formal y organizadamente por iniciativa del Estado después de la Segunda Guerra Mundial;

INTERCOM

2º) que por ello es el resultado de un proyecto político que debe ser comprendido en el marco de la acción del Estado como agente interventor de la economía en el desarrollo del capitalismo contemporáneo; y

3º) que su origen y funciones, por lo tanto, deben vincularse a un cierto orden económico y político que trasciende las fronteras y tiene que ver con la dinámica y estructura productiva mundial.

A partir de ello, entonces, una rápida contextualización de las condiciones de la post-guerra nos permitirán clarificar ese marco.

CONTEXTO HISTÓRICO

Finalizada la segunda gran contienda mundial, la disponibilidad de capitales y tecnología en manos de los países centrales, así como la necesidad de hacer frente a la guerra fría amortizando las tensiones sociales de las zonas más conflictivas (generalmente localizadas en el medio rural), a la vez que asegurando la expansión de los mercados y, por tanto, del propio sistema capitalista, ofreció las condiciones para promover y agilizar políticas de "desarrollo"[3].

El desarrollo, entonces, como concepción y alternativa para que la "periferia" supere su condición de "atraso" – en lo que evidentemente se presentaba como ideológicamente evolucionista y etnocentrista – impregnó las plataformas políticas y las justificativas de la acción del Estado.

En ese marco, las instituciones de extensión rural e investigación agropecuaria fueron surgiendo y desenvolviéndose a la luz de las diversas concepciones que formularon lo que debía entenderse por desarrollo. El concepto, por lo tanto, permitió justificar y articular – al vincular la actuación del sistema a su contexto político-económico – los diversos momentos, crisis, modelos y metodologías utilizadas. Porque, en última instancia, los diferentes diagnósticos y proyectos alternativos se encontraban en una afirmación común: el sector rural precisa modernizar sus estructuras para favorecer el desarrollo nacional (industrial), sea a través del aumento de la producción para el abastecimiento interno como para la competencia en el mercado mundial con el objetivo de generar divisas volcadas a ese proyecto[4].

Aceptando esos supuestos podemos, entonces, periodizar la dinámica extensionista a través de la evolución que sufrió el proprio concepto de desarrollo en América Latina. Así, señalamos tres etapas que sucuencialmente se presentan del siguiente modo[5]: a) Primeira etapa, **desarrollo económico:** con el supuesto de que la aplicación de capitales y la transferencia de tecnología determinarían una sucesión de efectos en la estructura económica y en las demás dimensiones de la realidad social para generar un desarrollo sustentado, el desarrollo se consolidó en la década del 50 apoyado en las terías de ROSTOW[6] y en lo que HUNT & SHERMAN (1985) denominan de "ideología gerencial", aquella preocupada por la eficacia administrativa y la productividad.

La extensión rural se materializa en instituciones del Estado que llevan adelante las políticas nacionales vinculadas al desarrollo rural; fundamentalmente difundiendo y transfiriendo tecnología procurando con ello un aumento de la producción. Las discusiones y enfrentamientos, por lo tanto, se centraron en las variables ligadas a la "difusíon-adopción" de innovaciones

dentro de los parámetros funcionalista y con la estadística como instrumento privilegiado en la elaboración de diagnósticos y proyecciones. Destacándose, por otro lado, la no participación del productor/trabajador en los programas.

A nivel político-sectorial, un conflicto potencial entre el campo y la industria comienza a evidenciarse al pasar la estructura productiva de un modelo netamente agroexportador a otro más equilibrado (caracterizado por la substitución de importaciones y el mantenimiento del impulso dado a la producción industrial).

b) Segunda etapa, **desarrollo económico-social**: la unidimensionalidad de la propuesta desarrollista y los resultados de su política encuentran, en el pensamiento latinoamericano, una respuesta mobilizadora. A partir de la creación de instituciones como la CEPAL, ALALC, Banco Interamericano de Desarrollo, Pacto Andino y otras, el desarrollo pasa a concebirse en cuanto ligado a la estructura social como un todo y en relación a la dinámica de la economía mundial y a los términos del intercambio[8]. Ya no es solamente crear industrias o facilitar créditos, es también, apoyar a la educación y el bienestar social.

"La probreza engendra ignorancia y la ignorancia engendra pobreza", se expresaba en el concepto de "desarrollo económico-social" tratado en la Conferencia Técnica de Extensión Agrícola y Juventud Rural organizado por la FAO en 1970.

La reforma agraria, por otro lado, como tema central ya de las discusiones (1961) de la Conferencia Internacional de Punta del Este (aún dentro del auge del pensamiento desarrollista) y los diferentes trabajos de la CEPAL advirtiendo el peso de las variables estructurales en las relaciones de producción y desarrollo, colocan en escena otro factor de conflicto. No se cuestiona, por lo tanto, únicamente el subsidio rural a la actividad industrial, sino también el subsidio de ciertos sectores (pequeños productores y sectores sin tierra) a otros (latifundios y propriedades especulativas).

Surge, desde otro ángulo, una problematización sobre las funciones del sistema extensionista en cuanto tal (origen y proyecto) y en cuanto a sus relaciones con el contexto. A partir de la obra de FREIRE (1968), fundamentalmente, la dimensión educativa a la que se asociaba la extensión rural comienza a ser cuestionada por la verticalidad de las metodologías y la "extensión" acrítica de contenidos. Es el extensionista, en ese sentido, quien también será albo de las discusiones y reformulaciones.

c) Tercera etapa, **desarrollo rural integrado**: después de las críticas de los teóricos de la dependencia sobre los condicionamientos que tenían los países periféricos frente a la transnacionalización de los capitales, el concepto de "desarrollo rural integrado" pasó a ser utilizado tanto por el Banco Mundial[9] como por los intelectuales latinoamericanos preocupados con un desarrollo autónomo[10].

La idea de que la producción generada por los públicos de los proyectos de desarrollo debían tener un apoyo financiero inicial y, posteriormente, de comercialización – si pretendían cierta viabilidad económica –, así como condiciones básicas de existencia para la fuerza de trabajo (alimentación, salud, educación, etc.), proyectó planes de colonización y de fomento a infraestrutucturas económicas y sociales integradas. En un esfuerzo, supuestamente, superador de los obstáculos encontrados en la implantación de los

proyectos correspondientes a las etapas anteriores[11].

Surgen también alternativas en proyectos específicos por sistemas de producción y por concentración de áreas, así como replanteos sobre la imposibilidad – a corto y mediano plazo – de lograr modificaciones en las variables estructurales[12]. La dimensión ecológica, en ese sentido, asume significativa importancia. Se relativizan las tendencias anteriores (de determinación funcional y/o estructural) y el análisis y las propuestas se vuelcan hacia ciertos problemas localizados, modificando la tendencia tradicional de dispersar la acción (con el objetivo de atender a una mayor audiencia), procurando ahora una acción concentrada. Las estructuras extensionistas reven su modelo de actuación en un proceso autocrítico[13], coincidiendo ello con los diferentes procesos de democratización que vive el Cono Sur.

En síntesis, se percibe que la dinámica que manifesta la actividad extensionista está ligada a la dinámica del Estado y, por lo tanto, a las funciones que éste cumple en el desarrollo del capitalismo contemporáneo.

Frente a ello, la problemática política se vincula a dos cuestiones centrales: a) el modelo de acumulación (agroexportador o industrializante) y las relaciones de producción establecidas (materializado en la estructura fundiaria).

Los sectores de poder económico urbano-rurales, sostenedores de proyectos diferenciados (a veces alternativos, a veces complementarios), se articulan a su vez a las estructuras partidarias que asumen en el plano político las diversas combinaciones de posturas: liberales o neoliberales; conservadoras o progresistas; y funcionales o no al capital nacional o extranjero. Lo cual, no obstante, no inhibe que llegado a ciertas instancias (como el cuestionamiento a los principios capitalistas: propiedad privada de los medios de producción y libre iniciativa), se unan bajo objetivos comunes.

La institución extensionista, por lo tanto, formula y reformula en ese marco y limitaciones su modelo de acción, sobre la base de las diferentes instancias político-económicas a las que nos pretendimos referir: bajo una concepción de "desarrollo económico" (analizado funcionalmente); "desarrollo económico-social" (analisado estructuralmente) y "desarrollo rural integrado" (analisado pragmáticamente). Así podemos registrar esa dinámica en el cuadro siguiente.

La Extensión Rural en la coyuntura actual

Ahora, así como en la década del 70 CHONCHOL cuestionó criticamente los resultados de los esfuerzos desarrollistas demostrando que una mayor producción no necesariamente generaba mejores condiciones sociales de existencia[14], así también en la década del 80 la FAO (1986) reconoció que la pobreza y la desnutrición se agrababa progresivamente pese a los avances conseguidos en la producción[15].

Si esto no era entonces sólo el efecto del crecimiento poblacional ni consecuencia de aspectos socio-culturales (problemática del desarrollo económico); si no era asumido, por otra parte, que debería vincularse a las propias contradicciones del proceso de acumulación capitalista (en sus efectos de concentración del capital y medios productivos), ni que podía ser resuelto sobre la base de programas progmáticos (inherentes a los proyectos de

Contexto en que se da la Actuacion Extencionista

Concepción política dominante	Características distintivas	Núcleo de críticas y reformulaciones principales
Desarrollo Económico	* Aplicación de capitales * Difusión de innovaciones tecnológicas	* Características innovador/retardatario * Predominancia de variables psico-socio-culturales
	* Expansión del mercado y las relaciones capitalistas	* Destino de la producción (subvención rural-urbana)
	* Transferencia de tecnología apropriada	* Estructura fundiaria y dependencia (reforma agraria, transferencia tecnológica y términos de intercambio)
Desarrollo Económico-Social	* Atención a la familia y a la educación rural	* Papel pedagógico de la extensión y metodologías de acción
	* Atención a las condiciones de comercialización	*Tecnología y ecología * Modelo participativo * Autocrítica institucional
Desarrollo Rural Integrado	* Adecuación tecnológica a proyectos puntuales (por sistema/áreas)	* Producción por sistema Vs. por rubro

desarrollo rural integrado) – no obstante se reconociera que ello correspondía a un problema global o de sistema –, havía que procurar, por lo tanto, otras variables que explicasen el fenómeno.

Así, evidentemente, se daba lugar a revisar aquello que era común a los diferentes momentos para señalar las fallas y necesidades de mudanza. Siempre y cuando, claro, dentro de la lógica del sistema. Esto es, dentro de aquello que no implicase mudanzas, en última instancia, de las relaciones sociales de producción vigentes.

En ese movimento de fuerzas económicas y políticas, tradicionales confrontos vuelven a emerger, aflorando – una vez más el cuestionamento sobre el grado de participación del Estado en la economía. La coyuntura, que se caracteriza por un creciente protagonismo de las ideas liberales, afecta entonces al área extensionista.

Ello, por lo tanto, lejos de ser una exclusividad de la extensión rural, pasa a ser una manifestación más del debate y correlación de fuerzas que – en su amplitud – se da en el escenario político-económico de los diversos procesos nacionales que concretizan el llamado "achicamiento del sector público"[16].

Así, disminución de salarios, congelamiento de programas y recortes presupuestarios, como también planteos de extinción, transformación o privatización, son las pautas de discusión que caracterizan y afectan, por lo tanto, la actual etapa de los sistemas de extensión rural[17].

Esta lectura de la realidad extensionista en su contexto económico-político se vincula, entonces, a la discusión mayor que en el plano ampliado se da en el cuestionamiento a la "eficiencia" del sector público en relación al

privado. Ahora, como ya lo advirtiera Phillip LE VEEN (1985) al analizar esta discusión de tecnología agropecuaria en América Latina, las argumentaciones privatistas pocas vezes se basan en investigaciones que demuestren seriamente ese tipo de asociaciones. Así como también, en otro orden, la acusación sobre el comportamiento de las variables de la ineficiencia, em muchos casos, no son otra cosa que la consecuencia del interés del proprio sector privado que por ello se ve beneficiado[18]. Además de obviarse, generalmente, que lo público "no lucrativo" nunca sería absorvido en esas condiciones por el capital, puesto que ello negaría la propria lógica de valorización del actual sistema económico.

Por todo ello, entonces, de esta situación coyuntural se desprenden algunas reflexiones generales sobre el proceso, que muestran una cierta tendencia. Esta es,

1º) que el sector privado, en su avance generalizado sobre la estructura económica, tiene intereses específicos sobre las actividades extensionistas de transferencia y asistencia técnica, las que facilitan un más rápido reintegro de inversiones y una mayor lucratividad;

2º) que las actividades de divulgación y educación, en cambio – de retorno más lento e indirecto –, podrían conservarse en manos del Estado, siempre y cuando no contradigan las políticas favorecedoras a la acumulación privada;

3º) que las audiencias vinculadas a la producción para el mercado, por otra parte – con real poder de inversión y consumo –, serían atendidas por la actividad privada, quedando los sectores de subsistencia a cargo del servicio extensionista público. Lo cual ocasionaría, por lo tanto, que la gran mayoría de los pequeños agricultores del primer grupo, asistidos hoy por el servicio oficial, se vieran imposibilitados a recurrir a un servicio no pago y no comprometido lucrativamente;

4º) implicando además, todo ello en su conjunto, medidas para la reducción del sistema justificado por la disminución de sus funciones.

Si ello es así, en consecuencia, había una tendencia a que los beneficios del conocimiento y la tecnología quedasen en manos de unas pocas empresas (como sucede en el sector semillas, defensivos y fertilizantes) que, a su vez, condicionarían los sistemas de producción y la dinámica del mercado. Además de cortar de raíz el "nuevo impulso extensionista", que procura un mayor compromiso con los sectores "no hegemónicos" del medio rural, a através de sus modelos de acción participativa.

Si se acepta la correspondencia de esta hipótesis con la realidad a la que se refiere y, por otro lado, se acredita en los resultados de las actuales políticas por la racionalidad del sistema pero superadoras de los modelos verticalistas del pasado –, es preciso discutir esta problemática y avanzar en la aplicación de modelos de comunicación y acción participativa con el hombre rural, para hacer a la tendencia descripta.

De ser así, el compromiso extensionista debería derivar en un compromiso del productor/trabajador rural para que, en la reciprocidad latente del modelo, se fortalezca la mobilización y la participación procurando así una maior democratización de las relaciones entre el Estado y la Sociedad Civil "no hegemónica", así como el conocimiento socialmente acumulado.

La "comunicación rural horizontal" es una alternativa necesaria y deseable. En ese sentido, las críticas a la extensión rural, que derivaron en el

"repensar extensionista", deben favorecer la construcción de estrategias que impliquen la continuidad del compromiso a través del esfuerzo conjunto.

En síntesis, colocando nuevamente a la "comunicación rural" en escena, pero no en su sentido primario, esto es, como resultado exclusivo del interés económico-político hegemónico, sino como resultado de la maduración de un diálogo entre el extensionista consciente de su papel social y del productor/trabajador rural como sujeto histórico de la relación.

BIBLIOGRAFIA

AADER (Asociación Argentina de Extensión Rural). *Boletín Informativo*, Buenos Aires, AADER, Año 3, Nº 229. noviembre de 1987.

BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação Mundial e Dependência.* Petrópolis, Vozes, 1980.

BRESSAN, Suimar. Os compromissos da nova extensão rural. en *ZH, Campo e Lavoura*, Porto Alegre, edición del 22-05-87.

CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1980.

CEPAUR. Development dialogue. *Desarrollo a Escala Humana, una opción para el futuro.* Uppsala, Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.

CIMADEVILLA, Gustavo. *Cultura popular: vértice del compromiso para la extensión rural?*. CPGER/UFSM, presentado en INTERCOM 1987 – Campinas, (Mimeo).

—— Teoría, praxis, teoría, CPGER/UFSM, Santa Maria, 1987. (Mimeo).

DÍAZ BORDENAVE, Juan. *O que é comunicação rural.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

FAEAB (Federação de Associações de Engenheros Agrônomos do Brasil), *Revista Terra,* Junho/Julho de 1988.

FAO. *La extensión rural en América Latina y el Caribe*. Roma, FAO, 1971.

—— *Relatório Final do I Seminário Internacional de Extensão Rural.* Brasília, Coedición FAO/EMBRATER, 1986.

—— *Extensión Rural: partiendo de lo posible para llegar a lo deseable*. Santiago, Chile, 1985.

—— *La Extensión Rural y el desarrollo del agro:* una alternativa pragmática para una situación de crisis. Santiago, Chile, 1987.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. *Extensão Rural no Brasil: novos Tempos. Agricultura Alternativa,* Santa Maria, DAON/UFSM, junho de 1987

FREIRE, Paulo. *Extensión o comunicación?*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1968.

FRIEDRICH, Odilo Antonio. *Comunicação Rural, proposição crítica de uma nova concepção*. Brasília, EMBRATER, 1988.

GARCIA, Antonio. *Modelos operacionales de reforma agraria y desarrollo rural en América Latina*. San José, IICA, 1982.

GOMES, Gerson y PEREZ, Antonio. "El proceso de modernización de la agricultura latinoamericana: características y breve interpretación", en *Cambio Técnico en el Agro Latinoamericano*, Situación y perspectivas en la década de 1980. (Editores, Martín Piñeiro y Eduardo Trigo), San José, IICA, 1985.

HUBER, Joseph. *Quem deve mudar todas as coisas, as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HUNT. E. & SHERMAN. H. *História do pensamento econômico*. Petrópolis, Vozes, 1985.

LE VEEN, Phillip. "Comentarios sobre 'Sistemas legales y sector privado en la generación de tecnología' ", en *Cambio Técnico en el Agro Latinoamericano*, Situación y perspectivas en la década de 1980. (Editores, Martín Piñeiro y Eduardo Trigo), San José, IICA, 1985.

MELO, José Marques de. *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.

QUESADA, Gustavo M. *Comunicação e comunidade: mitos da mudança social*. São Paulo, Loyola, 1980.

SOUZA, Herbert José de. *O capital transnacional e o Estado*. Petrópolis, Vozes, 1985.

SPOERER, Sergio. *América Latina, ls desafíos del tiempo fecundo*. México, Siglo XXI, 1980.

TEVDEDJRE, A. *A pobreza, riqueza dos pobres*. Petrópolis, Vozes, 1981.

VELLANI, Rolando. *Conferencia: situación actual de la Extensión Rural en América Latina*. Proferida en la AADER, Buenos Aires, 14 de octubre de 1987. Mimeo.

WHITING, G. y GUIMARÃES, L. *Comunicação das novas idéias*. Rio de Janeiro, Financeiras, 1969.

WILKINSON, J. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo, CEPA-BA-HUCITEC-FCEPA, 1986

NOTAS

[1]Las obras clásicas dentro del Brasil para analizar las investigaciones sobre "difusión y adopción de innovaciones" son los trabajos de WHITING, G. y GUIMARÃES, L. "Comunicação das novas ideias", Rio de Janeiro, Financeiras, 1969; y MELO, José Marques de, "Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil", Rio de Janeiro, Vozes, 1978.

[2]Ver, por ejemplo, los trabajos de DIAZ BORDENAVE, Juan, "O que é comunicação rural". São Paulo, Brasiliense, 1983; QUESADA, Gustavo. "Comunicação e Comunidade: mitos da mudança social". São Paulo, Loyola, 1980; y FRIEDRICH, Odilo. "Comunicação Rural: proposição crítica de uma nova concepção". Brasília, EMBRATER, 1988.

[3]CIMADEVILLA, Gustavo. "Teoría, praxis, teoría", CPGER/UFSM, Santa Maria, RS, 1987, (Mimeo).

[4]Al respecto GOMES y PEREZ (1985) expresan: "...los problemas de la agricultura latinoamericana fueron objeto de variadas interpretaciones. Hasta hace pocos años, la mayoría de estas interpretaciones ha provenido de la tradición neoclásica o de la estructuralista. A pesar de sus diferencias conceptuales, han atribuido al insuficiente desarrollo del capitalismo agrícola y – en su versión más extrema – al carácter precapitalista de los regímenes de producción dominantes, un papel decisivo en la configuración de los problemas socioeconómicos de la agricultura y en la incapacidad del sector para cumplir las funciones que le corresponderían dentro del proceso de desarrollo" (vinculadas al crecimiento urbano-industrial); pág. 113 y 114.

[5]No obstante se comprenda la necesidad de ver las especificidades propias de los diferentes procesos nacionales.

[6]En la cual el desarrollo sería "el simples crecimiento económico, expresado en términos de incremento sostenido del producto y del ritmo de acumulación (...)", según interpreta GARCIA (1982).

[7]Analisado en "Teoria, praxis, teoría", op. cit.

[8]Caracterizado por el pensamiento cuestionador de los teóricos de la "dependencia" a la teoría desarrollista y a la teoría de las ventajas comparativas. Analisado por BENAKOUCHE (1980) en el cap. IV de su obra: "Acumulação mundial e dependência".

[9]Ver WILKINSON, "O Estado, a agroindústria e a pequena produção", 1986.

[10]Como en el caso de SPOERER, "América Latina, los desafíos del tiempo fecundo", 1980.

[11]Los conceptos de desarrollo asociados a las etapas anteriores y la presente no son, evidentemente, los únicos concebidos como propuesta de acción y proyecto social. Pero son, a nuestro entender, aquellos que predominaron en las políticas aplicadas. Otras propuestras pueden consultarse en los trabajos de GARCIA (1982); CEPAUR (1986); HUBER (1985); CARDOSO (1980) y TEVDEDJRE (1981).

[12]Explícito en los trabajos de la FAO, como por ejemplo: "Una alternativa pragmática para una situación de crisis" (1987) y "Extensión Rural: partiendo de lo posible para llegar a lo deseable" (1985).

[13]Ver por ejemplo a PADILHA de FIGUEIREDO (1987) y BRESSAN (1987), en Brasil (así como nuestro análisis del "repensar extensionista" en "Cultura Popular: vértice del compromiso para la extensión Rural? (1987)), y, en Argentina, especialmente a VELLANI (1987).

[14]Jacques CHONCHOL comparando las cifras relativas y absolutas del decenio 1960-70, "muestra que los esfuerzos de modernización y desarrollo (...) beneficiaron sobre todo al 30% más rico, es decir a la oligarquía financiera, a la nueva burguesía industrial, comercial y agrícola y a las clases medias superiores". SPOERER, 1980, p. 57.

[15]En esta línea ver también a GOMES y PEREZ (1985).

[16]Dentro de una concepción "monetarista" y relacionada con el "combate a la inflación", el "déficit público", etc. No hay duda, también, que esta problemática debe vincularse a las presiones de los organismos de crédito (FMI, Banco Mundial, etc.) y el avance del capt al productivo transnacional. Ver, por ejemplo, Herbert de SOUZA, 1985.

[17]Al respecto puede consultarse en Brasil a la prensa de circulación nacional y en especial el Nº 6 del informativo NOTISSER (de la Asociación de funcionarios de EMBRATER) y la revista TERRA de la FAEAB, junho/julho de 1988. En Argentina, por su parte, el nuevo modelo de organización de la extensión rural, desde sus inicios con una fuerte presencia del Estado (a través del INTA), está siendo repensada sobre la base del reconocimiento del avance de la actividad privada (en asistencia y transferencia de tecnología). Ver Boletín AADER (As. Argentina de Ext. Rural) Nº 229, noviem. 1987.

[18]No hay dudas, por ejemplo, que mientras se acusa de ineficaz al servicio público de ferrocarriles, no por ello el sector privado deja de usufructuar con su uso. Así, mientras sus tarifas políticas son bajas, indirectamente benefician a la industria que transporta en ella la mano de obra que, en situación contraria, reivindicaría mejoras salariales frente a esa realidad concreta.

A IMPORTÂNCIA DE UMA TEORIA INTERPRETATIVA DA CULTURA NA EXTENSÃO E EDUCAÇÃO RURAL

Maria do Carmo Tafuri Paniago*

"Nossa educação a gente
aprende em casa, na rua.
Sua Educação é sua
sendo sua não é da gente.

A sua é você quem sente
e força a gente a aprender.
Pegue lá o seu saber
que eu de cá pego o meu;
Você me ensina o seu
mas o meu, tem que aprender".

(Fala do "Prof. Tiridá", personagem criada por Fernando A. Gonçalves dos Santos, em Mamulengo[1].)

*Professora Assistente – Departamento de Educação - UFV (Viçosa-MG).

Para o professor, supervisor, extensionista ou qualquer pessoa envolvida com a problemática da Extensão Rural ou da Educação no meio rural, certamente será bastante expressiva essa "fala do Prof. Tiridá". É que ela, na sua singeleza, remete-nos, de pronto, ao problema crucial da cultura e das disparidades de universos mentais existentes nos variados grupos sociais que interagem em um mundo pontilhado de conflitos socioeconômicos, políticos e culturais de nossa época. Trabalhos inerentes à Cultura afiguram-se, quase sempre, complexos e amplos, em virtude da variedade de conceituações, abordagens e enfoques analíticos que o tema permite, mesmo dentro da Antropologia, ciência que a ela se dedica de modo mais específico. Daí a preocupação de se encontrar uma proposta alternativa para a utilização da cultura em trabalhos ligados à Extensão Rural e à Educação Rural.

Com esse objetivo, serão feitas algumas considerações em torno de um enfoque que privilegie a interpretação dos fatos culturais, inserindo-os em um contexto maior de análise das relações sociais porventura percebidas no ato de "interpretar", para então se procurar uma possível utilização dos dados aferidos no campo da Extensão Rural e da Educação Rural.

GEERTZ, em sua busca por uma teoria interpretativa da cultura, vê a necessidade da "redução do conceito de cultura, tornando-o um conceito mais limitado, mais especializado", que imagina teoricamente mais poderoso para substituir o conceito altamente classificatório de o todo mais "complexo", de E. B. TYLOR.

Dessa forma, o autor defende um conceito essencialmente semiótico para a cultura. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, GEERTZ assume a cultura como sendo essa teia e sua análise, mostra-a não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura de significados.

Nessa procura, endossa a emergência de uma etnografia que venha privilegiar uma "descrição densa", noção que toma emprestada de Gilbert Ryle, para quem "é justamente ao compreender o que é etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento". Desse modo, essa "descrição densa" coroaria os processos usuais de etnografia, tais como selecionar informantes, estabelecer relações, manter diários de campo e outras. Entre o que RYLE, citado por GEERTZ, chama de "descrição superficial" e a "descrição densa" do que se está fazendo está o objeto da etnografia, "uma hierarquia estratificada de estruturas significantes" que deverão ser percebidas e interpretadas com inferências e implicações em tentativas de desvelamento da realidade observada e estudada.

DA MATTA, em seus ensaios de sociologia interpretativa, vê as possibilidades de uma antropologia interpretativa, acreditando que a situação do ritual vivo tem o mérito de apresentar alguns problemas de forma mais clara. Primeiramente, diz o autor, "para indicar que na interpretação e na exploração não se deseja dissolver os fenômenos, mas tentar apanhá-los no seu curso, no seu episódico desenvolvimento (...)." Depois, para acentuar que o caminho não é feito de dicotomias de um "antes" e um "depois", mas de conjunções e elos. Contudo, alega que "se os homens vivem em teias simbólicas que permitem, como diz Clifford Geertz, interpretações de interpretações de interpretações, não se pode esquecer que tais interpretações são

molduras".

Segundo DA MATTA, vivemos em situações, é certo, mas essas situações formam ordens e estruturas que as culturas partem e repartem de acordo com o código que "escolhem" para dar sentido a sua "identidade". Tudo pode dissolver-se em pequenas unidades, ou pode ser reunido, como na situação de um concerto musical, por ele utilizado a título de exemplificação, em espetáculos mais inclusivos e complexos, se a análise sociocultural estiver comprometida com o "descobrir" as relações existentes. Ainda, segundo o pensamento do autor, "são as sociedades, elas próprias, que dão legitimidade social aos elementos universais que as compõem. Cabe ao analista descobrir como é que isso se faz e como é que se promove essa legitimidade". Nesse sentido, o problema não é somente uma escolha de modelos, teorias e paradigmas analíticos, mas descobrir que as situações e os sistemas podem ser, eles próprios, funcionalistas, neomarxistas, estruturalistas e até mesmo culturalistas e evolucionistas.

O que a perspectiva interpretativa busca realizar é desvendar relações, mostrando como certas sociedades foram mais sensíveis a alguns elementos de que a outros, e que certamente nenhuma foi capaz de aprofundar todos. O mérito das interpretações está no fato de que elas não querem perder de vista o instante observado ou o processo desenvolvido naquele momento exato da interpretação. Uma atitude interpretativa pretende discernir um pouco melhor as variações das culturas sem querer engavetar nenhuma delas, consideradas "erradas" ou "desviantes" ou "corretas".

Sem a pretensão de um maior aprofundamento teórico sobre as possibilidades e limitações de uma visão interpretativa da cultura, pode-se perceber a sua possível validade no campo da Extensão Rural.

A teoria interpretativa pode abrir caminhos para um repensar as atividades do extensionista ou do educador do meio rural, prendendo-se ou à conceituação semiótica da cultura em GEERTZ e às suas especulações teóricas em torno de uma "interpretação das culturas", ou à extrapolação para o social das "interpretações" vistas como "molduras", em DA MATTA.

Na medida em que esses profissionais puderem observar, interpretar e descrever com "densidade" situações concretas de cultura em que vivem os homens do campo, eles estarão mais aparelhados para desempenhar suas atividades de cunho educacional no meio rural. "A cultura é uma 'realidade' na qual nada carece de significado, justamente por ser ela a própria construção do significado".

Exercitando esse tipo de observação/interpretação/reflexão/ação dentro da dimensão cultural do comportamento humano em seus valores, atitudes, at vidades, enfim, em sua totalidade existencial, talvez seja possível discernir mais facilmente os caminhos que poderão levar a uma integração e interação mais efetiva entre o extensionista e o homem do campo.

Na medida em que extensionistas e educadores conseguem enxergar o que há por trás do discurso, dos costumes, do trabalho e da vivência do cotidiano do homem do campo, poderão melhor identificar os aspectos facilitadores e inibidores de mudanças e terão maiores possibilidades de realizarem trabalhos efetivamente comprometidos com transformações socioculturais.

Nesse caso a Antropologia estaria desvendando seu potencial como instrumento de transformação, coerente com a própria cultura que é essencialmente dinâmica no tempo e no espaço.

A FALA DO PROFESSOR TIRIDÁ

Na construção da cultura, no ato de criar e recriar, de agir conscientemente sobre a natureza, de construir significados significantes, o homem vai elaborando o seu "saber". É a esse "saber", aprendido e sofrido na prática do trabalho e do lazer, mesclado de valores interiorizados, de princípios e normas herdados de gerações passadas, conjugadas na "teia" de significados que o próprio homem "teceu", que o professor Tiridá parece referir-se em sua fala. É no conhecimento e na interpretação desse "saber" carregado de juízos de valor e de valores contraditórios que os extensionistas/educadores deverão assentar a base do seu trabalho no campo.

É esse "saber" que irá dimensionar a prática pedagógica explicitada na fala do professor Tiridá: "Você me ensina o seu mas o meu, tem que aprender". E nessa prática pedagógica estão o diálogo, a troca de experiências, onde o "novo" e o "velho" se confundem, o interpretar, o refletir e o agir conjuntamente para o alcance de objetivos comuns. É um contínuo fazer e refazer, através da observação, interpretação, compreensão e modificação da cultura.

O problema que o extensionista/educador enfrenta em sua prática cotidiana parece estar além das técnicas pedagógicas e das metodologias usadas em seu trabalho. Embora extremamente úteis como táticas de elaboração e execução de atividades comunitárias/educativas, é necessário um caminhar mais longe para que se faça uma tentativa de se modificar não partes do fazer cultural, mas o próprio sentido da cultura. A tecnologia tanto pode ser utilizada em situações dialógicas, como em situações de dominação.

O problema maior da Extensão Rural e da Educação Rural não é o de somente "difundir novas tecnologias ou idéias", mas o de sedimentar ou implementar uma nova consciência como solução racional do "fazer" (tecnologia) – solução que deverá ser baseada no cultural. A força do meio social, o modo de vida coletivo, mesmo quando considerados separadamente, o aspecto econômico (produtividade) e o estritamente cultural são unificados na forma como se apresentam no mundo real. Daí a importância de que a "descrição densa" e a "interpretação" não se dissociem do social. O extensionista/educador deve entender a cultura como uma atividade criadora, transformadora do homem e da natureza, mesmo quando o conceito é delimitado em Geertz.

Os significados devem ser significantes para quem deles faz uso. O extensionista/educador deve estar sempre alerta para detectar e compreender a existência de significados dentro de uma "cultura do poder" e de uma "cultura subalterna", para precaver-se contra atitudes e comportamentos que o levem ao exercício de uma "invasão cultural". Os métodos e as técnicas são neutros. Não são neutros os "usos" que deles se fazem. As técnicas de organização de Associações de Bairros, de Conselhos Comunitários, Clubes de Mães, Clubes de Jovens e outros não apresentam diferenças significativas quando analisadas como tal.

O importante, portanto, está na observação e na interpretação de "teias de significados" e das relações sociais que emergem enquanto o homem constrói a sua cultura e é por ela construído. Contudo, o grande problema de uma proposta desse tipo estaria no preparo do extensionista/educador para se movimentar com relativa segurança na interpretação da "teia de significa-

INTERCOM

dos" de WEBER sem perder de vista o social, o "todo coerente", os "elos de ligações" do culturalismo de DA MATTA.

Por esse caminho, talvez seja possível a criação de um tipo de intervenção na realidade socioeconômica e cultural do homem do campo que não violente seus princípios e valores originais. Este é o grande desafio que está a exigir, cada vez mais, propostas de soluções alternativas no campo da Extensão Rural e da Educação Rural.

BIBLIOGRAFIA

1. ANDRADE, Maria Helena de. Evasão e Repetência ... Até Quando? In: *AMAE Educando*. Belo Horizonte, 176:2-5, novembro de 1985.

2. MATTA, Roberto da. *Explorações* – Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro, Rocco, 1986. 147 p.

3. DUARTE Jr., João-Francisco. *Fundamentos estéticos da educação*. São Paulo, Cortez Editora, 1981. 128 p.

4. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. 323 p.

A EXTENSÃO RURAL COMO PROCESSO EDUCATIVO "ESCOLHA DE UMA METODOLOGIA ADEQUADA AO DESENVOLVIMENTO DO TEMA"

Maria do Carmo Tafuri Paniago*

O fato cultural, interações sociais no campo e suas implicações nas atividades extensionistas – algumas considerações teóricas

> *"Durante muito tempo, o que se caracterizava como sociedade brasileira era a que identificava seu meio rural; generalizou-se como um todo o que era apenas uma parte deste todo. Isto decorria da circunstância de ter sido justamente no meio rural onde se formou a nossa sociedade; no meio rural se verificaram as primeiras relações entre os grupos que formavam nossas populações; no meio rural se encontravam as raízes de nossa organização social"*. (Diégues Junior in Vida Rural e Mudança Social, 1979, pág. 121).

A precedência do meio rural na formação das vilas e cidades brasileiras coloca em foco a asserção de que a estrutura agrária brasileira foi a grande

*Professora Assistente – Departamento de Educação - UFV (Viçosa-MG).

formadora da estrutura social vigente, pois, em quatrocentos anos de duração, moldou as características sociais, culturais e econômicas do País que ainda hoje podem ser detectadas a um simples exame superficial.

Contudo, na atualidade, um dos segmentos dessa estrutura tem sido alvo de estudos e análises diversas, em decorrência, talvez, de sua complexidade e importância, que crescem a cada dia no cenário político brasileiro, uma vez desde que vem, cada vez mais, exigindo sua interação e sua participação nos processos decisórios do Estado – o campesinato, os "sem terra", o produtor de baixa renda, para citar apenas algumas formas pelas quais é identificado.

WOLF, em "Vida Rural e Mudança Social", analisando as revoluções sociais no campo, tem uma postura que tenta explicar o envolvimento do campesinato nesses eventos:

> *"Ao contrário do que acreditam os espíritos românticos, não é fácil para o campesinato engajar-se em uma rebelião duradoura. Os camponeses encontram-se numa posição especialmente desvantajosa na passagem do reconhecimento passivo de injustiças para a participação política capaz de repará-las".*

O autor considera que o camponês, trabalhando sozinho em sua própria terra, longe de companheiros, é, de certa forma, seu competidor na obtenção, tanto dos recursos existentes na comunidade, quanto do crédito que vem de fora. Por outro lado, a tirania que o trabalho do campo exerce sobre o camponês no que se refere à rotina anual e o fato de que a posse da terra permite-lhe recolher-se a uma produção de subsistência, toda vez que a conjuntura for desfavorável às suas culturas comerciais, impedem-no, muitas vezes, de uma participação ativa em movimentos sociopolíticos. A diluição do sentido de classe (ricos e pobres) no meio rural, onde ajudas são capazes de resolver perturbações momentâneas e, ainda, o fato de que um camponês pode ser simultaneamente proprietário, arrendatário, parceiro, assalariado de seus vizinhos e mão-de-obra sazonal de uma plantação das redondezas podem fazer dele apenas um espectador das lutas políticas ou, na expressão usada pelo autor, fazê-lo "suspirar pelo súbito advento do paraíso na Terra, sem especificar claramente, para si mesmo e para seus vizinhos, os muitos degraus que faltam pra chegar ao céu".

Assim, não é de se estranhar que o camponês, mormente os "sem terras", se engajem em movimentos sociais ostensivos apenas quando a situação vivencial esteja tornando-se de fato insuportável para ele e sua família.

A proletarização do homem do campo, conseqüência direta da expansão capitalista no meio rural brasileiro, tem inspirado a vários autores incursões analíticas que privilegiam as modificações dos valores culturais e padrões de comportamentos individuais e coletivos como geradores de fenômenos conhecidos como messianismo, cangaço e outras manifestações, em que a atividade religiosa é vista como uma forma de protesto.

Tal enfoque passa, inevitavelmente, pela aceitação da existência de uma cultura específica do homem do campo, que apesar de diferente dos modelos culturais citadinos, não deixa de se constituir em uma cultura, que merece ser respeitada, independente dos juízos que dela se possam fazer.

Segundo WOLF,

> *"nenhum sistema cultural – isto é, nenhum complexo econômico, social, político e ideológico – chega a ser estático. Todos os seus componentes costumam estar em permanente mudança. Mas enquanto tais mudanças se circunscrevem a limites toleráveis, o sistema como um todo se mantém. Contudo, se começarem a exceder tais limites, ou se outros componentes são subitamente introduzidos do exterior, o sistema inteiro se desregula... Os homens postos em tal situação acham-se dolorosamente divididos entre a aplicação de velhas soluções a problemas que bruscamente mudaram de aspecto e significado e a adoção de novas soluções para problemas que freqüentemente não chegam a entender".*

Já Levi-Strauss, citado por MERCIER, nome ligado, indissoluvelmente, ao estruturalismo como forma de compreensão da realidade, assegura que:

> *"Só o estudo dos 'problemas' brasileiros que cada grupo tem de resolver permite captar a sociedade em movimento numa história; permite compreender e interpretar os conflitos, as tensões e as contradições internas que ela sempre apresenta.*
> *O fato cultural só é arbitrário se quisermos explicá-lo por fatos 'naturais'; ele adquire um sentido pela sua relação com um sistema cultural e social".*

Daí ser a análise cultural, mormente numa visão semiótica da cultura, uma opção quando se quer conhecer e compreender grupos humanos em interação, sejam eles campesinos, citadinos ou quaisquer outros.

Uma interpretação antropológica de fatos culturais deve, segundo GEERTZ, traçar a curva de um discurso social; fixá-lo numa forma inspecionável. O ponto global da abordagem semiótica da cultura é auxiliar-nos a ganhar acesso ao mundo conceptual no qual vivem os nossos sujeitos, de forma que possamos, num sentido um tanto mais amplo, conversar com eles, diminuir a distância existente entre os universos mentais dos pesquisadores e dos pesquisados.

Colocadas em forma de "ensaios", sejam eles de 30 ou de 300 páginas que, segundo GEERTZ, parecem ser o gênero natural no qual apresentar as interpretações culturais e as teorias que as sustentam, "a análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjeturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjeturas e não a descoberta do continente do significado e o mapeamento da sua paisagem incorpórea". Nesse sentido, o crescimento da pesquisa cultural em vez de seguir uma curva ascendente de achados cumulativos, separa-se, numa seqüência desconexa e, no entanto, coerente, de incursões cada vez mais audaciosas. Os estudos constróem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam o ponto onde outros os deixaram, mas no sentido de que melhor informados e melhor conceptualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas. "Cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual".

Apesar de se iniciar qualquer esforço para uma "descrição" minuciosa, além do óbvio e do superficial, a partir de um estado de confusão total do

que está acontecendo, ninguém começa (ou não deveria começar) intelectualmente vazio. As idéias teóricas não aparecem inteiramente novas a cada estudo, elas são adotadas de outros estudos relacionados, refinadas durante o processo e aplicadas a novos problemas interpretativos. Se deixarem de ser úteis em tais problemas serão mais ou menos abandonadas. Se continuam úteis, dando à luz novas compreensões, são posteriormente elaboradas e continuam a ser usadas. A teoria está imbricada na prática das interpretações. GEERTZ afirma ainda que:

> *"Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico não-emocionalizado; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas, que outros deram".*

Todo esse esforço de entendimentos da teoria interpretativa da cultura, de Geertz ou do estruturalismo de Levi-Strauss, tem apenas um objetivo, dentro da metodologia que se propõe para o desenvolvimento de trabalhos em Extensão Rural: a utilização de uma análise cultural para a compreensão das interações grupais no campo, que constituem uma constante na paisagem sociocultural brasileira.

Dessa forma, toda a compreensão do mecanismo que direciona as implicações e perspectivas para a Extensão/Educação, implícitas no bojo de tais interações grupais, deverá passar pelo crivo da cultura popular.

Esse poderia ser um caminho, entre os vários que se postulariam, para a execução de trabalhos extensionistas relacionados ao conhecimento da realidade do campo e das formas pelas quais o "saber" se instaura e se estrutura em tais grupamentos humanos.

O "saber", tido e havido como "erudito", institucionalizado ou não, na situação específica da Extensão Rural, poderia, no caso, ser compreendido e trabalhado via "saber popular".

A Antropologia, "ciência do homem" por excelência, poderia ser uma das óticas pelas quais perspassassem análises que objetivassem o conhecimento da realidade, conhecimento esse imprescindível para a área da Extensão/Educação Rural.

O desenvolvimento de estudos regionais, dentro dos parâmetros acima referidos, poderia se constituir em uma unidade dentro da diversidade extensionista enfocada como um "todo". As discussões sobre assuntos referentes à Extensão e Educação rurais, permeadas por uma observação/interpretação constante da cultura popular, poderão se constituir em uma metodologia válida para o treinamento de extensionistas/educadores. A práxis pedagógica que daí resultará será, com certeza, uma práxis mais humanística.

ESQUEMA PARA DISCUSSÃO

> *"Todo o educador deve ser um extensionista e todo extensionista, um educador".*

INTERCOM

1. EDUCAÇÃO RURAL

Conceito: "Qualquer ação educativa, formal ou informal, levada a efeito no meio rural, tendo como meta o homem a que se destina, coerente com todas as suas potencialidades físicas e intelectuais e com as suas peculiaridades culturais, explicitadas em sistemas de valores e traços culturais relevantes. É assim a ação educativa organizada sob o ponto de vista do homem – sujeito da educação, o qual irá determinar todas as estratégias do trabalho educativo". (Maria do Carmo Tafuri Paniago)

2. EXTENSÃO RURAL

Conceito: "A Extensão Rural é um sistema educativo informal, adaptado ao indivíduo e ao seu ambiente, que busca obter mudanças de atitudes e procura aperfeiçoar as aptidões e melhorar as condições de vida da população rural, através da tecnificação do trabalho agrícola e fomento da organização comunitária". (Renato Simplício Lopes)

3. EDUCAÇÃO RURAL – CARACTERÍSTICAS

(Por que não da Extensão Rural também?)

3.1. É comprometida com o desenvolvimento da região, da comunidade, com a cultura local e com mudanças de atitudes e comportamentos.

3.2. É instrumental. Deve extrapolar as paredes da sala de aula (do escritório).

3.3. É dirigida à população agrícola, constituída por todas as pessoas que têm na agricultura o principal meio de sustento, logo deve atender aos interesses reais de tal população.

3.4. Está intimamente ligada à cultura, deve promover a "integração cultural" através de mecanismos próprios da dinâmica cultural, nunca propiciando a "invasão cultural".

3.5. Necessita de metodologias adaptadas ao meio e à clientela.

3.6. Integra a Escola Rural e as diversas entidades de assistência técnica, bem como atividades educativas locais, institucionalizadas ou não.

3.7. É multifacetada – sozinha, não resolve problemas, por essa razão, deve levar em conta variáveis tais como renda do produtor, sua posição na estrutura fundiária, exposição aos meios de comunicação (rádio, TV, jornais etc.), acesso a novas tecnologias etc.

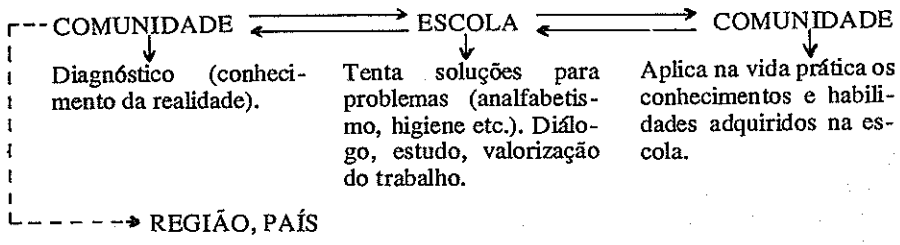
3.8. Concorre para modificar o setor agrícola do País, visando melhoria nas condições de vida do homem do campo.

3.9. Concorre para modificar atitudes, comportamentos, sistemas de relação interpessoais e grupais, nível de aspiração e a participação do homem do campo nos processos de mudanças socioeconômicos e culturais.

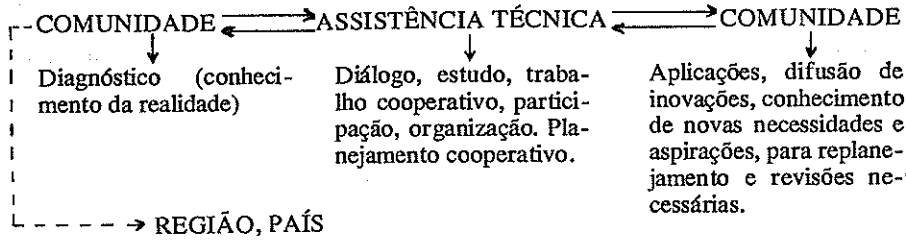
3.10. Concorre para promover a conscientização do homem do campo no que se refere ao seu valor e posição a que tem direito na sociedade e na estrutura de poder do País.

3.11. Pressupõe, por exemplo, uma práxis pedagógica que, inserida em um contexto maior, parta da comunidade, chegue à escola e volte à comunidade em aplicações práticas.

EDUCAÇÃO RURAL



EXTENSÃO RURAL



4. EDUCAÇÃO RURAL E EXTENSÃO RURAL

Os trabalhos de Educação Rural e de Extensão Rural só terão sentido se inseridos em um contexto maior socioeconômico, político e cultural.

4.1. **Programas Extensionistas:**
Devem levar em conta, prioritariamente, o homem.

4.2. **Recuperação da Substância dos Programas:**

. Recuperar o pormenor, o cotidiano do homem do campo.

. Investir sobre os detalhes, no dia-a-dia, não para reconstruir uma prática pelo simples fato da reconstituição, mas para operar, posteriormente, sínteses compatíveis com o objeto em questão (geração, difusão de inovações, educação, melhoria da produção etc.). O exame detalhado da prática pode oferecer possibilidade de estabelecimento de vínculos com outros fenômenos.

. Partir sempre do "conhecido" para se atingir o "novo".

. Levar em conta o fato de que: "da prática do trabalho, da valorização do trabalho, emerge o 'saber popular', que não deve ser desprezado, mas utilizado para se atingir novos patamares do conhecimento".

. Não se descuidar da dimensão sociocultural do homem e da simbologia da cultura, num processo de desvelamento das relações produtivas e sociais dos grupos.

. Elaborar planejamento participante, avaliação contínua e replanejamento.

5. SABER POPULAR X SABER ERUDITO

CULTURA CLÁSSICA CLÁSSICA	CULTURA DE MASSAS POPULAR DE MASSAS	CULTURA POPULAR POPULAR TRADICIONAL
. Erudita . Elite dominante . Símbolos refinados . Transmissão por imprensa, escola e grafemas (escrita, letras). . Bens artísticos e científicos	. Semi-erudita . Massa influenciada . Símbolos e recodificados . Técnico-informado --- . Bem econômico, principalmente.	. Não erudita . Dominados, regionais . Símbolos rústicos . Primitivo, tradicional . Contato interpessoal e transmissão oral . Funcional

Antonio de Paiva Moura Suplemento cultura especial do Jornal "Minas Gerais".

BIBLIOGRAFIA

1. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1985. 195 p.

2. EZPELETA, Justa & ROCKWELL, Elsie. *Pesquisa participante*. São Paulo, Cortez Editora, 1986. 93 p.

3. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. 321 p.

4. KAPLAN, David & MANNERS, Robert A. *Teoria da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

5. MERCIER, Paul. História da antropologia. Tradução de Manuela Torres. Lisboa, Teorema, 1984. 235 p.

6. QUEDA, Oriowaldo e SZMRECSANYI, Tamás. *Vida rural e mudança social*. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.

7. SPEYER, Anne Marie. *Educação e campesinato – uma educação para o homem do meio rural*. São Paulo, Loyola, 1983. 145 p.

8. WOLF, Eric. Revoluções sociais no campo. In: *Vida Rural e Mudança Social*. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. 240 p.

RUMOS DA PESQUISA NO CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE GADO DE LEITE (CNPGL)

José Geraldo Fernandes de Araújo[1]
Augusto César de Queiroz[1]
Marina Biava[2]

INTRODUÇÃO

Estudiosos do processo de difusão de tecnologia têm identificado diferentes fatores para justificar a não-adoção de tecnologia pelos produtores de leite Araújo (1981), Araújo (1985), Magalhães (1971). Contudo, são poucos os trabalhos que têm procurado verificar se, além desses fatores, outros poderiam estar influenciando a decisão dos produtores.

Acredita-se que um dos obstáculos a essa situação seja a provável visão reducionista de alguns técnicos ligados ao setor leiteiro, que, na maioria das vezes, se preocupam em justificar a baixa produtividade deste setor, considerando, unicamente, a remuneração recebida pelos produtores, sem a preocupação de ampliar o elenco de fatores que podem estar associados a essa produtividade. Em outras palavras, além do preço e dos fatores econômico-psicossociais, é preciso verificar e avaliar se os conhecimentos, gerados e difundidos pela pesquisa, têm contribuído para o aumento da produtividade leiteira. É necessário analisar se os pesquisadores têm-se preocupado em gerar conhecimentos relacionados com os componentes do sistema de produção que mais contribuições prestam, em termos relativos, para o incremento da eficiência produtiva do rebanho, sem desconsiderar o momento histórico e econômico-social em que vive o produtor.

Não obstante isto, alguns estudiosos passaram, ultimamente, a se preocupar em verificar se os conhecimentos gerados pela pesquisa têm contribuído, na visão dos produtores, para incrementar tal eficiência Araújo (1986), Schneider (1981).

Este trabalho, tendo em vista essas considerações, vem à luz com intuito de ampliar esta perspectiva, uma vez que a preocupação dos autores é verificar se os resultados aqui encontrados, num segundo momento, são compatíveis com percepções dos produtores de leite.

Essa preocupação torna-se mais evidente, quando se percebe que os técnicos ligados ao setor leiteiro acreditam que os componentes que formam o sistema de produção de leite – melhoramento, alimentação, sanidade, manejo do rebanho e instalação/equipamentos – incrementam a produtividade leiteira de forma diferenciada. Então, torna-se necessário verificar em quais desses componentes estão se concentrando mais as pesquisas.

Esse tipo de análise poderá contribuir para melhor direcionar a pesquisa no desenvolvimento de conhecimentos compatíveis com o momento histórico

---

[1]Professores do Departamento de Economia Rural e do Departamento de Zootecnia da UFV, respectivamente – 36570 Viçosa, MG.

[2]Bibliotecária da EMBRAPA, Mestranda do Curso de Extensão Rural da UFV – 36570 Viçosa, MG.

e econômico-financeiro pelo qual passa a atividade leiteira. Por outro lado, esse conhecimento contribuirá, sobremaneira, para melhor estruturar e organizar o setor de difusão de tecnologias. Facilitará, ainda, a melhor compreensão do processo de geração de tecnologias como um todo, além de trazer uma série de respostas para o próprio centro gerador dessas técnicas.

Esta é a proposta deste estudo, que, para isto, utilizará, como unidade geradora de tecnologia, o Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite (CNPGL) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho foi verificar e analisar se o esforço da pesquisa desenvolvida pelo CNPGL, materializado nas suas publicações, tem sido adequadamente dirigido para deslocar a curva de possibilidade de produção de leite, ou seja, se tem contribuído para aumentar a produção leiteira.

Especificamente, pretende-se:

a) averiguar e analisar se os conhecimentos gerados pelo CNPGL, materializados através de suas publicações, no período de 1976/86, têm preconizado os componentes do sistema de produção que, na visão dos técnicos especialistas, mais levam ao aumento da produção do rebanho;

b) determinar e analisar o público a que se destinam tais publicações.

Metodologia

O procedimento metodológico deste trabalho está baseado em Araújo (1981) e consta de três partes:

1. Os técnicos que trabalham no setor leiteiro acreditam que cada segmento do conhecimento que compõe o sistema global de produção de leite participa, em termos ponderais, de modo diferenciado, do incremento da produção leiteira do rebanho.

Segundo a EMBRAPA (1975), o sistema global da produção leiteira é formado pelos componentes: melhoramento, alimentação, sanidade, manejo do rebanho, instalações e equipamentos.

2. Como esses insumos contribuem, de modo diferenciado, na produção total do rebanho, o autor, utilizando método dos juízes (técnicos, especialistas, pesquisadores, zootecnistas que trabalham na área), procurou, em termos médios, verificar, na opinião desses profissionais, em relação a um total de 100 pontos, quanto cada componente daquele sistema contribui, individualmente, para aumentar a produção do rebanho.

Araújo (1981) encontrou, em termos médios, na opinião dos juízes, o seguinte ordenamento:

. melhoramento do rebanho	30%
. alimentação do rebanho	25%
. sanidade do rebanho	20%
. manejo adequado do rebanho	15%
. instalações e equipamentos	10%

Independentemente do percentual que cada componente possa acrescen-

tar à produção total, percebe-se que os técnicos ligados ao setor ordenaram, em termos de importância, os componentes do sistema entre si; em outras palavras, mostram que nem todos os componentes contribuem com o mesmo incremento para a produção total.

Como se pode observar, o melhoramento do rebanho incrementa mais sua produção do que a alimentação quando esse insumo passa a ser considerado pelo produtor na sua atividade. Os dois juntos aumentam em 55% a produção do rebanho. Em outras palavras, na opinião dos técnicos especialistas da área, parece existir uma ordem de prioridade com relação aos componentes ou assuntos a serem pesquisados, tendo em vista a contribuição que eles oferecem à produção total do rebanho. Segundo os técnicos, pesquisas que se relacionam com o transformador (animal/planta) são as que mais contribuem para o aumento desse indicador.

3. Baseado no título dos trabalhos e na sua importância relativa, conforme explicitado, todas as publicações realizadas pelo CNPGL foram classificadas segundo os componentes do sistema de produção de leite, no período compreendido entre 1976 e 1986. Com o objetivo de justificar a utilização do título, Martins e Celani (1979) afirmam que o título dos trabalhos deve ser preciso e comunicar os principais aspectos do assunto a ser tratado. Através dessa classificação procurou-se então determinar se os trabalhos que os pesquisadores têm publicado estão insertos nos componentes que mais ou menos incrementam a produção do rebanho, bem como observar, ainda, para quem têm sido dirigidas essas publicações: agricultores, extensionistas, pesquisadores nacionais ou internacionais.

Muito embora esse método analítico possa apresentar limitações, acredita-se que ele contribui para sinalizar o que está sendo publicado, gerado e difundido pelo CNPGL, em termos de produção e difusão de tecnologias.

DADOS UTILIZADOS

Vários indicadores têm sido utilizados em análises de produção científica. Neste estudo, utilizaram-se as informações contidas na Coletânea de Trabalhos publicados pelo CNPGL, referentes ao período compreendido entre 1976 e 1986, EMBRAPA (1986). Essa coletânea reúne todos os títulos dos trabalhos publicados, naquele período, pelos pesquisadores daquele Centro nos mais diversos veículos de divulgação, nacionais e internacionais.

Morel & Morel (1977), além de afirmarem que a publicação pode ser considerada como o produto final do trabalho do cientista, uma vez que, de um lado, comunica informações e, de outro, garante a propriedade científica e através dela o cientista passa a ser conhecido e reconhecido pelos seus pares, deixam claro que este é um dos melhores parâmetros disponíveis para avaliar o desenvolvimento e a importância da ciência feita em determinado país.

A publicação, enquanto importante veículo de registro e divulgação de tecnologia, tornou-se tão concreta para a EMBRAPA que um conjunto de normas de editoração foi por ela estabelecido logo no início de sua formação, criando vários veículos destinados aos seus diversos públicos: agricultores, pesquisadores/professores, extensionistas.

Este estudo procurou analisar, unicamente, um dos vários mecanismos utilizados por aquele centro de pesquisa para difundir sua tecnologia: a publicação, uma vez que a sua análise permite algumas avaliações das próprias atividades de pesquisa e das próprias atividades do pesquisador Lancaster & Carvalho (1981).

Das 635 publicações constantes da Coletânea, foram consideradas, neste trabalho, com repetição, 586 publicações. O ordenamento obedeceu ao estabelecido pelo Setor de Informação e Documentação do Centro, ou seja: a) trabalhos apresentados em simpósios, congressos, anais de congressos, reuniões etc.; b) periódicos técnico-científicos; c) periódicos de divulgação; d) boletins técnicos, comunicações técnicas; e) boletins de pesquisa e outras publicações científicas; f) informativos, resumos e bibliografias; g) manuais, apostilas, folders.

O diferencial existente de publicações foi descartado por não ser considerado pelos autores como um trabalho de pesquisa propriamente dito. Foram excluídas, ainda, 37 teses deste trabalho.

As 586 publicações restantes foram agrupadas, obedecendo à metodologia descrita.

DEFINIÇÃO DOS COMPONENTES

Melhoramento do rebanho – Refere-se ao número total anual de publicações catalogadas e encontradas na Coletânea de Trabalhos do CNPGL, período de 1976/86, relacionadas com as áreas de genética e meio ambiente, melhoramento animal (cruzamentos), fisiologia animal e reprodução animal. Os assuntos relacionados com este item são denominados, neste trabalho, de Grupo 1 – (G1).

Alimentação do rebanho – Refere-se ao número total anual de publicações catalogadas e encontradas na Coletânea de Trabalhos do CNPGL, período de 1976/86, relacionadas com as áreas de nutrição animal, digestibilidade, alternativas e suplementação alimentar, fisiologia vegetal. Os assuntos relacionados com esse tópico são denominados, neste trabalho, de Grupo 2 – (G2).

Sanidade do rebanho – Refere-se ao número total anual de publicações catalogadas e encontradas na Coletânea de Trabalhos do CNPGL, período de 1976/86, relacionadas com as zoonoses e parasitologias encontradas no rebanho. Os assuntos dessas publicações são denominados, neste trabalho, de Grupo 3 – (G3).

Manejo do rebanho – Refere-se ao número total anual de publicações catalogadas e encontradas na Coletânea de Trabalhos do CNPGL, período de 1976/86, relacionadas com o manejo e controle do rebanho, tais como: controle de monta, número de ordenha, eliminação de animais improdutivos, idade de cria, além de publicações relacionadas com instalações e equipamentos. Os assuntos dessas publicações são denominados, neste trabalho, de Grupo 4 – (G4).

Outros – Referem-se ao número total anual de publicações catalogadas

e encontradas na Coletânea de Trabalhos do CNPGL, período de 1976/86, relacionadas com práticas culturais, fertilidade de solos, competição de variedades, diferenciações regionais de cultivares diversas, sistemas, economia, além de outros trabalhos publicados. Os assuntos dessas publicações são denominados, neste trabalho, de Grupo 5 – (G5).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Distribuição e tipos de trabalhos publicados

Observando a Tabela 1, verificou-se um desequilíbrio, em termos de número de publicações, dentre os diversos grupos analisados, evidenciando que determinadas publicações (conhecimentos), que, potencialmente, acrescentam mais contribuições à produção total do rebanho, estão em menor número.

Esse fato pode ser confirmado, quando se observa, por exemplo, que o Grupo 4 (manejo do rebanho) possui, aproximadamente, três vezes mais publicações que o Grupo 1 (melhoramento) e, aproximadamente, 1,4 vez mais que o Grupo 2 (alimentação). Essa situação fica mais bem entendida quando se observa que o Grupo 4 (manejo) acrescenta, em termos médios, segundo os juízes, 15% à produção total do rebanho, enquanto os Grupos 1 (melhoramento) e 2 (alimentação) 'per se' incrementam essa mesma produção em 30% e 25%, respectivamente.

O que se pretende dizer é que se está pesquisando mais sobre componen-

TABELA 1. Distribuição dos trabalhos publicados pelo CNPGL, segundo os componentes do sistema global de produção de leite, 1976-1986.

Ano	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Total
1976	0	5	0	0	5	10
1977	8	8	0	6	10	32
1978	10	6	0	6	14	36
1979	7	7	1	5	11	31
1980	5	7	2	17	19	50
1981	8	11	5	31	23	78
1982	9	26	4	32	20	91
1983	7	21	2	27	15	72
1984	5	19	7	27	11	69
1985	9	20	11	32	33	105
1986	0	6	0	2	1	9
s.d.	0	0	0	3	0	3
Total	68 (11,6%)	136 (23,2%)	32 (5,4%)	188 (32,1%)	162 (27,7%)	586 (100%)

Fonte: EMBRAPA (1986)

tes que apresentam menor importância relativa para a produção do rebanho.

Isto não significa que se deva deixar de realizar trabalhos/publicações nesta área. O que se procura evidenciar é que deve haver um balanceamento entre os componentes, respeitando a importância relativa que cada um possui no incremento da eficiência produtiva do rebanho, bem como sua relação com o sistema total.

Várias justificativas podem explicar esse aparente desequilíbrio, a saber: o tempo necessário ao desenvolvimento da pesquisa, o custo de sua realização, a existência de outros centros/institutos de pesquisa, que, provavelmente, poderão estar complementando esse possível deficit, dentre outras.

Contudo, em que pesem estas justificativas, presume-se que o elevado número de publicações em componentes menos expressivos, quanto ao acréscimo à produção total do rebanho, possa estar relacionado com o tipo de pesquisa realizada pela EMBRAPA/Centro, a fim de modernizar a agropecuária nacional no menor espaço de tempo. Segundo Alves (1980), é função da EMBRAPA executar pesquisa capaz de gerar conhecimento de aplicação imediata pelos produtores, reduzindo o espaço de tempo compreendido entre sua geração e o seu processo de adoção pelos agricultores. Em outras palavras, deviam ser gerados conhecimentos que contribuíssem para aumentar, em menor espaço de tempo, o seu coeficiente de utilização. Esse tipo de concepção deve, provavelmente, estar contribuindo para induzir os pesquisadores a se preocuparem com pesquisas que apresentam respostas mais rápidas. Essa preocupação com a ciência aplicada em detrimento das ciências básicas foi confirmada por Trigueiro (1987) que, em seu estudo, relatou a existência, dentro do sistema organizacional da empresa, de mecanismos que levam a essa situação, percepção também relatada por Aguiar (1986).

Quanto ao pequeno número de publicações existentes no Grupo 3 (sanidade), depreende-se que possa ser devido ao bom nível de conhecimento existente sobre as principais zoonoses encontradas nos rebanhos, bem como sobre seu possível controle.

Finalmente, observou-se um acréscimo de publicações entre 1976 e 1986. Isto, provavelmente, foi conseqüência da própria composição/organização técnico-administrativa do quadro de pesquisadores do Centro. O pequeno número de trabalhos publicados em 1986 decorreu do fato de terem sido considerados somente os publicados até o mês de junho daquele ano.

Destino das publicações

A EMBRAPA, através de deliberações específicas, instituiu sua política editorial, utilizando linhas de ação e mecanismos de coordenação que facilitassem a geração e a disseminação de informações destinadas a contribuir para o desenvolvimento do setor agropecuário. De acordo com essas deliberações, foram criadas várias publicações, como Boletim de Pesquisa, Circular Técnica, Comunicado Técnico, que procuram adequar o tratamento dado à mensagem aos diversos públicos: agricultores, extensionistas e pesquisadores.

Esta última preocupação ocorreu em razão do fato de a EMBRAPA considerar, como função social da pesquisa, a divulgação – a quem de interesse e com linguagem adequada – do que está sendo alcançado com os investi-

mentos que a própria sociedade tem efetuado em pesquisa agrícola no Brasil, Heberlê (1986).

Neste trabalho e de acordo com a EMBRAPA (1986), as publicações apresentadas em congressos, reuniões, simpósios, artigos em periódicos, dentre outras, por serem, geralmente, utilizadas para promover comunicações entre cientistas, são caracterizadas como publicações dirigidas para o mundo científico. Circular Técnica, Comunicado Técnico, dentre outras, são dirigidas para agricultores/extensionistas.

Após esses esclarecimentos, observando a Tabela 2, percebe-se que, aproximadamente, 58% das publicações realizadas pelo CNPGL foram direcionadas para o mundo científico e 42% para os agricultores/extensionistas.

Do percentual dirigido para o mundo científico, percebe-se que 55% dos conhecimentos publicados foram difundidos através de congressos, reuniões,

TABELA 2. Distribuição dos trabalhos publicados pelo CNPGL, segundo as formas de divulgação e componentes do sistema de produção, 1976-1986.

Formas de divulgação		1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	s.d.	Total
Trabalhos apresentados em Congressos, Reuniões, etc.	G1	0	5	10	3	4	1	2	2	2	7	0	0	36
	G2	0	1	4	5	2	2	0	6	6	5	0	0	41
	G3	0	0	0	1	0	1	0	1	7	1	0	0	11
	G4	0	5	5	0	1	0	3	2	4	4	0	0	24
	G5	2	5	5	4	9	5	14	5	5	21	0	0	75
Subtotal		2	16	24	13	16	9	29	16	24	38	0	0	187
Periódicos Técnico-Científicos	G1	0	3	0	4	0	4	4	4	1	0	0	0	20
	G2	5	7	1	1	3	5	7	6	5	1	1	0	42
	G3	0	0	0	0	2	3	1	1	0	3	0	0	10
	G4	0	0	1	2	9	4	3	1	3	0	0	0	23
	G5	2	3	2	4	2	7	3	4	3	6	0	0	36
Subtotal		7	13	4	11	16	23	18	16	12	10	1	0	131
Periódicos de Divulgação	G1	0	0	0	0	0	2	3	1	0	1	0	0	7
	G2	0	0	1	0	0	4	7	6	7	10	4	0	39
	G3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	0	0	5
	G4	0	0	0	1	4	21	20	20	18	16	1	0	101
	G5	1	0	3	2	1	3	1	2	1	2	0	0	16
Subtotal		1	0	4	3	5	30	32	29	26	33	5	0	168
Circulares Técnicas, Boletins Técnicos, Comunicações Técnicas	G1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	G2	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	6
	G3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6
	G4	0	0	0	1	2	4	1	2	1	6	0	0	17
	G5	0	0	1	1	4	1	0	0	0	0	0	0	7
Subtotal		0	0	1	3	7	6	2	3	2	7	0	0	31
Boletins de Pesquisa e Outras Publicações Técnico-Científicas	G1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
	G2	0	0	0	0	1	0	1	2	0	1	0	0	5
	G3	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
	G4	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	5
	G5	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	4
Subtotal		0	1	1	0	2	2	4	3	1	3	0	1	18
Informativos, Resumos e Bibliografia	G1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	G2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	G3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	G4	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
	G5	1	0	0	2	0	1	2	0	0	0	0	0	6
Subtotal		1	0	0	2	1	1	2	0	0	0	0	0	8
Manuais, Apostilas, Folders	G1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	3
	G2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3
	G3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
	G4	0	0	0	1	0	1	4	1	1	5	1	2	16
	G5	0	0	2	0	1	6	1	2	2	3	1	0	18
		0	0	2	1	1	8	5	3	4	13	3	2	43

FONTE: EMBRAPA (1986).

simpósios, 38%, aproximadamente, através de periódicos técnico-científicos, 5% através de boletins de pesquisa e, aproximadamente, 2% através de informativos, resumos e bibliografias.

Do total geral das publicações, observa-se que 10% daquelas enquadradas no Grupo 1 (melhoramento) destinaram-se para o mundo científico através de publicações próprias, já descritas, e apenas 2% foram, potencialmente, dirigidas para os produtores/extensionistas.

Esta baixa divulgação de conhecimento relacionado com o Grupo 1 (melhoramento) entre produtores/extensionistas provavelmente pode estar afetando a produção total do rebanho por causa do alto impacto que este tipo de conhecimento confere ao processo produtivo.

Observou-se que 69% das publicações dirigidas para os agricultores/extensionistas estavam em forma de artigos em periódicos de divulgação, 13%, aproximadamente, em forma de circulares técnicas, boletins técnicos e comunicados técnicos, 18% em forma de manuais, apostilas e folders. Dessas publicações, 55% veicularam informações do Grupo 4 (manejo), 20% informações do Grupo 2 (alimentação), 17%, aproximadamente, informações do Grupo 5 (outros), 4% informações do Grupo 3 (sanidade) e 4% informações do Grupo 1 (melhoramento).

Desta análise, pode-se depreender que os conhecimentos que estão sendo veiculados para os produtores, apesar de sua importância, podem estar provocando um impacto relativamente baixo no incremento da eficiência produtiva do rebanho, tendo em vista a sua elevada concentração em grupos que aumentam relativamente pouco essa eficiência produtiva, de acordo com os critérios usados neste trabalho.

Apesar de reconhecer que nem toda difusão é realizada somente através de publicações, verifica-se, mesmo assim, que estas dão uma tendência do estoque de conhecimento existente no CNPGL. Assim sendo, torna-se necessário repensar sobre o tipo de conhecimento que esse Centro tem gerado e difundido nestes últimos dez anos, se se pretende incentivar a eficiência produtiva dos rebanhos.

Dentre outras, talvez esta seja uma das razões de não se ter conseguido, apesar dos esforços, reverter, ainda, o baixo nível tecnológico encontrado entre os produtores de leite, conforme demonstram vários trabalhos, Araújo (1981), Araújo (1985), Martins (1988).

Esse fato pode ser um excelente sinalizador para os pesquisadores, no sentido de induzi-los a melhor adequar suas pesquisas ao momento histórico, econômico e financeiro por que vem passando essa atividade.

Fontes de divulgação

Pode-se observar, de modo geral, que os veículos de comunicação têm sido utilizados de diferentes modos e intensidade na divulgação dos conhecimentos gerados pelo CNPGL. Uma coisa, porém, ficou patente neste trabalho: a tendência centro-cientista. Isto é, os resultados das pesquisas estão sendo mais direcionados para o mundo científico do que para os produtores de leite. Trigueiro (1987) parece ter esta mesma percepção, quando afirma que o produto do trabalho do pesquisador é avaliado em relação aos objetivos e valores internos definidos pela instituição, e não aos do mercado.

A análise da Tabela 3 permite verificar que 72% dos 131 artigos técni-

Observou-se, ainda, que tais artigos estavam concentrados em determinados periódicos: "Balde Branco", "O Produtor de Leite", "Informe Agropecuário", dentre outros.

Esse fato pode estar indicando a necessidade de o CNPGL verificar em co-científicos dos pesquisadores do CNPGL foram publicados em periódicos de circulação nacional. Observa-se que foram direcionados, primeiramente, para os periódicos de maior importância e representatividade no ciclo científico: Pesquisa Agropecuária Brasileira e Revista de Sociedade Brasileira de Zootecnia.

Os restantes, 28%, foram direcionados para periódicos internacionais, sendo o Journal of Dairy Science o preferido pela maioria. Dentre os periódicos internacionais, percebeu-se que não houve uma tendência nítida sobre

TABELA 3. Artigos técnico-científicos publicados pelo CNPGL em periódicos nacionais e estrangeiros, por ano. 1976-1986.

Periódicos	Anos											Total
	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	
Nacionais												
. Pesquisa Agropecuária Brasileira	–	–	–	3	1	3	6	4	3	7	1	28
. Revista Sociedade Brasileira de Zootecnia	4	4	–	–	6	5	2	1	5	1	–	28
. Arquivo Escola Veterinária da UFMG	1	1	3	7	5	4	1	–	–	–	–	22
. Revista Ceres	1	5	–	–	1	1	–	–	–	–	–	8
. Arquivo Brasileiro Medicina Veterinária e Zootecnia	–	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	3
. Outros(1)	1	1	1	–	1	–	–	1	–	1	–	6
Subtotal	7	11	4	10	14	13	9	9	8	9	1	95
Estrangeiros												
. Journal Dairy Science	–	–	–	–	1	1	5	5	1	–	–	13
. Anim. Prod.	–	–	–	1	–	–	–	–	2	1	–	4
. Plant and Soil	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	2
. Agric. Syst.	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	2
. Wld. Anim. Rev.	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	2
. Outros(2)	–	2	–	–	1	7	2	–	1	–	–	13
Subtotal	–	2	–	1	2	10	9	7	4	1	–	36
Total	7	13	4	11	16	23	18	16	12	10	1	131

(1) Boletim de Indústria Animal (2 artigos); Zootecnia, Pesquisa Agropecuária Brasileira, Série Zootecnia, A Lavoura e Summa Phytopatohologica (1 artigo cada).

(2) Nutrition Reports International e Abstracts Amer. Soc. Anim. Sciences (2 artigos cada). Amer J. Agric. Econ., The Riogenology, Aust. J. Agric. Res., Grassland Res. Inst. Ann. Rep., Soil Biol. Bioch., Agron. J., Vet. Bull., R. Mundial Zootec. e J. Reprod. Fertil. (1 artigo cada).

FONTE: EMBRAPA (1986)

a escolha do divulgador dos artigos, ao contrário do observado dentre os nacionais.

Acredita-se que muitos desses artigos publicados naquele periódico só o foram, provavelmente, por terem sido realizados no exterior (teses). Parece que, no CNPGL, não tem ocorrido o que foi observado por alguns autores, como Biava (1987) e Lancaster & Carvalho (1981), em outras situações: os pesquisadores estrangeiros mostraram-se mais bem informados que os nacionais, em razão da chamada "evasão de manuscritos".

Analisando, por outro lado, os artigos publicados em perfodicos de divulgação (artigos preparados, especialmente, para serem lidos pelos produtores de leite), observou-se que esses artigos representavam 69% do total das publicações dirigidas a esses produtores e 29% do total geral de publicações realizadas pelo CNPGL (Tabela 4).

TABELA 4. Artigos publicados pelo CNPGL em periódicos de divulgação, 1976-1986.

Periódicos	Anos											Total
	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	
. Balde Branco	–	–	–	–	1	11	8	9	8	6	1	44
. O Produtor de Leite	–	–	–	1	2	5	2	1	9	5	2	27
. Informe Agropecuário	–	–	–	–	–	5	3	5	–	6	–	19
. Revista dos Criadores	–	–	–	–	–	2	4	5	1	2	1	15
. Leitebê	–	–	–	2	–	3	3	1	–	–	–	9
. A Lavoura	–	–	–	–	1	–	–	2	–	5	–	8
. Raízes	–	–	–	–	–	–	2	–	–	2	–	6
. A Granja	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	5
. Correio Agropecuário	–	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	4
. Jornal Rural – Casa Fernandes	–	–	–	–	–	–	–	–	4	–	–	4
. Outros(1)	1	–	4	–	1	1	5	3	4	7	1	27
Total	1	0	4	3	5	30	32	29	26	33	5	168

(1) Agricultura de Hoje, Diário do Comércio – DC Rural e Seiva (3 artigos cada); Revista Brasileira de Genética e O Estado de São Paulo (2 artigos cada); Revista Brasileira de Ciência do Solo, Jornal do Criador, Estado de Minas, Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, Ciência e Cultura, Hora Veterinária, O Cooperado, Dirigente Rural, O Indicador Rural, Cooperando, Anuário dos Criadores, Gado Holandês, Revista de Economia Rural e Nordeste Rural (1 artigo cada).

FONTE: EMBRAPA (1986)

quais periódicos devem ser publicados os artigos dirigidos para os produtores de leite, para que eles possam ser lidos pela maioria desse público.

Finalmente, chama-se a atenção para o fato de que, praticamente, inexistem publicações que veiculam informações básicas dirigidas para os produtores de leite (Grupo 1 – melhoramento).

CONCLUSÃO

Depreende-se que a maioria dos conhecimentos gerados pelo CNPGL refere-se a segmentos classificados pelos juízes como de baixa resposta para o incremento da produção leiteira. Se a qualidade do conhecimento não for considerada, o acréscimo de preço obtido pode não ser suficiente para viabilizar a adoção de tecnologias pelo setor, uma vez que a tecnologia gerada/divulgada tende a incrementar, em relação à produção total, percentuais inferiores aos preconizados pelos juízes, isto sem considerar os prováveis acréscimos aos custos. Por outro lado, pode-se observar que a pesquisa realizada é do tipo aplicada e com tendência centro-cientista, isto é, as publicações, em sua maioria, estão dirigidas para o mundo cientffico e, quando direcionadas para os produtores/extensionistas, veiculam conhecimentos/informações que contribuem relativamente pouco quanto a acréscimos à produção total. Conclui-se que há necessidade de se concentrarem esforços de pesquisas em áreas que representam "gargalos" para atingimento de fronteiras mais elevadas de produção. Finalmente, pode-se depreender dos dados, apesar dos esforços existentes, a dificuldade que o setor de Difusão tem em sensibilizar, pelo menos, os produtores de leite da região de influência do Centro a adotar tecnologias, já que as geradas parecem não vir ao encontro das necessidades dos produtores, conforme demonstram outros trabalhos. Em que pesem as limitações deste trabalho, acreditam os autores que ele poderá contribuir para aumentar a eficiência dos trabalhos realizados no CNPGL.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R.C. *Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil.* São Paulo, Polis, CNPq, 1986. 154 p.

ALVES, Eliseu R. O enfoque de sistemas na EMBRAPA: In: *Coletânea de trabalhos sobre a EMBRAPA.* DID, 1980. 84 p.

ARAÚJO, José Geraldo F. de. *Adoção de tecnologia e eficiência da exploração leiteira no município de Leopoldina-MG.* Viçosa, UFV. Imprensa Universitária, 1981. 60 p. (Tese M.S.).

ARAÚJO, José Geraldo F. de. & CARDOSO, Roberto M. *O desempenho da pecuária leiteira na Zona da Mata de Minas Gerais.* Viçosa, UFV – DEBATE, 7:29-38, setembro 1985.

ARAÚJO, José Geraldo F. de & BRAGA, Geraldo M. *Articulação pesquisa/extensão rural e seus reflexos no processo de difusão das inovações tecnológicas.* Revista Ceres, 33(189):413-429. 1986.

BIAVA, Marina. *Trabalhos publicados e adoção de tecnologia: uma relação de causa-efeito? O caso do feijão brasileiro.* Mimeo, não publicado. 1987. 11 p.

EMBRAPA, BRASÍLIA. *Pacotes tecnológicos para o gado leiteiro, Zona da Mata de Minas Gerais*. Coronel Pacheco, 1975. 35 p. (Circular Técnica, 17).

—. *Coletânea de trabalhos do CNPGL, período 1976-1986*. Coronel Pacheco, 1986. 183 p.

HEBERLÊ, Antonio L.O. *Diagnóstico da divulgação científica na EMBRAPA*. S. Bernardo do Campo, I.M.U. 1986. 134 p. (Tese M.S.).

LANCASTER, F.W. & CARVALHO, M.B.P. *O cientista brasileiro publica no exterior: em que países, em que revistas, sobre que assunto*. Ciências e Cultura; 34(5):627-634, 1981.

MAGALHÃES, C.A. *Análise econômica da pecuária de leite em competição com outros empreendimentos agropecuários na Zona da Mata de Minas Gerais*. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1971. 166 p. (Tese M.S).

MARTINS, J. & CELANI, M.A.A. *Subsídios para redações de tese de mestrado e de doutoramento*. São Paulo, Ed. Cortes & Moraes, 1979. 36 p.

MARTINS, Paulo do Carmo. *Análise comparativa entre o sistema de produção de leite da EMBRAPA e sistema de produção em fazendas do Estado de Minas Gerais*. Viçosa, Imprensa Universitária, 1988. 108 p. (Tese M.S.).

MOREL, Regina L. de M. & MOREL, C.M. *Um estudo sobre produção científica brasileira, segundo dados do Institute for Scientific Information (ISI)*. Ciência de Informática, Rio de Janeiro, 6(2):99-109. 1977.

SCHNEIDER, I.A. Integração do agricultor no processo de produção e distribuição de novos conhecimentos: implicações teóricas, práticas e metodológicas. *Revista de Economia Rural*. 19(2):315-352. 1981.

TRIGUEIRO. M.G.S. *Estrutura da prática tecnológica: a pesquisa e a sociedade na agropecuária brasileira*. Brasília, UnB, 1987. 202 p. (Tese M.S.).

Universidade Federal de Viçosa
Imprensa Universitária
Viçosa — Minas Gerais
1993